

Prosa *Poeteiro* Verso  
Iba Mendes

# Literatura



Zeferino Brandão  
*Pero da Corvilhã*

*Episódio Romântico do século XV*



**Iba Mendes**  
[www.poeteiro.com](http://www.poeteiro.com)

# Zeferino Brandão

## *Pero da Covilhã*

*Episódio Romântico do século XV*

Atualização ortográfica  
Iba Mendes

---

Publicado originalmente em 1897.

**Zeferino Norberto Gonçalves Brandão  
(1842 – 1910)**

“Projeto Livro Livre”

**Livro 499**

---



Poeteiro Editor Digital  
São Paulo - 2014  
[www.poeteiro.com](http://www.poeteiro.com)



## Projeto Livro Livre

O “Projeto Livro Livre” é uma iniciativa que propõe o compartilhamento, de forma livre e gratuita, de obras literárias já em domínio público ou que tenham a sua divulgação devidamente autorizada, especialmente o livro em seu formato Digital.

No Brasil, segundo a Lei nº 9.610, no seu artigo 41, os direitos patrimoniais do autor perduram por setenta anos contados de 1º de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento. O mesmo se observa em Portugal. Segundo o Código dos Direitos de Autor e dos Direitos Conexos, em seu capítulo IV e artigo 31º, o direito de autor caduca, na falta de disposição especial, 70 anos após a morte do criador intelectual, mesmo que a obra só tenha sido publicada ou divulgada postumamente.

O nosso Projeto, que tem por único e exclusivo objetivo colaborar em prol da divulgação do bom conhecimento na Internet, busca assim não violar nenhum direito autoral. Todavia, caso seja encontrado algum livro que, por alguma razão, esteja ferindo os direitos do autor, pedimos a gentileza que nos informe, a fim de que seja devidamente suprimido de nosso acervo.

Esperamos um dia, quem sabe, que as leis que regem os direitos do autor sejam repensadas e reformuladas, tornando a proteção da propriedade intelectual uma ferramenta para promover o conhecimento, em vez de um temível inibidor ao livre acesso aos bens culturais. Assim esperamos!

Até lá, daremos nossa pequena contribuição para o desenvolvimento da educação e da cultura, mediante o compartilhamento livre e gratuito de obras sob domínio público, como esta, do escritor português Zeferino Brandão: *“Pero da Covilhã: Episódio Romântico do século XV”*.

É isso!

*Iba Mendes*  
*iba@ibamendes.com*  
*www.poeteiro.com*

## CONVERSA PREAMBULAR

Eu não sei bem o que venho aqui fazer.

Não venho, de certo, apresentar Zeferino Brandão, pois eu próprio lhe fui apresentado, noviço em letras, quando ele já era, na igreja literária, oficiante de pontifical, benquisto e bem acolhido dos sacerdotes máximos, com alguns dos quais privava, de irmão a irmão.

Com efeito, — e sem que saiba dizer de positivo há quantos anos, não devendo contudo andar muito longe dos trinta, — foi na primeira casa que João de Deus habitou em Lisboa, na rua dos Douradores, e no próprio quarto do poeta, que Zeferino Brandão e eu nos avistamos a vez primeira. Era ele alferes ou segundo tenente de artilharia, eu, cadete de lanceiros.

Vermo-nos, e ficarmos sendo, logo ali, amigos velhos, foi obra de um momento. Eu tinha na minha bagagem uns versitos, que apresentava a medo, e que um dia Manoel de Arriaga leu em voz alta, depois do café, na mesa dos hóspedes, com a mesma ênfase com que lia versos de Victor Hugo, conquistando-me uma ovação no meio daquele auditório ingênuo, e deixando-me a mim próprio deslumbrado de tais versos serem meus. Coitados! Por onde andarão eles!

Zeferino Brandão, já a esse tempo tinha poetado muito e, no meu entender de então, ombreava com todos os da sua vida de Coimbra, amigos de tu, que, sempre que se encontravam, tinham tão bons abraços a trocar, tão belas coisas a relembrar e a dizer. Eram o João de Deus, que estava ali; o Arriaga, que vinha todos os dias; o Antero, que aparecia de quando em quando; o Simões Dias, o Candido de Figueiredo, o Guimarães Fonseca, o João Penha, a todo o momento falados, porém ausentes.

Por sinal, que a esse mesmo tempo Zeferino Brandão se lembrou de fazer anos, e nada menos que vinte e seis. A lembrança foi tida como disparate de marca maior, e como antecedente de péssimos efeitos. E tanto que João de Deus lhe disparou, logo ali, à queima roupa:

*Com que então, caiu na asneira  
De fazer na quinta feira,  
Vinte e seis anos! Que tolo!  
Ainda se os desfizesse...  
Mas fazê-los, não parece  
De quem tem muito miolo!*

Averiguou-se, porém, que Zeferino era reincidente no delito, pois no ano anterior fizera o mesmo, e mostrava-se disposto a repetir no imediato. E por isso João de Deus acrescentava:

*Não sei quem foi que me disse,  
Que fez a mesma tolice  
Aqui o ano passado...  
Agora o que vem, aposto,  
Como lhe tomou o gosto,  
Que faz o mesmo? Coitado!*

*Não faça tal; porque os anos  
Que nos trazem? Desenganos  
Que fazem a gente velho.  
Faça outra coisa; que em suma  
Não fazer coisa nenhuma,  
Também lhe não aconselho.*

Zeferino Brandão tinha boa vontade de seguir à risca a advertência do poeta; não pôde no entanto satisfazer-lhe o desejo. Efetivamente, fez outras coisas, livros excelentes, por exemplo; mas acumulou, e foi também fazendo anos, com a maior moderação, o mais devagar que lhe foi possível, mas, em suma, fazendo-os e contando-os. Era o que João de Deus lhe tinha dito:

*Mas anos, não caia nessa!  
Olhe que a gente começa  
Às vezes por brincadeira,  
Mas depois, se se habitua,  
Já não tem vontade sua,  
E fá-los, queira ou não queira.*

Para mim, nesse bom tempo da vida, Zeferino Brandão vinha já, não direi da noite dos tempos, mas de um passado glorioso. Era do fraternal e alegre convívio daqueles que mais influência exerciam nos novos de então, e sabe-se quanto é ciosa e aristocrata a superioridade intelectual, que não desce nunca a nivelar-se com os medíocres, e que só anda ombro a ombro com os seus pares.

Depois, tive ocasião de lhe definir melhor as referências no espaço e no tempo, com respeito às gerações acadêmicas, que ele frequentou, àquelas de que foi continuador, e às que o continuaram a ele próprio.

Mas, em todo o caso, nunca poderei esquecer que, nas letras, fui seu *calouro*.

Portanto, toda e qualquer ideia de apresentação, ou de recomendação seria absurda.

Mas Zeferino Brandão exigiu-me que o acompanhasse nesta sua quarta excursão pelo mundo aventureiro da publicidade, não por medo dela, que o seu ânimo é seguro, e o seu lúcido espírito afeito de há muito a ponderar quanto valem baldões e glórias literárias; mas verdadeiramente tão só, pois outra explicação lhe não posso dar, por mero capricho de artista.

Demos, por conseguinte, o braço e vamos ambos de companhia, uma vez que esta lhe é agradável, e que eu encontro nela prazer e honra.

Do muito que na mocidade poetou, fez Zeferino Brandão apuramento seletivo em um volume, a que deu por título *Páginas Íntimas*, do qual depois fez segunda edição, mais aprimorada ainda, e também difícil já de encontrar nas livrarias. Não é vulgar que este caso suceda, e não é pequena honra, nem pequena satisfação para um autor, e sobretudo para um poeta, poder referi-lo.

Os tais anos, que a gente se habitua a fazer, e que depois cada qual faz, queira ou não queira, foram arredando o poeta das tentações da rima, sem contudo o desviarem da verdadeira poesia, que ele continuou procurando sempre, quer nos panoramas da natureza, observada em longas viagens artísticas, e descrita posteriormente em páginas coloridas e iluminadas, quer na evocação ideal dos tempos volvidos, trazendo à tela do presente, memórias, personagens e feitos do passado.

Destas duas predileções da sua mente, a um tempo assimiladora e imaginosa, são documento bastante os dois livros de valor, com que a sua bagagem literária se enriquece. Um deles, *Monumentos e lendas de Santarém*, é um verdadeiro padrão de sentimento, erguido às recordações gloriosas dessa forte e vetusta cidade mediévia; o outro, primeiro de uma coleção de *Viagens*, que está reclamando, a brados, os seus sucessores, é uma soberba descrição da *Bélgica* moderna.

Avulsos, e dispersos pelos jornais, andam capítulos e fragmentos descritivos de uma excursão pela Itália, cuja leitura fugaz, ao tempo da publicação, nos deixou no espírito uma grata lembrança.

Compraz-se o escritor, como se vê, e nisto mesmo afirma intensamente o seu culto pelo belo poético, em frequentar, tanto na vida de relação com o seu tempo, como na vida sonhadora a que o atraem os livros de outrora, os domínios artísticos, onde a sua fantasia de meridional mais à larga se expande.

Ali, os monumentos de mais de uma raça, livros de pedra abertos à meditação dos videntes, e as lendas populares tenazmente conservadas na memória dos

povos que se sobrepuseram; aqui, ainda o passado, como centro de atração maior; depois, primordialmente, as soberanias e magnificências da arte, legados inestimáveis que as gerações foram transmitindo, e nos quais vai encontrar as mais altas sugestões artísticas, e os mais profundos ensinamentos críticos, o gosto moderno.

Assuntos dignos de bem equilibrados e cultos engenhos, os quais, também, só por si, dão medida do bom equilíbrio e da alta cultura de quem os escolhe e professa.

Não são diversos os predicados do novo livro, que me encontro prefaciando. O autor impressionou-se com a bela e romântica figura de Pero da Covilhã, a qual aparece na história, um pouco esbatida, tão somente pela exuberância de luz com que se iluminam os quadros dos descobrimentos e conquistas subsequentes, que ele em tamanha parte preparou.

Essa figura, porém, tem contornos bem definidos, e Pero da Covilhã é, na epopeia dos Gamas e dos Albuquerque, um inteligente, um sagaz, um inolvidável predecessor.

Envolve-o o escritor em uma intriga romântica, apenas a indispensável para o seu propósito; mas de tal forma se cinge às linhas da realidade, que a figura se destaca viva, diante de nós, como realmente foi, e o leitor mal pode discernir onde começa e acaba a ficção, e onde prevalece o rigor histórico.

Assim devia ser, e assim o compreendeu Zeferino Brandão, uma vez que a vida aventurosa do seu personagem dá que farte para todas as exigências da concepção romântica, sem precisar dos acrescentamentos da imaginação.

O cenário em que ele expande a sua atividade, tão ousada e tão original, mesmo num tempo em que as mais famosas heroicidades não eram de estranheza, aparece-nos restabelecido, por tão singular poder de evocação, que nos sentimos viver nele, com os olhos cheios de encanto e a alma cheia de interesse, como se nós mesmos pertencêssemos à época em que toda a ação do livro, muito mais história do que romance, amplamente se desenrola.

Vemos, logo no começo, a Sevilha do século décimo quinto, e o viver luxuoso das grandes casas de Espanha, onde em muitas das quais a cadeira senhorial ousava defrontar-se em orgulhos e pretensões com os tronos dos reis; e no solar majestoso dos Medina-Sidônia, vamos encontrar o pagem galanteador e disertado que, trazido dali a terras de Portugal, por cá se deixou ficar a pedido de Afonso V, servindo com o seu coração, que já era de português, a pátria de seus pais, assim restituída a ele próprio.

Esse pagem, depois escudeiro e cavaleiro, é acompanhado pelo autor e pelo leitor, primeiro na sua missão e ofício de personagem da corte e do séquito real, durante o último quartel de vida, tão agitado e tão pouco feliz, do rei, que em Portugal o havia detido e que sempre lhe dispensou o seu favor; depois, em toda a sua peregrinação ao Oriente, na demanda das terras do Preste, até dar fundo na Abissínia, onde para sempre o detiveram; esmagando-lhe a alma num cativeiro perpetuo, que não deixou de ser profundamente tirânico, embora lho houvessem tecido com laços de simpatia, doirado com o lustre das riquezas e das honras, agasalhado no ambiente da família, e engrinaldado com as rosas do amor.

O idílio amoroso, que constitui a trama romântica fundamental, de onde veio por fim a ser gerada esta sucessão esplendida de quadros históricos, passa-se na intimidade dos corações e das consciências daqueles a quem um vivo afeto prendeu para sempre, mas para os quais a mais viva aspiração da alma foi um sonho que jamais se realizou. Não se pode conduzir fio mais tênue, com mais delicadeza e mais perícia, através do labirinto de rudes acontecimentos, onde as energias físicas do homem são postas a toda a prova, sem nunca se lhe embotar a agudíssima sensibilidade do coração.

Parece-nos até, que a verdadeira e mais bela originalidade deste livro reside no contraste a que damos relevo agora. Os que tenham pensado encontrar nele uma obra de completa ficção, podem talvez ficar desapontados ante o predomínio que ali assumem a exatidão, a abundância, a veracidade histórica. Mas a condução do fio ideal e sutilíssimo, de uma pura e platônica paixão amorosa, acendida nos mistérios de duas almas amantes, e alimentada em todo o decurso da vida com os óleos da religião e da cavalaria, com os incitamentos do dever e da honra, a hábil e engenhosíssima condução desse fio, repetimos, com a qual o autor parece nada se preocupar sem que todavia um momento a descure, é uma das maiores provas que Zeferino Brandão nos podia dar, de quão delicado é o seu temperamento artístico, de quão profundo é o seu sentimento poético, de quão esmerado é o seu fino gosto.

E aqui me deixaria longamente a palestrar com os leitores sobre os méritos da obra, que diante dos seus olhos vai deslizar, se não reparasse em qual deve ser já a sua impaciência, e em como é tempo de os deixar a sós com o dono da casa, do qual sabem já que tem a esperar uma recepção de primor.

*26 de fevereiro de 1897*

*FERNANDES COSTA*



## ADVERTÊNCIA

O episódio, que vai ler-se, é, como todos os episódios românticos, um pequeno espelho. Procurei dispô-lo em termos de refletir uma luz calma e pura, como o céu transparente e sereno, e não representar a vasa de lodaçais, dessas misérias, que são a mais viva chaga social de todos os tempos, o terrível problema a resolver, o alfa e o ômega das civilizações.

Sem sacrificar nem a sombra da verdade histórica, não tive de roçar por impudências, nem de envolver-me em meandros asquerosos, salvo no incidente da sucessão à coroa de Castela.

Não acuso de imorais os que revolvem o lodo.

A quem deixa estagnar a água, pertence mormente a responsabilidade na formação dos atoleiros. Mas alguns escritores tem olhos de lince para descobrir o mal, e de toupeira para enxergar o bem: uma cegueira lamentável em ambos os casos.

No reinado de D. João II, em que se passa quase totalmente o episódio, houve, como em todas as épocas, grandes virtudes e grandes vícios. Destes não cuidei, porque não podia ir buscar a um meio, onde nunca estiveram, os meus dois protagonistas, que são verdadeiros no sentido eterno da palavra, antes de o serem no sentido histórico.

— E como fazê-los representar também papéis violentos em dramas ou tragédias, que despertassem interesse, reconhecendo eu que a história, à qual subordinei a sua ação, cortaria implacavelmente as azas da minha fantasia?

Era porventura mais impressivo, ou ao menos mais acomodado ao gosto hodierno, um enredo cheio de peripécias fabulosas. No colorido, porém, desses quadros fantásticos deveria empregar as tintas modernas, e nem eu sabia pintá-los, nem eles eram autênticos.

Comemoro enfim, conforme sei e posso, o quarto centenário do descobrimento do caminho marítimo da Índia.

*Zeferino Brandão*

## I - DESPEDIDA

O leitor já visitou Sevilha? Pois se nunca a enxergou sequer, afirmam por lá os nossos vizinhos, que *não viu maravilha*.

Os atrativos da vida sevilhana seduzem-nos tanto, que nos oferecem crer no velho provérbio andaluz, e compensam certamente a princesa do Guadalquivir do muito que lhe falta em monumentos para ser admirada, e em melhoramentos materiais para rivalizar vantajosamente com as cidades modernas.

O leitor e eu vamos percorrê-la no terceiro quartel do século XV, em um dia calmoso do estio.

Abrasa tanto calor!...

Em breve zombaremos dele.

Os árabes, que faziam de seus palácios pequenos paraísos, rodeavam-nos de jardins e fontes, no intuito de refrescar as regiões ardentes, que povoavam, e até no interior dos próprios edifícios possuíam esses mesmos refrigerios. Ora as casas de Sevilha traduzem fielmente os costumes de seus antigos senhores; e, como temos de entrar em uma delas, poupar-nos-emos a insolações.

Cingem Sevilha fortes muralhas, do alto das quais se contempla a extensa planície do vastíssimo contorno, povoado de vistosas e alegres alquerias.

Pela porta de Triana sai-se ao importante arrabalde deste nome, e com ele se comunica por uma ponte de madeira fundada sobre grandes barcas, que com grossas cadeias de ferro a sustentam, amarradas no castelo. Sob esta corre caudaloso o Guadalquivir, que parece envaidecido da sua justa nomeada, não só por dar ancoradouro seguro às maiores naves, que sulcam os mares, senão por facilitar assim as relações comerciais, e animar a florescente indústria fabril dos sevilhanos; — o que torna riquíssima de população e haveres a formosa metrópole andaluza.

Cerca do rio ergue-se a torre, que, pelo primor da fábrica, se denomina do Ouro.

Á catedral, cuja edificação começou quase ao entrar do século, em que a estamos vendo, sobre os alicerces da antiga mesquita, chama-se vulgarmente a *grande*, como à de Toledo a *rica*, à de Salamanca a *forte* e à de Leão a *bela*.

Ao lado dessa imensa mole alteia-se soberba a torre de tijolo cor de rosa, que coroava a mesquita, e é rematada por outra de menores dimensões com variedade de pinturas mui singulares em todo seu circuito. Este minarete, o

mais notável monumento árabe, da sua classe, na península, foi construído pelo célebre alquimista e arquiteto Géber, a quem se atribuiu, sem fundamento, a invenção da álgebra.

— Não olvide o leitor, que estamos no décimo-quinto século, em que não existe ainda o *Giraldilo*, e por isso a torre não é conhecida pelo nome de *Giralda*.

Numerosa a casaria da praça; alguns edifícios podem comparar-se em tudo com palácios realengos.

As mulheres prezam-se de caminhar com garbo e passo curto; de falar com graça e vivacidade; de vestir com louçania e riqueza; de dançar e cantar ao som das castanholas e das guitarras com elegância e desenvoltura; de encobrir com a mantilha um dos seus formosíssimos olhos por tal arte, que parece terem cravado na face um diamante negro, a refletir a luz fulgorosíssima do belo sol da Andaluzia.

O sevilhano passa por nós muito ancho da sua pessoa, e da sua Sevilha, que não só possui os títulos de mui leal, mui nobre e mui heroica, senão que é pátria de notabilíssimos santos; por isso até um poeta exclama patrioticamente:

*“Que Dios, Sevilla, en tu preciosas venas  
Para el Cielo crió tantos tesoros,  
Cuantas el ancho mar esconde arenas,  
Cuantas estrellas los celestes coros!”*

Sem embargo de tamanha glória, a cidade de Maria Padilha tem sido também algo pecadora...

A nobreza opulenta de rendas de seus vastos domínios rurais, em que abundam frutos e gados, sustenta luzidas tropas de escudeiros fidalgos, que põe ao seu serviço e ao dos reis, alentando os impulsos das próprias ambições e prosápias.

Nas suas casas tem grandes depósitos de armas, e nas suas cavalariaças centenares de cavalos. Empara em vida os de sua hoste, e deixa-lhes fartos legados em seus testamentos.

Um desses grandes senhores é o duque de Medina-Sidonia; ou de Sevilha, como também o tratam.

Entremos no seu palácio.

Este grandioso edifício, exteriormente austero e nu, ostenta no interior uma riqueza enorme, um luxo deslumbrante e voluptuoso, que determina a

influência exercida em Espanha pela civilização árabe. Pode considerar-se uma vivenda semi-oriental, como todas as do estilo *mudejar*, a que pertence, para a construção das quais as duas artes, cristã e maometana, se dão as mãos com tal engenho, que se harmonizam perfeitamente os dois elementos de manifestações tão diversas.

— Como sabido anda, os árabes que ficaram com os cristãos, depois de certos tratados, em virtude dos quais se lhes permitia conservar suas leis, religião e costumes, chamavam-se *mudejares*, e nas edificações, em que eram empregados, imitavam o luxo e magnificência dos povos, que os da sua raça haviam conquistado, especialmente da Pérsia.

Tornando, porém, ao ponto: na disposição geral do palácio adotou-se o estilo árabe, estabelecendo-se amplos pátios, e galerias, em volta das quais demoram as habitações.

A sala principal pertence ao terceiro período árabe puro. As paredes dela recordam os ricos tecidos orientais da Pérsia, assim por seus desenhos primorosos, como pelo brilhantismo do colorido. O pavimento acha-se coberto com uma alcatifa persa de um aveludado suavíssimo. No teto, o elemento decorativo predominante são estalactites e laçarias, tudo realçado com aplicação de cores e douraduras.

Os peregrinos ornatos desta sala bastam, para confirmar a frondosa imaginação dos artistas maometanos, e o respeito por eles tributado às suas tradições gloriosas.

Móvel não se vê, a não ser uma larga cadeira de espaldar, com sobrecéu e estofos de brocado. No centro da espalda, o brasão dos Medina-Sidonia. Uma riquíssima almofada de cetim bordada a ouro está colocada aos pés desta cadeira, em que somente costuma sentar-se o duque, ou algum estrangeiro de distinção, que o visita, e a quem ele oferece esse lugar de honra.

Em outras salas, paredes forradas de panos de Arraz e de Flandres, representando episódios da vida de Cristo, assuntos místicos, batalhas, torneios e cenas de caça; ou cobertas de tapetes turcos, imitando persas, guadamecins e azulejos, tendo os socos revestidos de mosaicos esmaltados. Os tetos, estucados e pintados, com imitações mais ou menos exatas da flora. Alguns pavimentos, alcatifados.

Nos aposentos dos duques pendem das paredes quadros de Giotto e da sua escola, de João Van-Eyck, Rogier van der Weyden, e do patriarca da pintura sevillhana, Juan Sanchez de Castro, que poucos anos antes fundara a sua escola. As paredes e tetos da antecâmara, armados e toldados de riquíssimos lambeis.

Os móveis, de pau-santo, primorosamente entalhados e forrados de brocado e ouro.

Na sala da duquesa vê-se um magnífico relicário, destes que o clero manda executar sobre desenhos próprios para maravilhar os fiéis, tal é a perfeita inteligência, que ele tem do seu tempo. Em cima de uma credência com três compartimentos em forma de degraus, cobertos de cetim e rendas de Flandres, repousam vários objetos de uso senhoril, uns de ouro, outros de prata e cristal de Veneza. Sobre um bufete de abano, coberto com um bancal de veludo, tendo ao meio bordadas as armas da duquesa, acham-se livros de horas luxuosamente encadernados e brochados de prata, uma escrivaninha de ouro, flores em vasos de cristal e castiçais de ouro. Nos ângulos da sala, açucenas em ânforas preciosas proclamam a sua candura triunfal, e roseiras enroladas em colunas de ônix exalam a sua fragrância suavíssima.

As paredes da sala de armas do duque exibem troféus de armas árabes, despojo rico das batalhas das Navas e do Salado, como: rodelas, adargas, onde se lêem lemas bordados a fio de ouro e a matiz, lanças em forma de meia lua, espadas, gomas, tridentes e alfanjes de dois fios.

Amplas colgaduras, tendo bordadas as armas da casa, encobrem completamente as estreitas portas de alerse.

O mobiliário do palácio, em geral, consiste: em cadeiras de espaldar coroado por dentilhões, tendo entalhado o brasão das armas de Niebla, título da família Medina-Sidonia, ou simplesmente a coroa ducal; algumas cadeiras ainda, lavradas com atauxias de ouro, marfim, prata ou cobre, e umas e outras com escabelos fixos ou moveis; almofadas de seda, sobrepostas duas a duas, e servindo de assento na sala de recepção da duquesa; faldistórios, tamboretos de espaldar, bancos longos e de espaldas, almofadados de tela de ouro e veludo; bancos de tesoura, bufetes de ébano artisticamente entalhados de prata, candelabros dourados, arcas para assentos, armário, cofre e até mesa de escrever, todas de madeiras preciosas e guarnecidas de prata, ferro ou bronze; relógios de parede em luxuosas caixas, umas de madeira, outras de ferro. Muito deste mobiliário é coberto de ricas tapeçarias orientais, que lhe dão um aspecto delicado e alegre com as cores vivas de seus bordados caprichosos. Enfim, mesas de prata, de ouro e de bronze, quadradas, de um pé só, além de outras de madeira, iguais àquelas no formato, e sobre que se vêem magníficos vasos de flores, cravejados de pedras preciosas, outros vasos de prata lavrada, salvas e floreiras.

Não entremos na antecâmara do duque, onde ele conversa agora com D. Juan de Guzman, que tem sido o seu irmão predileto.

Conforme o costume, a duquesa saiu logo de manhã para o jardim com as dez donzelas, suas familiares, levando, como cada uma destas, na mão um rosário e um livro de missa.

Á sombra do copado arvoredo ali rezam no mais edificante recolhimento. Terminada a oração as donzelas correm alegremente a colher flores, com que na volta ao palácio enfeitam o altar da virgem.

Na capela é esperada a duquesa com o seu séquito gentilíssimo pelas moças da câmara, e pelo sacerdote, que celebra a missa, ouvida por aquela pequena corte.

Em seguida serve-se o almoço, depois do qual a duquesa, acompanhada de suas donzelas e de alguns fidalgos, dos mais apontados em garbos de cavalarias, em esmeros de atavios, e em chistes de conversadores, passeia a cavalo no seu soberbo palafrém. Hoje, todavia, recolheu-se aos seus aposentos, e não deu o seu passeio habitual.

Deixemos, pois, entregue às suas meditações a virtuosa senhora. Naturalmente algum novo ato de caridade projeta, para juntar aos muitos, que tão justamente lhe tem granjeado o santo e doce nome de *mãe dos pobres*.

E, enquanto o duque fala com o irmão, acompanhe-me o leitor ao pátio principal do palácio.

É um quadrilongo regular, cercado de galerias, superior e inferiormente, decoradas com arabescos do mais fino gosto, sendo seus arcos em forma de ferradura, graciosamente entalhados e sustentados por dezenas de colunas de ordem compósita e de mármore alvíssimo. O pátio é ajardinado, tendo no centro uma fonte, cuja água cristalina cai dentro de um tanque largo que a circunda; e os canteiros são separados uns dos outros por lousas de mármore branco.

Na galeria superior sente-se rir e folgar. São as donzelas da duquesa. O sol não as incomoda, porque todo o vão do pátio está coberto com um grande toldo. Uma delas, desviando-se das companheiras, vê no jardim, perto do tanque, um pagem, e pergunta-lhe com inefável meiguice:

— Estais a despedir-vos das flores, Perico?...

— Quem sabe, se tornarei a vê-las!... — respondeu o pagem com pronunciado acento de tristeza.

— Pois porque não haveis de voltar?...

— Deus o sabe; mas diz-me o coração, que nunca mais verei Sevilha!...

— Tem cousas o vosso coração!... Deixai-o cá, para não vos ir atormentando com presságios pelo caminho...

As outras donzelas, que tiveram curiosidade de saber, com quem a sua companheira conversava, acorreram no momento em que Pero fazia esta pergunta à sua interlocutora:

— Se eu pudesse arrancar o coração do peito, de quem poderia confiá-lo, na certeza de que ficaria bem guardado?

— De mim! — exclamam todas a um tempo.

— Como ele não pode repartir-se, — ponderou o pagem — entregá-lo-ia a Beatriz.

— Sois mui gentil, Perico! — tornou esta. Graças pela preferência...

— Não fostes vós, quem me propôs não o levar comigo?...

— Sem duvida!... É, porém, essa a única razão da vossa escolha?...

— Não mo pergunteis... Se tivesse aqui um alaúde, cantar-vos-ia agora ao som dele:

*Con dos cuidados guerreo  
que me dan pena y suspiro;  
el uno quando no os veo,  
el otro quando vos miro.*

— Belíssimo, Perico!... — bradaram as donzelas com viva demonstração de alegria.

— Que gracioso sois! — acrescentou Beatriz e perguntou: mas porque esqueceste a guitarra, que é mais maneira, e vos lembrastes do corpulento alaúde, como lhe chamava o arcepreste de Hita?

— Vejo, que conheceis os versos de Juan Ruiz... — observou o pagem.

— Quem haverá aí, que os não tenha ouvido recitar aos trovadores e aos jograis?!... A propósito vinha agora recordar aqueles, em que o arcepreste descreve a recepção de D. Amor... Se quereis ter uma igual, quando regressardes, recitai-os, Perico!...

— Careceis dos nossos rogos?... — atalharam as outras donzelas.

Convém notar, que os duques de Medina-Sidonia, à semelhança dos reis de Castela, mantêm uma corte poética. Fazer versos está na moda, por isso são poetas os grandes senhores: almirantes, condestáveis, duques, marqueses, condes e reis. A verdadeira e legítima poesia conservava-se no estado latente, desde o reinado de D. Pedro, o Cruel. Passou depois à corte, e fez-se cortesã. Com tudo não havia perdido completamente o favor popular o romance brioso e sentido.

Os melhores poetas, que frequentam a casa Medina-Sidonia, são versados na língua árabe, e sabem numerosas lendas deste povo de poetas. Conhecem a escola provençal, e é-lhes familiar a literatura. Os romances castelhanos, e as mais belas composições poéticas de Espanha, anteriores ao presente século XV, todos os cavaleiros daquela corte sevilhana recitam com aplauso de damas e donzelas. O marquês de Santilhana, que por lá surge de quando em quando, ao passo que por todos é escutado com afetuoso entusiasmo, estimula os moços, repetindo-lhes esta máxima: “a ciência não embota o ferro da lança, nem afrouxa a espada na mão do cavaleiro.”

Neste meio social tão distinto, é que tem sido educado o pagem, e a família Medina-Sidonia dispensa-lhe os maiores carinhos.

Tirado, pois, a terreiro pelas donzelas, assume um certo ar de gravidade, parecendo ao mesmo tempo, que do seu olhar vivíssimo saltam chispas de luz e de graça, e exclama:

— Atenção!... Vai falar Juan Ruiz!...

Quando, porém, se propunha recitar o engraçado episódio, pôs termo ao animado colóquio o aparecimento do irmão do duque a uma porta da galeria inferior.

O pagem dirigiu-se logo a D. Juan, de quem recebeu uma ordem, e em virtude dela saiu apressadamente do pátio. As donzelas retiraram também logo da galeria.

Junto das cavaliças um velho mendigo, de compridas barbas brancas, de olhar cintilante e modos altaneiros, em que se traduz o seu orgulho de raça, inflexível sempre, até sob o jugo do infortúnio, tem feito as delícias de iguariços e lacaios, ora tocando sanfona, ora narrando histórias de bandidos e de feitiços dos mouros de Granada. A famulagem tinha tempo para tudo. Não se tratava então de aparelhar ginetes, para ir no encalço dos Ponces, inimigos irreconciliáveis dos Guzman, apesar do seu próximo parentesco; unicamente cinquenta cavalos estavam arreados, e prontos a enfrear à primeira voz.



São quase cinco horas da tarde. D. Juan de Guzman despede-se do irmão, que lhe mostra uma carta de D. Diogo Lopes Pacheco, marquês de Vilhena, recebida momentos antes, e abraçando-o diz-lhe: “D. Afonso que conte com dois mil cavalos”.

Passados poucos minutos as donzelas da duquesa sobem a um torreão do palácio, para ver sair a garrida cavalgada, em que vai caminho de Portugal D. Juan de Guzman.

Para maior luzimento do numeroso prestito de escudeiros e lacaios, com o qual D. Juan pompeava, o duque não só pôs ao seu serviço o discreto pagem, que o leitor conhece, mas deu-lhe também por companheiro um dos mais disertos trovadores da sua corte.

Ao lado dos azemeis, que conduzem possantes mulas pitorescamente ajaezadas e carregadas de baús com a bagagem, caminham uns romeiros, encostados ao seu bordão, e com a murça da esclavinha ornada de conchas e vieiras. Por intervenção da duquesa, haviam alcançado licença de jornadas com D. Juan até Portugal, devendo daqui passar a Santiago de Compostela, onde se dirigem, e deste modo evitar os caminhos de Espanha ora tão infestados de bandidos e salteadores.

As donzelas demoraram-se no torreão até se desfazer, lá ao largo, a última nuvem da poeira, que envolvia cavaleiros e peões; mas já não logravam distinguir um só deles.

— Quem sabe, se Beatriz desejaria descortinar unicamente o pagem?... Talvez. Nada, porém, comunicou às companheiras, que pudesse denunciar esse desejo.

— E Perico?... Levaria porventura gravada no coração a imagem de Beatriz?... Começaria a feri-lo deliciosamente o espinho da saudade?... Ou a lembrança de entrar no seu país, que, desde muito criança não tornara a ver, e em cuja corte teria ensejo de exhibir as singulares prendas, de que era dotado, apagar-lhe-ia da memória os venturosos dias de Sevilha?...

Ao leitor cordato afiguram-se decerto inoportunas tais perguntas, feitas com o fundamento único da cena, que presenciamos no pátio.

Tem razão. Esse galanteio inocente, próprio da mocidade dos partícipes, dos costumes da época, e até da índole das encantadoras filhas da Andaluzia, não autoriza a procurar mistérios no que tão natural se apresenta.

— Sabe o leitor o que logo ao começar da jornada está provocando os gabos de experimentados escudeiros?

— É a destreza, com que Pero, o gentil pagem, manda o rinchão fouveiro que monta. A cada galão do corcel sorri-se desdenhosamente, e com seus ditos joviais e maliciosos é o enlevo da comitiva.

Ditosa mocidade!...

Se voltássemos ao palácio dos duques, encontraríamos talvez Beatriz a exercer o galante ministério de *juíza* em alguma *corte de amor*.

E cá fora veríamos o velho mendigo no mesmo lugar ainda, cantando ao som da sanfona:

*“Rosa fresca, rosa fresca,  
tan garrida y con amor;  
quando vos tuve em mis braços,  
no vos supe servir, no,  
y agora que os serviria  
no vos puedo aver no.*

.....

.....

## II - CONSPIRAÇÃO

Se o leitor tem folheado a história de Henrique IV, de Castela, pode poupar-se à leitura deste enfadonho capítulo, no qual vamos condensá-la, para melhor inteligência do que mais ao diante se dirá.

Esteve Henrique IV casado sete anos com D. Joana, irmã do rei de Portugal D. Afonso V, sem ter sucessão; até que, em 1462, a rainha deu à luz uma menina. Foi batizada esta com muita pompa, e gerais demonstrações de regozijo, pelo arcebispo de Toledo, D. Afonso Carrilo, sendo madrinha a infanta D. Isabel, irmã do rei, e padrinho, por procuração, Luiz XI de França. Pouco depois, reunidas cortes em Madrid, nestas foi jurada herdeira do trono a recém-nascida, a que se havia dado o nome de Joana, e ninguém protestou contra o juramento.

Era a esse tempo mordomo-mor do palácio D. Beltrán de la Cueva, que de pagem da lança passou logo a exercer essa alta dignidade, havendo sido igualmente agraciado com o título de conde de Ledesma. Mostrava-se este mui solícito no serviço da rainha, mas não fazia mais do que cumprir as ordens do monarca, de cujo favor e privança gozava com inveja e despeito de muitos, que não queriam reconhecer-lhe méritos para tanto.

Os negócios do Estado eram dirigidos pelo arcebispo de Sevilha; — o verdadeiro soberano, pois que D. Henrique passava seus dias caçando e divertindo-se.

D. João II, rei de Aragão, andava em guerra com seu filho D. Carlos de Viana, a quem não queria entregar o senhorio de Navarra, que pertencia a este, por morte de sua mãe; e com Luiz XI, para retomar o Roussillon, que lhe havia empenhado por avultada soma de dinheiro.

Aos parciais da justa causa de D. Carlos pertencia Henrique IV, e aos do rei usurpador, o arcebispo de Toledo e alguns grandes de Castela.

O marquês de Vilhena, D. João Pacheco, dizia-se amigo de Henrique IV; e, como era mui artificioso e dado a soltar só meias palavras, foi a Saragoça tratar da paz e boas relações de Aragão com Castela.

No seu regresso a este reino convidou, sem detenções, o arcebispo de Toledo e seus sequazes, para uma reunião secreta, que se realizou em um vale próximo de Alcalá de Henares.

Aí o marquês rompeu, sem mais preâmbulos:

— É forçoso guerrear sem tréguas Beltrán de la Cueva.

— Não se me afigura empresa difícil... — acudiu em tom pausado e sisudo o arcebispo de Toledo.

— Convenho; — replicou Vilhena — mas ainda é numerosa a parcialidade do rei, e tem à sua frente o arcebispo de Sevilha...

— E a nós, — atalhou, recachando-se, o prelado toledano — embora inferiores na quantidade, ninguém sobrelevará na coragem e na perseverança com que lutaremos. Demais... o rei é fraco, e o arcebispo de Sevilha...

— Sim, esse... — condescendeu o marquês, engolindo um pensamento, cuja execução de ninguém confiava. — Lembrai, pois, um plano, e contai com o rei de Aragão.

— Quereis um, que fira mortalmente o rei e o valido?... aí vai em poucas palavras: invistamos contra a honra da rainha!

Advirta-se, que o arcebispo de Toledo era um daqueles prelados da idade media, nascidos antes para brandir a espada acerada do guerreiro, do que para menear o cajado pacífico do apóstolo.

O marquês de Vilhena compreendeu logo toda a perfídia do seu interlocutor, e, ocultando cautelosamente o assombro, que lhe produziram as suas palavras, perguntou sem hesitação:

— Como?...

— Divulgando, que a infanta D. Joana é filha de Beltrán de la Cueva — respondeu serenamente o arcebispo.

— E acreditá-lo-ão?... Talvez muitos o ponham em duvida... Como sabeis, o fato de ter o rei estado sem sucessão, durante sete anos, pode explicar-se com o semelhante de seu avô Henrique III, que esteve oito. Além disso a todos é bem presente ainda a cena de ciúme da rainha, que, batendo com um chapim na sua dama D. Guiomar de Castro, expulsou-a ao mesmo tempo do alcáçar de Madrid, sem evitar, que a sua rival esteja vivendo hoje tão entonada, por ser amante do rei, e dispensadora de mercês, aos que preferem ganhá-las com humilhações perante tal mulher, a conquistá-las às lançadas aos mouros...

— E desses fatos o que se conclui?... O primeiro à lembrança de ninguém acode. O segundo tem uma explicação natural no orgulho ofendido. Além de que o vulgo não deixa de crer às cegas em todas as acusações feitas aos potentados, e até as avulta enormemente... Acresce, que para o gênero desta não há defesa possível, e, dado o escândalo, já o monarca se não atreve a mostrar-se em público, sem correr o risco de ser apupado...

— Nessas circunstâncias deixará a infanta de ser a herdeira presuntiva da coroa... — contestou pausadamente o marquês.

— Sem duvida! — atalhou de pronto o arcebispo, a quem pareceu divisar no marquês de Vilhena certo ar de indecisão.

— Melhor é, pois, destronar já D. Henrique!...

— Ora até que chegamos ao ponto, por onde devíamos ter começado! — exclamou o arcebispo com mal contido júbilo, e, compondo o aspecto, de seu natural severo, acrescentou: e quem há de impedir-nos de o realizar?...

— Pois bem!... Mas antes de tudo o monarca Assinará as pazes com o rei de Aragão, afim de evitar, que continue a suspeita de qualquer acordo nosso com a corte aragonesa...

— É hábil esse lance!... — ponderou o arcebispo — Contudo não vos esqueçais do arcebispo de Sevilha...

— Seguramente...

— Vejo, que nos compreendemos...

— Resta saber, quem nos convirá no trono, cuja dignidade tratamos de restaurar...

— O infante D. Afonso; por isso mesmo que é uma criança tão débil e apoucada, como seu irmão. Agrada-vos?... — concluiu o arcebispo, sorrindo ironicamente.

— É uma criança que substitui outra... — observou Vilhena.

— É; mas D. Henrique retirou-nos a sua confiança, e D. Afonso há de obedecer às nossas inspirações...

Das reticências deste diálogo é lícito inferir, que os interlocutores não confiavam demasiadamente um no outro. O arcebispo de Toledo era insolente e audacioso. O marquês de Vilhena, mui solerte em intrigas palacianas, fazia consistir a sua força na brandura da sua linguagem, e sabia-lhe melhor ganhar a vitória por meio de traças ardilosas, e palavras mélicas. Não pretendia além disso desagraros tão cruentos, como o arcebispo; mas teve de concordar com ele, e com os outros conjurados, em espalhar pela lama as jóias mais belas de uma coroa, para a tornar ludibrio do mundo!

O que mais resolveram tão ínclitos varões, em seu conluio, i-lo-ão mostrando eles para glória sua.

Henrique IV, apesar dos reparos, que pôs na concórdia com o rei de Aragão, assinou as pazes propostas pelo marquês de Vilhena. Parece, porém, ter-lhe servido de acúleo a sua condescendência, para manifestar, mais do que nunca a sua intimidade com o conde de Ledesma.

Foi novo agravo aos conspiradores; por isso correu logo de boca em boca o nome de *Beltraneja*, posto por eles à inocente infanta, e pérfida injúria disparada ao pundonor de sua mãe.

Os amigos do monarca, cobertos de pejo, indignaram-se de ver caídos na baixaza, de propalar em tamanha infâmia aqueles, que se diziam *grandes de Castela!*

Procurou o rei atrair de novo ao seu partido o marquês de Vilhena, por saber quão perigosa era a sua inimizade, e este aproveitou o ensejo, para lhe propor a demissão do metropolitano de Sevilha. Não só conveio nisto o tímido monarca, mas ordenou também a prisão do prelado. O marquês avisou do rescrito a sua vítima, que passou logo para o bando dos descontentes!

Seguidamente intentavam os conjurados surpreender o rei em Madrid e apoderar-se dele. A vigilância do conde de Ledesma frustrou a tentativa. Acudiram de outra vez a Segóvia, quando o monarca ali foi; compraram a camareira Maria Padilha, que velava junto do dormitório, e pareceu-lhes ajeitado o lance; mas baldou-se ainda o atrevido desígnio.

De Burgos dirigiram ao desditoso rei uma representação, em que lhe diziam, com inqualificável despejo, havê-lo induzido o conde de Ledesma a fazer jurar por herdeira do trono D. Joana, chamando-a princesa sem o ser; pois que não era sua filha bem o sabiam ele e o conde!

O rei tremeu ao ler estas palavras. Afigurou-se-lhe conjurar todos os perigos, concertando o enlace de sua filha com o infante D. Afonso, e acedendo, a que Beltrán de la Cueva renunciasse o mestrado de Santiago, por que tanto suspirava o marquês de Vilhena.

Consentiu, pois, em que fosse jurado herdeiro da coroa seu irmão, uma vez que casasse com a princesa D. Joana; e o conde de Ledesma, por seu turno, entregou nas mãos do rei a sua demissão de mestre de Santiago, não por se considerar indigno de exercer esse alto cargo, mas para em tudo servir D. Henrique. Em compensação foi elevado a duque de Albuquerque.

Tão alta mercê exasperou mais a protervia dos coligados, que logo ergueram em uma planície, cerca dos muros da cidade de Ávila, um cadafalso, sobre o qual colocaram uma cadeira, em que assentaram um manequim, figurando D. Henrique de cetro na mão e coroa na cabeça. Leram muitas queixas contra o rei, e em seguida o arcebispo de Toledo tirou a coroa do boneco; o marquês de Vilhena, o cetro; o conde de Plasencia, a espada; o mestre de Alcântara, o conde de Benavente e o de Paredes, os restantes ornatos da realeza; e todos arrojarão, a pontapés, do cadafalso abaixo o vulto desataviado!

O infante D. Afonso foi posto por eles no mesmo lugar, todos lhe beijaram a mão, e aclamaram rei de Castela e Leão.

Pobre criança, que não tinha a consciência de ser naquele ato um mero instrumento da vilania dos turbulentos vassallos de seu irmão!

Em outros países menos familiarizados com as rebeliões, esta teria abalado profundamente a opinião pública; e, se não fora a inépcia e covardia de Henrique IV, que era o desespero dos bravos, a parte sensata do reino teria feito estalar a sua indignação contra os conjurados.

Esse aparato teatral de Ávila produziu um grande escândalo, sem dar um grande golpe, e logo depois malogrou-o completamente a recepção entusiástica, feita à princesa D. Joana em Saragoça.

Começou o marquês de Vilhena por esta razão a nadar entre duas águas, mostrando-se desejoso de dar conselhos ao rei; e, como o arcebispo de Toledo lhe lançasse em rosto esse procedimento, fingiu-se doente, a ponto de receber o sagrado viático, nomear aquele prelado seu testamenteiro, e pedir-lhe, que fosse patrono de seus filhos. Deixou assim de arrogar-se, em seu entender, a responsabilidade de certos atos, e preparou novas alicantinas.

O irrequieto arcebispo foi pôr cerco a Simancas; mas do alto das muralhas da velha cidade os sitiados escarneceram-no, chamando-lhe D. Opas; — o que significava compará-lo com o tipo mais repugnante dos homens conhecidos por traidores.

Outros grandes de Castela, embora pouco satisfeitos com a marcha dos negócios do Estado, acudiram ao serviço do rei, por compreenderem que se ventilava um processo de honra pública; todavia não puderam evitar, que Henrique IV caísse na fraqueza de tratar com os sublevados uma suspensão de armas por cinco meses, dando azo a despedir-se das duas parcialidades gente, que foi infestar as povoações, a ponto de provocar a fundação das *Hermandades*, para perseguir os malfeitores.

Os povos passavam de um partido ao outro, com uma volubilidade somente comparável à dos magnates. Tudo era confusão no meio da cáfila de potentados, cobiçosos de dar leis, e pouco amigos de sujeitar-se a elas.

O arcebispo de Sevilha e o marquês de Vilhena ofereceram ao rei os seus serviços, se ele consentisse, em que a infanta D. Isabel, sua irmã, casasse com D. Pedro Giron, irmão do marquês. Com a filha de Vilhena, D. Beatriz Pacheco, estava ajustado o casamento do príncipe D. Fernando, filho do rei de Aragão, que estimava esse enlace, o qual se não realizou por se opor tenazmente o almirante de Castela, avô materno do príncipe.

A infanta D. Isabel começou a seguir os rebeldes por toda a parte, sem fazer esforço algum de voltar para onde estava seu legítimo rei.

O legado pontifício fulminou sentença de excomunhão contra os nobres e senhores, que não prestassem desde logo obediência à autoridade real, deixando de impedir, seu livre e expedito exercício; mas o arcebispo de Toledo, principal caudilho dos sediciosos, rio-se com eles do interdito, dizendo, que apelariam para um concílio. E mandaram logo a Paulo II uma embaixada, participando-lhe, que tinham aclamado o infante D. Afonso rei de Castela e de Leão. O papa respondeu, que em vez de atraírem as bênçãos do Céu sobre o infante, chamavam sobre ele os castigos eternos e a morte; e que com o seu exemplo a liga provocava todas as classes à desobediência.

D. Afonso faleceu de repente, na tenra idade de quinze anos, e os conjurados ofereceram a coroa à infanta D. Isabel, que a não aceitou, por não poder intitular-se rainha, em quanto seu irmão D. Henrique vivesse... Entretanto, porém, desejava ser jurada herdeira do trono, em competência com D. Joana, a quem chamou *suposta* filha do monarca.

Anuiu D. Henrique a efetuar-se esse juramento, com a condição de sua irmã não casar sem ele o consentir. Sacrificou deste modo a própria honra e a da rainha, sua mulher, sendo injustamente postergados os interesses da inocente infanta, sua filha.

Do juramento anteriormente feito a D. Joana, foi absolvido o reino pelo legado pontifício, o qual não atendeu os protestos da rainha contra tudo quanto se acordou em oposição aos direitos de sua filha, porque havia recebido o encargo de apaziguar dois litigantes, e, sendo-lhe impossível desatar um nó, julgou mais prudente cortá-lo.

Agora todo o ardor dos turbulentos se concentrou na escolha de marido para D. Isabel.

O almirante de Castela queria, que a infanta se desposasse com o seu neto D. Fernando, para ter em Aragão um auxiliar poderoso; o marquês de Vilhena opunha-se, não para obstar à união das duas coroas, senão para olhar pelo engrandecimento da própria casa, pois lhe haviam proposto antes o enlace daquele príncipe com uma filha sua. De sorte que, ainda mal apagadas umas discórdias, surgiam logo outras.

Era esta a política dos magnates rebeldes. Convinha-lhes ter sempre a coroa sob a sua influência, por isso eternizavam as parcialidades, buscavam em tudo elementos de perturbação, e a autoridade real era incessantemente um juguete em suas mãos.

Pudesse muito embora a pusilanimidade de Henrique IV, ou a sua falta de previsão e dignidade no poder, fomentar o gérmen das sedições; nada disso, porém, as justificava: serviram unicamente de deixar na história de um povo ilustre uma página indecorosa.

O casamento de Fernando com Isabel foi para o pai desse príncipe uma nova campanha, que tratava de vencer, comprando a peso de ouro os grandes de Castela.

Entretanto Henrique IV partia com o marquês de Vilhena para Andaluzia, afim de receber umas cidades, que se administravam por seu próprio arbítrio; e depois de ter feito jurar solenemente a sua irmã, que não casaria, fosse com quem fosse, antes de ele regressar. A infanta, porém, aconselhada pelo



arcebispo de Toledo, protestou secreta e intimamente, que faria o que bem lhe parecesse; e logo escreveu ao rei de Aragão, dizendo-lhe, que consentia em unir-se a seu filho, mediante certas condições, que seriam propostas pelos emissários, de quem ela encarregara a negociação. Mui vexatórias para o decoro do reino e do príncipe as consideravam os conselheiros do soberano aragonês; com tudo o matrimônio realizou-se. Correu logo que não estava valido, por se ter celebrado sem a dispensa pontifícia, tão reclamada pelo próximo parentesco dos cônjuges; mas como não havia escrúpulos, nem dificuldades para o arcebispo de Toledo, este não hesitou em faltar à verdade, afirmando, que a cúria romana lhe enviara muito a tempo o breve indispensável.

Quando Henrique IV recolheu a Madrid, recebeu dos sublevados uma exposição, na qual lhe participavam o consórcio da infanta, e as condições, em que se efetuará; sem deixarem, para maior ludíbrio, de solicitar o perdão do seu rei, por haverem, sem seu beneplácito, preparado e conseguido tão auspiciosa união. Ao mesmo tempo Isabel dirigiu a seu irmão uma carta afetuosíssima, em que lhe comunicava a sua mudança de estado.

Era o cumulo da insubordinação e da impudência!

O desforço de Henrique IV consistiu em reunir um simulacro de cortes no vale de Lozoia, onde, perante a rainha e sua filha, fez declarar solenemente, que era irrito e nulo o ato de se haver jurado em Toros de Guisando, a infanta D. Isabel por herdeira do trono, em virtude de concessão feita por ele monarca, pois lhe fora esta arrancada à força, e ofendia os direitos de sua legítima filha. Assistiram a essa assembleia alguns delegados de Luiz XI, que celebraram por procuração o casamento de D. Joana com o irmão daquele soberano. As cidades, que se prezavam de leais, sendo Sevilha uma das primeiras, deram a tudo seu assentimento; mas o noivo da princesa não chegou a cumprir a palavra, que por meio de poderes especiais havia empenhado.

Por conselho do marquês de Vilhena, Henrique IV voltou-se para D. Afonso V, a quem propôs o casamento com D. Joana, a qual levaria em dote os reinos de Leão e Castela; porém, o monarca português, mais receoso dos artifícios de Vilhena do que das dificuldades do assunto, deu largas ao negócio, e Henrique IV entretanto tentou ainda procurar para genro o infante D. Henrique de Aragão, filho de outro, que, cinquenta anos antes, havia sido o primeiro perturbador de Castela.

Começou o ano de 1474.

Henrique IV estava em Segóvia, e o alcaide desta cidade, Andrés de Cabrera, teve artes de fazer, com que o soberano se avistasse no alcáçar com a infanta D.

Isabel. O rei, por sua natural bonomia, recebeu a irmã, que não solicitou, nem esperou permissão para apresentar-lhe o marido. Era D. Isabel, na frase de um legado de Sixto IV, sobradamente animosa e discreta, para deixar de conseguir o que desejasse, por isso não tratou de desculpar-se, senão de comover o irmão a ponto de lograr induzi-lo, a que no dia de Reis lhe desse e ao marido uma prova pública de afeto, indo à missa com eles, e voltando com grande comitiva ao alcáçar. Aqui tinha o alcaide farto e delicado almoço. O rei comeu com sua irmã e cunhado, e ao cair da tarde sentiu-se tão mal, que foi mister levá-lo em braços para o palácio. Em quanto esteve de cama não cessaram as diligências, para que declarasse sua irmã por herdeira do trono. Negou-se a isso constantemente. O marquês de Vilhena advogava a causa de D. Joana, o arcebispo de Toledo a de D. Isabel; e ao passo que esta infanta se mostrava tranquila e disposta a sustentar a todo o transe suas pretensões à sucessão, D. Fernando pelo contrário, não parava em parte alguma, como quem sentia na consciência um peso, de que não podia aliviar-se.

Depois do almoço de Segóvia, Henrique IV nunca mais gozou saúde, até que faleceu em 12 de dezembro do ano a que nos estamos referindo. Dois meses antes tinha morrido o marquês de Vilhena, a quem sucedeu seu filho D. Diogo, que assistiu com o cardeal Mendoza, o conde de Benavente e o prior de S. Jerônimo, fr. João de Macuelo, aos últimos momentos do rei em Madrid.

Apenas o prior confessou e ministrou a Sagrada Eucaristia ao monarca moribundo, perguntou a este o cardeal:

— V. A. deixa testamento?

— Deixo — respondeu Henrique IV. — O meu secretario Juan de Oviedo o apresentará.

— E quem são os vossos testamenteiros? — continuou o cardeal.

— à exceção do prior de S. Jerônimo, ficam nomeados os presentes e o conde de Plasencia.

— E a quem deixa V. A. por herdeira do trono? — insistiu ainda Mendoza.

— A minha filha D. Joana — replicou o monarca serena e firmemente.

Seria grave ofensa à memória de Henrique IV supor, que na hora tremenda, em que ele se preparava, conforme a sua fé, para dar conta das suas fraquezas ao Onipotente, saísse de seus lábios uma mentira!

Ainda quentes os restos do malogrado monarca, D. Isabel fez-se aclamar, em Segóvia, rainha de Castela e Leão, mandando celebrar um solene *Te-Deum*,

como se acabasse de alcançar o maior triunfo. Seguidamente foi àquele mesmo alcáçar, onde havia entrado meses antes em companhia de seu esposo e do rei defunto, sentou-se junto daquela mesa, em volta da qual os três almoçaram, e presenteou o alcaide Andrés de Cabrera com o mesmo copo de ouro, de que se servira D. Henrique.

Parece um sarcasmo!

Em geral os historiadores e cronistas espanhóis defendem e exalçam a sucessão de Isabel a Católica, servindo-se, para combater a legitimidade e o direito da princesa Joana, dos mesmos pretextos, de que lançaram mão os rebeldes.

Não é deste modo, que deve compreender-se a missão da história.

Pode o historiador alardear a sua erudição e os seus talentos; se o seu critério, porém, não for imparcial e desapaixonado, sacrificará a verdade, que é a alma, a beleza da história, e a honra suprema, de quem a escreve.

O fato de ter D. Fernando o Católico, depois de viúvo, pretendido desposar-se com a princesa D. Joana, por si só bastaria, para lavar a nodoa, com que macularam a reputação da mulher de D. Henrique.

Mas a tímida onda sediciosa não envolveu unicamente os povos de Castela; saltou a fronteira portuguesa, e arrastou na ressaca o nosso D. Afonso V, que no conceito de Camões,

*Fora por certo invicto cavaleiro,  
Se não quisera ir ver a terra Ibérica.*

### **III - NOVO ESCUDEIRO**

Após o passamento de Henrique IV, todas as esperanças dos partidários de D. Joana firmavam-se no herói de Arzila; e as de D. Isabel no apoio de Aragão principalmente. Estava prestes a travar-se a luta, em que devia afinal decidir-se da sorte das duas contendoras, colocadas em circunstâncias mui diversas.

Isabel, ainda em vida de seu irmão, soube preparar-se a tempo; Joana era uma criança inexperiente, filha de uma senhora sem prestígio, e sem a necessária energia para colocar-se à frente do movimento, que se operava a favor da justa causa da princesa de Castela.

Também a morte veio surpreender a infeliz viúva no início das hostilidades, de sorte que sua filha, órfã prematura de pai e mãe, ficou inteiramente à mercê da versatilidade característica de seus parciais. Estes, mais por acudir à vingança de

seus ódios particulares, e ao acrescentamento de seus patrimônios, do que por zelo do bem público, ou amor de justiça, trataram de comprometer D. Afonso V, para lhes saciar a cobiça.

Estava o rei de Portugal em Extremoz, quando lhe chegou às mãos o testamento, em que seu cunhado Henrique IV declarava ser a princesa D. Joana sua filha, e a nomeava herdeira dos reinos de Castela e Leão, pedindo outrossim a D. Afonso V, que aceitasse a governança deles e casasse com a sobrinha.

Ouviu D. Afonso sobre o assunto o parecer de seu filho, bem como o dos grandes e principais do reino, a quem consultou mais talvez pelo respeito às praxes estabelecidas, do que resolvido a seguir qualquer conselho, que contrariasse o seu reservado intento. A fim de saber não só quantos e quais eram os magnates castelhanos legitimistas, como de certificar-se da valia deles, enviou a Castela Lopo de Albuquerque, seu camareiro-mor, depois conde de Penamacor.

A esse tempo chegava D. Juan de Guzman a Extremoz, onde foi recebido pelo monarca.

Não podia ser mais a propósito esta visita, e D. Afonso folgou muito com ela, dando ao seu hóspede cordialíssimo agasalho, como naturalmente pediam a lhaneza e afabilidade do rei, que cativava com o seu trato grandes e pequenos.

Entregou-lhe o recém-vindo uma carta, em que o duque de Medina-Sidonia o apresentava a D. Afonso, garantindo a aprovação antecipada a quanto entre ambos ficasse assentado.

Terminada a leitura do escrito, começou Guzman por dizer:

— Não ignora vossa alteza, quanto é lastimoso o estado de Castela. O reino sem direção, nem governo, combatido por todos os princípios de dissolução, caminha rapidamente para uma ruína tremenda, e nas mãos de vossa alteza está o poder evitá-la.

— São esses os meus desejos; — replicou D. Afonso — mas, como sabeis, a empresa não é fácil, por isso careço de inteirar-me da lealdade dos que se propõem pugnar pela justiça e direitos da princesa, minha sobrinha.

— Da parte de meu irmão — tornou Guzman — venho eu prestar homenagem a vossa alteza, a quem ele jura servir em tudo, obrigando-se a auxiliar, tomar e reconhecer por seu legítimo rei e Senhor, se vossa alteza se desposar com a senhora D. Joana, e for sem demora tomar posse do governo de Castela.

— O duque é digno dos meus louvores, e mais ainda pela forma, como procede, oferecendo-me ocasião de conhecer-vos, para muito vos estimar.

— Mercê a vossa alteza, meu Senhor. Em breve poderei talvez provar-vos a gratidão do meu ânimo, onde também o seu esforço mais se manifeste.

— Praz-me ouvir-vos, e ver-vos tão deliberado!

D. Juan de Guzman cortejou D. Afonso, e disse-lhe com aprimorados ademanes de cavaleiro:

— Espero que meu irmão me confie o comando de dois mil cavalos, que desde já põe ao serviço de vossa alteza.

— É contingente valioso esse — observou D. Afonso.

A respeito das forças, com que poderemos contar devo em breve ser definitivamente informado pelo marquês de Vilhena.

— Assim o creio. Talvez a demora dos seus esclarecimentos dependesse da resposta de meu irmão.

— Porquê?

— à hora da minha partida para Portugal recebeu o duque uma carta de D. Diogo, na qual lhe perguntava com quantos cavalos concorria, pois desejava enviar a vossa alteza uma nota das tropas castelhanas, com que poderíamos entrar em campanha, e a Luiz XI a da totalidade do exército.

— E o marquês comunicava também ao duque o computo dos já inscritos?

— Sim, meu Senhor. Anda por dezoito mil cavalos; devendo, porém, este número elevar-se, quando constar a entrada de vossa alteza em Castela, pois muitos dos cavaleiros, que até agora não aderiram, o farão imediatamente.

D. Afonso V não pôde ocultar o jubilo, que lhe causou esta nova de ter já por si em Castela tão importantes forças; e com a sua habitual familiaridade afirmou a D. Juan de Guzman:

— Eu tenho muita confiança nos cavaleiros castelhanos. Não os há mais briosos certamente.

— Mercê por eles, meu Senhor.

— Agora aqui vos deixo para serdes recebido pelo príncipe, que muito gostará de conversar convosco.

É fácil de presumir, sobre que versaria principalmente a palestra, sabendo-se do interesse, que mostrava o príncipe D. João em seu pai aceitar o papel, que Henrique IV lhe distriboíra no testamento.

D. Juan de Guzman poucos dias se demorou em Portugal; foi, porém, o tempo suficiente para D. Afonso e seu filho conhecerem e apreciarem o pagem, que viera na comitiva. Dele fizeram grandes gabos ao fidalgo sevilhano, o qual, mais talvez por alardear filaúcias de família, do que por enaltecer as qualidades do moço, ou por ambas as razões, referiu em resumo: que da Covilhã costumava ir a Sevilha o pai do pagem comerciar e conquistara grandes créditos. Tendo afinal estabelecido a sua residência naquela cidade, onde era geralmente estimado, acedeu ao pedido, que lhe fez o duque de Medina-Sidonia, de deixar-lhe educar o filho, então muito criança ainda, mas dotado já de singular viveza. Como falecesse o mercador, pouco depois, e já viúvo, ficara o pagem inteiramente confiado ao amparo do duque. Possuía prendas muito estimáveis, poderia em breve ser um excelente cavaleiro, e chamava-se Pero da Covilhã, por causa da sua procedência.

Esta narrativa ainda mais aguçou a D. Afonso e ao príncipe o apetite de terem o pagem ao seu serviço; e D. Juan de Guzman já havia reconhecido isso na maneira como lhe falavam dele.

Na véspera do seu regresso a Sevilha, perguntou Guzman a Pero da Covilhã:

— Quereis ser pagem do rei de Portugal?

— Tudo quanto sou — respondeu Pero — devo ao senhor duque, por isso não tenho ânimo de separar-me dele.

— Esperava essa resposta; — volveu Guzman — mas se eu vos pedir, que fiquéis?

— Obedeço, porque de vossa mercê somente recebo ordens e não pedidos.

— Meu bom Perico! — exclamou afetuosamente Guzman. — Muito me custa deixar-vos cá; mas o senhor D. Afonso, que, dentro em pouco será rei de Castela, mostra desejos de ser vosso amo, e eu tenho-os de o bem servir; por isso entregar-vos-ei a ele, certo de que meu irmão assentirá ao meu propósito.

No dia seguinte saiu D. Juan de Guzman para Sevilha. D. Afonso V dirigiu-se a Évora, levando no seu séquito a Pero da Covilhã, já escudeiro, servido de armas e cavalo, sem embargo de não ter completado ainda vinte anos.

O rei antes da partida despachou o seu Arauto Lisboa com cartas para Luiz XI, a quem comunicava a resolução que tomara, de receber por esposa a princesa D. Joana, e de entrar em Castela com um grande exército, pois a isso o estava convidando a maior parte da grandeza castelhana. E sob o pretexto de recear, que na jornada sobreviesse ao seu Arauto algum acidente ou enfermidade, que o retardasse, escreveu de novo ao rei de França, insistindo agora principalmente em demonstrar os legítimos e inauferíveis direitos da rainha D. Joana. Ponderava habilmente, que o não ser deles esbulhada, era conveniência de ambos os monarcas, por quanto, se Fernando se apoderasse de Castela, viria a ser um vizinho formidável e perigoso, tanto para Portugal, como para França.

Procurava assim conciliar com acertada política as boas graças de Luiz XI, que mui interessado era, em que no trono de Castela estivesse um príncipe capaz de manter e conservar as antigas confederações e alianças desse reino com a França; mas contra todos em geral e sem exceção.

Neste ponto oferecia-se a dificuldade de ser Portugal aliado da Inglaterra, antiga inimiga da França, e querer Luiz XI, que Portugal ficasse compreendido no tratado a celebrar com Castela.

De certo modo veio o nosso monarca a prestar-se às vistas políticas de Luiz XI; o que determinou este a promulgar uma carta patente sobre o socorro, que dava a D. Afonso V, nomeando sire de Albret comandante de um exército destinado a invadir Guipúzcoa e Biscaia.

Com quanto o duque de Bragança tivesse já dado lealmente por escrito o seu parecer — que foi arquivado a seu pedido, para constar no futuro — acerca da entrada do exército português em Castela, D. Afonso, antes deste se pôr em marcha, conversou ainda particularmente com o duque a respeito do assunto.

— Insistis na vossa opinião? — perguntou o monarca ao duque de Bragança.

— Certamente, meu Senhor — respondeu o duque.

— Ora disse-me: não deverei eu confiar nas declarações categóricas, que por Lopo de Albuquerque me enviaram os grandes de Castela?

— Mais acertado fora, Senhor, desconfiar delas. Reparai bem, que esses mesmos, que vos chamam agora para sustentar os direitos de vossa sobrinha, são os que atraçoaram a D. Henrique, seu rei natural, depondo-o do governo do reino.

— Assim é. Mas não acreditais, que eles reconhecendo a justiça que assiste a minha sobrinha, queiram resgatar com uma nobre ação seus anteriores

desatinos, sem embargo de esperarem também receber de mim grandes mercês?

— O que me parece é, que a obediência por eles jurada depende unicamente da sua ambição, e vem acompanhada de mais interesse, do que de fidelidade e constância; por isso, se a sorte das armas começar a ser desfavorável a vossa alteza, depressa abandonarão a vossa bandeira.

— Sei, que como amigo me falais; mas a vossa prudência é agora descabida. Pois os nobres de Castela arriscar-se-iam por ventura a grandes perigos, oferecendo-me espontaneamente seus serviços, se duvidassem do seu e meu triunfo?!

— De tudo são eles capazes, meu Senhor, que os não há mais volúveis. Mas superiores em poder e em número são-lhes os mais avisados e prudentes, tendo ao seu lado o povo, que unanimemente aclamou D. Isabel por sua rainha. E uma aclamação, como esta, é vantagem muito grande no começo dos reinados, servindo até de justificar as pretensões mais duvidosas.

— Não ignoro quanto o poder de Castela excede o de Portugal; mas conto não só com os homens do meu reino, que são muito valentes, senão com outros tantos castelhanos, como de mais nações, que de boa vontade engrossarão o meu exército.

— E a D. Isabel não virão socorros da Sicília, tanto em dinheiro, como em armas, navios de guerra, cavalos e provisões? Aragão dar-lhos-á decerto; e até a Itália, pois são senhores dela, e primos dos reis da Sicília, o rei de Nápoles D. Fernando, e o duque da Calábria, seu filho.

— Sim, estão os meus adversários bem aparentados; mas não os temo apesar disso, e eu também *não nasci das pedras*. Conto igualmente com amigos e parentes; também me não falta dinheiro, *que é mais fiel que todos os parentes e amigos*, e tenho sobretudo a Deus em meu auxílio.

— Não pretendo demover vossa alteza do propósito, em que está; permiti, porem, que vos lembre ainda a recíproca aversão de Castela e Portugal, filha de um ódio inveterado entre os dois povos; e o perigo de expor a felicidade e a paz do vosso reino à inconstância e capricho dos grandes de Castela. Não olvide também vossa alteza, que, durante a vida de seu cunhado, não queria ouvir falar do casamento de vossa alteza com sua sobrinha, e que, aceitando-o agora, obriga o mundo, sempre pronto a desacreditar as ações dos príncipes, a murmurar e atribuir esta guerra a algum ódio reservado...

— Sem embargo disso, estou resolvido a entrar em Castela.



— Acato a deliberação de vossa alteza, e peço-lhe me conceda licença, para ter em alguns lugares desse reino postas prestes a salvar a real pessoa de vossa alteza e a minha, se necessário for.

A vigorosa argumentação do duque de Bragança, para combater o desígnio de Afonso V, fez suspeitar o príncipe D. João, de que fora inspirada por D. Isabel, próxima parenta do duque; suspeita essa, que dominou sempre o ânimo do príncipe, e foi mais tarde tão fatal à casa de Bragança.

D. João opôs-se apaixonadamente àquele parecer, por estar convencido de que o senhor de Vila Viçosa pretendia atalhar, a que D. Afonso V aproveitasse o ensejo propício, que se lhe oferecia, de dilatar os domínios da coroa, e unificar os reinos da península. Era vivamente aplaudido por alguns fidalgos portugueses, que observavam o invariável preceito, de não sofrerem os príncipes contrariedade a seus gostos. Preferiam por isso ser adutores, espécie de peste endêmica das cortes, para a qual se não descobriu ainda remédio.

O duque de Bragança havia previsto, quanto ia passar-se em Castela; e os sucessos, como veremos, bem mostraram ser mais difícil iludir a prudência, do que lisonjear um príncipe.

Faleceu o duque, antes de se pôr em marcha o nosso exército, e seu filho primogênito D. Fernando, duque de Guimarães, que lhe sucedeu em suas grandezas, tomou parte na expedição com seus irmãos, vassallos e dinheiro, sem que lhe entibiasse o zelo e a generosidade, com que servia o seu legítimo rei, consideração alguma pelo parentesco, que tão estreitamente o ligava aos príncipes do partido contrário.

Até aqui havia D. Afonso V reinado com muita glória e autoridade, sendo alvo da estima e veneração dos príncipes seus contemporâneos, alguns dos quais consumiam seus patrimônios e forças em guerras civis e domésticas, em quanto ele as expendia em ativar o influxo civilizador da religião católica, e ampliar a soberania de Portugal, havendo passado três vezes a África, onde seus cavaleiros mais acendraram a fama lusitana, e ele mostrou sempre a alteza de ânimo, de que era singularmente dotado.

A inclinação e gosto, com que se ocupava na conquista da África pela Barbéria, faziam-no olvidar a grandeza dos descobrimentos do Oceano, iniciados pelo infante D. Henrique seu tio. Quem sabe, porém, se ele continuaria a obra do solitário de Sagres, uma vez que não fosse impellido pela generosa idéia de reparar uma afronta, feita a sua irmã, e de socorrer uma órfã inocente e desamparada?

E seria somente esse o pensamento, que o levou a Castela?

Se o leitor, em alguma hora de seu desenfadamento, compulsasse os códices da preciosa coleção pombalina, que possui a Biblioteca Nacional de Lisboa, em um deles encontraria a seguinte lembrança muito instrutiva:

“Sendo antes destas três escreturas atras conteudas trautado casamento delRei Dom Afonso o quinto, padre delRei nosso Senhor e sobre ele com a Rainha Dona Isabel, que na era presente reinava, foi com embaixada a Castela o Arcebispo de Lisboa Dom Jorge grandemente, que hoje he Cardeal de titulo de Sam Pedro Marceleni, e está em corte de Roma privado e amado do Papa Inocencio, que foi Cardeal malfetano, e asi outros embaixadores, e vindos outros de Castela ao dito Rei sobre o mesmo caso, esta senhora Rainha Dona Isabel se casou com elRei de Cecilia e Príncipe d'Aráguam, filho delRei Dom João d'Aráguam, que primeiro foi Rei de Navarra, o qual casamento fez por mão do Arcebispo de Toledo dom Afonso Carilo, e do Almirante avoo do dito Rei da parte de sua mãe, e fique em memória que o fez porque o dito Senhor Rei Dom Afonso *a não quis, querendo ela muito*, e depois ele a quisera e ela como as molheres naturalmente sam vingativas o não quis quando ele quisera, e folgou de lhe dar competidor e de o anojar, como na verdade foi, *ca desta mesma causa naceo sua entrada em Castela com o titulo de sua sobrinha*, filha delRei Dom Amrique per dar trabalho à Rainha Dona Isabel, e se vingar dela, e como as cousas de sua entrada sobcederão fique do Coronista ao cargo.”

Com efeito Henrique IV, anos antes do seu passamento, oferecera, como vimos, a mão de D. Isabel a D. Afonso V; e desejou igualmente, que o príncipe D. João casasse com a princesa de Castela, D. Joana. D. Afonso dilatou a sua resolução, e somente quando muito instado por seu cunhado, pelo príncipe seu filho, e pelas diligências do marquês de Vilhena, mandou uma embaixada pedir a infanta. Os embaixadores esperavam pela resposta na aldeia de Cienposuelos, e afinal foram despedidos, dizendo-se-lhes, que se trataria por meios brandos de reduzir a infanta a obedecer a seu irmão. O arcebispo de Toledo cuidou imediatamente de dissuadir D. Isabel deste enlace, pondo em relevo a dilação descortês de D. Afonso, aconselhou-a, a que preferisse Fernando de Aragão, e entendeu, que, para frustrar as idéias dos adversários, devia fazer secretamente os preparativos, precipitar os tramites do negócio, e de um modo ou outro verificar o matrimônio, para que, realizado e consumado, não desse lugar ao *arrependimento da princesa*. E maior pressa se deu ainda, quando soube, que de Roma havia sido enviada a Bula de Paulo II, com data de 23 de junho de 1469, concedendo a dispensa a D. Afonso e D. Isabel. Fabricou então um breve apostólico, datado de 28 de maio de 1464 e com Assinatura falsa de Pio II, pois se opunha à execução do desposório com Fernando o impedimento da consanguinidade dos nubentes, e não havia outro meio de velar o sigilo e realizar o negócio com prontidão.

O atribiliário prelado toledano comprazia-se em forjar cabalas e cometer torpezas.

#### IV - JORNADA INFELIZ

Resolveu D. Afonso V entrar em Castela pela vila de Arronches, onde mandou reunir o exército. Antes da marcha, e conforme prescrevia o *Regimento de Guerra*, não só o rei, mas todos os fidalgos, que tinham de acompanhá-lo, receberam a Sagrada Eucaristia, indo depois toda a hoste assistir a uma missa solene, e sendo pelo celebrante benzida a bandeira real metida na funda.

Terminados estes atos, ao alvorecer de um formoso dia de maio de 1475, D. Afonso V

..... *“tocado de ambição  
E glória de mandar amara e bela,  
Sai cometer Fernando de Aragão,  
Sobre o potente reino de Castela.”*

Lá foram ajuntar-se com ele o duque de Guimarães, o conde de Marialva, Rui Pereira e outros fidalgos, os quais, atalhando pela Beira, chegaram a Piedra Buena, onde acampou todo o exército, composto de cinco mil e seiscentos cavalos, e quatorze mil infantes. Ali mandou D. Afonso V, que tomou então o supremo comando, chamar à sua tenda o condestável, o marechal, o ouvidor da hoste e o meirinho, bem como todos os fidalgos, cavaleiros e capitães, a quem recomendou obediência em tudo aos quatro primeiros; verificou o número da gente que havia, e deu as necessárias providências no tocante à ordenança, que as tropas deviam conservar durante a marcha.

Na frente saiu o *adail-mor* com um troço de ginetes, formando a guarda avançada; após ele o marechal, que era o aposentador e assentador do arraial; imediatamente o capitão de ginetes, seguido pelo capitão da vanguarda real, e logo a carriagem; na retaguarda o rei, e, cobrindo-a, o condestável, cujo cargo exercia em parte o duque de Guimarães. Formava as alas a fina flor da cavalaria portuguesa, e entre a vanguarda e a retaguarda não mediava mais de um tiro de besta, a fim de poderem mutuamente socorrer-se.

Ao condestável, que era o general da milícia, pertencia marchar na vanguarda. Na presente formatura as atribuições e preeminências dessa dignidade estavam repartidas por D. João, marquês de Montemor, filho do duque de Bragança D. Fernando I, e por seu irmão o duque de Guimarães.

A cavalaria compunha-se de *cavaleiros* e *escudeiros* de geração nobre; de *lanças*, que os senhores de terras tinham obrigação de dar, acompanhando

cada uma dois arqueiros, um pagem e um escudeiro; e de *cavaleiros* da ordenança dos povos do reino, sendo apurados conforme a quantia, que devia possuir cada morador para ter cavalo e armas. Estes somente eram reputados tropa regular e efetiva, e entravam na conta ou resenha das praças, que constituíam os corpos chamados besteria, denominando-se *besteiros do conto* tanto os de cavalo, como os de pé.

Dividia-se a cavalaria em pesada e ligeira ou à *gineta*. Na primeira, o homem era arnezado, e o cavalo bardado e encapacetado. Na segunda, os cavaleiros pelejavam armados de lança e adarga, usando de estribos curtos no aparelho do cavalo.

A infantaria constava de *besteiros, espingardeiros e piqueiros de pé*.

Na besteria diferenciavam-se os chamados de *polé*, por trazerem besta, que se armava com uma roldana daquele nome; os *besteiros da câmara*, que eram acontiadados e fornecidos pelas câmaras do reino; *besteiros de garrucha*, mais abastados e considerados, que os de polé, armados com bacinete de camal ou de baveira, e tendo besta com garrucha e solhas para arremessar virotões; *besteiros de fraldilha*, por levarem uma fralda de couro, que lhes servia como de escudo contra as setas do inimigo; e *besteiros do monte* ou caçadores.

Notaremos que o número das armas de arremesso se reduzia cada vez mais, à medida que as de fogo triunfavam da repugnância, com que foi acolhida, durante muito tempo, a sua invenção, mormente pela cavalaria, que considerava cobardes semelhantes armas, com especialidade as portáteis. No reinado de D. João II aparece já o cargo de *anadél-mor* dos espingardeiros, concedido a Paio de Freitas, cavaleiro da casa real, cabendo mais tarde ao rei D. Manoel a sua vez de extinguir em 1498 os acontiadados e besteiros, tanto de conto, como da câmara, todos os cargos de oficiais mores e pequenos da besteria, deixando unicamente os besteiros do monte em alguns lugares da Beira Alta, Alentejo e Algarve, com um *anadél-mor*, que era Pedro Alves, cavaleiro da sua casa, como consta da carta de 29 de maio de 1499.

A segunda dignidade do exército de D. Afonso V era a de marechal, a quem pertencia, além de outras obrigações e prerrogativas: repartir os alojamentos; executar e fazer cumprir as ordens, que recebia do condestável; e julgar as causas cíveis e crimes das gentes de guerra, levando um ouvidor consigo para esse fim.

O *alferes-mor* levava a *sina* ou *bandeira*, a qual não estendia ou desenrolava sem especial determinação do rei, quando estivessem à vista do inimigo, e costumava ter um *alferes pequeno*, que o substituíam. As bandeiras dos fidalgos não podiam tirar-se das fundas e estender-se, sem que o fosse a bandeira real;

podiam, porém, ir sempre estendidos os balsões ou insígnias. No guião do rei via-se a divisa que Afonso V tomara por sua mulher D. Isabel, e consistia em um rodízio de moinho com gotas de água esparzida ao redor, e na legenda *Jamais*. Com oito ou dez pendões pequenos era balizado e divisado o lugar escolhido para acampar.

Havia um *aposentador-mor*, que de ante-mão preparava os quartéis das tropas, quando estas se mobilizavam. O *capitão de ginetes* era o general de cavalaria; o *adail-mor*, o capitão dos besteiros; e o *coudê-lmor* comandava escudeiros e homens de armas, que não pertenciam a capitania alguma, e eram repartidos em troços de vinte por *coudeis*.

Desempenhavam o serviço e a guarda do rei vinte cavaleiros ou escudeiros, comandados por um *guarda-mor*. Eram escolhidos, e andavam armados de cotas, barretas, braçais, lanças e espadas; e no tempo de paz assistiam no paço junto da real câmara. Algumas vezes o soberano encarregava também da sua guarda o capitão de ginetes, sendo então de duzentos o número de cavaleiros, que ficavam em tudo considerados como os da câmara real.

Segundo prescrevia o *Regimento*, os soldados ou gente de guerra deviam trazer em batalha uma divisa, ou sinal de armas de S. Jorge, larga, e tanto no peito como nas costas, para se distinguirem do inimigo. As trombetas eram os instrumentos empregados nos diversos toques ou chamadas; mas afirma Rui de Pina, que nesta marcha a Castela já o nosso exército usou também dos atabales.

O trem de artilharia com suas bombardas e colubrinhas era morosamente conduzido. Estava a cargo de um *vedor-mor*, aprontá-lo e pô-lo em marcha.

Para este fim tinha atribuições amplas, estabelecidas em um *regimento* próprio, de que se lhe passou carta em 20 de abril de 1450. Requisitava às autoridades locais as bestas, bois, carros e barcos, que julgasse indispensáveis à condução do trem, sendo depois pago o aluguer; bem como os bombardeiros, ferreiros, carpinteiros e pedreiros, de que houvesse necessidade o serviço de artilharia, e aos quais pagava conforme os seus merecimentos. Anexa ao trem ia uma brigada de gastadores, para abrir caminho.

O príncipe D. João acompanhou seu pai até Piedra Buena, e daqui regressou a Portugal na mesma ocasião, em que o exército marchou para o norte, indo fazer alto em Plasencia.

Desta cidade mandou D. Afonso V a Luiz XI uma embaixada, composta de D. Álvaro de Ataíde e do licenciado João Delvas, a fim de negociar o seu reconhecimento como rei de Castela, e, conforme os desejos do rei de França, renovar os antigos tratados, que existiam entre as duas monarquias. Ao mesmo

tempo escreveu à cidade de Salamanca uma carta sobre os direitos de sua sobrinha aos reinos de Castela e Leão, e mandou publicar um manifesto, no qual se demonstrava a justiça bem fundada, com que eram combatidas as pretensões de Isabel e Fernando de Aragão.

Celebrou esponsais com a princesa D. Joana, que já o esperava acompanhada dos duques de Arévalo, marquês de Vilhena e outros magnates, e foi pública e solenemente proclamado rei, pelo que logo começou de intitular-se rei de Castela, Leão e Portugal.

Isabel e Fernando acrescentaram igualmente aos seus títulos os de reis de Portugal; de modo que não parecia lutarem uns pela união ibérica e outros contra, senão meramente para dar a presidência dessa união àquele que mais afortunado fosse.

D. Afonso V ia passando os dias em ruidosas festas, como se com elas se formasse o prestígio dos noivos, e nem por sombras suspeitava das diligências de D. Isabel, em comprar com o ouro e prata das igrejas o favor de muitas povoações, visto serem mui versáteis e caros os magnates. Em quanto o seu antagonista se divertia, conquistava ela as simpatias da classe burguesa. Percorria os seus estados. Procurava e enviava socorros ao exército, que seu marido comandava, para conter o progresso da invasão. Assegurava a fidelidade vacilante de Leão. Entabulava as inteligências, que lhe fizeram recobrar a importante cidade da Zamora. Reduzia o número de inimigos, que tinha na depravada e cúpida aristocracia. Lançava finalmente mão do tesouro de Castela, confiado à guarda do célebre Andrés de Contrera, a quem mais tarde brindou com o Marquesado de Moia.

Na marcha pela província da Estremadura, por contemplação com o duque de Arévalo, senhor de Plasencia, cometeu D. Afonso V um erro estratégico; pois, segundo Zurita, “foi de grande remédio para a conservação do estado do rei da Sicília, e seria de grande prejuízo, se a entrada se efetuasse pela Andaluzia, direito a Sevilha”. Seguindo este caminho, penetrava logo no interior do reino, e fazia-se forte em Madrid, como lhe aconselhou o marquês de Vilhena, que se mostrou descontente por não ser atendido, e tomou este pretexto para se retirar do serviço do rei. Era de esperar, todavia, que esse magnate assim procedesse mais cedo ou mais tarde, por quanto, havendo-se declarado a maior parte de seus vassallos contra ele, e a favor de Isabel, que os corrompeu a peso de ouro, intimidou-o essa arteira tática, e determinou-o a propalar, que já estava de acordo com D. Fernando e sua mulher.

Por grande parte da fronteira portuguesa sucediam-se amiúde as incursões de nossos vizinhos. Até o primogênito do duque de Medina-Sidonia, o duque D.

Henrique, moço mais audacioso do que prudente, fez uma entrada em Portugal, como se fosse em terras de mouros.

Este rebentão dos Medina-Sidonia era um isabelista sedicioso. Pouco depois da jornada de seu tio a Portugal, rendeu-se às astucias de D. Isabel, que lhe prometeu intervir pacificamente na eterna contenda com o marquês de Cadiz.

E sabe o leitor, quem levou à rainha da Sicília a notícia daquela jornada de D. Juan de Guzman?

— O velho mendigo, que nós vimos em Sevilha a tocar sanfona. Era um espião.

Para desafrontar-nos dos repetidos insultos, que sofríamos, mandou o príncipe D. João descobrir a campanha por homens práticos no país, escoltados de alguma cavalaria; colocar sentinelas ocultas nos lugares suspeitos, para avisarem das partidas do inimigo; cortar as estradas das serras com patrulhas, a fim de embaraçarem os castelhanos, que de ordinário se emboscavam por entre os arvoredos e quebradas do terreno; e proveu finalmente de remédio a tantos males, cuidando ao mesmo tempo da conservação e defesa do reino.

Terminados os festejos em Plasencia, onde Lopo de Albuquerque, para premio de seus serviços, foi agraciado com o título de conde de Penamacor, saiu enfim D. Afonso V daquela cidade com a rainha, a quem o nosso exército agora principalmente resguardava. Marchou por Arévalo em direção a Toro, não sem o inimigo estar bem informado acerca do movimento do exército; o que certamente não convinha, a quem era chamado e levado para socorrer.

O nosso monarca portou-se sempre com mais bondade, do que prudência, nesta empresa de Castela. E dizemos simplesmente empresa, porque não podemos denominar campanha, ao que não passou de correrias mais ou menos afortunadas, de uma e outra parte, sem que se ferisse uma batalha campal, digna desse nome, e em que ficasse lavrada a sentença do pleito.

Quase todos os grandes abandonaram D. Afonso V, deixando-o só no perigo, em que o meteram. Quando ele, porém, foi estabelecer os seus quartéis de inverno em Zamora, apresentou-se-lhe nesta cidade o arcebispo de Toledo, o qual sempre inconsequente e inconstante, sendo convidado por Isabel a auxiliá-la com os seus homens de armas, respondeu com a soberba peculiar do seu estado e do seu país: *que a tinha livrado de fiar, mas havia de mandá-la outra vez pegar na roca.*

De Zamora escreveu D. Afonso V a seu filho dizendo-lhe que viesse vê-lo, pois muito carecia de conferenciar com ele. Já o príncipe se tinha posto a caminho, quando o monarca soube, que os alcaides das duas torres, que defendiam a ponte sobre o Douro, à entrada de Zamora, se tinham vendido ao inimigo,

concertando-se em prender ou matar D. João na sua passagem por ela. Imediatamente comunicou D. Afonso V a seu filho, então já em Miranda do Douro, o traiçoeiro plano, em virtude do qual não devia avançar. Foi portador do recado o capitão de ginetes da guarda real, Vasco Martins de Sousa Chichorro, que teve de passar o rio a nado, para se furtar à vigilância do inimigo.

Entretanto resolveu Afonso V tomar a ponte à viva força, mas não o pôde conseguir. Fazendo-lhe ver os nossos o perigo, que corria, se permanecesse com a rainha em Zamora, pois deviam inspirar-lhe mais temor, que confiança, os habitantes da cidade, recolheu de novo a Toro, onde tanto ele como a rainha foram afetuosamente recebidos pelo alcaide.

Fernando de Aragão, que não tinha ousado mostrar-se ao seu adversário, em quanto ele esteve em Zamora, correu logo a ocupá-la; e, como o seu empenho principal era apoderar-se da rainha D. Joana, acudiu a Toro, tendo tomado à força uma torre nas cercanias, e feito enforcar trinta dos defensores dela, para dominar pelo terror a seus inimigos. De cima dos muros de Toro riram-se dessa façanha, e cobriram de motejos o autor, o qual aceso em ira, mandou por um rei de armas desafiar D. Afonso V, que não tornou à requesta. Então Fernando foi sitiar o castelo de Zamora, tendo inesperadamente encontrado forte resistência, onde não havia esperança de socorro; e D. Afonso V, ao sabê-lo, saiu de Toro em som de guerra, para ir apresentar batalha ao seu competidor. Fez alto em frente da fortaleza, e ali o esperou. Passadas algumas horas, retirava já para Toro, por lhe parecer que Fernando saía a pelejar com ele; mal, porém o viu fora da cidade, aguardou-o no campo outra vez em vão. Fernando escreveu em seguida várias cartas, em que blasonava de não ter querido D. Afonso esperá-lo e até fugira. Tendo o nosso monarca imediato conhecimento dessa falsidade por uma carta de Fernando para Isabel, e que foi apreendida, mandou por um trombeta denunciar em Zamora o escrito, e fazer publicamente o repto na forma costumada, sem lograr que lhe dessem resposta.

Tinha havido uma comédia de desafios a combate singular entre D. Afonso V e D. Fernando. Para segurança do feito, D. Afonso poria em reféns a rainha Joana, e D. Fernando a rainha Isabel. Fernando não concordou, alegando haver grande desigualdade no penhor.

D. Afonso V respondeu, que, se ficasse livre Isabel com sua filha, que já tinha, a contenda não se acabaria, pois de futuro novamente se levantava; sendo certo que, escusar-se o seu adversário a convir em tais condições, fazendo questão de igualdade das pessoas, era confessar que não queria o combate, como à honra de ambos convinha. Interpôs a sua mediação o cardeal de Castela, D. Pedro de Mendoza; mas não pôde conseguir-se o acordo sobre as condições da paz.



Nos fins de janeiro do ano seguinte, que era o de 1476, chegou o príncipe D. João a Toro, trazendo a seu pai dois mil cavalos, oito mil infantas e dinheiro. Não era demasiado socorro, para quem tanto carecia de engrossar o seu exército, pois D. Afonso V fora abandonado pelos magnates, à medida que a sua causa se tornara cada vez mais duvidosa, permanecendo-lhe fiel apenas o arcebispo de Toledo.

Os povos mostravam quase geralmente grande repugnância pelo domínio português, como se ele viesse avivar o ressentimento das feridas, que no coração do seu orgulhoso exército abria o montante do Mestre de Aviz.

A perda de Zamora foi um grandíssimo desastre, e a sua reconquista, depois da traição da ponte, somente poderia realizar-se, tomando as torres e conseguindo o descerco do castelo. Mas de que forças numerosas não seria necessário dispor, para efetuar duas operações, iguais ambas na dificuldade!

D. Afonso V optou pela primeira e marchou com o príncipe a sitiar a ponte.

— Para que?

Tomando essa posição de nenhum modo podia socorrer o castelo, onde tremulava ainda a bandeira portuguesa, pois tinha de permeio o rio, invadiável para a cavalaria. Se tentava provocar o inimigo a uma batalha, devia supor, que este o não buscaria senão com uma superioridade conhecida, estando, como estava, bem entrincheirado, e tendo cobertas todas as comunicações importantes.

Seguiu enfim D. Afonso a margem meridional do Douro, saindo pela ponte de Toro; e, tendo deixado nesta cidade o duque de Guimarães e o conde de Vila Real ao serviço da rainha, com a guarnição militar, que pareceu bastante, aproximou-se da ponte de Zamora em batalha ordenada, fez alto e assentou o arraial.

Ficar perto do lugar cercado, era não só condição imposta pelo pequeno alcance das bocas de fogo, mas preceito do *Regimento de guerra*, para fazer maior coração aos combatentes e enfraquecer os sitiados. A ponte estava enfiada pela nossa artilharia.

Cruzaram-se os fogos, que romperam logo de sitiantes e sitiados, sendo o dano, que sofríamos superior ao que causávamos. Houve uma pequena trégua para concertos de paz; inutilmente, porém, visto não se sugerir meio conciliador, de que não desdenhassem as prosápias dos negociadores dela. A sede de sangue causada pela febre guerreira, em que uns e outros ardiam, tornava-se cada vez mais insaciável. E contudo nenhum dos exércitos podia invejar ao outro a sua situação. O nosso, além de lutar com as dificuldades inerentes a uma guerra

feita em país estranho, tinha mais um inimigo a combater: o rigoroso inverno. Ao passo que as chuvas e neves o iam já dizimando, começava a falta de víveres a fazer-se sentir. Consumia-se enfim inutilmente.

Decorreram quinze dias. Uma noite chegou ao nosso campo a notícia, de que Fernando de Aragão fizera uma sortida sobre Toro na margem direita do Douro. D. Afonso V levantou apressadamente o cerco, para atalhar o passo ao inimigo, e foi o primeiro a chegar diante daquela cidade, onde mandou recolher o parque e a peonagem. Soube o príncipe durante a marcha, que Fernando não havia saído de Zamora, mas tinha para o bater, em um lugar chamado Fonte Sabugo, mais de seiscentas lanças, comandadas pelo duque de Vila Formosa, irmão bastardo de Fernando. D. João obliquou à direita, desviando-se assim da direção, que tomara seu pai, e preparou-se para ir dar de salto naquelas lanças.

Havia o nosso exército acabado de transpor um monte, e o inimigo, que começava então a subi-lo, mal corou o alto, descobriu o movimento dos nossos, a ordem com que marchavam, e, para nos deter, mandou picar a nossa retaguarda com algumas cargas ligeiras de cavalaria.

Avisado o príncipe, e prevenido D. Afonso V, volveu este à retaguarda; mas D. João, por lhe parecer mal disposto para a peleja o lugar, onde lhe deram a nova, pois tão apertado era, marchou para a planície, e ficou esperando, que o inimigo ali descesse mais despejadamente.

D. Afonso V, com quanto fosse um tático hábil, não teve tempo de formar as suas reduzidas tropas, de modo que pela boa distribuição delas fosse, quanto possível, suprida a falta de número. Repartiu-as em duas grandes frações. Tomou o comando de uma destas, e confiou ao príncipe o da outra, em que ficou a flor da cavalaria portuguesa.

Os castelhanos avançaram, também divididos em dois corpos: o da direita capitaneado por D. Álvaro de Mendoza, *vindo na reserva* Fernando de Aragão; e o da esquerda pelo duque de Alva, formando na retaguarda o cardeal Mendoza.

Desceram a encosta; mas ainda hesitantes, apesar da vantagem de terem a retaguarda coberta pelo monte; de contarem mais umas oitocentas lanças, pois que parte das nossas haviam escoltado a bagagem para Toro; e de disporem finalmente de infantaria mais numerosa.

Note-se, que na idade média não se conhecia toda a importância da arma de infantaria, nem a grande força, que lhe provém da ordem e uniformidade de seus movimentos. Dava-se quase exclusivo apreço à cavalaria, olvidando-se a máxima dos antigos, prudentemente restaurada pela ilustração militar dos nossos tempos, de que a infantaria é o agente principal do combate, ou,

como poeticamente dizem alguns, a rainha das batalhas. A própria qualidade dos exércitos, compostos de nobreza valente e destra, mas pouco subordinada, bem como dos contingentes tumultuários das cidades, era incompatível com a disciplina e outros requisitos essenciais da sua organização. Neste encontro de Toro, contudo, os castelhanos empregaram com proveito a sua infantaria ao encetar do prélio; mas o seu exército, embora aguerrido, não soube mostrar-se disciplinado.

Amanhecera triste e sombrio o dia dois de março de 1476. Quando os dois exércitos ocupavam as suas posições para travar a luta, devia o sol ter-se posto, e a claridade crepuscular era embaciada por uma chuva miúda e persistente.

Duas vezes as hostes afonsinas fizeram rosto ao inimigo, como quem o convidava a pelejar, até que, vendo D. Afonso V a perplexidade do adversário, mandou dizer ao príncipe, que ao sinal do combate, dado pelas trombetas, fosse o primeiro a romper.

Fez-se o toque. Aos gritos de guerra, *por S. Jorge e S. Cristovão*, investe D. João com a sua hoste. Opõe-se-lhe D. Álvaro de Mendoza, clamando com os seus *por S. Thiago e S. Lazaro*.

Os castelhanos avançaram com denodo sobre a hoste do príncipe, mas obrigou-os a recuar uma descarga dada pelos espingardeiros do arcebispo de Évora D. Garcia de Menezes. Aproveitando a hesitação, em que ficou o inimigo, a nossa cavalaria, como se fora uma forte muralha de lanças, animada de extrema velocidade, carregou impetuosa, irresistível, sobre as fileiras dos castelhanos, esmagando quantos tentaram quebrar-lhe o rompante. Aos primeiros golpes, esse punhado de bravos, com o príncipe real à sua frente, paralisou, desorganizou, pôs na mais completa debandada os melhores alfarazes de Castela. Ainda superior à carnificina, que em breve lapso juncou de cadáveres o terreno, foi o efeito moral desse choque violentíssimo, que percutiu até a reserva do inimigo. E por isso Fernando de Aragão — um moço de vinte e seis anos! — que, para não expor a vida à contingência de um golpe do seu adversário, se colocara a respeitosa distância, mal viu aproximar-se a hoste vitoriosa do príncipe, fugiu a unhas de cavalo para Zamora, sem tempo de reparar, se com efeito lhe seguiam a pista, e salvando-o a sua boa fortuna de ser apanhado por alguns dos nossos cavaleiros, que correram sobre ele.

Na ala direita D. Afonso V não pode cruzar também a sua espada com a do rei da Sicília, porque a não vê na sua frente; mas não lhe sofre o ânimo tê-la embainhada, e lança-se no combate.

Ribombam as descargas das espingardas, contendo os ímpetos da cavalaria; rechinam as setas, atravessando os ares; estouram as lanças arremessadas com

fúria; retingem-se de sangue as espadas nos crebros golpes; relinham os ginetes, discorrendo pela campanha, aliviados do peso dos cavaleiros, que caíram ou mortos ou agonizantes; ressoam, semelhando rugidos de feras, as vozes dos combatentes; soltam gritos de dor cruciantíssima os feridos, sem que possa acudir-lhes a caridade, e servindo antes de estímulos para a vingança; é enfim renhida, desesperada, horrível a refrega. Não cessa do ardor, com que começou de acender-se, e a vitória duvida, se há de inclinar-se à parte da multidão, ou à do esforço.

Corre o Cardeal Mendoza a reforçar o duque de Alva, e o arcebispo de Toledo em auxílio de D. Afonso V. Oitenta espingardeiros castelhanos a cavalo — o que para a nossa hoste era uma novidade — dão uma descarga, que fez hesitar um momento a cavalaria portuguesa; mas, apesar de ter o adversário empregado aquele último recurso, sem duvida reservado para o momento decisivo, logo recrudescer mais viva e encarniçada a peleja.

Partem-se as lanças, e as espadas são agora as armas dos combatentes no último choque.

D. Afonso V, sereno, indiferente ao perigo, parecia ter assentado expor às contingências deste dia a decisão da causa, que se impugnava. Era pois a morte ou a glória o escopo único daquele

*“Que a soberba do bárbaro fronteiro  
Tornou em baixa, e humílima miséria.”*

Quis arremessar-se ao meio das fileiras contrarias, mas os cavaleiros portugueses e castelhanos, que junto dele estavam, percebendo-lhe a intenção ao vê-lo preparar o corcel, detiveram-no; e, fazendo-lhe ver a superioridade numérica do inimigo a par do denodo, com que nos pleiteava o campo, apertaram-no com o seu conselho mais fortemente, do que as espadas castelhanas, obrigando-o a meter a sua na bainha.

Como entre D. Afonso e Toro muita gente contraria envolvia já parte dos nossos, não sem grande risco saiu o monarca do campo, e foi acolher-se a Castro Nunho, fortaleza, que lhe era fiel, e não ficava mui distante: acertada resolução esta, pois facilmente dali voltaria a Toro, que não era provável o inimigo sitiasse naquela noite; e poderia entretanto planear com Pedro de Mendanha, alcaide de Castro Nunho, a desforra do último conflito.

Mendanha era poderoso. Pagava soldo a trezentos cavaleiros; recebia das cidades de Burgos, Ávila, Salamanca, Segóvia, Valadollid e Medina certa quantia, para que lhes não fizesse guerra, e todos os grandes da sua vizinhança tinham o cuidado de manter e conservar as mais amigáveis relações com ele. Por isso D.

Afonso V, na conjuntura difícil, em que se encontrava, praticou um ato de boa política, indo ter com um homem de tanto valor, e que lhe era dedicado. É claro, que nem pela cabeça lhe passou a idéia, de que o príncipe real fosse derrotado, tal era a confiança que depositava no valor de seu filho e no dos companheiros, que lhe deu.

Ambos os reis, cuja lite se debatia, haviam pois abandonado o campo, um porque fugiu, o outro porque o não deixaram empenhar-se na refrega. Ficou vitorioso dele o príncipe D. João, que mandou recolher os feridos e os prisioneiros, sendo deste número o conde de Alva de Liste, tio de Fernando de Aragão.

Da hoste de D. Afonso V tinham fugido muitos para Toro; mas, porque estava fechada a porta da ponte, e somente se abriu mais tarde para entrar o príncipe, vadearam o rio, pagando quase todos com a vida a sua temeridade, pois que ele ia de monte a monte. Os golpes do ferro inimigo não vitimaram tantos, como a corrente impetuosa do Douro. Foram outros, mais prudentes, unir-se ao príncipe, e entre esses o escudeiro Gonçalo Pires, levando a bandeira real, que por instantes tremulara na mão de um castelhano.

Era o estandarte das quinas, o símbolo glorioso da nossa nacionalidade, que tinha sido confiado ao alferes-pequeno Duarte de Almeida, e lhe arrebataram depois de uma luta titânica.

Singulares contrastes!

Encontramos a vitória, onde fomos em menor número. Padecemos a injúria, onde dois dos nossos praticaram façanhas, que por si só bastariam para imortalizar o valor português. Uma delas deu a Gonçalo Pires o apelido de *Bandeira*; a outra, o cognome de *Decepado* a Duarte de Almeida.

*“Cercado por toda a parte  
Sua espada se partiu.  
Por guardar seu estandarte,  
D'arma o estandarte serviu:  
A destra mão jaz por terra,  
O seu guante a não guardou;  
O pendão na sextra aferra,  
E a mão perdida vingou:  
Outro golpe lhe separa  
A sextra mão que segura  
A bandeira, que jurara  
Conservar intacta e pura:  
Nem assim perde a bandeira,*

*N'hastea dura os dentes crava,  
Quando lança traiçoeira  
Seu ginete lhe prostava:  
Cai no chão o cavaleiro  
Sem vida, quase expirando,  
E ficou prisioneiro  
D'ilustre rei Dom Fernando.  
Mas a bandeira regada  
Pelo sangue português,  
Por Goncal'Pires livrada  
Breve foi, logo outra vez.”*

Assim descreve Ignácio Pizarro os dois gloriosos feitos. O de Duarte de Almeida é sublime de heroísmo! Com feridas tão rasgadas, que cada uma era larga porta para sair a vida, e sobrada para entrar a morte, o honrado cavaleiro resiste sempre! Cai enfim; mas não quer a Providência, que por aquelas feridas se esgote sangue tão generoso, e sirvam antes de bocas, para afirmar esforço tão desusado.

A bravura de Gonçalo Pires foi igualmente inexcelsível, pois *per força e como homem de bom coração a tomou a hun Souto-Maior Castelhana que a levava (a bandeira), e o prendeu sobre sua menagem*, abrindo a golpes de espada caminho por entre os cavaleiros, que já iam correndo na companhia daquele em direção a Zamora.

Tinha o príncipe resolvido não levantar o arraial, senão passados três dias, ou aguardar a manhã para de novo acometer o inimigo, por isso mandou acender fogueiras, e tocar trombetas e atabales.

O duque de Alva estava indeciso, e todavia era mister tomar uma deliberação.

Entretanto um pequeno grupo de biscainhos, pertencentes à peonagem mercenária do exército de Fernando de Aragão, conversava sentado sobre umas pedras, descansando ao mesmo tempo das fadigas do dia.

— Cães de portugueses! — grunhia um. — Por causa deles fizeram de nós morcegos!...

— Eu estou com uma sede, que de um trago enxugava agora a maior adega de Málaga! — tornou no mesmo dialeto um cavaleiro, que se aproximava, levando o cavalo à mão.

— Se os mouros consentissem... sempre é bom acrescentar — observou o outro, sem nenhuma curiosidade de saber, quem era o seu interlocutor, pois lhe falava no seu dialeto.

— Perros de Mafoma, que nos não vemos livres daqueles malditos! — exclamou o cavaleiro. — Mas, Virgem Santíssima! o que estaremos nós aqui a fazer? — perguntou o primeiro, como se uma idéia fixa estivesse a verrumar-lhe o entendimento.

— à espera naturalmente, que nos mandem recolher a Zamora...

— Já não é sem tempo. Para lá fugiu o rei, logo no princípio da escaramuça.

— Fugiu, não direi... Retirou...

— Pois seja assim; mas a rainha é mais homem do que ele. Não saia do campo sem dar meia dúzia de cutiladas. Ela sim!... aí está o da *Beltraneja*, que não desmaiou tão depressa. É verdade, que depois também se foi safando. Vi-o eu por aqui fora a mata cavalo. Na direção, que levava, ia talvez para Castro Nunho, que tem voz por ele.

— Sim, é o mais certo; — replicou em tom indiferente o cavaleiro.

Um sinal de trombetas no campo castelhano pôs termo a este diálogo. Os biscainhos partiram a incorporar-se na sua hoste; o cavaleiro montou a cavalo, e saiu a galope para os lados de Castro Nunho.

Acabaram as hesitações do duque de Alva. Ao ver, que os nossos se concentravam no acampamento sem aparência de receosos, valeu-se do silêncio e sombras da noite, e retirou com o exército para Zamora.

D. João permaneceu ainda mais três horas no campo, tomando-as pelos três dias destinados a celebrar a vitória, conforme o conselho do arcebispo de Toledo; dividiu depois a sua hoste em duas frações, uma com a bandeira de D. Afonso V, outra com a sua, ambas desfraldadas; e, sem mostrar pressa na marcha, como quem ia triunfante, recolheu a Toro.

Foi recebido com afetadas manifestações de jubilo, pois maior era o interesse de todos pela vida de D. Afonso V, cuja sorte se ignorava, do que pelo resultado do encontro dos exércitos beligerantes no campo de Pelaio Gonçalo. E tal ponto atingiu a consternação, abafada pelo receio de melindrar o príncipe envaidecido do seu triunfo, que o duque de Guimarães, com a sua liberdade e franqueza habituais, rompeu o silêncio.

— Não merece — exclamou alto e bom som — o nome de cavaleiro, quem abandona o seu rei, e o não segue na vida ou na morte!

E, dirigindo-se unicamente ao príncipe, perguntou-lhe:

— O que fizestes del-rei, vosso Senhor e pai?

Proferidas estas palavras, que nunca mais esqueceram a D. João, apareceu Pero da Covilhã, e disse ao príncipe:

— El-rei, vosso Pai, e meu Senhor, manda-vos participar, que vivo e são está, por isso sejais tranquilo.

— E onde está el-rei, nosso senhor?!... — perguntou com alvoroço o príncipe real.

— Em Castro Nunho.

— Quem nos trouxe tão bom recado?

— El-rei, meu Senhor, a mim próprio o deu.

A nova espalhou-se logo por toda a cidade. Foi celebrada com toques de trombetas e atabales, repiques de sinos, e outras demonstrações de alegria, feitas pela classe popular. E sem demora igualmente mandou o príncipe sair para Castro Nunho uma guarda de honra composta de numerosos cavaleiros, a fim de acompanharem D. Afonso V a Toro.

Entretanto carecia Pero da Covilhã de explicar a sua presença junto do rei, pois, desde o cerco da ponte de Zamora, militava na hoste do príncipe, havendo-se distinguido pela sua destreza e bravura na gloriosa refrega, em que conquistou novo brilho a intrépida cavalaria portuguesa.

Preveniu o príncipe a explicação, perguntando ao moço escudeiro:

— Como soubestes, que el-rei, meu pai, estava em Castro Nunho?

— Facilmente, meu senhor — respondeu Pero da Covilhã com a maior naturalidade. — Quando caiu a noite, comecei de inquietar-me, por ver, que em nosso campo não havia de el-rei novas, nem mandados. Ansioso de buscar sua alteza, era dominado por um triste pressentimento. As trevas da noite, e a confusão que reinava no campo contrário, poderiam talvez favorecer quaisquer pesquisas, que eu tentasse. Lembrei-me, de que me auxiliaria a facilidade, com que falo os dialetos de Espanha, e fui à ventura.

— Esquecestes, porém, que vos arriscáveis a perder a liberdade ou a vida — atalhou o príncipe.

— Não me ocorreu, com efeito, a idéia desse perigo, pois a que imperava unicamente no meu ânimo era a de servir bem a el-rei e a vossa alteza. — A



poucos passos do nosso acampamento apeei-me, e, quando caminhava na direção da margem do rio, ouvi falar uns biscainhos. Abeirei-me deles. Eram besteiros do inimigo, que estavam em descanso. Quase não repararam em mim. Tomaram-me naturalmente por seu convizinho, e, trocando comigo algumas palavras, um deles afirmou ter el-rei retirado do campo para os lados de Castro Nunho. Corri logo a verificar isto, e lá entrei hoje ao romper da alva. O resto sabe já vossa alteza. Agora, meu Senhor, peço-vos perdão de me ter afastado do acampamento sem licença de vossa alteza.

— Perdoado estais, que digno de louvor é o ato por vós praticado; e, se alguma culpa houverdes, resgatada fora já pelo valor e brio, com que pelejastes a meu lado.

— Beijo as mãos de vossa alteza por mais esta mercê...

Não olvidaram D. Afonso V e seu filho a lealdade e dedicação de Pero da Covilhã, como veremos.

O príncipe, depois de conferenciar com seu pai em Toro acerca da desgraçada guerra, para que tanto contribuíra com o seu conselho, regressou a Portugal; e o rei cavaleiro prosseguiu na sua aventura, sem pensar que o revés de Toro fora o ocaso de sua glória guerreira. Fernando em Cantalapiedra, e Isabel no caminho de Medina, ter-lhe-iam caído nas mãos, se a fortuna, para eles tão pródiga, não fosse para o seu competidor tão adversa.

Desanimou um pouco, enfim, aquele que nos sertões da África nunca temera a morte.

Uma vez unicamente havia desembainhado a sua espada na península, para ser instrumento de uma tragédia ominosa. Era chegado o momento da expiação. Apareceu-lhe talvez a sombra do infante D. Pedro, a jurar vingança eterna do sangue derramado em Alfarrobeira.

Justiça da Providência!

## **V - ADVENTO DA UNIDADE ESPANHOLA**

Estava D. Afonso V com desalento igual à falta de confiança, que tinha nos meios, de que dispunha, para acelerar o suspirado êxito da sua temerária empresa, quando chegaram a Toro D. Álvaro de Ataíde e o Licenciado João Delvas, que vinham comunicar-lhe o resultado da sua missão junto de Luiz XI. Era grande o contentamento dos embaixadores, por terem a convicção, de que não fora iludida por vãs promessas a sua boa fé ao tratarem com o rei da França. Não lhes ocorria, que os príncipes não contraem, nem conservam

amizades com sacrifício de seus interesses; e talvez ignorassem, que Luiz XI tinha por máxima: *quem não sabe dissimular, não sabe reinar*; e que, por ele ser assaz astucioso e pérfido, lhe chamavam *a raposa*.

Lograram efetivamente celebrar, aos 8 de setembro de 1475, o tratado de liga ofensiva, no qual a França se comprometeu a coadjuvar Portugal na conquista dos reinos de Castela e Leão; e obtiveram a confirmação e renovação dos antigos tratados de paz e amizade entre estes dois últimos reinos e o da França, por Luiz XI de uma parte, e da outra por D. Afonso V, rei de Castela.

O nosso monarca, porém, receoso, de que o seu aliado não cumprisse as estipulações dos tratados, por haverem aumentado para os reis da Sicília as probabilidades do triunfo, resolveu passar a França, e negociar pessoalmente com Luiz XI, a quem se ofereceria por medianoiro da paz com o duque de Borgonha.

Regressou, pois, a Portugal, com sua sobrinha. O príncipe, seu filho, pôs o maior cuidado em dissuadi-lo do propósito que trazia; mas a ambição cegava-lhe o entendimento, e a esperança de realizar os seus desejos, de vingar-se da afronta de Toro, não dava lugar ao receio de arriscar mais uma vez a sua reputação.

Querendo passar mais além, do que lhe permitia a fortuna, saiu para França o alucinado rei, depois de ter embarcado no porto de Lisboa, em uma urca, na conserva da qual iam quinze navios com dois mil e duzentos homens.

A esquadra fez-se à vela com destino a Marselha; mas por causa do tempo foi arribar a Collioure, onde D. Afonso, depois de receber os cumprimentos, que Luiz XI lhe enviara por um oficial de sua casa, com ordem de dispor tudo para a jornada do régio hóspede, despediu os navios. Ao seu serviço ficou unicamente o pessoal indispensável, de que fazia parte Pero da Covilhã, seu escudeiro predileto depois do conflito de Toro.

Do porto de Collioure pôs-se o rei de Portugal a caminho de Perpignan, e teve aqui a mais pomposa recepção oficial, levando-se a homenagem ao requinte de abrirem todos os cárceres e soltarem os presos lá retidos.

De Perpignan expediu a Luiz XI um fidalgo da sua corte, encarregado de notificar-lhe a sua chegada, e de pedir-lhe a designação do sítio, onde deviam conferenciar. Como a escolha deste recaísse em Tours, D. Afonso V, seguiu por Narbonne, Montpellier e Nimes. Aqui deixou a estrada ordinária, a fim de tomar para Lion por Pont-Saint-Esprit, onde lhe veio ao encontro o duque de Bourbon, acompanhado de numeroso cortejo, e antecipando-se a uma deputação, que por parte de Luiz XI dera, passados dias, as boas vindas em Roane ao agosto

viajante. Dirigiu-se depois a Bruges. Nesta cidade demorou-se algum tempo, fazendo-lhe companhia novos enviados do rei de França, que o entretiveram a mostrar-lhe fortalezas, aprazíveis estâncias, e, entre outras cousas, um rico e antigo livro na biblioteca de uma abadia de beneditinos. Era o *Lancelote do Lago*, romance de cavalaria escrito em latim, na leitura do qual os paladinos dos séculos XII e XIII aprendiam com entusiasmo a imitar algum dos fabulosos cavaleiros da *Távola Redonda*. Poderia inflamar também o espírito aventureiro de D. Afonso V, a quem o velhaco de Luiz XI por si, ou por intermédio de seus agentes, procurava divertir do propósito, que o levava a França, e por isso lhe prodigalizava todo o gênero de distrações.

Chegou o monarca português a Tours. À entrada foram-lhe entregues as chaves da cidade pelos regedores dela, os quais incorporados aos dignitários da corte francesa, lhe fizeram uma recepção solene, e o seguiram até os aposentos, que lhe estavam destinados.

Unicamente cinco dias depois saiu Luiz XI do castelo de Plessis-lez-Tours, onde residia, e foi encontrar-se com o seu hóspede. Sabendo D. Afonso V, que ele o buscava, quis descer à rua, ou ao menos ir até à escada do palácio recebê-lo, o que lhe foi impedido por dois príncipes, que Luiz XI havia mandado adiante para regularem o cerimonial da entrevista.

A meio de uma sala avistaram-se os dois soberanos. O rei de França “vinha com um só barrete na cabeça, tendo já dela tirado um chapéu e duas grandes carapuças, e trazia solto um saio curto de mau pano, e à cinta uma espada de armas muito comprida, e umas botas calçadas, e nos pés as esporas do mesmo jaez da espada, e ao pescoço uma beca de camalote amarelo, forrada de cordeiras brancas muito grosseiras, e suas calças brancas entretalhadas de muitas cores.

“E ambos os reis com barretes nas mãos se abraçaram, inclinados os joelhos muito baixos.

“E tendo o rei de França assim abraçado o monarca português, com os olhos no Céu disse, que dava muitas graças a Nossa Senhora e a S. Martinho, porque a um tão pobre homem, como ele era, fizeram tanta mercê, que a seu reino e casa o viesse ver e visitar um tamanho rei, que ele sempre desejava tanto ver, e ter por irmão e amigo, e que porém ele não cresse, que era vindo em reino estranho, mas como próprio seu, porque assim se faria nele todo seu prazer e serviço, como nos de Portugal.

“E com isto acabado se recolheram à câmara, à entrada da qual, sobre quem se cobriria primeiro, houve entre ambos grandes e louvados debates.”

Que farsante este senhor Luiz XI! Fez-se esperado, para afinal apresentar-se humilde até à repugnância!

Depois de conferenciar com esse frascário, D. Afonso V partiu de Tours para Paris, tendo sido antes enviados a Roma embaixadores de ambos os monarcas, com o fim de solicitarem dispensas para o de Portugal poder casar com sua sobrinha, a princesa D. Joana.

Pouco se demorou em Paris. Aconselhado por Luiz XI, dirigiu-se, no coração do inverno, à baixa Alemanha, a fim de se avistar com o duque de Borgonha, então empenhado na tomada de Nanci ao duque de Lorena, com quem estava em guerra. Sobre um rio coberto de gelo abraçaram-se os dois soberanos, e ali mesmo disse D. Afonso a Carlos o Temerário, que o seu propósito era congraçá-lo com o duque de Lorena, pois da paz entre ambos resultaria, que Luiz XI, por se ver desobrigado de mandar vigiar a fronteira francesa, mais facilmente apoiaria a justa causa de D. Joana, e poderia uma boa parte das tropas borgonhesas concorrer também para o bom êxito da empresa de Castela.

O filho de Filipe o Bom, ao ver a ingenuidade com que seu primo lhe apresentava os seus projetos, respondeu-lhe indignado, que Luiz XI era homem sem virtude e sem fé, e o andava iludindo, pois ao passo que o aconselhara a vir a Nanci, nas suas costas mandava tropas numerosas a socorrer o duque de Lorena. E terminou Carlos de Borgonha por convidar o primo a tomar parte na defesa de Pont-à-Mousson contra o duque de Lorena, a quem esperaria diante de Nanci para lhe dar batalha.

Ante esta prática, excitando à guerra, quem levava o ânimo inclinado à concórdia, houve D. Afonso V por mais acertado voltar para Paris, e assim fez.

Carlos de Borgonha foi morto em combate. Estava Luiz XI livre do seu inimigo mais implacável, e, como o abutre, que paira no alto a vigiar a presa, até o momento de se despenhar e lançar-lhe as garras, caiu logo sobre o ducado, e apoderou-se das cidades de Some e de Borgonha propriamente dita. O sagaz, mas perverso filho de Carlos VII, tinha agora mais facilidade de resolver o problema, que sobre todos o preocupava: a unificação da França. Lançando mão de todos os meios, mormente dos diplomáticos, no intuito de anexar a Borgonha ao território francês, foi residir em Arras, a fim de seguir de perto os passos de seus agentes.

Entretanto regressavam de Roma a Paris os embaixadores com a resposta de Sixto IV. Na corte pontifícia havia-se aberto uma grande campanha diplomática, adversa ao casamento de D. Joana. Ao passo que o rei de Nápoles, e outros príncipes, conspiravam a favor dos reis da Sicília, a cúria duvidava das promessas feitas pelo rei de França ao de Portugal; mas, parecendo-lhe, que a

morte do duque de Borgonha deixava Luiz XI em melhores circunstâncias de honrar a sua palavra, resolveu sagazmente a questão, concedendo a dispensa no caso de Luiz XI se decidir formalmente a prestar auxílio ao rei de Portugal, e fazendo assim o soberano francês supremo juiz da demanda. Atendeu os delegados de Luiz XI, deixando implicitamente insinuado aos reis da Sicília, que tratassem com essa potência; e não os delegados de Afonso V, por quanto a estes pôs uma condição, cujo cumprimento confiava às diligências do seu soberano, que era o mais interessado no negócio. Sempre hábil e cautelosa a cúria romana.

A Luiz XI mandou logo D. Afonso V dizer, que desejava conferenciar com ele a respeito da resposta mandada pelo papa; e concordou-se por isso no encontro dos dois monarcas em Arras.

Realizou-se a entrevista, ficando Luiz XI de participar ao rei de Portugal a sua resolução definitiva. Esperou este alguns dias em uma abadia de cônegos regrantes, que fora desinada para seu alojamento, e recebeu enfim uma resposta, que o esclareceu acerca da doblez e política tortuosa de Luiz XI.

Voltou o desiludido monarca seus olhos para Portugal, e seus passos para Rouen. Aqui se deteve grande parte do verão na esperança de embarcar-se, até que desceu a Honfleur, onde se aparelhavam os navios para o transportar e à sua comitiva. Neste porto permaneceu ainda quase todo o mês de setembro. Sempre merencório e sombrio, entregava-se de preferência a exercícios religiosos despendendo também parte do tempo em escrever, e com o maior cuidado logo guardava o escrito dentro de um cofre, cuja chave trazia consigo.

Um dia chamou Pero da Covilhã, e disse-lhe:

— Vou fazer uma longa viagem, e muito me prazia levar-vos comigo; mas tenho por melhor deixar-vos ao serviço do príncipe, que muito vos quer também.

Ao que Pero da Covilhã respondeu:

— Que mágoa imensa o meu coração sente ao ouvir vossa alteza! É dever meu cumprir as ordens, que me dais; mas, se no vosso real desagrado ainda não cai, concedei-me a grande mercê de não regressar a Portugal, sem que vá com o meu rei e Senhor.

— Não. E confiar-vos-ei um segredo, que vos explicará a minha recusa, dando-me algum alívio o desabafo. — Quando enviuvei, prometi deixar o mundo, e meter-me em religião, logo que o príncipe, meu filho, estivesse em idade de reger o reino. Entretanto surpreendeu-me a empresa de Castela, e, presumindo eu, que era servir a Deus e da Sua vontade, defender a justa causa da princesa, minha sobrinha, procedi, como todos sabem. Fiado nas promessas del-rei de

França... vim a esta nação, onde tenho esperado, que os sucessos das guerras, movidas por sua alteza, lhe permitissem dar-me afinal o socorro prometido... Vejo infelizmente, que tais guerras cada vez mais se acendem, e os meus negócios cada vez mais se enredam, por isso entendi, que Deus me avisava de haver chegado o tempo de cumprir o meu voto. E, como creio que os príncipes, que vivem e morrem na regência de seus estados, com dificuldade se salvam, unicamente me pesa, não ter tomado a resolução de deixar o mundo e as suas pompas, quando Portugal estava em paz, pois de mim dava melhor exemplo, e escusava as censuras de muitos, que não deixarão de atribuir à falta de valor, e talvez a outras causas pouco honrosas, desistir eu da empresa começada. Sirvam esses mal fundados juízos de desconto a meus pecados. Estou deliberado a resinar a coroa, e a partir para a Terra Santa, onde purificarei as minhas crenças, e passarei o resto de meus dias em uma clausura.

Pero da Covilhã caiu de joelhos aos pés de D. Afonso, e exclamou!

— Que fazeis, Senhor!... Pois tendes ânimo de deixar na orfandade tantos filhos vossos, que mais não são todos os portugueses?!... Se não quiserdes prosseguir na empresa de Castela, não podereis ainda, uma e muitas vezes, mostrar ao mundo quanto valeis, combatendo novamente os infiéis, e alargando os domínios de além-mar?!... E não será isto porventura entregar-vos ao serviço de Deus, com proveito e glória de vossa alteza e da nossa pátria querida?!...

D. Afonso V obrigou o moço escudeiro a levantar-se, e tornou-lhe muito impressionado:

— Cumpro a vontade de Deus!... Ao príncipe ficam bem entregues os destinos da nação, e de certo ele voltará às terras da África, onde o bárbaro mouro experimentou já a rija tempera da sua espada. Vós lá sereis também a confirmar a destreza e bravura, com que pelejastes nos plainos de Toro. Crede, que o vosso novo rei vos terá sempre em grande estima, porque lho mereceis, e continuareis a merecer, e nem eu, nem ele, nos esquecemos do perigo, a que vos expusestes, para ir a buscar-me a Castro Nunho.

Ao pronunciar as últimas palavras, o monarca abraçou Pero da Covilhã, que seguidamente lhe beijou a mão, e saiu da sua presença muito comovido.

Com efeito, Pero da Covilhã podia ser útil ao desfalecido rei na sua peregrinação e exílio línguas, já porque era mui inteligente, já porque falava com facilidade o árabe e outras línguas; mas D. Afonso V, despojado de grandezas, não tinha com que galardoar os merecimentos do moço escudeiro, por isso preferiu deixá-lo ao serviço do príncipe.

Antes do alvorecer do dia seguinte, que era o 24 de setembro de 1477, o rei saiu a cavalo, como costumava, acompanhado por dois moços da câmara e dois de estribeira, depois de ter ordenado ao seu capelão, que o fosse esperar a meia légua de distância, em um sítio, onde efetivamente se encontraram. Daqui fez voltar para Honfleur um dos moços de estribeira com a chave do cofre, que continha os seus escritos, e com ordem de serem lidos, por quem da sua comitiva estivesse presente.

Entretanto já os portugueses, e M. de Lebrét, que por ordem de Luiz XI acompanhava D. Afonso V para o servir, haviam notado, que ele tardava em regressar do seu passeio.

Pero da Covilhã, que conhecia os desígnios do rei, presumia unicamente, que ele os tivesse posto em prática; mas a ninguém revelava esse pensamento. Conservava-se triste, como quem compartilhava da geral inquietação, sem gesto ou palavra, que o traíssem.

Chegou enfim o moço de estribeira. Abriu-se o cofre, e nele foram encontradas cartas escritas por D. Afonso V. Era uma para Luiz XI, na qual pedia desculpa do incomodo, que lhe causara; recomendava-lhe os portugueses, que deixava em França; e expunha-lhe os fundamentos, que o determinavam ao ingresso na vida monástica. Outra para o príncipe D. João, dando-lhe conta da sua malfadada viagem, e ordenando-lhe com paternal afeto e justificada instância, que se fizesse aclamar imediatamente rei. Outra, participando ao reino a sua abdicação, e determinando-lhe obediência ao príncipe real, como o próprio e verdadeiro monarca. E finalmente outra aos da sua comitiva, da qual nomeava chefe, para todos os efeitos, o conde de Faro.

Finda a leitura de todas, foram as destinadas a Portugal remetidas logo ao príncipe por via do seu camarista Antão de Faria, que tão célebre se tornou mais tarde no seu reinado, e que tinha vindo a França tratar de negócios do Estado com D. Afonso V. Em virtude destas cartas, foi D. João aclamado rei de Portugal, no alpendre da igreja de S. Francisco em Santarém, aos 10 de novembro de 1477.

Tendo-se limitado o moço de estribeira a cumprir as ordens, que trouxera, e não sabendo prestar informação alguma acerca do destino, que levaria o régio fugitivo, atrigaram-se os portugueses em buscá-lo por toda a parte. M. de Lebrét, por seu turno, empregou emissários com igual fim, depois de comunicar a Luiz XI, quanto se passava, e de dirigir graves acusações aos portugueses, pela negligência com que serviam, e acompanhavam o seu soberano.

Decorridos poucos dias, foi descoberto o paradoro do monarca por um cavaleiro normando, chamado Roberto Le Boeuf. Era em uma pequena aldeia

da Normandia. D. Afonso V estava a dormir, e Le Boeuf acordou-o, para melhor o reconhecer. Não dissimulou o rei a sua identidade. O cavaleiro fez logo reunir a gente do lugar, para que vigiassem a regia habitação, e não consentissem a pessoa alguma o sair dela. Expediu mensageiros a Luiz XI, aos portugueses, que estavam em Honfleur, e a M. de Lebrét, participando a todos aquela nova. E, finalmente, não só tratou com acatamento, mas serviu com zelo igual o seu prisioneiro.

O conde de Penamacor, que era o primeiro camarista de D. Afonso V, e tinha declarado não voltar sem seu amo a Portugal, apareceu logo junto do rei. Encontrando-o mui pertinaz, em levar avante o seu propósito, de se dirigir à Palestina, esperou pelo conde de Faro, e pelos restantes fidalgos da comitiva, para o demoverem. Deixou-se enfim D. Afonso V vencer das instâncias dos seus, e de uma carta muito consoladora, que Luiz XI lhe escrevera. Teve, porém, pejo de entrar em Honfleur, e demorando perto do lugar, em que ele estava, a baía de Hougue, para aqui se dirigiu com o seu séquito, a fim de sair da França, onde se sentia sobre brasas.

Embarcou seguidamente em uma carraca, mandada fretar por ele, e de Honfleur desceram os navios franceses, que Luiz XI fez por aprestar a tempo de a comboiar, confiando o comando da frota a Jorge de Bicipat, cognominado o *Grego*.

O rei de França continuava a encobrir com vãs honrarias, e ostentações de respeito pelo monarca português, a perfídia com que politicamente o traía. E D. Afonso V fazia-se à vela para Portugal, sem levar no coração magnânimo ressentimento algum, contra quem o havia constantemente logrado, antes até alimentando a esperança, de que Luiz XI sempre viria a prestar-lhe socorro para concluir a empresa de Castela! Voltara-lhe esta preocupação, depois que recebeu a última carta do seu amigo e aliado...

D. Afonso V era muito instruído, e tinha grande predileção pelos que cultivavam as letras; por isso, durante a viagem, algumas vezes ordenava a Pero da Covilhã, que lhe recitasse romances e outras composições poéticas de Castela; com o que o rei-cavaleiro muito folgava. Para todos tinha sempre o gentil soberano uma palavra amável; e, no tom de familiaridade que lhe era peculiar, aos portugueses descrevia com rara exatidão e lucidez, quanto vira de notável nos lugares, que percorrera, e ao capitão da frota exalçava as qualidades de Luiz XI, pondo ao mesmo tempo em relevo a hospitalidade da nação francesa.

Sobreveio um temporal, que deu causa a não poderem alguns navios aguardar a conserva. Perderam-se dos restantes, e abicaram primeiro do que eles à baía de Cascais. Não lhes tomaram, porém, grande dianteira, pois mal tinha corrido em



Lisboa, onde estava D. João, a nova, de que seu pai chegaria prestes, logo este aportou à mesma baía.

Certificado D. Afonso V, de que o príncipe tinha sido aclamado, foi surgir a Oeiras.

No dia seguinte desembarcou, sendo recebido em terra por seu filho, que mesmo ali depôs em suas mãos as rédeas do governo e o cetro, que por obediência havia empunhado.

A este tempo era já muito reduzido o número de partidários de D. Joana. O arcebispo de Toledo obteve perdão dos reis católicos, e recuperou a sua graça. O próprio Beltrán de La Cueva recebia mercês destes príncipes e servia-os. A cidade de Toro estava em poder de Isabel; e Castro Nunho, depois de apertado cerco, em que a defesa heroica de Pedro de Mendanha teve profundamente abalado o poder castelhano, rendeu-se afinal aos adversários de D. Afonso V com permissão deste, enviada ainda de França ao alcaide lealíssimo, e precedendo tais condições, que foi quase afrontosa a vitória para o exército sitiante.

Meses depois celebrou-se o tratado de paz e aliança, de 9 de outubro de 1478, entre os reis de Castela e Luiz XI, ficando anuladas quaisquer confederações, ligas e amizades existentes ou futuras da França com Portugal, assim como de D. Luiz XI com D. Joana, asserta rainha de Castela.

Apesar de tão categóricos desenganos, D. Afonso V, incitado por alguns magnates de Castela, que publicamente se diziam seus inimigos, mas estavam com ele na melhor inteligência, persistia na idéia de atear a guerra, e concluir o casamento com sua sobrinha. A especulação dos castelhanos não passava despercebida a Isabel, inspirando-lhe cuidado e receio; por isso não cessavam as hostilidades tanto por parte de Castela como de Portugal, com grande e manifesta ruína das duas nações. A paz era de absoluta necessidade para ambas, e nisto convieram enfim as partes interessadas.

Para entabular as negociações, avistaram-se na vila de Alcântara, em Castela, a rainha D. Isabel e sua tia a infanta D. Beatriz, viúva do infante D. Fernando duque de Viseu, as quais combinaram, que fossem ajustadas as pazes em Portugal. Com efeito, a 4 de setembro de 1479, celebrou-se em Alcaçovas o tratado de paz perpetua entre D. Afonso V e os reis católicos. Estipulou-se além de outras clausulas, que o príncipe D. João, filho dos reis de Castela, casasse aos sete anos por palavras de futuro, e aos quatorze por palavras de presente, com D. Joana, a qual receberia de arras vinte mil florins de Aragão, fora os rendimentos necessários para manter o seu estado; e, recusando-se o príncipe a

concordar neste casamento, a princesa não só seria indenizada, mas ficaria livre para poder dispor de si.

Era um meio honesto de esbulhar de seus direitos a desditosa filha de Henrique IV, pois tal consórcio nunca se realizaria.

Para segurança desta clausula, D. Joana, tinha de ser posta em terçaria na vila de Moura, em poder da infanta D. Beatriz, e, não querendo, devia entrar em um dos cinco mosteiros portugueses da ordem de Santa Clara, conservar-se aí o tempo do noviciado, findo o qual era obrigada a optar pela profissão ou pela terçaria.

No mesmo tratado estatuiu-se, que o infante D. Afonso, filho do príncipe D. João, logo que fosse em idade de sete anos, se desposasse com a infanta D. Isabel, filha primogênita dos reis católicos, devendo esses infantes ser também postos em terçaria nas mãos da infanta D. Beatriz.

Este enlace era a principal garantia da paz tão desejada pelos reis de ambos os países para porem termo à desconfiança, com que se tratavam, originada de conveniências e paixões particulares, mas filiando-a especiosamente na recíproca ofensa dos interesses nacionais.

Agora repare o leitor no que diz Rui de Pina, cronista coevo destes sucessos, e profundo conhecedor das intrigas e ambições, de que foi vítima a inocente princesa D. Joana:

“Estando (a princesa) em Santarém, e cumprindo-se os seis meses de sua liberdade, ela não com menos força alheia que tristeza sua própria, e com dolorosas lamentações suas e de todos os seus deixou o título de rainha e tomou o de D. Joana, e despiu seu corpo dos brocados e sedas que trazia e vestiram-na em hábitos pardos de Santa Clara, tirando-lhe da cabeça a coroa real de Castela e Portugal de que era intitulada, e cortando-lhe dela seus cabelos como a uma pobre donzela, e por maior seu agravo e mágoa não lhe deixando os servidores de seu gosto e vontade, nem menos cousa que tivesse imagem destado. E o primeiro mosteiro em que assim entrou, foi Santa Clara da dita vila de Santarém. E na execução destas cousas porque a necessidade de outras muitas assim o requeria, o só e principal ministro era o príncipe; porque el-rei D. Afonso seu pai de muito anojado e envergonhado delas, de todas se escusou, e as deixa inteiramente à disposição e ordenança do filho, a cuja vontade el-rei naquele tempo mostrou ser muito inclinado e sujeito. Mas se o príncipe no cumprimento destas cousas excedeu o modo contra a senhora D. Joana, por ventura mais do que per razão, piedade e temperança se lhe devia, e isto pela glória e contentamento que tinha do casamento do infante seu filho se não desfazer, que não era sem alguma esperança da sucessão de Castela, a

desventurada fortuna como cru algoz do rigoroso e severo juízo divino, pela culpa do príncipe, se a tinha, lhe deu logo a pena com o triste e mortal apartamento dos inocentes príncipe e princesa, depois de novamente casados, sobre que tanto fundamento de honra e segurança fazia. Porque o mesmo lugar de Santarém, que contra a senhora D. Joana foi o talho desta primeira crueza, se tornou a ser o princípio desta sua vingança; porque o príncipe D. João depois de ser rei à vista da mesma excelente senhora, viu a súbita e desastrosa morte do príncipe D. Afonso, seu filho, e a quem à primeira pareceu, que, sendo vivo, os reinos de Portugal sem os de Castela não bastariam, ele o viu logo morto, e de uma pouca de terra para sempre sujeito e contente, e a triste e inocente princesa sua mulher antes de bem casada se viu logo ser viúva, privada do verdadeiro título que tinha, e trocados os brocados ricos e holandas delgadas que trazia, com pobre burel e grossa estopa em que foi logo vestida, nem ficaram por cortar seus cabelos dourados com accidental propósito de religião, sendo apartada das pessoas mais de sua conversação e servida por servidores alheios, comendo no chão e em vasos de barro, privada em todo de todo estado, entrando nestes reinos esposada, coberta de ouro e de preciosa pedraria, em cima de ricas facas e trotões à vista de todos. Mas vós lágrimas que na lembrança desta dor aqui apontais sofrei-vos um pouco, cá pera outro mais próprio lugar estais reservadas. Nem a culpa do solene mas simulado e cauteloso juramento, que el-rei e a rainha de Castela fizeram sobre o casamento desta senhora com o príncipe seu filho, não ficou sem triste pena e mortal perda e sentimento seu, porque Deus em cujo desprezo pareceu que se fez, não padece engano por castigo, do qual vimos que também eles viram a não madura morte do príncipe inocente moço seu filho, vivendo pouco mais tempo daquele, em que com esta senhora prometeram e juraram de casar; porque ele já então era casado com madama Margarida, filha do rei dos romanos, e a tinha já em seu poder, sem de nenhum destes príncipes de que os reis de Castela e de Portugal tanta esperança e fundamento faziam, ficar algum legítimo herdeiro descendente que os sucedesse e herdasse, e foram seus herdeiros os transversais mais chegados”.

Depois da profissão da *Excelente Senhora* — tratamento dado a D. Joana tanto que vestiu o hábito de clarista — D. Afonso V quis abdicar e recolher para sempre ao mosteiro do Varatojo por ele fundado; mas a morte antecipou-se a frustrar-lhe esse último desígnio. A 28 de agosto de 1481 exalou o derradeiro alento na mesma sala do paço de Cintra, onde se ouvira o seu primeiro vagido.

A Excelente Senhora sobreviveu-lhe muitos anos, cumprindo resinada a sentença fatal do seu destino, que foi servir sempre de juguete nas mãos de ambiciosos, e de temerosa arma política a seu primo D. João II.

Em 1482 interessou-se Luiz XI pelo casamento da desditosa princesa com Francisco Febo, rei de Navarra. Mais tarde Fernando V, apenas enviuvou, rojou-

se a seus pés, e solicitou-lhe a mão de esposa, como em outro lugar deixamos referido. Não podendo, porém, ela olvidar, nem um momento, que era a legítima sucessora da coroa de Castela, recusou com nobre altivez as propostas deste seu algoz e difamador de sua mãe, preferindo conservar-se solteira, até que deixou de existir em 1530, com sessenta anos de idade.

Foi sepultada na igreja de Santa Clara, de Lisboa, e tão esquecida a quiseram, que nem um epitáfio lavraram sobre a lousa que a cobriu. E, como o terremoto de 1755 arrasou essa igreja e o convento anexo, lá desapareceram misturadas com os destroços dos dois edifícios as cinzas da pobre princesa.

Malfadada condição a sua!

Não logrou D. Afonso V ser o unificador da grande nação espanhola, e ao filho de D. João II foi também vedado herdar as duas coroas da península, para realizar, conforme as aspirações de seu pai, a reconstituição da velha monarquia visigótica, terminada no primeiro quartel do século VIII pela batalha de Guadalete.

Por lei, e pela própria dignidade da monarquia, o trono de Castela era patrimônio da filha de Henrique IV; e, se fossem justos os pretextos, de que se serviram, para lho arrebatarem das mãos, a segurança e a estabilidade de todas as dinastias podiam considerar-se problemáticas.

O que mormente achanou o caminho do trono a Isabel, foram as leviandades e torpezas de um rei inepto e devasso; mas nada pode lavar a macula de rebelde, com que ela conspurcou o seu nome para sempre.

Foi uma ruim causa que produziu bom efeito. O consórcio de Fernando de Aragão com Isabel preparou o sucesso transcendente da unidade espanhola, realizada mais tarde por Carlos V, e os reis católicos elevaram a Espanha ao mais alto grau de prosperidade.

Acabaram-se as turbulências dos magnates, e restabeleceu-se enfim o poder da realza.

## **VI - PESQUISAS**

Por morte de D. Afonso V todos os criados da sua casa tomou D. João II para si com muito amor e agasalho, conforme testemunha Garcia de Rezende. Pero da Covilhã pertencia àquele pessoal, e, como pelos serviços prestados em Castela e França havia conquistado a estima do novo monarca, para logo ascendeu esta à quase intimidade de valido.

Convém notar, que D. João II ao seu serviço preferia ter cavaleiros particulares a grandes e senhores; ou fosse por manifesta má vontade contra estes, ou porque, fazendo criaturas suas os que possuíssem iguais qualidades e menos poder, esperava que o servissem com maior fidelidade e menos ambição, por carecerem mais do seu rei, e serem mais fáceis de contentar. Sobretudo tinha na melhor conta os seus companheiros de armas em Toro, aos quais louvava por vezes a dedicação e valor, cujo testemunho lhe deram, e por isso a todos elevou e distinguiu sempre, entrando a máxima parte deles em o número dos quatro mil *vassalos del-rei*, que criou, como lhe requereram as cortes reunidas em Évora a 12 de setembro de 1481.

Pero da Covilhã vivia, pois, na corte de D. João II e fazia parte da sua guarda.

Nem antes, nem depois, ainda houve outra corte mais brilhante em Portugal. O rei, para descansar das fadigas da administração, mostrava grande prazer de achar-se rodeado de cortesãos dotados de boas prendas, e com eles folgava, estimulando-os a exibi-las na presença das formosuras insignes, que compunham o aparatoso e galante séquito da rainha D. Leonor.

Assistia jubiloso aos saraus do paço, nos quais até às vezes, depois de ver dançar com primor a *retorta mourisca* pelas damas trajando ao uso árabe, deixava-se adormecer no regaço de alguma delas. Era o primeiro enfim a lembrar os desafios poéticos, as *cortes de amor*, o *jogo dos naipes*, e tantas outras diversões próprias de uma sociedade elegante, de cujas aventuras amorosas se não fazia mistério.

Maria Tereza era uma das mais gentis entre as donzelas, que a rainha educava para suas damas, e que podemos denominar os botões de rosa do real *jardim de formosura*, como depois Gil Vicente chamou ao estrado das damas de D. Leonor.

Bela e muito viva, mais de um dos seus admiradores a requestava em verso. Ela, porém, sempre desdenhosa, sorria desses requebros, torturando assim os apaixonados moços. Alguns alcinhavam-na de desvanecida, outros de soberba, despeitados todos por se verem repelidos. Não logravam compreender muitos deles, herdeiros de boas casas, que uma menina pobre se mostrasse tão esquiva, tão reservada, quase fria, naquele meio tão aquecido pelo calor da mocidade; em aquele bulício, que a intimidade no trato, e o desprendimento na linguagem tornavam tão jovial e afetuoso, como fielmente no-lo representa o *Cancioneiro Geral*, de Garcia de Rezende.

Um dia Pero da Covilhã, ao passar por ela, disse-lhe quase a medo:

— Amo-vos!...

Maria Tereza corou, e tamanha perturbação sentiu, que não pôde articular uma palavra.

Pero da Covilhã desapareceu, e ela, recobrando a serenidade, disse consigo mesma:

— Deve-me ter talvez achado bem ridícula!... Não só ridícula; mas traduziria o meu enleio por baixaza d'alma, pensando que não agradeci a sua galanteria por ele não ser fidalgo, e eu filha e neta de fidalgos!...

Esta idéia foi um desespero para Maria Tereza, que não encontrava desculpa alguma para o seu silêncio. Até pelo seu espírito passou o receio de que Pero da Covilhã a desprezaria, pois estava convicta de que fora desprimorosa para com ele, e de que uma palavra polida é sempre fácil de responder.

Quando pouco depois avistou Pero da Covilhã, não pôde falar-lhe; mas retribuiu com um sorriso da mais inefável candura a gentileza, com que ele a cortejou. A divina semente, que germinava oculta em seu coração, cresceu de súbito e floriu. Do encontro de duas almas, que se atraem, é que salta a faísca sagrada.

Durante algum tempo, não houve entre ambos correspondência, que não fosse a dos seus olhares que se cruzavam; mas bastava essa para se compreenderem. Os olhos são o espelho da alma, e descobrem, sem o sentirmos, todos os segredos, que lá guardamos.

Foi Pero da Covilhã mandado chamar pela rainha. Maria Tereza, mal soube a novidade, esperou-o à entrada dos aposentos de sua ama, e quando ele surgiu, disse-lhe:

— Aguardava-vos, para dissipar qualquer temor que porventura tivésseis... Como não é costume, havia de surpreender-vos a ordem da rainha, minha Senhora?...

— Certamente!... E graças pelo vosso cuidado em me prevenir, pois me tinha ocorrido, que sua alteza desconfiasse, que vos cortejo, e não o levasse a bem...

— respondeu Pero da Covilhã, ainda mal refeito do sobressalto, que lhe causou a inesperada aparição de Maria Tereza, que para o tranquilizar lhe afirmou:

— Sua alteza nada sabe ainda. Como, porém, não tenho segredos para minha real ama...

— Oh! nada lhe confesseis por enquanto!... interrompeu Pero da Covilhã suplicando.

— Porquê?!... — perguntou Tereza meio admirada.

— Porque não vos mereço ainda...

— Por sermos muito moços; quereis talvez dizer?...

— Tereza!... Amo-vos cada vez mais! E por isso mesmo vos peço que espereis...

— Esperarei.

— Quando eu tiver uma posição digna de vós e do vosso nome ilustre, virei oferecer-vo-la, e esse será o primeiro passo para a minha felicidade... Antes, não!... Sou um simples escudeiro, bem vedes!...

— Não vos amergeis tanto!... “Só os escudeiros sustentam o reino”: dizia D. João I... O que foi Nuno Álvares, antes de condestável?... De onde provêm os melhores títulos de Portugal e Castela?... De escudeiros se fizeram as casas de Benavente, de Vilhena, de Albuquerque, de Medina-Sidonia, e tantas outras...

— Assim é; mas...

— Mas vós sois hoje um escudeiro, e amanhã podereis ser um fidalgo... Não tendes a nobreza por herança e patrimônio? Haveis de merecê-la e ganhá-la!... É crença minha.

— Na firmeza da vossa linguagem manifestais bem os quilates do vosso peregrino espírito... Edificativa exortação a vossa!...

— Pois não será verdade o que vos digo?... Aqueles a quem a glória dos avós envida, sem procurarem imitar-lhes as virtudes, esquecem-se, de que não é nas raízes, mas nos ramos, que tem as árvores o seu fruto... Ora dizei-me!... Quantos fidalgos deixaram a vida em Toro?... Dos escudeiros sabemos todos, que muitos lá ficaram...

— Morreram no seu posto...

— Com honra, bem o sei. Ou não foram eles portugueses!... Mas costume foi sempre lançar os escudeiros diante, para serem no perigo o escudo dos nobres... Que vejam estes agora como el-rei trata os escudeiros, que sobreviveram!... A vós não perde sua alteza o ensejo de honrar... Não vo-lo provou já, enviando-vos a Castela em seu real serviço? E à Barbéria, a fazer pazes com o rei de Tremecem?...

— Mercês del-rei, meu senhor, que mas não deve, porque lhas não mereço... Em Toro foram todos valentes, fidalgos e escudeiros, que ao lado de sua alteza ninguém pode ser fraco!... Praz-me porém, ver-vos discorrer destarte!... Nobre alma de portuguesa a vossa!... Como eu me sinto orgulhoso de vos amar!...

— E eu de ser por vós amada!...

— Abençoado amor o vosso!... Por ele sinto-me capaz de tudo quanto há de elevado e grande!... Nem perseverança e fé me faltarão jamais!...

— Nem as minhas orações, Pero... Assim elas sejam ouvidas!...

— Porque não?... O céu está sempre aberto às súplicas dos anjos. Vós sois já o da minha guarda, e o do nosso lar sereis um dia!...

— Sim. A Santíssima Virgem, que é auxílio dos cristãos, permita que eu saiba corresponder às vossas esperanças!

— Há de amparar-nos o seu patrocínio, crede! Eu também sou devoto da Mãe de Deus, Tereza!...

— Confiemos nela... Mas... alguém chega! Recado vos trazem da rainha, minha Senhora. Adeus.

Maria Tereza retirou-se; e Pero da Covilhã seguindo-a com os olhos, apenas soltou esta palavra, que ela já não pôde ouvir:

— Encantadora!...

E era realmente um encanto a gentilíssima Tereza. O seu coração virgíneo abriu-se ao primeiro afeto, como o cálice da flor aos primeiros raios do sol em alegre manhã de primavera. A sua alma desabrochando, exalava seu ingênito perfume angélico, e em uma aspiração, que tinha alguma cousa de infinito, invocava não sabia bem o quê, para ela ainda desconhecido. Não ignorava, que geralmente o interesse era o verdadeiro móbil dos casamentos na corte. Muitos dos servidores das damas, senão todos, podiam ter a alma erma de virtudes, o coração vazio de afeições, que, se os recomendasse o prestígio das suas riquezas, ou a fascinação do seu nome, nenhuma delas repudiava os seus galanteios. Maria Tereza, porém, aspirava à posse de uma alma, como a sua, que lhe oferecesse o tesouro da pureza, de um coração, como o seu, que conservasse o tesouro do afeto; porque sem estes dois tesouros nada lhe bastaria, e o nome, ainda o mais egrégio, a fortuna ainda a mais colossal, não poderiam dissimular a sua privação irreparável.

A rainha D. Leonor, que tinha por ela particular predileção, como para o diante veremos, era a mais desvelada e carinhosa das mães nos cuidados com a sua educação. Nutrindo-a de sólidos pensamentos pela cultura sã e moral do seu espírito, não lhe fazia ao mesmo tempo perder a frescura da imaginação, nem lhe roubava a graça e a poesia, com que Deus a dotara. Dando à imaginação o que justamente lhe pertencia, purificando-a e dirigindo-a, criava-lhe também e



primeiro que tudo, uma consciência forte; formava-lhe uma vontade enérgica e reta, um coração que soubesse querer o bem, uma razão e inteligência, que lhe deixassem trilhar sempre, com resolução e firmeza, o caminho do dever e da honra.

Que mãe de família com tais dotes!

Em preciosos códices da biblioteca real alimentava Maria Tereza a sua paixão pelas letras, sendo a sua leitura dirigida pela rainha, como quem prescreve o regime de uma alimentação salutar e sóbria. Ao mesmo passo encarecia D. Leonor à sua pupila a intimidade do lar doméstico, dizendo-lhe, que sem ela não pode haver vida de família, como sem templo não existe religião, que se avigore.

Maria Tereza sabia assim, que no lar doméstico nutrem e conservam sua pureza e sua energia os nossos costumes, e que ele é para todos nós como que uma pátria mais estreita e mais estremecida, e também o lugar consagrado pelas alegrias e pelos pesares comuns da família.

Ao pensar, pois, na sua união com Pero da Covilhã, Maria Tereza prometia a si própria, que seria sempre ao lado dele corajosa e risonha, velando tudo, tomando o maior quinhão nos dissabores do trabalhador indefesso, aplaudindo os seus esforços, aconselhando-o, inspirando-o, confortando-o enfim com o seu olhar e o seu sorriso. E por isso mesmo, embora Pero da Covilhã sofresse as mais duras inclemências, as mais longas provações, antes de conquistar uma reputação honrada e merecida, a despeito de críticas amargas e injustas, o amor dele ao trabalho e ao lar doméstico haviam de fazê-lo triunfar de todas as vicissitudes. Maria Tereza contava com esse triunfo e deliciava-se ao imaginá-lo.

Que desassossego febril, em que andava o seu coração de dezesseis anos, desde que o surpreenderam no seu pulsar inocente e descuidado os primeiros estremecimentos do amor! Mas este delicado e casto sentimento deixou de ser uma paixão que poderia corrompê-lo, para tornar-se uma virtude, que havia de elevá-lo.

O mais veemente desejo de Maria Tereza, era, que Pero da Covilhã se nobilitasse, crescesse em honras, conquistasse para o seu nome uma aureola brilhantíssima. Em Pero da Covilhã para merecer, e em D. João II para premiar, tinha ela toda a confiança; por isso não a intimidavam as habituais murmurações e desdêns dos cortesãos. Estes em geral, ocupados de inveja dos feitos alheios, trabalhavam por empecê-los e aniquilá-los. Prezando-se unicamente de perfumados, e de porfiar trovando nos serões do paço, nada mais faziam do que folgazar dia e noite, emaranhados em intrigas de amores interesseiros e fáceis.

Um interesse também tinha o amor de Maria Tereza; mas único: a glória de Pero da Covilhã.

Desinteressado amor!

A cândida donzela via no seu belo ideal de ventura o moço escudeiro a burilar no escudo um brasão floreteado, ganho em serviço da religião e da pátria, e a si própria apresentando com justa ufanía a sua real ama, e segunda mãe, o cavaleiro enobrecido, a quem prometera a sua mão. Exultava por isso de contentamento íntimo, quando o rei o escolhia para desempenhar qualquer missão que por espinhosa e arriscada o distinguisse mais ainda. É que o seu amor tinha a singularidade maravilhosa de iluminar-lhe o entendimento, conservando-lhe sempre inflamado o coração.

Quando Pero da Covilhã ia a sair, já despedido pela rainha, pôde dizer a Maria Tereza:

— De novo passo à Barbéria.

— Deus vos guie! — respondeu Tereza, tão meiga, como alegre. — Convosco vai também o meu coração, que é vosso.

Nem uma palavra, nem a mais fugitiva expressão da fisionomia de Maria Tereza, podiam revelar a Pero da Covilhã qualquer sombra de tristeza pelo apartamento; e contudo bem natural é, que fossem como realmente eram, sempre que se separavam, docemente feridos ambos pelo espinho da saudade. As despedidas em vez de os desfalecerem, animavam-os.

D. João II no seu ardente amor de glória, ao passo que se tornava insaciável e insofrível em transpor os umbrais da Índia, não afastava seus olhos daquela banda da África, tanto ao pé da porta, e da qual tivera por doação real a governança, quando príncipe ainda. Para ser miudamente informado acerca do que se passava nesses lugares, enviou lá Pero da Covilhã, recomendando-lhe em particular, tratasse amiúde com Molley-Belfagege, que em 1472 havia mandado a ossada de D. Fernando, o malgrado infante, que falecera em Fez. A razão ostensiva da viagem era, porém, a compra de cavalos do melhor sangue para o duque de Beja, a quem o rei ia dar casa. Destinados à mesma adquiriria também Pero da Covilhã alguns lambeis, que D. Leonor encomendara com particular interesse, consoante à carinhosa rainha merecia, quanto tocava a D. Manuel seu dileto irmão, mais tarde rei.

Embarcou Pero da Covilhã para o seu destino.

Depois da necessária demora, regressou a Portugal, onde o esperava já outro encargo; este, porém, mais árduo, e de mais vasto alcance para a realização do plano político de D. João II.

Estava a corte em Santarém, quando chegou e deu conta a seus reais amos dos mandados, que cumprira, conforme as instruções que levava.

— Bem o fizestes — disse-lhe o rei —; e agora — muito secretamente — espero de vós grande serviço, que sempre vos tenho achado bom e leal servidor, muito ditoso em vossos feitos... Não vos impede a falta de saúde, ou o cansaço da viagem, de sair já de nossos reinos?

— Prestes estou, meu Senhor e rei — respondeu Pero da Covilhã. — Pesa-me, porém, não ser a minha suficiência igual ao desejo, que tenho de servir vossa alteza...

— Embora, ireis, que Deus vos guardará. — A descobrir e saber do Preste João, e onde se acham a canela e as outras especiarias, que das terras do Oriente vão a Veneza, hei já mandado um homem da casa de Monte-Rio e um frade de Lisboa. Chegados que foram a Jerusalém, daqui fizeram volta, dizendo, que ninguém por aquelas partes podia entender-se sem saber o árabe. De vós me lembrei, que bem o falais. Maior incumbência todavia levareis, do que eles, pois também do vosso valor e discernimento muito mais confio...

— Mercê a vossa alteza, meu Senhor...

— O que de vós pretendo é, que vos certifiqueis, se do meu senhorio da Guiné podemos comunicar por terra com o reino do Preste João, e se também por lá, se a costa vai seguindo, levaríamos à Índia a nossa frota.

— Com leda vontade, Senhor, aceito o encarrego, que é mais uma mercê, por que beijo a mão de vossa alteza.

— Amanhã sereis despachado, e levareis convosco Afonso de Paiva, que vos dou para auxiliar-vos.

Pero da Covilhã pôde pouco depois avistar-se com Maria Tereza, que já sabia da sua vinda, e comunicar-lhe com entusiasmo, que el-rei o mandava partir para longe, proporcionando-lhe azo de prestar à religião e à pátria bons serviços. Não lhe revelou o segredo da sua misteriosa viagem, mas não resistiu a dizer-lhe com o mais vivo arrebatamento de amor:

— Agora, mais do que nunca, espero ser vosso, Tereza!...

— A Virgem vos ouça! — exclamou Maria Tereza igualmente enlevada e radiante. — A longes terras ides?... Deus vos acompanhará... e eu ficar-vos-ei esperando... de outro jamais serei!...

E apartaram-se, como dois crentes, cujo ânimo varonil o fervor da fé revigora.

Nem um uma lágrima derramaram!

As lágrimas nem sempre são a medida do amor. Este muitas vezes mais se prova, com as que se deixam de chorar.

Se Pero da Covilhã partisse, para nunca mais ver Tereza, seria essa a dor maior dos olhos de ambos, e a que lhos desfaria em lágrimas. Ele, porém, ia para voltar e trazer o seu nome laureado a Tereza; esta ficava-o esperando, para o festejar jubilosamente. Por isso as lágrimas, que deixavam ambos de chorar, se haviam secado nas fontes do amor fino, com que mutuamente se queriam.

No dia seguinte, que era o sétimo de maio de 1487, D. João II, tendo a seu lado D. Manoel duque de Beja, entregou a Pero da Covilhã, que se apresentou já com Afonso de Paiva, uma carta de marear, feita em casa de Pedro de Alcaçova, pelo licenciado D. Diogo Ortiz, o *Calçadilha*, depois bispo, e pelos físicos hebreus, mestre Rodrigo e mestre Moisés, os quais tomavam com o primeiro parte na *junta dos cosmógrafos*. Nessa carta devia Pero da Covilhã, marcar os lugares do senhorio do Preste, bem como todos os mais, por onde passasse.

Para os primeiros gastos da viagem mandou-lhe D. João II dar da arca das despesas da horta de Almeirim quatrocentos cruzados, parte dos quais Pero da Covilhã depositou na casa bancaria de Bartolomeu Florentino, a fim de receber em Espanha o que lhe conviesse, levando além disso uma carta de crédito, dirigida pelo monarca à opulenta casa Médicis, para que nada lhe faltasse nos países, que tivesse de percorrer. Foi enfim portador de cartas em arábico para o Preste, nas quais D. João II significava a este o grande desejo de o conhecer, e travar com ele relações de amizade, dando-lhe ao mesmo tempo conta de tudo o que pela costa da Guiné havia descoberto para saber, se alguma daquelas terras era perto de seu reino e senhorios, a fim de por elas se poderem comunicar e prestar, bem como fazer, com que a Fé Cristã fosse exalçada.

E no mesmo dia partiram os dois exploradores em direção a Barcelona.

## VII - EM RHODES

Apenas Pero da Covilhã e Afonso de Paiva chegaram a Barcelona, passaram a Nápoles pelo Mediterrâneo. Ali desembarcaram, e dirigindo-se logo à casa

comercial de Cosme de Médicis, pelos filhos deste lhes foi dado seu caminho, em vista da carta de crédito, que levavam, como fica dito.

Na formosa e vasta baía de Nápoles estava a largar para a ilha de Rhodes uma nau, a bordo da qual fácil foi receber os nossos viajantes. Prosseguiram nela, pois.

Já no mar tirreno, quando Pero da Covilhã, encostado à amurada da nau, tinha diante dos olhos o quadro pitoresco do golfo, emoldurado por uma natureza encantadora e grandiosa, nenhum alívio achava nas tentadoras belezas do magnífico panorama, para a dor que lhe ia pungindo a alma. Agora que nos mares do levante põe a proa a nau, que o transporta, e ele, se distânciava mais de Portugal, sem saber aonde o destino o levará, mais lhe parece que o seu coração o deixou para ficar com Tereza.

Ao dobrar a costa meridional da Sicília, em aquele afastar-se cada vez mais da pátria em busca de regiões desconhecidas, o ardor, com que desejava chegar ao termo da sua viagem, era muitas vezes amortecido pela impressão viva da saudade, que deliciosa e acerbamente lhe dilacerava o coração.

A nau singrava, assoprando-lhe galerno o vento, que lhe fazia as velas pandas. Quase ao cabo da sua derrota, entra no mar Carpásio, e, proejando para Rhodes, surge neste porto.

Está, portanto, Pero da Covilhã às portas do Oriente.

Habitavam Rhodes os cavaleiros da sacra milícia de S. João Batista, de Jerusalém. Tinham achado que, pelo sítio e vizinhança, era essa ilha própria para, sem maior dificuldade, pelejar com os sarracenos do Egito e da Síria, bem como para reprimir e rebater os assaltos e insultos dos turcos, que, com galeras armadas em guerra, infestavam aqueles mares, vexando os cristãos, roubando e fazendo cativos muitos deles.

Fortificaram-se por isso ali; armaram-se de naus, galeões e galeras, com que limpavam de piratas e corsários os mares do levante; e não só davam passagem segura e pousada franca aos peregrinos, que visitavam a Terra Santa, senão também refreavam os ímpetos e fúrias dos mouros e turcos, para que não chegassem com as suas vitórias até ao coração da Itália. E pode afirmar-se, sem receio, que se deve atribuir às virtudes, esforço, façanhas e proezas dos cavaleiros de Rhodes, o não terem os infiéis maometanos destruído a maior parte da cristandade.

Eram dois os cavaleiros portugueses então na ilha: frei Gonçalo Pimenta e frei Fernão Gonçalves. O último havia tomado parte na heroica e brilhante defesa, contra o apertado cerco do exército otomano, em 1480, no mestrado de frei

Pedro de Aubusson. Como bem natural era, receberam os dois viajantes fidalga hospedagem de seus compatriotas. A breve trecho estabeleceu-se entre todos aquela confiança e lhanza de trato peculiaríssimas do nosso caráter nacional, que não só se conserva intemerato em quaisquer circunstâncias de tempo e lugar, mas ainda mais o afirmam os portugueses uns aos outros, quando se topam em terra alheia.

Como os primeiros cuidados do grão-mestre tivessem sido, logo depois do assedio, restaurar as muralhas e fortificações arruinadas, durante este; reedificar as casas e as igrejas, que foram demolidas, por estarem situadas perto da cidade, e poderem servir de interesse ou de reparo ao inimigo; e restabelecer finalmente o importante comércio dos ródios, que tão notável incremento havia já tomado; aos intrépidos viajantes foi grato ver na Rhodes cristianizada uma das mais florescentes cidades da Ásia.

Precisou Afonso de Paiva de repousar um pouco; e, enquanto ele o fazia, foi Pero da Covilhã com frei Fernão visitar as fortificações. Depois de haverem percorrido todas, sentaram-se na torre de S. Nicolau, que demorava sobranceira ao mar na entrada do porto, e era fundada sobre alcantilado fraguado, que se erguia do seio das ondas.

Como os turcos empreenderam expugnar esta torre, por lhes parecer que Daí podiam bater com maior efeito a cidade, e também impedir que lhe não entrassem socorros, fr. Fernão recordou este episódio do cerco, e a bravura com que nele se portaram os cavaleiros portugueses. Pero da Covilhã escutava com interesse e assombro a narrativa, e não pôde ocultar a comoção de jubilo, que sentiu ao ouvir as referências feitas à galhardia dos nossos.

Frei Fernão compreendeu que falava com quem era versado na arte da guerra, por isso fez-lhe minuciosamente o lance do cerco. E, como então os triunfos gloriosos dos prélios eram antes atribuídos à graça do Onipotente, do que ao esforço heroico dos guerreiros, não deixou fr. Fernão de memorar um caso milagroso, que contribuiu principalmente para a derrota dos turcos.

— Depois de assalto à cidade fugiram para ela grande número de turcos. Atestaram estes com juramento, que, tendo o grão-mestre acudido ao combate, e feito arvorar de novo as bandeiras, em que se divisavam pintadas as imagens de Cristo, da Virgem e de S. João Batista, alvejando a cruz em campo de rouxada cor, nesse mesmo instante viram os turcos correr pelo ar contra eles uma Cruz resplandecente da cor de ouro, à qual seguia uma Matrona formosíssima, adornada de cândidos vestidos, com escudo abraçado e lança na mão direita; junto a ela um homem vestido de panos vis com uma pele de camelo sobre os ombros; e logo um luzido esquadrão de soldados, assinalados com cruces brancas, correndo em tal ordem que parecia virem em socorro da

cidade. Com esta visão — diziam os desertores — ficaram os turcos tão assustados e atônitos, que os que iam em marcha ao assalto, não se atreveram passar adiante; e os que já estavam interessados na luta, conceberam tanto medo e terror, que voltaram as costas, e para fugirem com menos embaraço se mataram uns aos outros.

— Vencemos! — concluiu frei Fernão —. Mas sem aquele celeste auxílio não podia prevalecer a nossa defesa contra o grande tropel e poderosas forças dos inimigos. Cumprimos o que devíamos por honra nossa, com grande glória dos cristãos e a mor afronta dos infiéis!... E a propósito deixai-me lamentar, que o senhor D. João II, sendo tão católico, tenha a sua atenção distraída para África, e não nos auxilie em nossa empresa!...

— Estou certo — retorquiu Pero da Covilhã — de que el-rei, meu Senhor, admira os vossos esforços, e desejaria contribuir para o engrandecimento da sagrada milícia; asseguro-vos, porém, que nas atuais circunstâncias do reino, não podia, antes que quisesse, realizar esse desejo. Achais porventura, que sua alteza deve consentir à sua porta, a vexar a cristandade, o agareno insólito e maldito?...

— Reduzir o número dos infiéis pela conversão ao catolicismo, é sem duvida obra emérita. Mas nós também lá iríamos ajudar el-rei, se tivéssemos seguro o nosso domínio na Ásia...

— Não se esquece sua alteza do Oriente, crede... Se a nossa frota pudesse ir à Índia!... O resultado seria a propagação da fé católica nessas regiões remotas, e o aumento da glória e riqueza de Portugal!...

— à Índia?!... Arrojado pensamento esse!... Pois pode el-rei conceber um tal propósito?!... Por que mares chegaria lá?!...

— Por que mares, não sei... O pensamento é meu... Ocorreu-me agora... O que vós não ignorais, sem duvida, é que nós, os portugueses, somos aventureiros por índole. Estanciados no Ocidente, parece-nos o mar uma barreira constante, posta a nossos olhos, para nos impedir de caminhar; por isso natural é, que estejamos sempre ansiosos de vencer esse obstáculo... Quem sabe se servirá de estímulo, para virmos a ser um dia os primeiros navegadores do mundo?!...

— Confio muito na providencia de Deus e no valor dos portugueses; mas... Veneza tem o monopólio das riquezas do Oriente; os seus depósitos em Alexandria fornecem o mundo inteiro; e além disso é a senhora dos mares, sem que ninguém possa disputar-lhe esse império... Se porventura ela sonhasse, que por mar se podia ir à Índia, já lá tinha surgido a sua grande frota...

— Mas nós também já temos provado, que sabemos lutar com as ondas...

— Assim é...

— Ora dissei-me: não estará Deus a ensinar-nos o caminho da Índia no movimento diurno do sol?... Eu me explico. Não me custa admitir, que do Oriente partisse um dia grande cáfila de gente à procura do país do ouro. Chegaram ao Ocidente, e, topando com o mar, que os não deixou ir mais além, uns retrocederam, outros ficaram...

— Que saíssem até muitos deles, para comerciar unicamente, fácil é acreditá-lo — interrompeu fr. Fernão.

— Pois bem. A esses primeiros povoadores do nosso solo acompanharia sempre no seu voluntario exílio a saudade da pátria. E este sentimento não se transmitiria de pais a filhos, como um patrimônio de seu coração?...

— Mui ajustado considero o vosso conceito. Até do nosso gênio aventureiro razão sobeja me dá.

— Uma esperança trouxe a nossa raça ao Ocidente, uma saudade a levará ao Oriente!... Mas pelo mar, para completarmos a nossa revolução, como o Sol!...

— Prouvera a Deus, que assim fosse!... — exclamou com entusiasmo fr. Fernão.

— Não me pertence a mim de tal cuidar. A que venho com Afonso de Paiva, é procurar o tão falado Preste João. Acaso podereis vós dar-me informações, que me alumiem?... Se for um rei cristão, como dizem, muito ganharia a nossa religião santa, se com ele el-rei contraísse aliança...

— Folgaria de bem vos encaminhar; mas tão escuras correm as notícias desse afamado imperador, que chego a persuadir-me, serem todas mal fundadas.

— Na Ásia habita, dizem. Em que parte, porém, dela?

— Na Ásia habitará... O nosso colégio, porém, já conta em Rhodes mais de um século, e até hoje — que eu saiba! — não tem constado cá, haver-se descoberto o reino maravilhoso desse príncipe de tanta nomeada.

— Informação de peso é essa...

— Com efeito existiu na Ásia a monarquia do Jonanã, sendo este nome comum a todos os soberanos dela, como foi o de Faraó aos reis do Egito, o de Dario aos reis persas, o de Cesar aos imperadores romanos, e atualmente é o de Turco aos sultões da casa otomana. Esse nome de Jonanã, derivado de Jonas Profeta, mudaram os europeus em Joan, e o pronome Preste, o mesmo que Presbítero, puseram-lho em razão da cruz, que sempre diante levava arvorada, como os



nossos arcebispos. E esse imperador cristão, posto que nestoriano, obedecia ao patriarca de Babilônia, de maneira que também a ele obedeciam os cristãos, a quem na Índia se chamavam da Serra ou de S. Thomé. O seu império, porém, há muito que desapareceu.

— E porque não crer antes, que em país desconhecido, e cercado de mistérios o Preste vive ainda, como em toda a Europa corre?... Enfim, eu a Portugal não volto, sem colher informação segura, para a levar a el-rei, meu Senhor.

— Nem al se deve esperar de vós, como brioso cavaleiro que sois.

O resultado, que Pero da Covilhã logrou desta prática, foi tornar-se-lhe cada vez mais problemática a residência, senão a existência, do Preste João das Índias. Não sofreu com isso a menor contrariedade o seu ânimo imperturbável; serviu antes de maior estímulo à sua diligência.

De Rhodes, onde se forneceram de mel, com que se dispuseram a negociar, atravessaram os dois viajantes para Alexandria, disfarçados em mercadores.

## VIII - BOAS NOVAS

Era português o navio, que conduziu Pero da Covilhã e o seu companheiro ao porto de Alexandria. As ondas do Mediterrâneo mal marulhavam em torno do costado da embarcação, imprimindo-lhe uma arfagem indolente, e fazendo parecer, que o mar se transformara em um grande lago azul e tranquilo. Ao cabo de uma feliz derrota o navio deu fundo em frente da velha cidade egípcia, uma das mais belas e graciosas cidades do mundo antigo, e laço de união da Europa com o Oriente.

Estava no período da sua maior decadência a pátria de Euclides. A sua biblioteca célebre, que fora a maior do mundo, e quase todos os seus monumentos, que davam brilhante e seguro testemunho da sua antiguidade gloriosa, haviam sido arrasados pelos árabes, no VII século.

De todas essas preciosidades históricas restavam unicamente: a coluna de Pompeu, denominada Amud-Assuari pelos muçulmanos; dois obeliscos, impropriamente chamados *Agulhas de Cleópatra*, e as catacumbas.

A sudoeste da cidade, marcando o lugar ocupado antes pelo *Serapeion*, ou templo consagrado a Serapis pelos Ptolomeus e um dos centros do saber, no ponto de união da Necrópole com o velho bairro egípcio de Racótis, levantava-se rodeada de palmeiras a coluna de Pompeu, testemunha sobrevivente das épocas clássicas. Esta obra de arte genuinamente grega mandou um prefeito

romano erigir em honra do governador Diocleciano, *gênio tutelar da cidade*, para lhe demonstrar a sua gratidão pelo trigo, com que socorrera o povo de Alexandria. Era lavrada em sienito, com o soco quadrado, em que assentava, e o capitel coríntio, onde se erguia a estátua, já mutilado.

As *Agulhas* consistiam em dois monólitos de granito avermelhado, em parte revestidas com laminas de prata dourada. Foram anteriormente dois monumentos: um, o *Sebasteion*, em honra de Tibério; o outro, à glória de Tutmosis III, quando o Egito atingiu as culminâncias do esplendor, e, por consequência, séculos antes da fundação da Alexandria no terreno, em que assentava a velha aldeia de Racótis.

No segundo obelisco viam-se os hieróglifos, que celebravam o nome daquele Faraó.

Primitivamente ambos os monumentos tinham sido consagrados a Rá, o deus do Sol, adorado em todo o Egito, e em um belo templo de Heliópolis mais especialmente, sob a forma do boi Mnévis. Desse templo os removeram para Racótis.

Na extremidade oriental da ilha de Faro, que os Ptolomeus ligaram à terra firme por meio de um molhe de cantaria, denominado *Heptastadion*, campeava ainda o farol, que mereceu ser contado em o número das maravilhas do mundo, e realmente maravilha da esplendida capital do Egito grego.

Era uma torre quadrada, cuja altura excedia muito a da pirâmide de Quéops, e que Ptolomeu Filadelfo consagrou a seus pais, mandando-a revestir de mármore branco por Sostrato de Cnido. Este arquiteto célebre gravou o próprio nome sobre o mármore, cobrindo a inscrição de encáustica brilhante, em que traçou o do soberano. O tempo encarregar-se-ia de desfazer o revestimento, pondo a descoberto o nome do vaidoso e desleal artista.

Como a torre ameaçava ruína, em frente dela havia principiado outra igual Melik-al-Nasser-Mohamed, nono sultão mameluco do Egito, da dinastia dos Baharitas, e que tanto animou a agricultura e as artes; mas a morte surpreendeu-o logo, não lhe permitindo executar a sua obra.

Muito de corrida viram tudo isso os nossos viajantes, e pouco mais, pois que uma febre maligna os prostrou.

Ainda mal restabelecidos, subiram ao Cairo, comerciando sempre, por haver sucessivos mercados desde Alexandria até àquela cidade, e fazendo a última parte da jornada pelo Nilo, que vinha descendo nesta região por entre alegres povoações mui vizinhas umas das outras, e corria a pequena distância da capital do Egito, a qual demorava na margem direita.

Alguns dias depois de chegarem a este grande centro de comércio, encontraram-se com mercadores de Féz e Tremecem, que seguiam para Aden. Ajuntaram-se à caravana desses mouros, e com eles partiram caminho de Thor. Desta cidade do Hedjaz, pequena, mas graciosa, assentada à borda do golfo de Suez, ao longo de uma bela praia, navegaram em um zambuco para Suaquém, riquíssima cidade da Núbia, na costa africana do mar Vermelho, e Daí para Aden.

Pero da Covilhã aproximava-se da Índia; e, sem embargo de haver saído de Rhodes com pouca esperança de dar lá com o Preste João, ansiava cada vez mais conhecer a hidrografia do Oriente, e fazer um estudo consciencioso do comércio das especiarias.

Tomara o nome, as cerimônias e os costumes de mouro, mas Deus sabia, que a sua alma era cristã e portuguesa de lei. A convivência com os infiéis mais lhe arraigava no coração as suas crenças. O seu melhor companheiro, e confidente único, era a imagem de Tereza, a guiar-lhe os passos, animando-o ao mesmo tempo a prosseguir audacioso e firme. Observando tudo com olhos de quem sabia ver, nem uma exclamação nem um gesto eram capazes de traí-lo, ou de levantar a suspeita, de que não fosse mercador ismaelita.

Quando aportou à baía de Aden, esta importante cidade marítima da Arábia produziu-lhe viva impressão, que passou completamente despercebida aos olhos dos tripulantes e mercadores que o cercavam.

Defrontou com uma serra mui alta, áspera e crespa, tendo várias quebradas e picos muito agudos, alguns dos quais fortificados. Ao vê-la assim recortada, lembrou-lhe a serra da Cintra, por parecer-lhe mui semelhante. Parte dela metia pelo mar, formando uma comprida península, que talhava duas formosas e largas enseadas, e na de Leste espelhava-se a muralha da cidade.

Com efeito Aden, edificada ao sopé da serra, era defendida, para a banda do mar, por um extenso lanço de muro, dividido em muitos panos por meio de cubelos redondos, e de um lado entestando em uma penha cortada a pique, do outro em um morro, junto do qual havia um baluarte rouqueiro, cujos tiros podiam varrer a praia. O morro tornava-se um ilhéu com o preamar, e até ao seu cume, onde estava um castelo, subia do baluarte um muro, que torneava o morro. Por duas portas, ambas juntas, se entrava na cidade, indo da praia; e, por única serventia do lado da terra, em um caminho aberto na rocha de uma quebrada, havia três portas consecutivas, protegida cada uma por sua fortificação.

Plana, de boa casaria coberta por terrados, em razão do ardor vivíssimo do clima, Aden, para ter água, precisava de mandá-la buscar às fontes detrás da

serra, em odres transportados por camelos e juntar a da chuva em enormes tanques abertos na rocha.

O seu principal comércio consistia na venda de mantimentos, de que sempre estava abastecida. A ela desciam os mercadores árabes com os produtos de seus países, e dela levavam a vários mercados as exportações da Índia, para as caravanas de Damasco e de toda a Ásia menor as passarem à Europa pelo Mediterrâneo. Por tal motivo a maior parte das naus contentava-se com chegar a Aden, e não curava de entrar as portas do mar Vermelho.

Como Pero da Covilhã soubesse nesta cidade, haver na Etiópia um grande rei cristão, e considerasse, que o Preste se chamava das Índias, convencionou com Paiva, prosseguir este no caminho da Etiópia e ele no da Índia, aproveitando logo a monção. Ficaram todavia de se ajuntar ambos em determinada época no Cairo, e aqui darem mutuamente conta das novas, que alcançassem.

Afonso de Paiva foi, pois, em uma gelva para Zeila, capital de Adel na costa oriental da África, e Pero da Covilhã demandou em uma nau mourisca a cidade de Calicut.

Era Pero da Covilhã o primeiro português conhecido, que atravessava o Oceano Indico.

A nau, que o transportava, tinha, como quase todas as da Índia, um só mastro sem gávea, aguentado pelos cabos para a borda, e pelas adriças da vela, que os ajudavam para ré. O leme largo e de taboas delgadas governava com gualdrópes para a borda, alados por um e outro bordo. Ligeiramente construída, de poucas cavernas, e forrada apenas exteriormente, seu tabuado cozido a cairo, e de igual modo fixo ao cavername, marcava a diferença que ela fazia das pregadiças, nas quais em vez de quilha havia fundo largo.

A vela, de pendão, era um trapézio de amplas dimensões, ligando o punho da amura a uma antena, que podendo debruçar-se da borda, permitia à nau navegar em melhor linha de bolina.

Por causa da vela, de difícil manobra, tornava-se necessário arrear para cambiar de bordo; e, para diminuir superfície, havia no pano uma espécie de rizes, parecendo inteiramente desconhecido o uso de monetas.

Nenhum mareante breava a sua embarcação; tornava-a, porém, muito estanque, betumando as costuras do tabuado com *quil*, e untando-as com azeite de peixe, levado à consistência de sebo. Assim vedavam também os tanques, em que traziam a água, os quais consistiam em grandes cubos de madeira com capacidade para trinta ou quarenta pipas, e com as paredes escoradas interna e externamente.

O batel andava atoado, e somente o metiam dentro, quando atravessavam da Índia para o mar Vermelho.

Nas ancoras de pedra ou de madeira rija, na arca da bomba, e em outras particularidades de construção, esta nau diferia muito das portuguesas. Sem coberta, e com a borda feita de esteiras impermeáveis, levava a carga arrumada em compartimentos separados, e resguardada da chuva por folhas secas de palmeira, postas em forma de telhado de duas águas.

Desprovida de agasalhados, que permitissem aos tripulantes e passageiros abrigar-se, iam, uns e outros, expostos ao tempo, salvo quando o vento soprava muito rijo ou caía alguma chuva, pois que em tais casos recolham-se em uma espécie de choupana de óla, encostada ao mastro, ou armada a ré, por cima das esteiras de rotas, com que cobriam a carga.

O tipo do fogão, em que cada um cozinhava, reduzia-se a uma caixa de madeira, cheia de areia, sobre a qual colocavam três pedras, que serviam de trempe. O coco, o peixe seco e o arroz constituíam os principais manjares da quotidiana alimentação.

E com embarcações tão frágeis, como a sucintamente descrita, se fazia a navegação dos mares Índicos, durante sete meses de cada ano, sendo depois varadas nas praias e cobertas com óla, à espera de nova monção.

Hoje, que tão cômoda e rapidamente se viaja, mal se compreende que, sem um movimento superior a impulsioná-lo, Pero da Covilhã fizesse esta travessia em semelhantes condições, e nem um momento sentisse desfalecer-lhe o ânimo!

Que provas de valor, dedicação e lealdade ia acumulando na sua peregrinação arriscadíssima, para oferecer ao rei, que o enviara, e a Tereza, por quem tudo sofria resinado!

A viagem continuava sem o menor incidente. Um dia, porém, no Céu, que permanecia sereno, algumas nuvens semelhantes a vapores cobreados, corriam por ele com ligeireza superior à das aves, ao passo que sulcavam o mar cinco ou seis vagas longas e crescidas, parecendo-se com cordilheiras de colinas, separadas umas das outras por largos e profundos vales. O vento soltava dos vértices angulosos de todas essas colinas aquáticas uma espécie de coma de espuma, em que refulgiam aqui e além as brilhantes cores do Iris, e levantava igualmente redemoinhos, como que de poeira esbranquiçada. Mas o mais terrível era, que os topos desses vagalhões com a violência do vento enrolavam-se sobre si, formando enormes abóbadas, espumando e rugindo como feras gigantes iracundas. A nau, sem governo, vogava de capa, e não era senão juguete do vento e das ondas. Subia essas serranias inclinada sobre um dos

bordos, quase virada, chegava ao cimo, equilibrava-se, e descia depois rapidamente com igual perigo o lado oposto, em quanto se escoava, saindo por debaixo dela como de uma comporta, um largo lençol de espuma.

Se fosse muito duradoura esta tempestade medonha, esta borrasca seca, mas horrenda, a frágil embarcação soçobraria irremediavelmente.

Salvou-se!

Com a sua bandeira verde içada no tope do mastro, a nau arribou a Cananor, para fazer aguada e tomar lenha.

A doze léguas para o Sul na mesma costa do Malabar, demorava Calicut; e, por ser a costa mui limpa, a nau, depois de refrescar, seguiu perto de terra o seu rumo com terreno galerno e perfumado a enfunar-se na vela.

Chegou Pero da Covilhã a Calicut. Cananor pouco abalo havia produzido no seu espírito. Calicut deslumbrou-o. Tinha diante de seus olhos a opulência e a beleza da primeira cidade do Malabar, e a sua fantasia, que lhe pintara com as cores mais vivas a vegetação luxuriante da Índia, não o iludira, pois o maravilhoso painel, que estava contemplando, era superior ainda ao que a sua imaginação havia sonhado.

Em um vastíssimo jardim à beira mar, com arruamentos arbitrariamente traçados, estava disseminada a casaria da cidade, sobressaindo os mais nobres edifícios no meio das alfombras odoríferas dos canteiros, das hortas viçosíssimas e dos palmares gigânteos. Junto da praia as palhotas dos pescadores mucuás, e em lugares apartados as dos pobres poleás, a gente baixa e vil, eram a sombra do quadro, em que resplandecia a suntuosidade dos pagodes, a elegância das habitações nobres, e a magnificência dos paços do rajá, que rematavam a cidade a grandíssima distância da praia.

A cada passo via Pero da Covilhã nas ruas os vaidosos naires, com suas espadas núas e rodela uns, outros com lanças, e ainda outros com arcos e frechas; e os poleás a bradar, para que os naires se desviassem, ou a fugir, quando topavam com eles de súbito, pelo receio que tinham de serem suas vítimas.

Passavam pelos naires, e podiam até tocá-los, os brâmanes. Estes traziam a tiracolo o seu distintivo de religiosos, o qual, dos sete aos quatorze anos, consistia em uma correia de pele crua com pêlo de uma espécie de jumento silvestre; e, dos quatorze por diante, em uma fita de linha dobrada de três fios, com a largura de dois dedos, como a correia.

Também os nobres saíam à rua em andores, que, conforme o seu tamanho, dois ou quatro escravos levavam aos ombros. O nobre ia assentado ou deitado,

ordinariamente mascando o seu bétel, e resguardando-o do sol ou da chuva um sombreiro seguro por um escravo, a que os malabares chamavam *boi*.

Os naires não se limitavam unicamente a proibir aos poleás, que se aproximassem deles. Mais ainda. Como o poleá era o escravo e o trabalhador encarregado do amanho das terras, o naire dava-lhe as suas ordens a uma certa distância, indo imediatamente depois lavar-se, mudar de fato, purificar-se. E mantinha-se tanto esta diferença de castas, que um poleá nunca podia remir o pecado original do nascimento. Nascia vilão, havia de morrer vilão.

Tais costumes dos gentios impressionaram vivamente o coração generoso de Pero da Covilhã.

O comércio do Oriente estava nas mãos dos mouros, cujas embarcações eram por isso os únicos meios de comunicação entre os diversos portos.

Pero da Covilhã, que necessitou de lançar-se nesse trafico, não podia fazer itinerários à sua vontade, e acomodava-se às circunstâncias tirando delas todo o proveito.

Foi assim que logrou ver Goa, a guerreira capital do reino do Sabaio; Ormuz, o empório comercial do golfo pérsico; e Sofala, a rica cidade da África meridional, aonde afluíam os mercadores, para o resgate do ouro das minas de Monomotapa.

Restava-lhe obter notícias positivas acerca de Preste João; mas contava, que lhas desse Afonso de Paiva, o qual, como vimos, fora à Etiópia com o cuidado de as trazer. Voltando, pois, ao Cairo, conforme havia aprezado com o seu companheiro, soube ali, que este falecera.

Tal acontecimento foi a primeira contrariedade séria da sua viagem. Com os vagos conhecimentos, que adquirira, a respeito da existência do Preste, não se animava a regressar a Portugal. Parecia-lhe, que não saciaria com tão pouco os veementes desejos de D. João II, naquele ponto.

— De muito posso eu já dar conta a el-rei; mas não de tudo quanto me incumbira... — pensava Pero da Covilhã.

Chegou a hesitar um momento na resolução, que deveria tomar, e mais conviria ao serviço de seu real amo.

Nesta conjuntura aparecem-lhe inesperadamente dois judeus portugueses, que o buscavam e que para saberem dele na bela cidade de Amron, na opulenta rainha muçulmana do Oriente, no labirinto imenso dessa Babel, em tão

embaraçosas situações se viram, que tiveram por vezes perdida a esperança de encontrá-lo.

Em boa hora vieram. Um deles era o rabi Abraham, natural de Beja; o outro, Joseph, de Lamego; ambos mensageiros de D. João II.

— à procura de vós andávamos! — exclamou o rabi, ao dar casualmente com Pero da Covilhã.

Este ao ouvir, pela primeira vez, falar a sua língua no Cairo, experimentou um prazer novo, uma sensação gratíssima, e respondeu:

— Aqui me tendes, e muito me praz ver-me tão longe da pátria com portugueses. O que me quereis, e a que vindes?...

Abraham, entregando a Pero da Covilhã as cartas, que para ele trazia, de D. João II, disse-lhe:

— Eu e o meu companheiro Joseph, mensageiros de el-rei somos, como por essas cartas vereis. Lede-as, pois, e elas nos acreditarão.

— E como pudestes reconhecer-me, no meio desta Babilônia?... — perguntou Pero da Covilhã.

— Guiou-me principalmente a cicatriz, que tendes nas costas da mão esquerda... — respondeu Abraham, apontando para ela.

— Nem este vestígio das minhas travessuras de criança escapou a el-rei meu senhor!... — replicou Pero da Covilhã, sorrindo.

— Além disso descreveu-me el-rei com tanta precisão a vossa fisionomia, que não era fácil enganar-me, apesar de terdes a barba algo crescida.

Nas cartas, que Pero da Covilhã recebeu, ordenava-lhe D. João II, que fosse mostrar a cidade de Ormuz ao rabi, e que, se não estivesse ainda bem instruído de tudo a que fora, mandasse pelo judeu Joseph novas do que sabia, não devendo voltar ao reino sem ter visto o Preste João.

Joseph observou, que, tendo visitado já a cidade de Bagdá, ouvira lá falar muito de Ormuz, e de como vinham ter as especiarias e riquezas da Índia às cidades de Aleppo e Damasco. Do que vira e lhe informaram, fizera depois a narrativa a el-rei, que muito folgou, e lhe dera proteção, para empreender esta nova viagem, que concertara com o rabi.



— De tudo estou inteirado — disse Pero da Covilhã. — A vós, Joseph, vou imediatamente despachar com cartas para el-rei, meu Senhor; e — voltando-se para Abraham — convosco tornarei a ver Ormuz.

Naquelas cartas, de que foi, com efeito, portador o judeu de Lamego, fazia Pero da Covilhã miúda relação da sua visita aos principais portos, que serviam de escala ao comércio oriental, e onde verificara, que a corrente deste entrava pelo mar Vermelho, indo concentrar-se em Alexandria, seu principal depósito, de que tinham os feitores de Veneza a posse, garantida por tratado com o sultão do Egito.

A respeito do porto de Calicut informava que de lá saíam, não só as especiarias, senão também tudo quanto a Índia exportava de mais rico, atraído àquela cidade pelos seus mercadores, os mais poderosos e opulentos mouros do Malabar.

Enaltecia a importância de Ormuz, dizendo, que era a Índia a pedrinha preciosa engastada nele.

A propósito encarecia as belíssimas pérolas de Bahrein, as esmeraldas de Bagdá, as turquesas de Exaquirimane, os carbúnculos ou rubis de Pegu, as espinelas de Ceilão e Cananor, e os diamantes da Golconda.

Mostrando com numerosos fatos, que tudo no Oriente era grande, assombroso, parecendo que Deus se havia esmerado em ali conservar eternamente um reflexo brilhante da sua Onipotência, fechava Pero da Covilhã uma das suas cartas com a seguinte informação: “Navegando-se pela costa da Guiné adiante, chega-se ao termo do continente: persistindo na derrota para o Sul, e logo dobrando a costa no Oceano indico, o melhor rumo é demandar Sofala, ou uma grande ilha, que os mouros chamam da Lua (Madagascar), e fica mais para a banda do Sul”. E adicionou: “em Sofala me foi asseverado pelos mercadores mouros, que dos mares da Guiné se pode navegar para a Índia”.

Em outra carta, na qual dava notícia da morte de Afonso Paiva, comunicava também, que, enquanto andou pela Índia, somente em Cananor ouvira falar no Preste João, afirmando os mouros, “que este rei cristão estava tão longe metido nas suas terras, que não sabia, que cousa era gente do mundo, e que para elas ia-se pelo mar Vermelho”. E, posto que os mouros não dessem a esse rei o nome de Preste, como já no Cairo e em Aden haviam contado a ele Pero da Covilhã muitas cousas do rei abexim, de ser cristão, trazer cruz alçada, e possuírem seus estados alguns mosteiros de religiosos, “se veio a persuadir, que não tinha para que passar adiante, a buscar o que não sabia que houvesse, tendo tão perto o que lhe diziam que na Etiópia havia”. Cumprindo, pois, as

ordens de Sua Alteza, ia mostrar Ormuz ao rabi Abraham, e na volta procuraria em pessoa o Preste.

Despedido o judeu Joseph, que partiu logo em direção a Portugal com as cartas e outros documentos, Pero da Covilhã e o rabi subiram a Aden, e deste porto saíram para Ormuz.

Quantas vezes assaltaram Pero da Covilhã ardentíssimos desejos de conversar largamente com o seu novo companheiro acerca da vida íntima da corte portuguesa!...

O que poderia, porém, saber dela o rabi?...

Continuava, pois, Pero da Covilhã a ser o confidente de si próprio; e a esperança, que mais lhe sorria agora, de ver seus sonhos de glória realizados, era o melhor lenitivo da sua saudade.

— Que prazer não sentirá Tereza, quando souber, que mandei dizer a el-rei qual é o caminho da Índia pelo mar!... — repetiam os ecos da sua alma radiante e apaixonada.

E o infatigável explorador lá foi de novo atravessar as águas do mar de Omã.

## **IX - CONSTÂNCIA**

Nunca na corte portuguesa se prestou mais livre, menos recatado culto ao espírito, à elegância, e à formosura da mulher, do que durante os primeiros nove anos do curto reinado de D. João II. Os serões do paço eram exibição permanente de requiebro, de arrufos, de ironias, de motejos deliciosos.

Depois que Pero da Covilhã saiu de Portugal, Maria Tereza tinha uma repugnância invencível em assistir a esses passatempos, e, quando aparecia, era unicamente por obediência.

Ainda em Santarém, uma noite folgava, como de costume, a mocidade fidalga nas salas do palácio real. Os cortesãos, que, nada tendo em geral a contemplar na sua alma, por a trazerem sempre vazia de afetos e atestada de egoísmo, a tudo estão atentos, reparavam, que a Maria Tereza faltava a sua natural animação, aquele seu ar de interessar-se pelo que a cercava; e não sabiam explicar, como ela nem sequer encobria o seu incompreensível e súbito recolhimento.

Maria Tereza, com efeito, quase não era senhora de si, para antepor às suas meditações, porventura quimeras muito queridas, o cuidado de transigir um tanto ao menos, com as hipocrisias da corte, para se não tornar intratável.

Os seus adoradores, que eram muitos, perguntavam uns aos outros: o que terá Maria Tereza, ainda há pouco tão leda e desenvolta, criticizando maliciosamente os assuntos de nossas trovas, ouvindo e aplaudindo com riso franco e jovial nossos ápodos, e agora tão calma, e lenta em animar-se?!...

— E o mais estranho — observou Pedro de Barcelos — é, que não oculta o seu mau humor, quando algum de nós tenta galanteá-la!...

— Até se torna menos sombria, e fica logo quase alegre, quando se insiste... — acrescentou Jorge da Silveira.

— De experimentados falais ambos!... — atalhou D. João de Menezes

— Quem não há de gostar de Tereza!... — tornou Pedro de Barcelos.

— Toda a corte sabe, que ela é a predileta da rainha, com quem reza diariamente, horas esquecidas!... Vai caminho do claustro a formosa menina!... — exclamou Gonçalo da Fonseca.

Apesar da sua idade, já um pouco avançada, Gonçalo da Fonseca amava a convivência dos moços, e estes, como ele era de pequena estatura, chamavam-lhe Gonçalinho. Dava-lhe prazer esse tratamento, não só por ser afetuoso, mas porque lhe recordava uma amabilidade de D. João II, tão própria do caráter desse soberano, como o leitor vai ver.

Um dia Pedro da Silva, comendador-mor de Aviz, chamou-lhe Gonçalinho na presença do rei. Este não tomou o diminutivo por sinal de confiança, senão por gracejo deprimente, e disse, com um modo muito seco, a Pedro da Silva: “se vós vos tomardes com ele, há de parecer-vos Gonçalão”.

Este Gonçalo da Fonseca tinha sido embaixador de D. Afonso V junto dos duques de Borgonha, e D. João II mandou-o com Diogo de Azambuja, Duarte Pacheco, e outros, erigir a fortaleza da Mina.

Voltemos, porém, ao ponto.

A conversação continuou, trocando-se ditos maliciosos e crepitantes, acerca dos mais falados galanteios da corte, e prolongou-se, até que, aparecendo Garcia de Rezende, se deu princípio ao *jogo dos naipes*.

Maria Tereza, a quem no meio das reflexões sérias, que lhe tomavam a alma, os vãos discursos cerimoniais, que ouvia em volta de si, pareciam mais desagradáveis ainda, havia chegado a uma janela aberta sobre um jardim. Fora ali respirar o perfume das flores, e esse prazer parecia infundir algum alento em seu coração entristecido. Estava fazendo confidentes suas as florinhas, as quais, por seu turno, como que lhe agradeciam a confiança, embalsamando cada vez com mais delícia o ar que ela respirava. De vez em quando voltava-se para a sala, por estar sempre de alcateia, não a chamasse a camareira-mor, que sobre ela exercia a mais particular e carinhosa vigilância, muito recomendada pela rainha.

Em um daqueles movimentos, Maria Tereza viu Pedro de Barcelos a dirigir-se para a janela. Ficou contrariada, e pelo seu pensamento passou rapidamente a seguinte exclamação: — infeliz lembrança!... E tenho de atender com fingido agrado este importuno!...

Ao mesmo tempo no cérebro de Pedro de Barcelos cruzava-se um tropel de dúvidas, de esperanças, e de receios, ao passo que o seu coração se debatia em ânsias de tranzido amor.

O apaixonado moço cumprimentou Maria Tereza, mas sem poder dizer-lhe: — como sois bela!... que expressão de pensamento profundo!... que fisionomia angélica!... — e tantas outras frases de admiração e amor, que lhe estavam a saltar dos lábios, e os ecos da alma lhe repetiam.

Enlevado na contemplação da formosura celeste de Maria Tereza, e não logrando evitar, que fosse traído pelo olhar ardente, com que a fitava, rompeu o curto silêncio, que se seguiu aos recíprocos cumprimentos, com esta interrogação banal:

— Não vos interessa o *jogo dos naipes*?

— É sem duvida um gracioso invento de Garcia de Rezende; mas não me praz tomar hoje parte nessa diversão — respondeu Maria Tereza.

— Por melhor que fosse a sorte que vos saísse, seria sempre inferior à que mereceis...

— Lisonjeiro!... E porque não ides também tirar uma carta?...

— Porque da minha sorte somente vós podeis decidir... — retorquiu com certa intimativa Pedro de Barcelos.

— Eu!?... Grande poder me confiais!...

— E não o quereis?...

— Para quê?...

— Para me libertardes da sujeição em que me trazeis...

— Pois crede, que não tinha a consciência da minha tirania...

— É que não quereis compreender o olhar, com que vos admiro...

— Devaneais, primo!

— Acaso tão pouco vos mereço, que mal pareça ser vosso servidor? — instou Pedro de Barcelos com forçado sorriso.

— Quem, como vós, pode fazer pontaria a grandezas, e leva a palma aos mais vaidosos em prendas de cortesão, seguro deve estar de seus merecimentos... O ar, com que fizestes essa pergunta, manifesta bem que tendes a consciência deles... — redarguiu com reflexiva gravidade Maria Tereza.

— Devem de certo ser brilhantes à luz da vossa fantasia primorosa; prefiro, porém, às gentilezas do vosso espírito os apreços do vosso coração. Se me não julgais indigno de vós, porque não aceitais o amor que vos ofereço?...

— Porque nunca poderia corresponder-lhe.

— Condenais-me, pois, a um desprezo eterno?...

— Não sejais injusto. Não vos desprezo, estimo-vos.

Convém recordar que, nos frequentíssimos galanteios da corte de D. João II, os versos eram o prelúdio do amor. Por isso Pedro de Barcelos replicou a Maria Tereza:

— Agradeço a vossa estima, e sobre todas muito a prezo; mas ficai certa, de *que sem o vosso amor jamais poderá haver para mim ventura neste mundo:*

*“Por mais mal que me façais  
nunca mudar me fareis  
até que não me acabeis.*

*Minha fé, minha firmeza  
Em vosso poder está;  
sofrerei minha tristeza,  
pois vossa mercê m'a dá.*

*E meu bem nunca fará  
mudança, nem a vereis,  
até que não me acabeis.”*

— Belo vilancete, primo!...

— Não me pertence. Exprime, porém, com tanta verdade o que sinto, que me lembrei de recitá-lo...

— E não tendes presente composição alguma vossa?...

— Porque m'o perguntais?... Poderia ela porventura agradar-vos?...

— Não vos disse já, que vos estimo?...

Este colóquio ia tomando uma fase mais amena, e Pedro de Barcelos, depois de grande hesitação, e com um receio imenso de ser desagradável a Maria Tereza, confessou-lhe francamente, que se demorava em Portugal por causa dela. Protestou-lhe, que não tinha, nem teria nunca outro desejo mais ardente, senão o de consagrar-lhe a vida inteira, se esse anjo de graça e de bondade aceitasse a oferta sem reserva, que lhe fazia dela; e terminou, perguntando-lhe com a maior formalidade:

— Porque me não concedeis a vossa mão?...

— Porque não posso, primo; e rogo-vos, que não insistais... — respondeu Maria Tereza com ar tão nobre e de tão expressivo desengano, que impôs o máximo respeito a Pedro de Barcelos.

Este, reconhecendo que seria importuna e pouco delicada qualquer instância, disse a Maria Tereza:

— Pois bem, prima; vou recitar-vos uma composição minha, de que ninguém mais saberá, senão vós.

E, com o coração amargurado, recitou Pedro de Barcelos o seguinte vilancete:

*Aqui, onde vou deixar-vos,  
esse vosso doce olhar  
nunca me verá tornar.*

*Para o mar vou sem ventura,  
sendo mais vosso cativo!  
Serei morto, sendo vivo,*

*sem ver vossa formosura,  
pois que a minha sorte dura  
de vós me quer apartar  
para nunca mais tornar.*

*E se bem, que me conforte,  
esperar me não é dado,  
melhor é ditosa morte,  
que viver desesperado.  
Acabe assim o cuidado  
de somente em vós cuidar,  
e no vosso doce olhar!...*

— É realmente mimoso o vosso vilancete, e muito pesar tenho, de que não o divulgueis, pois nele se revela um dote mais do vosso aprimorado espírito... Está-me chamando a camareira-mor!... Quando regressais à ilha?... Crede, que fico sendo-vos muito afeiçoada...

Maria Tereza cortou assim o diálogo, que lhe parecia ter sido já demasiado longo.

Acerca dela pouco mais acrescentarei. Distinguia-se na corte pela extrema bondade de caráter, aliada a uma prudência tão singular, como precoce. Da sua beleza peregrina basta dizer, que a todos agradava, e isto melhor a explica, do que a mais completa das descrições. A sua orfandade contribuía também para ela merecer as gerais simpatias, de que gozava; mas quem verdadeiramente a estremecia era a rainha, a qual muitas vezes pensava com certa tristeza na possibilidade de perder um dia o primeiro lugar, que sempre tinha ocupado no coração diamantino da sua filha adotiva.

D. Leonor ignorava ainda, que Pero da Covilhã lhe havia roubado essa primazia.

Pedro de Barcelos tentou requestá-la. Teve, porém, de conformar-se com a sua recusa formal. A seriedade da mulher digna impõe-se irresistivelmente ao respeito do homem. É uma arma poderosa, com que a mulher se defende contra os perigos sociais, e, quando sabe servir-se dela, triunfa e domina.

Pedro de Barcelos, ou Pedro Pinheiro de Barcelos, tinha o gênio aventureiro da sua época. Era dominado por um pensamento constante, que se refletia do seu amor à glória. Oriundo da ilha de Barcelos, havia passado à ilha Terceira, poucos anos depois de descoberta, e foi um dos primeiros povoadores dessa joia do formosíssimo arquipélago açoriano.

Com o ilustre flamengo Jacome de Bruges, primeiro capitão donatário dessa ilha, tinha ido a povoá-la Gonçalo Anes da Fonseca, cavaleiro muito nobre da cidade de Lagos, ao qual couberam na partilha, que se fez, das terras da Terceira, as dilatadas campinas, que se estendem entre Porto Martim e os Paues das Vacas. Tomou Gonçalo Anes posse da sua data, que era um grande condado, e voltou a Lisboa, de onde regressou à ilha já casado com D. Mecia Anes de Andrade, filha do doutor João Machado, descendente legítimo da casa dos *Ricos-homens* de *Entre Homem e Cavado*, e por conseqüência também *rico-homem*. — No princípio da monarquia era essa a maior dignidade depois da Real, e aos que a possuíam, não só o rei lhes chamava *primos*, senão também estavam cobertos e assentados na sua presença; e não tomava o soberano deliberação alguma assim nas cousas da paz, como nas da guerra, sem o conselho deles.

Do consórcio de Mecia de Andrade com o ilustre algarvio Gonçalo Anes da Fonseca houve quatro filhos e cinco filhas, sendo o primogênito o primeiro varão, que nasceu na Terceira.

Adotaram todos o patronímico Gonçalves de seu pai e o apelido Machado de sua mãe, pois que foi estilo observadíssimo até o reinado de D. Manoel, ou, com mais rigor, até o de D. Duarte, tomarem os filhos por sobrenome o nome próprio de seu pai: assim João, filho de Fernando, chamava-se João Fernandes; Fernando, filho de João era Fernando Anes ou Joanes.

Pedro de Barcelos, havendo-se enamorado de Ignez Gonçalves Machado, primeira filha de Gonçalo e Mecia, veio a Portugal, sob o aparente pretexto de visitar seu pai, então alcaide-mor de Barcelos, e os seus parentes, que eram as principais famílias do Minho; mas em verdade com o propósito firme de apresentar a D. João II um plano, cuja realização era o seu sonho áureo.

Teve, com efeito, Pedro de Barcelos o melhor acolhimento de D. João II, a quem propôs sondar à própria custa os mares do Ocidente, com o intuito de descobrir novas terras.

Na mente aventureira de Pedro de Barcelos refervia o desejo veementíssimo de saber, de onde vinham os troncos de árvore, os pedaços de madeira lavrada, as canoas e até os cadáveres de homens de fisionomia estranha, arrojados amiúde aos mares do arquipélago açoriano. E tendo ele abandonado o seu já então pitoresco Minho, para ir tentar fortuna em uma ilha, embora fertilíssima, não era próprio do seu espírito entregar-se às delícias de Capua, e ser insensível às provocações sedutoras do mar, que o cercava. Embarcado imaginaria ele muitas vezes, que estava, quando na calada da noite acordasse atônito sobre o seu leito, embalado pelas terríveis e frequentes convulsões do solo.



Quis, pois, expor-se aos perigos de uma navegação longa, e D. João II, animando-o, fez-lhe todas as concessões desejadas.

Entretanto, vendo Maria Tereza na corte, ficou tão impressionado pela sua formosura, que, durante alguns dias, abafou no coração o sentimento, que já lhe havia sido inspirado por Ignez, e chegou até a olvidar, posto que momentaneamente, que tinha com ela a sua palavra comprometida. A nobre atitude de Maria Tereza fê-lo refletir, e despertou-lhe no coração os seus brios de homem digno.

Despachado por D. João II, foi ao Minho visitar a sua família, sendo recebido com particular carinho no solar de *Entre Homem e Cavado*, e tornou logo para a Terceira.

Pouco depois de ter chegado à ilha casou com Ignez Gonçalves Machado, e tratou de construir e armar um navio. Havendo dois filhos de sua mulher, largou da baía de Angra em fins de 1491, e somente concluiu a sua viagem em 1495, depois de ter descoberto a costa do Labrador.

Ora, como Cristovam Colombo partiu de Palos também para o Ocidente, em 3 de agosto de 1492, Pedro de Barcelos aportou naturalmente primeiro do que ele a uma região do *Novo Mundo*. E assim sucedeu, com efeito. O fato, porém, não projeta de modo algum a mais tênue sombra na glória perdurável do insigne genovês pelo seu descobrimento, que contudo em nada o torna superior ao nosso Pedro Álvares Cabral, a quem a pátria não fez ainda a devida justiça.

Voltando à Terceira, pouco tempo sobreviveu Pedro de Barcelos aos longos e penosíssimos trabalhos da sua arriscada viagem. Para premiar seus serviços tomou o rei D. Manoel por seu vassalo um dos filhos do falecido navegador, concedendo-lhe excepcionais privilégios em carta passada em Évora, a 7 de junho de 1509. Por cartas dadas igualmente em Évora, a 20 de novembro de 1533, e por outra em Almeirim, a 22 de fevereiro de 1541, concedeu D. João III brasão de armas a três descendentes legítimos de Pedro de Barcelos, com todas as honras e privilégios de nobres e fidalgos, por procederem da geração e linhagem dos Machados, por parte de sua mãe e avós.

Repeso talvez de não ter feito o sacrifício de atender a proposta de Colombo, D. João II aceitou com jubilo a de Pedro de Barcelos, no desempenho da qual nada dispendia. Tranquilo por esse lado podia continuar nos preparativos de passar de novo à África, e chegar-lhe-iam entretanto novas da Índia, ou Pero da Covilhã estaria de volta.

Parece, porém, que a justiça divina dera a D. João II, para expiação de suas culpas, o martírio de lhe mostrar, que era possível a realização das suas maiores ambições; isto é; atravessar o Oceano Atlântico e levar à Índia as caravelas portuguesas; contudo não lhe pertenceria a glória de resolver esses dois problemas.

Colombo chegara a Portugal muito antes de Pedro de Barcelos; Bartolomeu Dias transpusera o Equador, dobrara o cabo da *Boa Esperança*, e chegando quase a respirar as auras embalsamadas do Oriente, foi obrigado a recuar, impelido pela mão misteriosa do destino. É que muito embora dois navegadores portugueses houvessem podido sondar mares desconhecidos, era-lhes vedado frustrar os desígnios insondáveis da Providência. A condenação, a que D. João II estava sujeito, havia de refletir-se nos seus agentes.

Como se explica a presença de D. Manoel no ato da despedida de Pero da Covilhã, em Santarém?

Por que razão havia de D. João II confiar a seu cunhado, que nenhum interesse direto podia ter nos descobrimentos, aquele alto segredo do Estado?

Mais ainda. Um astrólogo hebraico prognosticou a D. Manoel, que seria o sucessor de D. João II na coroa. Quem poderia dar crédito ao visionário, quando na família real existia um herdeiro necessário, e ainda outros com mais direito do que D. Manoel? E com que reservado intento concedeu D. João II a D. Manoel uma esfera por empresa, cuja *alma* era: *Spera in Deo*? Não parece ser um pressentimento muito singular?...

## **X - TENTANDO AS AZAS...**

Recebeu D. João II as cartas, que lhe escrevera Pero da Covilhã. Ocultava-se na singela narrativa do explorador um entusiasmo, que somente podia ser igualado ao jubilo imenso por ela produzido na alma ansiosa do monarca.

Ao terminar a leitura, exclamou D. João II a meia voz:

— Não ter Bartolomeu Dias, podido avançar!...

Reservando para si as informações acerca da Índia, mandou logo espalhar a nova da existência do Preste. E, como às novas alegres ordinariamente se dá crédito antes de sujeitas a exame, esta correu logo de boca em boca, e foi tão bem recebida e festejada, que não só no reino, mas na Europa, aclamaram por Preste João da Índia o imperador da Etiópia.

Estava assim satisfeita uma das maiores aspirações desse tempo — o aparecimento daquele personagem legendário; e ninguém pensava em ir à Índia pelo mar, exceto D. João II e Colombo; este, porém, navegando pelo Ocidente.

Quem entre todos teve puras e santas alegrias, foi Maria Tereza. A esperança de ver chegar Pero da Covilhã coberto de glória, sorria-lhe agora mais viva, amaciando-lhe simultaneamente os rigores da saudade.

Aproximava-se o casamento do príncipe D. Afonso com a filha dos reis católicos. D. João II, extraordinário em tudo, preparava para a celebração daquela solenidade as mais aparatosas festas, servindo-lhe de modelo as de seu tio o duque de Borgonha, em Lile.

A corte estava então em Évora, porque de Lisboa a trazia afastada a peste.

No paço da velha cidade transtagana, faltava uma casa apropriada para banquetes e consoadas. Não era uma dificuldade. O já mutilado convento de S. Francisco dava para tudo.

Antes de D. Afonso V ir a Castela, pediu aos frades as casas de seus estudos para sair delas ao campo; e, como gostou do sítio, tornou a pedir grande parte do convento e da horta, para no espaço ocupado por essa parcela da residência fradesca, mandar construir os paços reais.

Continuando esta obra, D. João II ainda obteve mais, e cortou tão largamente, que ficaram os frades postos no maior aperto.

Esta amplificação dos paços, acanhando o convento, foi necessária para se fabricar a sala dos banquetes — aquela sala de madeira,

*“que ficara por memória.  
Real em tanta maneira,  
de perfeição tão inteira,  
de tanta mundana glória”.*

Um dos franciscanos, exprimindo os sentimentos da comunidade, magoada do seu cativo e da liberdade alheia em cortar pelo convento, exclamou um dia em tom profético: “Quem viver verá, que os mortos, que isto deram a S. Francisco, hão de clamar e pedir justiça a Deus. Agora vão fazer-se festas, que se hão de tornar em pranto!...”

E, como se fora acho de si mesmo, repetiu o franciscano: — “Quem viver verá!...”

A verdade é, que se não enganou.

Nem fr. João da Povia, confessor do rei, e Vigário Provincial, pôde pôr cobro às regias extorsões, contra que se levantavam as jeremiadas do espoliado cenóbio eborense. D. João II nunca fora atreito a sensibilizar-se com lamentações de frades.

A construção da *sala de madeira* foi dirigida por Andrea Contuci, a quem o rei tinha confiado reedificar e decorar os paços.

Contuci, mais conhecido pelo nome de Sansovino, o do lugar do seu nascimento, fora enviado a Portugal por Lourenço de Médicis, a quem D. João II pedira um dos mais notáveis artistas da república florentina.

Andrea Sansovino era moço ainda, quando veio a Portugal. Havia já revelado o seu talento; mas unicamente com a sua segunda maneira, iniciada depois de ter chegado a Roma, em 1509, conquistou o lugar, que tão merecida e distintamente ocupa na história da Arte.

Em arquitetura fora discípulo de Cronaca; mas o bom êxito de alguns trabalhos seus, como o vestibulo da igreja de San-Spírito em Florença, não o impediu de cultivar de preferência a escultura, para a qual tinha a mais pronunciada vocação.

O seu primeiro mestre havia sido Antonio Pollaiuolo, o assassino de Domenico Veneziano, que lhe tinha ensinado o processo da pintura a óleo, ainda ignorado na Toscana, ou ao menos assim o presumira Pollaiuolo. Vê-se bem, qual foi, pois o móvel do crime.

O celerado artista era correto no desenho, e sobretudo esmerava-se na pintura do nu, lisonjeando deste modo o gosto de Lourenço de Médicis, seu patrono, cuja proteção mais se acentuou depois que Pollaiuolo fundiu a bela medalha comemorativa da conspiração dos Pazzi, da qual Lourenço o *Magnífico* se salvou milagrosamente.

O Mecenaz de Pollaiuolo favorecia com a sua poderosa influência o triunfo simultâneo do Paganismo, do Naturalismo, e até do Sensualismo, na maioria dos produtos da inteligência humana; e, sem embargo de havê-lo proclamado grande protetor das letras a universidade de Pisa, por ele fundada, o seu consulado forma um período tristemente memorável para a história dos costumes, das artes e das próprias letras.

É provável, pois, que este aprendizado de Sansovino na oficina de Pollaiuolo determinasse a escolha de Lourenço de Médicis, para satisfazer o empenho de D. João II.

Na escultura decorativa dos paços de Évora, imprimiu Sansovino o cunho do seu privilegiado talento; e, na ornamentação das salas e aposentos da família real, tocou o requinte do seu peregrino gosto artístico.

D. João II avivou com a magnificência, e o deslumbramento das festas de Évora, as recordações do período medieval.

Não satisfeito por expedir por mar e por terra, agentes seus ao estrangeiro, para comprarem os brocados, as sedas, as tapeçarias, as pedras preciosas, um sem número enfim de objetos necessários e de luxo, mandou publicar, que tinham entrada livre de direitos em Portugal até ao termo dos festejos, todas as mercadorias de importação. Os fidalgos da corte foram vestidos à custa do real tesouro; recebendo além disso, os que tomavam parte nas justas, armas e cavalo; e os que entravam nos momos e entremeses, cem a duzentos cruzados. Igualmente foi dado vestido e dinheiro aos mouros e mouras do reino, bem como às mais galantes raparigas e foliantes mocetões do Alentejo, que vieram com suas danças, toques e descantes concorrer todos para o luzimento e alegria das festas.

O próprio rei, franqueando ao povo a entrada na *sala de madeira*, apareceu-lhe invencionado no fantástico *cavaleiro do cisne*, o poético aventureiro das margens do Reno; e por outro cavaleiro mandou ler, e depois entregar à princesa, sua nora, um *breve*, em que propunha a tenção de a querer servir nas festas do seu casamento, e sobre certas conclusões de amores, que defendia, desafiava em honra dela, para justar com seus oito mantedores, a todos os que o contrário quisessem combater.

Singular carácter o deste monarca!

Á carinhosa rainha D. Leonor não eram, nem podiam ser indiferentes os preparativos para a solenidade imponentíssima do casamento de seu único filho; contudo não a distraíam do pensamento, que enchia de gozo íntimo a sua alma enlevada e contemplativa — a fundação da misericórdia de Lisboa.

Tão piedosa e santa idéia fora-lhe sugerida pelo seu confessor frei Miguel de Contreiras, ornamento da ordem religiosa da SS. Trindade.

De visita ao seu mosteiro de Santarém havia chegado a Évora o douto e humilde trino, e veio encontrar a sua augusta penitente, lendo o Evangelho de S. Mateus, cuja doutrina era um orvalho celeste, que penetrava no coração da devota rainha, para o purificar e tornar fecundo.

— Embora vindes, fr. Miguel!... — disse a rainha ao receber o trinitário, que com profunda reverência lhe beijou a mão. — Sentai-vos que muito desejo ouvir-vos acerca da *vossa* Misericórdia...

- Da de vossa alteza: quereis dizer... — ponderou Contreiras.
- Pois seja de ambos nós — tornou D. Leonor, — ou melhor: de Deus será esse arbusto, que vamos plantar, e que se fará — assim o espero da proteção divina — árvore frondosa, cuja sombra abrigará muitas misérias...
- Tenho fé, em que sucederá, como vossa alteza espera... O terreno, em que vai fazer-se o plantio, é feracíssimo, e a cultura não podia o Senhor confiá-la de melhores mãos...
- Mãos de pecadora...
- Purificadas nas boas obras... — atalhou Contreiras.
- Se o Redentor nos ensinou a enxugar as lágrimas, a dar alívio às misérias, remédio às necessidades, amparo e consolo às fraquezas, porque não há de aproveitar-nos essa lição?... Porque não seguir o exemplo do Divino Mestre?...
- Até, porque Ele nos promete a recompensa, permitindo-nos um santo interesse nas ações boas que praticamos. “Bem-aventurados os misericordiosos, porque eles alcançarão misericórdia”.
- Antes de vós chegardes, estava eu meditando essas e outras palavras do Evangelho de S. Mateus, cuja leitura me aconselhastes...
- E viu decerto vossa alteza, em todo esse quadro tão singelamente traçado pelo apóstolo, quanto Jesus Cristo aprecia e recomenda a misericórdia...
- Vi. Nem careço de outro estímulo, para prestar todo o meu auxílio à santa instituição, que projetamos...
- Bendito seja o Senhor, que vos inspira!...
- Sem dúvida pensastes já na ordenança, que devem seguir os fiéis, que em nome da caridade cristã vamos congregar...
- Uni-los-á um compromisso a que dei princípio, e submeterei, depois de concluído, à censura e aprovação de vossa alteza...
- Trazei-mo, sim. Muito folgarei de lê-lo, que, para o aprovar, bastava ser traça vossa...
- Beijo as mãos de vossa alteza, minha Senhora e rainha, que tão grande mercê me fazeis...

A uma das portas da sala, onde D. Leonor conversava com fr. Miguel de Contreiras, apareceu Maria Tereza, a qual ia para retirar-se, mas a rainha, dando por ela, mandou-a entrar e despediu o seu confessor.

Com o donaire e o miúdo pisar das andorinhas correu Maria Tereza para sua ama, foi ajoelhar junto dela, e disse-lhe no tom mais doce e afetuoso:

— Venho pedir a vossa alteza uma grande mercê...

— Muito grande, muito grande?... Então dize lá!... — volveu carinhosamente a rainha.

— Vossa alteza sabe quanto desejo estudar e compreender as ciências, e o cuidado que ponho em instruir-me... Ora, se eu fosse ouvir, durante algum tempo, as lições de meu tio, lente de Canones na Universidade... Mas... agradecerá porventura a vossa alteza, que me ausente do paço, ainda mesmo para tal fim?...

A rainha ficou surpreendida. Fitou Maria Tereza um momento, e disse-lhe para lhe fazer gosto, e ver o fruto de tão singular lembrança:

— Tens a minha aprovação. Eu mesma te levarei a Lisboa, depois das festas do casamento.

Maria Tereza beijou com o mais vivo reconhecimento as mãos da rainha; mas, não a satisfazendo inteiramente a resposta, insistiu:

— E se eu fosse já?...

— Que trigança é essa?...

— Perdoe-me vossa alteza!... Preferia não assistir às festas...

— Criança!... Como alcançaste a minha licença, já está a pular-te o pé!... Olha, que não é bom, ser-se impaciente...

— Se eu não agastasse a vossa alteza!...

— O que me dirás tu, que possa enfadar-me?!...

— Não sei, como confessar a vossa alteza... tudo quanto penso e sinto... e, todavia, não devo ocultar, a quem para mim é mais do que mãe, qualquer segredo da minha alma... Eu, minha Senhora...

Maria Tereza não pôde concluir. Tapou com as mãos os olhos, e ainda mais os escondeu, inclinando a cabeça no regaço da rainha.

D. Leonor afagou-a, e, tomando logo um fingido ar de soberana, exclamou:

— Eia sus!... Quero saber todos esses segredos!...

Maria Tereza ergueu a cabeça, retirou as mãos dos olhos, e baixando-os, respondeu:

— Amo Pero da Covilhã, minha Senhora!...

— Aceitaste por tanto os galanteios desse homem?!... — perguntou a rainha, acentuando com grande admiração as suas palavras.

— Sim, minha Senhora — replicou Maria Tereza um pouco tranquilizada e parecendo-lhe, que tinha tirado de cima do coração um enorme peso.

— Antes, porém, de o admitires... como teu servidor... não reparaste na diferença de nascimentos, nem te ocorreu, que nunca permitirei o teu casamento, com quem não possa fazer a tua felicidade?...

— O que trago sempre em lembrança, minha Senhora, é o dever, de não dar um passo, que não seja do real agrado de vossa alteza. O amor, que Pero da Covilhã me inspirou, não apaga do meu coração o que consagro a vossa alteza, como do coração da esposa nunca se apaga — creio — o amor da filha. Até este mais santifica e robustece o outro...

— Assim é; e muito me alegra, que desse modo penses. Mas em que fundas tu as tuas esperanças, de Pero da Covilhã se tornar digno do meu prasme?...

— Pero da Covilhã é já cavaleiro da casa del-rei, meu Senhor, e, se ele não fora de bons costumes e manhas, não lhe teria sua alteza feito tantas honras e mercês, como até aqui. Dos seus serviços nas terras do Oriente, por onde anda, houve já tão boas novas, que sua alteza amiúde os gaba, e não esconde o contentamento, que lhe causaram. Ora, quando ele voltar, tendo cumprido fielmente os mandados del-rei, meu Senhor, não lhe faltará o cuidado, que sua alteza soe haver com aqueles que bem o servem...

— Sim, el-rei nunca se esquece de seus bons e leais servidores — afirmou gravemente a rainha; e, como se o seu pensamento estivesse estilando as palavras, que docemente proferia, continuou: — pois bem... mandarei dizer a teu tio, que venha buscar-te... Compreendo agora a razão, por que desejas fugir às festas... e faço-te a vontade...



Esta bondosa condescendência sensibilizou extremamente Maria Tereza, que, não podendo logo articular uma palavra, cobriu de beijos e lágrimas as mãos da rainha. Momentos depois, à luz do seu espírito cintilante, mediu a grandeza do sacrifício, que estava deliberada a fazer, o de se apartar embora temporariamente daquela, a quem tanto amava, e exclamou com a firmeza característica das intenções puras:

— Nunca sofri dor igual, à que me está causando a idéia, de deixar por algum tempo a companhia de vossa alteza!...

— Pobre criança!... — interrompeu a rainha, dando-lhe um beijo na testa. Mandou-a depois levantar, e concluiu, passando-lhe a mão carinhosamente pela cara:

— Vai! Espero, que tires muito proveito dos teus estudos. Quando voltares, não encontrarás preenchido o lugar, que deixas vazio junto de mim...

## **XI - PEREGRINAÇÃO**

Do golfo pérsico voltou Pero da Covilhã ao mar Vermelho, e foi desembarcar em Djiddah. Genuíno mercador mouro no aspecto, mas sincera e profundamente católico do coração, daquela cidade do Hedjaz dirigiu-se a Meca, incorporando-se em uma numerosa caravana de peregrinos, e, afetando o recolhimento de um crente da religião de Mafoma, sem mostrar, todavia, como os muçulmanos seus companheiros, o semblante macerado e consumido pelo ardor fanático.

Tentar uma visita a Meca, sendo-se cristão, em todos os tempos se considerou infrutuoso, ou ao menos de um êxito muito problemático; realizá-la, porém, mormente no século XV, embora se tivesse envergado o *ihram* do peregrino, era um ato de assinalada temeridade.

Os raros europeus, que no século atual lograram ver Meca, dão testemunho do perigo, a que se expõem os cristãos, que se afoitam a violar a lei que lhes proíbe, com pena de morte, o seu ingresso no velho santuário árabe.

Mas, para quem teve o seu batismo de sangue em Toro, e atravessou o Oceano indico, lidando sempre com homens de diversas raças, religiões e costumes, nada havia já, que o intimidasse, fazendo-o renunciar um dever, a cujo cumprimento sacrificava a própria vida.

É peculiar da alma portuguesa, arrostar os perigos e retemperar-se na adversidade; e Pero da Covilhã era português de lei. Afeito aos labores ímprobos da sua viagem de exploração, já nem por eles dava; e, no seu resinado

sofrer, punha constantemente o seu valor à prova, e robustecia cada vez mais a confiança, que em si próprio depositava.

Lá se pôs a caminho pelo Hedjaz fora.

O Hedjaz, uma das províncias menos extensas e mais inférteis da Arábia, tem importância e celebridade por ser o berço do islamismo, e pela influência, que recebe de Meca e Medina, situadas no seu território. A sua aridez, quase geral, aumenta a fadiga, de quem por ela caminha. Cortam a imensa solidão das suas planícies arenosas, que se estendem para a margem do mar Vermelho, pouquíssimos vales cultivados e montanhas cobertas de rochedos, que se vão tornando cada vez mais abruptas à medida que os viandantes se internam no país. As estradas são regueiras enxutas, que nas épocas das grandes chuvas se transformam em rios caudalosos. Caminha-se por esses *uadis*, e na falta deles seguem-se as direções rigorosamente determinadas pela situação de poços e cisternas, sem cuja água a vida seria impossível no deserto.

Eram três os inimigos de que necessitava defender-se a caravana, que percorria estas regiões malfadadas: a falta de água, os nômades e o *simoun*.

Para combater o primeiro, iam os açacais — *sakka* — encarregados de conduzir sobre camelos a água contida em odres, e pelo caminho faziam novas provisões da dos depósitos, que encontravam.

Contra os nômades, ou tribos árabes, que vagueavam no deserto e viviam exclusivamente da rapina, ver-se-ia a caravana obrigada a pegar em armas. Os nômades eram sempre temíveis nos seus assaltos mui frequentes, pois que tais bandidos orgulhavam-se tanto de haverem roubado uma caravana, como um general europeu de ter bombardeado e conquistado uma praça de guerra; e, se não erguiam uma estátua ao sheik, por eles muito venerado, e que os conduzia à vitória, é porque na Arábia, a ninguém se fazia essa consagração.

O terceiro inimigo era talvez o mais perigoso e terrível.

Quando o horizonte se avermelhava ao longe, tornando-se pouco depois todo o Céu plúmbeo, a ponto de embaciar o disco do sol, que tomava então um aspecto sanguíneo, e seguidamente a atmosfera se cobria de uma areia finíssima, arrebatada pelo vento, como a espuma das ondas do mar embravecido, era preciso fugir a toda a pressa!

Rompia de súbito a fúria do *simoun*, agitando tudo!

O infundo areal do deserto cavava-se profundamente, açoitado pela mais turbulenta borrasca. Os viandantes, com o peito oprimido, os olhos sangrentos, os lábios secos e abrasados, mal respiravam. Os camelos, esses pacientes *navios*

*do deserto*, desarvoravam, partiam à desfilada, zombando da vigilância dos camaleiros, e guiando-se unicamente pelo instinto de conservação, paravam enfim, e ocultavam a cabeça debaixo das areias movediças.

Se apesar do medonho remoinho causado pelo tufão, a caravana podia abrigar-se nas sinuosidades de algum rochedo, onde esperasse com segurança a calma da tempestade, salvava-se; se não tivesse refúgio, e ficasse entregue à mercê da tormenta, homens e animais perdiam toda a sua energia, toda a esperança de sobreviver os abandonava!

Sufocados pelo calor ardentíssimo, e surpreendidos pela síncope, desfaleciam, caíam inânimes naquele oceano de areia, que logo lhes servia de mortalha e túmulo, até que novo temporal viesse descobrir as ossadas dessas vítimas numerosíssimas do implacável e desumano simoun!

De como Pero da Covilhã efetuou a sua peregrinação simulada, ele próprio fez a narrativa a D. João II em carta, que lhe enviou do Cairo.

Ao cabo de dois dias e meio, que seriam bastantes para vencer a distância, que separa Djiddah de Meca, assentaram o seu aduar no sopé de um dos montes, que cercavam a *mãe das cidades*, a Om-ê-IKora dos árabes.

A todos os peregrinos, conforme os países, de onde partem, foi desinada pelo *profeta* a estação, em que devem parar, antes da chegada a Meca, para se prepararem a cumprir os ritos impostos ao bom muçulmano.

Foi em Ras-Onardan, que fez alto a caravana, por vir de um porto do mar Vermelho. Era um vale compreendido no recinto privilegiado, que se estendia à roda de Meca a algumas léguas de distância e denominado Beled-ê-IHaram.

Nesse verdadeiro oásis, alcatifado de verdura, regado pela água que corre de suas nascentes, e onde a palmeira, vergando ao peso de seus cachos de tâmaras, sobressaía no meio de outras árvores frutíferas, como sendo o característico predominante das paisagens orientais, os homens da caravana fizeram uma ablução geral, chamada *ghort*, substituíram os seus trajos de viagem pelo *ihram*, o calçado pelas chinelas — *besmak* —, e perfumaram-se. As muçulmanas também purificadas, cobriram-se com o seu grande véu, branco como o *ihram*, e denominado *iaschmak*.

Antes dessa purificação o peregrino tinha o nome de *hadji*, depois dela era tratado pelo de *mohrim*; e as suas vestes ficavam santificadas pelo uso durante a romaria, sendo, ao termo desta, cuidadosamente guardadas, para servirem de mortalha ao seu possuidor.

A caravana assim preparada pôs-se logo em marcha, recitando pelo caminho — os homens em voz alta e as mulheres em voz baixa — muitas orações, terminando pelo *Tebia* ou *Lebeika*.

Entraram em Meca e dirigiram-se processionalmente à mesquita, continuando as preces. Quase ao porem o pé no imenso átrio do templo, e depois de deixarem atrás de si uma espessa floresta de colunas, que sustentavam arcadas numerosas, pronunciaram o *tekbir* e o *tehlil*, que consistem em dizer: *Alah Akbar* — Deus é grande; *Lá la ilá la* — não há outro Deus senão Deus; e ouviram exclamar a um dos pregoeiros — *almuadens* ou *muezzinos*, voltado para a *kaaba*: *observai, observai a casa de Deus, a proibida!* E logo irromperam descalços, foram passar por baixo de uma espécie de arco triunfal, aproximaram-se da *pedra-negra* — *Hadjar elaswad*, para fazer o *touaf*, isto é, para dar sete giros em volta da *kaaba*, oferecendo sempre o lado esquerdo a este santuário, que se elevava no meio do átrio, e, conforme a crença árabe, o mais antigo templo consagrado ao verdadeiro Deus.

A mesquita — *mesgid, guma'a*, lugar de reunião, e também *Beitalah*, casa de Deus, reduzia-se a um claustro — *sakhn-ê-igama*, ou pátio aberto, formando um paralelogramo perfeitamente regular, ladeado de pórticos levantados sobre quatrocentas e noventa e uma colunas, umas de granito outras de mármore, e para o qual davam acesso dezenove portas, destituídas de bandeiras, dispostas sem ordem, irregulares enfim na sua construção, pois terminavam umas em ogiva, outras em arco de volta inteira.

As arcadas de onde pendiam lâmpadas, que todas as noites se acendiam, eram cobertas exteriormente por pequenas cúpulas, a cima das quais se elevavam sete minaretes, sendo quatro colocados nos quatro ângulos do edifício, e três de um modo irregular no comprimento das galerias formadas pelas arcadas.

A forma e arquitetura da notabilíssima *kaaba* não desmentiam, com efeito, a sua alta antiguidade. Era um cubo de uns doze metros de altura, com paredes do granito ordinário de Meca, e na face voltada para o Norte uma pequena porta, cujo limiar ficava a uns dois metros a cima do solo. Este templo apenas estava patente ao público na sexta-feira de cada semana, dia guardado pelo muslim, ou de reunião — *yom el guma'a*, e também quando se celebrava o aniversário natalício do profeta. Ao sheik dos anciãos, ou *xaibins*, pertencia abrir a porta. Para isto subia a uma espécie de púlpito, que corria sobre quatro roldanas, em que terminavam os seus pés de madeira, e dois hostiários levantavam a cortina, chamada *Albarcá*, espécie de véu de púrpura, que se estendia sobre a porta, e esta era, como a soleira, forrada de laminas de prata.

O povo, ao invadir a *kaaba*, rompia, de braços abertos e mãos erguidas ao Céu, na seguinte exclamação: “Abre-nos, ó Deus, as portas da tua misericórdia e do teu perdão, ó maior dos misericordiosos!”

O interior do santuário era uma grande sala, cujo teto sustentavam dois pilares, assentes sobre o pavimento lajeado de belos mármorees brancos e pretos, dispostos em xadrez; as paredes forradas do mesmo modo, tendo por ornato apenas arabescos com letras de ouro e prata esmaltadas de um tom negro bronzeado. Numerosas lâmpadas de ouro maciço serviam para a iluminação. O exterior estava coberto por um imenso véu de seda preta, chamado *Kesoua*, que somente deixava ver o soco do edifício, durante os primeiros dias da peregrinação, e para isso suspendiam-no em forma de grinalda por meio de cordões também de seda da mesma cor. Ao meio da altura de todo o véu sobressaíam letras de ouro bordadas sobre uma larga fita igualmente preta, nas quais se liam inscrições piedosas e textos do Corão.

Esta cobertura era renovada anualmente; e, como flutuava em compridas dobras, os peregrinos tinham a crença de ser essa agitação devida às das azas dos anjos, que voavam em torno da *kaaba*, e que levarão um dia o sagrado véu diante do trono de Alah.

A *pedra-negra* era o único ponto da *kaaba*, permanentemente oferecido à devoção dos fiéis. Perto da porta, no angulo voltado para nordeste, achava-se encravada na parede exterior, e os seus lados embutidos em chapas de prata.

Esta famosa pedra tinha uma tradição veneranda. Muito tempo antes de Mahomet, beijavam e prestavam culto a essa piedosa relíquia todas as tribos árabes. Conforme as suas crenças, fora trazida do Céu pelos anjos, e colocada junto de Abraham, para servir-lhe de escabelo, quando o velho *pai dos crentes* estava construindo a *kaaba*. A *Pero da Covilhã*, porém, pareceu um fragmento de lava, contendo parcelas de uma substância amarelada; ou ainda um aerólito, formando um oval irregular de um vermelho carregado, que podia passar por negro.

Ela não tinha já a sua cor primitiva, no dizer dos árabes, pois no momento, em que tão milagrosamente desceu à terra, nenhum jacinto mais brilhante e de mais bela transparência existia no mundo; mas os beijos de tantos homens maculados de iniquidades de toda a espécie a tinham assim metamorfoseado.

No pátio da mesquita, e perto da *kaaba*, elevava-se outra construção quadrada, aparentemente maciça, mas de menores dimensões, do que o santuário. Cobria o manancial de Agar, mostrado por um anjo à pobre e aflita escrava de Sara, errante no deserto, no momento, em que ela ia a tapar os olhos, para não ver seu filho Ismael morrer de sede, e denominado poço de Zemzem, por designar

esta palavra a fonte que brota com suave murmúrio. A sala, em que estava o poço sagrado, era revestida de mármore branco, e de todos os lados recebia ar e luz por oito janelas. Um estrado de mármore cercava a fonte, de onde se tirava a água santa para a purificação.

Junto da *pedra-negra* começavam e terminavam os giros, durante os quais os peregrinos iam recitando preces. No fim de cada giro beijavam a pedra, se isto lhe não fosse impedido pela afluência dos crentes, pois no caso contrário tocavam-lhe com a mão, levando depois esta aos lábios. Seguia-se beijar o nobre *Alcamamo* ou *maquam d'Ibraím*, o qual consistia em uma pedra, onde se conservavam as pegadas de Abraham, e, por última cerimônia dentro da mesquita, bebiam água no poço de Zemzem.

Os peregrinos saíam finalmente pela porta de Safa, subiam à colina deste nome, voltavam-se para a *kaaba* e recomeçavam as suas orações. Desciam depois lentamente ao vale Bathu-Onadi, situado entre aquela colina e a de Meroua, para executarem ali a marcha, chamada *sai*, que fazia parte dos ritos. Pronunciando estas palavras, voltados para a *kaaba*: “Ó meu Deus, sê misericordioso; perdoa os meus pecados, ó Senhor santo e clemente,” andavam em diferentes direções, para recordar a marcha incerta de Agar e de Ismael, expulsos por Abraham.

Cumpridas estas formalidades, regressavam à cidade, para esperar a festa, com que terminava a peregrinação.

Aí, como em toda a parte afinal, o muslim cria estar sempre na presença de Deus, ainda que não entrasse na mesquita, e não deixava de rezar as orações quotidianas. Eram cinco: a primeira ao romper da alva, e chamava-se *Sabah Namazi*; a segunda, *Oilah Namazi*, ao meio-dia; a terceira, *Akindi Namazi*, entre o meio-dia e o pôr do sol; a quarta, *Acham Namazi*, ao sol posto; e a quinta *latzu Namazi*, ao serrar da noite.

Precedia sempre as orações uma ablução parcial — *woudou*, que consistia em lavar a cara, as mãos e braços até o cotovelo, e os pés até o artelho. Antes de começar a reza, o crente estendia no chão o seu tapete quadrado, colocava-se de pé sobre ele, voltava-se para a *kaaba*, estando em Meca, ou para esta, em outra parte, conforme a *quebla* estabelecida por Mahomet; repetia o pedido de perdão — *istigfar*, elevava depois as mãos abertas, ficando os polegares à altura e quase em contato da parte inferior das orelhas, e recitava a prece preliminar chamada *tekbir*. Passava ao *fatihah*, e pronunciava ao menos três versículos, ou *aiat*, desta oração, que é a primeira sura do Corão, colocando ambas as mãos sobre o ventre, a direita por cima da esquerda, e cravando os olhos no chão. Declamava o *tesbihk*, inclinando o corpo e a cabeça, e pondo as mãos nos joelhos. Endireitava-se, retomava a posição do *fatihah*, e assim se conservava

um instante. Sucedia-se uma prostração — *soudjoud*, durante a qual repetia o *tekbir* e três vezes o *tesbihk*, tendo a face voltada para a terra, os dedos das mãos e pés muito unidos, e a ponta do nariz a tocar no solo. Erguia-se, ficava um momento assentado sobre os joelhos, as mãos nas coxas, os dedos abertos, e repetia o *tekbir*. Depois de uma prostração última, saudava para a direita e para a esquerda os dois anjos da guarda, que, durante a oração, estiveram sempre em sua companhia, embora ele os não visse.

A série destes movimentos e genuflexões constituía um *rick'ah*.

Quando eram muitos a orar, colocavam-se em filas, como soldados em frente do inimigo, porque realmente os muçulmanos criam, ser a oração um combate contra o espírito das trevas.

No mês de *schewal*, que é o décimo do ano da hégira, e o primeiro dos meses da peregrinação, acendiam-se as lanternas, as lâmpadas, e as velas da mesquita, bem como os candeeiros das torres, iluminando-se igualmente o eirado do edifício, na noite do aparecimento da lua nova. Na manhã seguinte celebrava-se a oração da páscoa, pois que no mês anterior, o *ramadhan*, era a quaresma, durante a qual nenhum muçulmano comia, nem bebia, senão de noite, isto é, desde o pôr do sol até o romper da alva.

Chegado o primeiro dia do mês de *doulkaadah*, que era o undécimo, tocavam os tambores e timbales ao amanhecer e ao sol posto, em sinal do abençoado ajuntamento dos peregrinos em Meca, e assim se continuava até ao dia da subida a Arafat. No sétimo dia o *iman* pronunciava do alto do mimbar na mesquita a *khotbat-ê-lhadji*, isto é, uma alocução, em que explicava aos crentes as cerimônias, que sobre aquela montanha iam celebrar-se. No oitavo dia a caravana santa dirigia-se de madrugada ao vale de Miná. Este dia chamava-se de reflexão — *lanm terwia*, aludindo à incerteza de Abraham, o qual, tendo recebido em sonhos a ordem de imolar seu filho, ignorava se tal sonho seria uma inspiração divina, se uma sugestão diabólica. Passava-se a noite no vale, e no dia imediato, depois da oração matutina, a caravana subia à montanha de Arafat, onde existia uma capela — *turben*, a qual santificava o sítio, em que pelo anjo Gabriel fora ensinada ao pai comum dos homens a primeira invocação. Conforme o ritual, os crentes, depois de uma oração feita na própria *kuba*, armada no acampamento, iam esperar o pôr do sol, e entretanto o *iman* erguia os braços ao Céu, para invocar a benção sobre a multidão ali reunida, exclamando por fim milhares de vozes uníssonas; *Lebeik Alahouma Lebeik!* Nós estamos às tuas ordens, ó Deus!

Em seguida a turba imensa, que continuava vestida de branco, ao descer a *Djebel Farkh*, depois de ter passado em Monzdelifat, parecia uma catarata de espuma!

No segundo dia punha-se em marcha, atravessava *Elmeschar-ê-Iharam* — o lugar consagrado, dobrava rapidamente, e em confusão enorme, o apertado vale *Onadi-monhassar* — o vale maldito, e chegava de novo a Miná. Atiravam todos para trás das costas, junto do *Djamrat-ê-IAgabé*, sete pedras do tamanho de uma ervilha cada uma, em sinal de desprezo pelo demônio, e gritando antes do arremesso: *Bismilah!* — Em nome de Deus!

Os sete seixinhos, que tomavam o nome de *Hassiato-Aljemar*, eram expressamente apanhados em Monzdelifat.

Depois de todas essas cerimônias podia cada peregrino sacrificar a vítima, que trouxesse.

A caravana regressava a Meca para visitar a *kaaba*, fazia nova romaria a Miná, e tratava logo de sair da cidade *santa*, antes de cometer algum pecado; mas não partia, sem voltar pela terceira e última vez à *kaaba*, a fim de celebrar os *Thonaf-wida* — procissões da despedida; ao poço de Zemzem onde bebia água e de onde trazia alguma, como piedosa recordação; e retirava-se finalmente pela porta do adeus — *Bab-ê-Iwida*.

Meca estendia-se em um largo vale, ou, melhor, sobre o solo dessecado de um *uâdi*, que se inclinava suavemente do norte ao sul, e por onde raro corriam as águas das chuvas, mas produziam às vezes grandes inundações, indo depois perder-se nas areias, sem chegarem ao mar.

As montanhas escalvadas e tristes, que lhe ficavam a cavaleiro, lembravam sentinelas sombrias e mal ataviadas, a cuja guarda estavam confiados, por singular contraste, os tesouros da graça, que vão ali procurar os sectários do islamismo. As suas ruas não eram, como em geral as das outras cidades árabes, estreitas e tortuosas, mas sim largas e traçadas com certa regularidade, ladeando-as casaria alta, construída de granito vulgar dos montes suburbanos, o que lhe imprimia um aspecto monótono.

Era abundante de água, e a melhor para o consumo geral vinha dos tanques, cisternas e poços de Arafat, por um aqueduto, atribuído à bela sultana Zabaida, predileta do príncipe dos crentes, o famoso califa Harun-al-Raschid.

Durante as peregrinações era a pátria de Mahomet um centro de comércio muito rico, e de certo o mais variado de todo o Oriente, pois que em seus bazares acumulavam-se as produções de todos os países sujeitos à lei do profeta, e faziam-se negócios importantes.

No mercado diário, sempre fornecido de pão, frutas, hortaliças, legumes e carne, encontrou Pero da Covilhã rapazinhos órfãos, e desvalidos, que, mediante uma paga certa de pequenas moedas de cobre, denominadas *foluzes*,



e do valor de quatro a seis ceitis cada uma, conduziam em duas alcofas de diferente tamanho, chamadas *Magtalá*, as compras feitas pelas pessoas, que quisessem utilizar-se desse serviço.

O pão não se assemelhava ao nosso. Com farinha diluída em água sem fermento, e algumas vezes com pouquíssimo, preparavam uns bolos mal cosidos e moles, como pasta, a que chamavam *hops*.

De alguns vales distantes vinham frutas e hortaliças; mas o que verdadeiramente abastecia o mercado era o porto de Djiddah.

Como a Pero da Covilhã parecesse extraordinária a venda de pós aromáticos, mormente nas imediações da mesquita, investigou a causa desse fato, e soube, que por costume andavam os mecanos sempre perfumados; mas nos meses da peregrinação chegavam a fazer tão extraordinário uso dos perfumes, que muitas mulheres se privavam até de parte do seu alimento para comprá-los, e, quando elas vistosamente ornadas iam girar ao redor da *kaaba*, o aroma expirado por seus vestidos predominava de tal modo sob as arcadas da mesquita, que muito tempo depois de retirarem, permanecia ali o seu vestígio fragrantíssimo.

Não menos interessante era o cuidado, com que as muçulmanas se pintavam. A muitas delas não satisfazia a cor natural dos seus cabelos, por isso os tingiam, velhas e moças, com *okohl*, que do mesmo modo empregavam nas pestanas, bem como nas sobrancelhas, que não só enegreciam, mas ampliavam e arqueavam graciosamente. Com a mesma tintura, aplicada às pálpebras, esbatiam os olhos formosíssimos; sem embargo, porém, desta afetação, consideravam o *kohl* um verdadeiro colírio, e um remédio soberano contra as oftalmias tão frequentes naqueles climas. Faziam sinais pretos na cara e nas mãos com um certo pó, que introduziam na pele por meio de uma agulha despolida de ferro ou de prata; e às mãos e pés davam uma cor rubro-alaranjada, servindo-se para isso de uma erva denominada *elhene*.

As pedras mais ou menos preciosas eram para as mulheres de todas as classes um amuleto, e talvez secundariamente um enfeite. Formavam como que uma farmacopeia talismânica muito curiosa e muito extensa.

Os trajos, posto que não fossem idênticos em todas as partes da África, do Egito, da Síria e Arábia, tinham na sua pequena variedade de formas uma grande semelhança, ficando sempre reduzidos a uma espécie de túnica e capa — o que somente bastaria, à falta de outras provas, para demonstrar quão poderosa é a força das tradições na raça árabe.

As variantes do vestuário repetidas, no mesmo século, por outros povos, são o sintoma da mobilidade das suas idéias, e dos caprichos alternativos do seu gosto.

O traje das mulheres apresentava alguma variedade unicamente nas classes abastadas. Nas outras classes, que são ainda hoje as mais numerosas, compunha-se geralmente de uma larga túnica — *farmla*, atada na cintura com o *samlá* ou *foutah*, e um véu — *tarbah*, que cobria a cabeça e quase todo o semblante.

Em algumas regiões a túnica era singelíssima, sem sinal de corpete nem de espartilho, artifícios desconhecidos no Oriente, e cuja falta não sacrificava o porte altivo e majestoso das mulheres das margens do Nilo, por exemplo, as quais recordavam na sua elegância, no seu peito saliente e nos ombros desempenados, as deusas da Grécia antiga.

Algumas mulheres deixavam ver os olhos, e uma parte da testa; outras somente um dos olhos; e ainda em outras o mistério era absoluto, por isso pareciam verdadeiras estátuas ambulantes. Em compensação havia formosas muçulmanas, que, muito embora usassem a capa até aos pés, deixavam às vezes cair artificialmente o véu, regalando os olhos de quem as via.

Pero da Covilhã representava um papel muito difícil; pois não podia esquecer-se, de que era cristão, e, ao mesmo tempo, de que não deviam sequer desconfiar de tal aqueles que o rodeavam.

Quando ao apontar da aurora o muezzino, do alto de um minarete da mesquita, gritava: “vinde à oração, vinde ao templo da salvação; a oração deve ser preferida ao sono!” Pero da Covilhã estendia o seu tapete, sobre o qual ajoelhava voltado para a mesquita, e, fechando os olhos, fitava os da sua alma na Cruz Redentora, símbolo augusto da sua fé católica. Mas não havia preceito do Corão, que ele ignorasse e não cumprisse publicamente.

Aprontou-se a caravana para passar a Medina, em cuja mesquita repousam as cinzas de Mahomet. Os mercadores — *gelabis*, carregaram de provisões os seus camelos. Os açacais abasteceram-se de água, e acondicionaram os seus tanques de peles de búfalos, sem olvidarem o *kirba*, ou gancho indispensável para tirar pelo caminho a água dos poços. Para os que por impossibilidade física não estavam nas circunstâncias de vencer o caminho, nem de apagar aluguer de transporte, havia dromedários de sobejo e não lhes faltava também o alimento nem o remédio, pois a todas essas necessidades ocorriam as esmolas dos ricos. Sobre o dorso de muitos animais viam-se grandes caldeirões de cobre, chamados *arraçato*, para cozinhar a comida nos aduares, os quais eram iluminados por lanternas imensas, que serviam igualmente para as marchas,

durante a noite. Em vários *meharas* enfeitados com colares de seda, e o *hené* ou aparelho coberto com magníficos brocados, sobressaíam os *atatouch*, ou palanquins, para comodamente se recostarem as mulheres opulentas.

O alfanje, o punhal — *khamtscher*, a faca, — *bitschak*, a lança, a alabarda e a maça, eram as armas defensivas da caravana.

A cidade do profeta *Medinet-ê-Inebi*, distava de Meca onze dias de jornada, através de vastas planícies de areia, rochedos alcantilados e extensos, a par de raríssimos vales que permitiam a custo a cultura. E a toda essa imensa região, ingrata e bravia, em que estavam situadas Meca e Medina, davam os árabes o pomposo nome de território sagrado, *houdoud-ê-lharam*.

Muito tempo antes de chegarem os romeiros a Medina, era-lhes anunciada a sua aproximação pela alta cúpula dourada, em que terminava o monumento funerário do profeta. Apenas entraram a cidade, dirigiram-se à grandiosa mesquita, sustentada por quatrocentas colunas e constantemente iluminada por trezentas lâmpadas.

O recinto venerado, que encerrava não só os restos de Mahomet, mas também os de seus sucessores imediatos, Abu-Bekr e Omar, denominava-se Ê-IHdjra. Composto de arcadas abertas, sobre colunas, era vedado até dois terços da altura por uma grade de ferro com intervalos estreitíssimos.

O ataúde do profeta estava velado por um tecido de seda bordado a ouro, sob um dossel de brocado, seguro no vão de uma pequena torre adornada de laminas de prata. Esta torre, igualmente coberta com um pano de seda e ouro, elevava-se sobre colunas de mármore preto finíssimo, cingindo-a uma balaustrada de prata, em cima da qual ardiam continuamente perfumes em vasos do mesmo metal. Uma lua de prata, em quarto crescente, artisticamente lavrada e cravejada de pedras preciosas, encimava enfim o sepulcro do fundador do islamismo.

Em uma das faces do Ê-IHdjra existia um prego de prata, junto do qual paravam os peregrinos, para fazerem a saudação competente defronte da face do enviado.

Ao púlpito da mesquita andava ligada uma tradição, a que todos os islamitas tributavam grande respeito. Dizia-se, que Mahomet pregava na mesquita junto do tronco de uma palmeira, e que depois fabricara o púlpito. No primeiro dia, em que subiu a este, inclinou-se o tronco para o novo lugar ocupado pelo profeta, e com tal afeto, que podia comparar-se ao amor da camela para o seu filhinho. Então Mahomet abraçou o tronco, exclamando: “se te não abraçasse, suspiraria inconsolável até ao dia de juízo!”

O púlpito era feito de tamargueira.

Do mesmo modo que Meca, Medina ia procurar longe os recursos, que lhe faltavam. Valia-lhe o seu porto, que era lambo, situado mui distante ao sudoeste dela, no mar Vermelho.

Ao norte saía-se para um pomar de palmeiras, plantado por Fátima, filha do profeta, e perto amontoavam-se as escorralhas de lava saídas da cratera de Ohod, a montanha famosa, que deve, segundo a crença dos muçulmanos, ser transportada um dia para o paraíso, como teatro, que foi, da vitória alcançada por Mahomet sobre os seus inimigos. A leste e a oeste elevavam-se também alguns picos, um dos quais era o de Aira, onde o profeta esteve prestes a morrer de sede, e que será precipitado no inferno, conforme a crença. Ao sul prolongava-se a planície a perder de vista. Raros pomares e renques de palmeiras juntos de poços, cujas águas fossem suficientes para as regar, moderavam de longe em longe a monotonia dessa extensão pardacenta, onde as argilas alternavam com as areias e a greda.

Terminada a romaria, Pero da Covilhã retirou para lambo, de onde, embarcando em um zambuco, passou a Thor. Estava perto do Sinai, que percorreu, e, voltando a Thor, daqui se dirigiu a Zeila.

Chegou enfim às portas da Abissínia.

## **XII - NA ABISSÍNIA**

Ao cabo de três anos de trabalhosas e arrojadas viagens, entrava finalmente Pero da Covilhã nos encantados domínios do legendário Preste João. Parece, que Deus lhe inspirara acinte aquela digressão, pelas regiões desertas da Arábia, para retemperar-lhe o ânimo, e tornar-lhe mais atraente a paisagem deslumbrante do novo país que demandava. Ao passo, que foi o primeiro a mostrar, em uma carta marítima, a derrota, que as nossas caravelas deviam seguir para a Índia, ia agora também levantar o véu, que trazia oculta aos olhos da Europa a história da Abissínia.

Em mil narrativas exageradas e fantásticas, acolhidas pela curiosidade crédula, havia somente um fundo de verdade: a existência de um povo cristão no seio da África, defendendo gloriosamente a sua independência contra o islamismo.

Mas onde e quem se esforçava com tanto denodo? — Ninguém sabia responder; pois até mesmo no Oriente o reino do Preste João era quase desconhecido, talvez por estar tão remontado ao trato e comércio das gentes.

Pode considerar-se essa vasta região etiópica um imenso planalto, elevado entre a bacia do Mediterrâneo e o Oceano Indico, e limitado ao Norte pela Núbia, a Oeste pelo Senaar, ao Sul por países do sertão Africano oriental, a Leste pelo mar Vermelho. E abrange três zonas distintas: a inferior, ou o *Kola*, em que a temperatura varia de 20 a 40° centígrados, encontrando-se, nesta região verdadeiramente tropical, a fauna e a flora especiais da África, e produzindo abundantemente o solo sem cultura; a media, ou o *Onaïna Déga*, com a temperatura de 15 a 30°, sendo a parte mais fértil e mais própria para o amanhã da terra; a superior, ou o *Déga*, cuja temperatura varia de 5 a 15°, e cai abaixo de zero nas mais altas montanhas.

As serranias, que em diferentes direções cortam este maciço, parece formarem um sistema à parte na orografia geral do continente negro. O número delas, a sua fragura, e o efeito permanente das nuvens condensadas em volta dos lanceolados píncaros de algumas, causam temor a quem as vê, quanto mais a quem as passa. E raramente se faz jornada, em que não haja necessidade impreterível de as colear e transpor; por isso talvez alguns exploradores, antes de Pero da Covilhã, se houvessem abeirado delas, e, sem ânimo de se exporem a tão ínvios caminhos, voltassem para trás.

Pero da Covilhã não desfaleceu; admirou tais montanhas, que se lhe afiguravam degraus, ou escadas gigantes, amontoadas por Titãs, para escalar o Céu. Maravilharam-no esses alcantis de granito e quartzo, com agudas arestas a desafiar as tempestades, e em cujas quebradas os dilúvios do trópico tinham cavado córregos profundos. Lá do cume as torrentes, no período anual das chuvas, despenham-se com violência nos vales estreitos, indo engrossar os numerosos cursos de água, que serpeiam nas campinas, caudalosas e arrogantes.

Então o Tacazé ou *Nilo negro*, que na bacia hidrográfica septentrional recebe grande número de tributários, saindo do Tigre, a quem banha, vai, sob o nome de Albara, ao ocidente lançar-se no Nilo com dobrado ímpeto. E na bacia do Sul, em Amhara, que contém na sua parte central o grande lago Tana, onde deságuam muitíssimas correntes, o Abai ou *Nilo azul*, atravessando uma parte desse lago e recebendo depois o Djama, cujo extenso e tortuoso vale sulca o reino de Choa, adquire um tal volume, que aos próprios indígenas enche de pavor. Ao norte encontram-se igualmente alguns lagos sobre o vértice das montanhas.

Com os aspectos severos alternam, porém, as perspectivas risonhas.

Nas veigas açoitadas pelo vento, as coroas-de-rei douradas, os trevos purpurinos e as verdes gramíneas, formam ondulações matizadas, como se fora em mar brandamente agitado de flores e verdura. Ao mesmo tempo o sussurro

das florestas próximas é um fundo de concerto, que faz sobressair o canto alegre das aves, como a doce verdura é o fundo da cor, sobre que se destaca o brilho das flores e dos frutos.

Como deve ser opulenta a flora deste país tão acidentado e úmido, aquecido pelos raios verticais do sol, e em que a temperatura tanto varia, determinada pelas grandes diferenças de nível!

A própria natureza parece gostar de se opor a si própria, pois reúne todas as estações no mesmo tempo, todos os climas no mesmo lugar, terrenos contrários no mesmo solo.

O botânico encontra aí as plantas mais raras; ao zoólogo é fácil apanhar insetos tão variados, como a vegetação que os nutre; o geólogo vê massas centrais do globo desentranharem-se, e furarem a superfície, para se lhe mostrarem; o meteorologista enfim pode a cada instante observar a formação das nuvens, penetrar no seu interior, ou elevar-se acima delas.

Como em todos os países situados na zona tórrida, a presença da água acusa as riquezas de uma vegetação luxuriante e vigorosa.

Ao sair-se da garganta de uma montanha, alegre de repente a vista uma extensa planície, em que o trigo, o milho e a cevada atingem proporções extraordinárias, bem como o *tef*, coberto de flores purpúreas, e cujo grão oblongo dá uma farinha saborosa.

O pão abunda por toda a parte. E, quando nuvens de gafanhotos, vindos do Sudão, devastam as searas, o *enséte*, que é uma espécie de bananeira, cujo fruto se não aproveita, oferece no seu caule, uma vez que não esteja completamente desenvolvido, farto e delicado alimento.

Outros flagelos dos campos são as manadas de vacas bravas, e o número infinito de bugios ou cinocéfalos. Estes, por serem tão daninhos, obrigam a vigiar as searas, para que não as destruam, temendo-se a sua invasão unicamente de sol a sol, pois de noite não saem a comer.

O agigantado *baobah*, o sicômoro sempre verde, o tamarindo, a palmeira excelsa, o *kuara* com as suas belas flores coralinas, a *mimosa*, o *cusco*, o *wansei*, cujas flores alvíssimas abrem todas a um tempo, o *daró*, que escolhe, para os abrigar com a sua sombra benéfica, os sítios mais pitorescos, enfim todas estas e outras árvores igualmente frondosas, formam imensas florestas, ou, antes, verdadeiros maciços de folhagem, que, sendo arregaçada pelo vento, apresenta os mais singulares e formosos cambiantes.

No mesmo solo umedecido, e alcatifado de flores odoríferas, crescem elegantes arbustos, enquanto que as trepadeiras, o cipó flexível, os pâmpanos carregados de uvas pretas, se abraçam ao tronco das árvores protetoras, revestindo-os de gala, subindo até se suspenderem de seus ramos, e formarem grinaldas graciosas.

E em todas essas florestas e campinas, inúmeros animais, que tem o seu retiro à sombra dos pavilhões de verdura, e raro são perturbados pelos passos do homem. Fazem destas vastas solidões um grande e magnífico quadro, uma cena animada e grandiosa, uns pela beleza da sua pele, vivacidade de seus movimentos, agilidade de seu andar; outros pela frescura de suas penas, graça de seu todo, rapidez de seu vôo, melodia de seus trinados; todos enfim pela imensa variedade de suas formas. O esmalte das flores mistura-se com o brilho das folhas, e são apagados ambos pelas cores mais brilhantes ainda da plumagem das aves, mormente da do *sonis-manga*, ou *cinirus splendidus*, conforme a denominação científica moderna.

Nas regiões mais áridas, o *cactus*, a espécie de eufórbio, denominada *kolqual*, a palmeira anã, o *kautufa* coberto de espinhos, dão sinal de vida vegetativa em terreno ingrátissimo, e são testemunhas das perseguições dos chacais e das hienas aos bandos de gazelas, corças, e outros antílopes, como o *beni-israil*, igualmente elegantes, que logram escapar, por causa da ligeireza dos movimentos e rapidez da carreira, a esses cruéis inimigos.

Em algumas das montanhas, os zambujeiros e os cedros altíssimos servem de asilo aos leões, aos lincos, às panteras, aos leopardos, aos girátacácheus, a todos esses monstros ferozes, de que é como que pátria o continente negro.

À beira das lagoas e das ribeiras, a cana, o bambu e o papiro alto, garridamente empenachado, banham seu pé nas águas límpidas, mas suas hastes elegantes e frágeis são muitas vezes partidas à passagem do rinoceronte bicorne, ou do pesado hipopótamo. Além disso os crocodilos infestam os rios, em cujas margens voam inúmeras aves aquáticas.

No meio dessa exuberância de vegetação enfim, até os mais humildes musgos se encontram ocultos debaixo das neves eternas. O manjericão, e muitas outras plantas da família das labiadas, alcatifam e aromatizam deliciosamente os montes. E para coroa desta prodigiosa flora, nas maiores altitudes sobressaem o *Kouso-Braiera antelmintica*, e o *Gibarra* — *Rhinchopetalum*, que se elevam descomunamente.

Pero da Covilhã, depois de ter caminhado por estreitos passos e à beira de medonhos precipícios, sobre o dorso de montanhas cortadas a pique entre vales

tão profundos, que não chegam os olhos a ver-lhes o fim, apartou-se da caravana, em que vinha, e dirigiu-se à corte do Preste João.

Reinava o imperador Escander ou Alexandre. A sua residência era amovível, por isso Pero da Covilhã em vez de avistar ao longe edifícios, que lhe dessem a idéia de uma povoação, viu numerosas tendas armadas em um grande campo, as quais constituíam a capital do império. E convinha-lhes o nome de cidade, não só pela multidão de gente nelas abrigada, senão pela boa ordem, como as tinham dispostas.

Ao aproximar-se do arraial, deparou Pero da Covilhã, ainda a certa distância, com quatro leões amarrados por grossas cadeias de ferro, e separados uns dos outros. Logo atrás deles prolongava-se uma larga rua, orlada com simetria por vinte arcos de madeira de cada lado, nos quais estavam enrolados alternadamente panos de algodão brancos e roxos. Grande número de cavalos à mão, morzelos, pombos, castanhos, russos, russo-rodados, melados, fouveiros e outros, todos de boa raça, com as garupas contra os arcos, e bem arreados, tendo celas muito leves, estribos à bastarda e loros muito compridos, formavam duas fileiras uma em frente da outra, voltadas para o centro da rua. Quatro desses cavalos, com arreios riquíssimos, eram cobertos com excelentes colchas de brocado. Na retaguarda de todos viam-se postados cem homens com azorragues. Mais de vinte mil pessoas de diferentes classes se aglomeravam de um e outro lado da rua, ao cabo da qual se destacava uma grande tenda roxa, seguindo-se após ela, em diversos arruamentos milhares de outras, todas brancas.

Este aparato era próprio do dia festivo, em que Pero da Covilhã, surgiu, por mero acaso, na corte Abissínia. A sua presença produziu a mais desusada sensação no ajuntamento.

Saiu-lhe ao encontro um homem ricamente vestido, e perguntou-lhe ao que vinha. Pero da Covilhã, mostrando-lhe as cartas, que levava de D. João II para o soberano da Abissínia, respondeu-lhe em puro amárico — já nesse tempo a língua da corte — que fora encarregado pelo rei de Portugal, seu senhor, de entregar pessoalmente aquelas cartas a sua alteza, o mui alto e poderoso imperador da Etiópia, e desejava por isso ter a honra de lhe ser apresentado. O seu interlocutor levou esta mensagem ao soberano, e pouco depois conduziu à presença dele Pero da Covilhã.

Logo na primeira sala da grande tenda roxa, forrada de finas sedas, sobre um catre coberto com três colchas da China, de modo a conhecer-se pelas suas barras de cotonia de seda o número delas, estava sentado o imperador, rodeado da sua corte.



Á entrada Pero da Covilhã, ao ver o Preste, abaixou a mão direita até ao chão, e com ela tocou em seguida o alto da cabeça, consoante lhe fora, a seu pedido, ensinado pelo introdutor. Adiantando-se depois, ajoelhou em frente do soberano, a quem deu as cartas de D. João II, as quais eram escritas em árabe. O Preste mandou-o levantar, fez-lhe algumas perguntas acerca da sua viagem, e principalmente a respeito de D. João II; despedindo-o depois com muito agrado, disse-lhe, que fosse descansar, para mais tarde conversarem largamente, como desejava.

Esta recepção amável pôs logo em boas relações Pero da Covilhã com os grandes da corte, e muito mais depois de constar, qual foi o assunto das cartas, que trouxera. Igualmente contribuiu, para ele lograr a simpatia pública, o preconizar, desde logo, com entusiasmo a magnificência da corte, e a riqueza do vasto império, que teve a fortuna de visitar.

A corte compunha-se do *Belátimoche goitá*, mordomo-mor; do *Tecácase Belátimoche-goitá*, pequeno mordomo-mor; dos dois *Betendet*, os validos do imperador; do *Titaurári*, que fazia o ofício de marechal; e outros dignitários de menor categoria. Além disso frequentava diariamente a tenda imperial o *Abima*, que quer dizer pai, e era o metropolitano da igreja etiópica, enviado pelo patriarca Kopta da Alexandria. A esse bispo, único da Abissínia, devia obediência, mas tinha grande autoridade, o *étch'égé*, prelado do numeroso clero regular, e oficialmente prior do convento de Debra-Líbanos, em Choa, fundado pelo *abima* Tekla Haimanot. Logo abaixo, senão quase a par do *abima*, havia o *Labeata*, padre de nomeação imperial. Junto do soberano funcionavam os *Azages* e *Umbares*, desembargadores e ouvidores do império, sem escritvães, nem tabeliães, por serem verbalmente averiguadas e julgadas na presença das partes todas as suas demandas, e do mesmo modo proferidas as sentenças. Não havia as papeladas de nossos autos, a que B. Teles chama pego imenso de trapaças.

O livro da lei, *Fitha Negoust*, compunha-se de textos mal traduzidos do código Justiniano, amalgamados com prescrições religiosas. Antes de serem ouvidas as testemunhas, iam à porta principal da igreja, prestar juramento na presença de dois clérigos, que tinham aí incenso e brasas. A pessoa que jurava, punha as mãos na porta, e um dos clérigos dizia-lhe: “fala verdade, e se jurares falso, assim como o leão traga a preza no bosque, assim seja tua alma tragada do diabo; e assim como o trigo é quebrado entre as pedras, assim os teus olhos sejam moídos dos diabos; e assim como o fogo queima a lenha, assim a tua alma seja queimada no fogo do inferno e feita pó; e se verdade disseres, a tua vida seja alongada com honra, e a tua alma goze do paraíso com os bem-aventurados”. A cada uma destas maldições e bênçãos respondia o que jurava: amém.

O povo era de pouca verdade, ainda que jurasse, a não ser, que fizesse o juramento pela cabeça do imperador, ou que fosse ameaçado da excomunhão, que sobre tudo temia.

As tendas do imperador, à exceção da roxa, que somente armavam nos dias festivos e para as grandes recepções, eram brancas e cercadas por umas cortinas de algodão preto e branco em xadrez, as quais formavam como que um muro, e em volta giravam muitas sentinelas.

Quando o acampamento mudava de local, iam à distância de um tiro de besta, na frente da comitiva imperial, os quatro leões, dois a dois, com gargalheiras de ferro, a cada uma das quais prendiam simetricamente quatro cadeias do mesmo metal, um pouco compridas. Tiravam-nas dezesseis homens, quatro por cadeia; sendo oito adiante e oito atrás do leão, de modo que este podia andar unicamente na direção dos homens que o antecediavam.

Em seguida caminhavam os cem homens com azorragues, e, dando em vão com a comprida correia preza ao pequeno cabo do açoite, ouvia-se um forte estalido, que fazia afastar a gente.

Após estes marchavam na cadência de passo acelerado, setenta porteiros de maça, vestidos uniformemente, com camisa e calção de seda, apertado por um cinto do mesmo tecido, cujas pontas chegavam ao chão; aos ombros uma pele de leão, e sobre esta um colar de ouro mal lavrado, tendo engastada muita pedraria falsa.

O altar, em que diziam missa ao Preste, e a pedra de ara, eram levados por clérigos nos braços, indo adiante um diácono, tangendo uma campainha.

O *Titaurári* escolhia o lugar do arraial, assinalando com uma lança cravada no terreno o centro da área, que deviam ocupar as tendas imperiais. Detrás daquela, em que dormia o soberano, à distância de um tiro de besta, ficava a da cozinha, da qual levavam a comida em tigelas e panelas de barro preto mui fino, postas em bandejas conduzidas por pagens, e tudo debaixo de um pálio.

Pouco afastada das tendas do imperador era a da igreja, e na frente daquelas as dos tribunais, seguindo-se em circuito as do pessoal da corte. Nas restantes, assentadas e arruadas por sua ordem, alojavam-se mais de duzentas mil pessoas, bem como cavalos e mulas, em número superior a cem mil; tudo como se fora uma cidade populosa, onde não faltava, o que para uma povoação em tais condições se tornava mister.

As costas de todas as tendas eram para o oriente, e as portas para o poente.

As pessoas pobres dormiam sobre o seu *Neté*, que era um couro de boi, estendido no chão, e que lhes servia tanto de cama como de lençol. Como cobertor empregavam a sua capa, que podia ser de pano branco, ou simplesmente uma pele de carneiro, leão ou tigre.

Assim como o árabe não larga o turbante, o abexim nunca se separava voluntariamente da capa. Quando se dava até o caso de ser preso por haver cometido algum delito, o encarregado de o levar à presença do juiz, para evitar que se evadisse, apenas tomava a precaução de atar à sua a capa do cativo; se este fugisse, abandonando a capa, reconhecia-se implicitamente culpado, e, logo que tornasse a ser preso, puniam-no sem julgamento prévio.

Muitos dos mais abastados possuíam catres precintados de correias, sobre as quais estendiam o couro de boi, e os cobertores eram duas colchas de seda. O travesseiro consistia em uma forquilha de pau, chamada *bercutá*, onde não recostavam a cabeça, porque esta ficava em vão, mas o pescoço, para não amachucarem os cabelos, que traziam sempre muito enfeitados.

Como os senhores se assentavam ordinariamente sobre alcatifas, e os mais sobre esteiras, as mesas, onde comiam, eram muito baixas, de forma redonda, e não havia toalhas nem guardanapos. Limpavam-se às *ápas*, espécie de pão de várias farinhas, em que entravam a do *teraux* e a do *cousio*, e que também lhes servia de alimento.

Sobre as *ápas* colocavam as iguarias, sem outros pratos; mas, vindo estas com molho, eram servidas, com as indispensáveis papas, em tigelas de barro preto, as quais cobriam com umas tampas cônicas de palha fina, chamadas *escambiás*.

Assavam a carne sobre as brasas, e, quando comiam crua a de vaca, embebiam-na com fel da mesma rês. Chamavam *berindó* a este amargo manjar, um dos mais delicados da sua mesa.

Tinham para bebida nacional, de que somente usavam depois das refeições, o hidromel; que constava de cinco ou seis partes de água, uma de mel, e uma porção de cevada torrada, que fazia ferver a mistura, lançando-se depois nesta uns pedaços de pau, denominado *sardó*, que em cinco ou seis dias de infusão modificava a doçura do mel.

Para a mesa do imperador, transportava-se o hidromel, por ocasião das mudanças de arraial, em cem jarras pretas de seis canadas cada uma, tapadas com barro e seladas, e denominavam-se *gombos*. Os portadores delas iam escoltados por muitos homens de armas.

Como abundava por toda a parte o mel e a cera, desta faziam velas, com que se alumiam, e preferiam aquele ao açúcar, por isso unicamente se serviam da cana para alimento.

Á exceção de pepinos, melões e rábanos, que se não davam em parte alguma do território abissínio, havia todas as frutas e legumes conhecidos, sendo escassa a produção de hortaliças.

Além de grandes criações de vacas, ovelhas e cabras, era extraordinária a quantidade e variedade das aves, sem faltarem as codornizes, as rolas, os patos bravos, os tordos, as andorinhas, os rouxinóis e as galinhas do mato. As perdizes, de três castas: umas, como grandes capões, da mesma cor e feição das nossas, salvo terem os pés e bicos amarelos; outras, corpulentas como galinhas, com os pés e bicos vermelhos; e as restantes, do tamanho das nossas, diferindo delas somente na cor pardacenta dos bicos e pés.

Apareciam também coelhos e lebres.

Tirante o arraial do imperador, nenhuma povoação merecia o nome de cidade, nem de vila. Tudo eram aldeias maiores ou menores, em geral abertas; e unicamente cercadas de uma parede insossa, as que ficavam fronteiras dos galas, os mais temíveis inimigos dos abexins, pois com perpetuas correrias lhes assolavam os campos, e nem semeá-los deixavam.

Algumas das maiores povoações, declaradas invioláveis, serviam de refúgio. Respeitadas por todos os partidos nas guerras civis, tinham o nome de *queddám* e seus governadores o de *alikas*.

A situação das aldeias era, ou nos extremos das planícies, ou nos cumes de algumas montanhas. As casas, comumente redondas e térreas, com as paredes formadas de estacas muito juntas, e cobertas de palha, ou com açoteas em vez de telhado. As dos mais ricos diferiam um pouco, por terem as paredes de pedra ligada com argamassa, e o vigamento do teto ser de aguieiros de cedro tão unidos, que serviam de forro, efetuando-se essa união por meio de cordões de várias cores, que produziam belo efeito. Em terreno fechado com cerca de pedra insossa até à altura de seis ou sete palmos, e Daí para cima com sebe muito bem tapada, feita de ramos de arbustos espinhosos, que davam flores muito delicadas, oito ou mais daquelas casas constituíam a vivenda muito aprazível dos senhores.

Os abissínios provêm de uma mistura de povos diversos, por isso os orientais lhes chamam *hobesch*. Raça esbelta, elegante e vigorosa, de rosto oval, nariz adunco, muitas vezes bem talhado, boca rarissimamente guarnecida de lábios grossos, cabelo mal encrespado, a pele mais ou menos áspera, não mole e

acetinada, como a da raça negra; corre-lhes nas veias sangue do egípcio antigo, do berbere, no sentido mais lato desta palavra, do *foulah* ou *peulh* — raça vermelha, do árabe e do Africano puro. Nesta mistura dominam sucessivamente, segundo as regiões, os tipos secundários mais próximos, *bedjas*, *somali*, *gala* e o siro-árabe, por isso, além do preto, a cor da pele varia muito, encontrando-se o moreno em todos os tons, e até o branco; este, porém, exangue e sem graça.

Eram os abexins boa gente de guerra, excelentes cavaleiros, criados e curtidos nos trabalhos, sofreadores da fome e da sede. A vida, dos que se não ocupavam nos labores agrícolas, era a guerra. Nesta se criavam de pequenos, e nesta envelheciam. Mui simples o seu uniforme. Um calção leve, e pouco largo, de algodão, seguro por uma faixa do mesmo pano enrolada à cintura. Uma capa de igual tecido mais encorpado, e sobre ela uma pele de pantera negra ou de leão. Calçavam alparcatas, e andavam nus de braços e pernas, pois o calção mal cobria estas até ao joelho.

Em geral a plebe não usava calçado, e o seu vestuário reduzia-se a umas bragas de algodão e uma capa, que podia ser uma pele ou um largo pano também de algodão.

Muitos abexins vestiam calções mouriscos, que desciam recramados até ao artelho, onde os apertavam, sendo de damasco ou veludo do joelho para baixo, e dali para cima, como ficavam cobertos pela cabaia, faziam-nos de teada. Os calções dos grandes da corte ajustavam-se às pernas, e as cabaiais, como as dos baneanos, abertas até à cinta, eram abotoadas com botões miúdos. Em um colarinho cozido a umas mangas estreitas e compridas, a ponto de recramarem, tudo feito de bofetás de Cambaia ou de um fustão azulado da mesma proveniência, consistia a camisa, ou antes o simulacro dela. Alguns substituíam aqueles tecidos por tafetá ou cetim, e, quando vestiam cabaiais turquescas de veludo, ou de brocadilho de Meca, não se cobriam com capa, que era de pano fino da terra ou de bofetá.

Quando vinha de suas terras um nobre, chamado à corte pelo Preste, enquanto andava nu da cinta para cima, e somente com uma pele sobre os ombros, *ainda não estava na graça do Senhor*; mas logo que falasse com o Preste, e saísse da sua tenda vestido, *já estava na graça do Senhor*.

Todos andavam em cabelo, que deixavam crescer, para fazerem penteados caprichosos. As mulheres encaracolavam algum, com o qual emolduravam graciosamente o rosto, e usavam solto o restante, que lhe caía fartamente sobre os ombros.

O armamento da milícia compunha-se de uma rodela de pele de búfalo; dois zargunchos: um estreito para o arremesso nos primeiros encontros, outro largo, com que esgrimiam na luta; maças de pau duro e pesado, denominadas *bolotás*; punhais, que também serviam de arma de arremesso; e lanças curtas para os cavaleiros, os quais igualmente faziam tiros com zargunchos estreitos, como se foram dardos.

Os mais nobres cingiam espada — de que raras vezes se serviam — com empunhadura dourada ou de prata, e bainha de veludo ou de outra seda. Alguns traziam também adaga.

Os cavaleiros com saia de malha — que poucos eram — não se curavam de rodela, porque os embaraçava, e usavam de capacete.

Sem ordem alguma de formatura, as batalhas começavam e acabavam no primeiro choque, fugindo uns, e seguindo os outros a vitória.

Para a guerra iam os cavaleiros montados em mulas, muito mansas, grandes e bem feitas, e levavam os cavalos à destra, porque estes, como não tinham ferraduras, depressa ficavam despeados. Os homens, descalços metiam nos estribos somente o dedo polegar de cada pé.

Além da gente de armas, era muita mais a que seguia o arraial e a bagagem dele. Iam famílias inteiras, e eram necessárias muitas mulheres, para fazerem as *ápas* e o hidromel. Muitos não levavam matalotagem, e, quando se acabava a dos outros, não pediam todos eles mantimentos aos camponeses, por cujas habitações passavam, mas invadiam estas e roubavam-nas com uma fúria verdadeiramente selvagem.

Como não corria moeda no país, nem o Preste a mandava cunhar, as compras efetuavam-se por troca de ladrilhos de sal gema, chamados *amalé*, cortados a machado em perpétuos e inexaustos jazigos.

Sem embargo de haver no país abundante minério de ouro, prata, cobre e estanho, os habitantes não sabiam proceder à extração desses metais, e aproveitavam-se unicamente daqueles, que as chuvas descobriam nas regueiras com a corrente das águas.

A carência absoluta de salinas, e o desconhecimento completo da metalurgia, explicam talvez, por que aos abexins servia de moeda o sal gema; e, como a natureza lhes prodigalizava quanto precisavam para trocar pelos produtos importados de outros países, prescindiam ou não sentiam falta da moeda.

A igreja, outros edifícios, e o grande número de altos obeliscos, em Aquaxumo, denotavam a existência de uma antiga civilização mais adiantada.

Junto de um imenso *daró* elevava-se o templo cristão, que era de formosa fábrica de cantaria bem lavrada, com cinco largas naves, todas abobadadas, sete capelas, coro alto, abobadado ao modo dos nossos, e denominava-se igreja de Santa Maria de Sion.

Nos obeliscos, cada um dos quais de uma só pedra granítica, não se viam hieróglifos, como em todos os dos egípcios, mas cobriam as suas quatro faces esculturas, que revelavam um cinzel grego.

Neste lugar de Aquaxumo, conforme a tradição dos abexins, fundou-se a cristandade da Etiópia Oriental, e gloriavam-se eles muito de serem os primeiros cristãos, que no mundo houve, e de que neles se cumprira a profecia de David.

Sem embargo de tão respeitáveis preeminências, inúmeros eram os erros da sua religião, cheia de superstições grosseiras, e fortemente impregnada de judaísmo, com traços de budismo.

Além de muitos conventos de religiosos, por todo o império havia numerosas igrejas, todas com grandes rendas, de que seus ministros viviam.

Em geral, as igrejas, arquitetonicamente consideradas, estavam de harmonia com as habitações. Situadas em lugares altos, à sombra de copadas árvores, e somente por exceção em subterrâneos, tinham muitas a forma circular, e as suas portas nos quatro pontos cardinais. Reconhecia-se facilmente, que não deixaram discípulos os artistas, que trabalharam nos monumentos de Aquaxumo, e ainda outros lugares, sendo atribuídas aos egípcios todas essas obras.

Tinham as igrejas duas cortinas: uma encobria o altar, e dela para dentro somente passavam os sacerdotes; a outra, a meio do templo, limitava o espaço compreendido entre ambas, reservado para assistirem de lá aos ofícios divinos o imperador e mais pessoas gradas. Ao povo era defeso entrar na igreja. Ficava à porta fronteira do altar a ouvir missa, e o celebrante não só dali lhe ministrava a comunhão, que todos os fiéis, antes de começar o santo sacrifício, deviam receber, senão também lhes lia as epistolas e evangelhos em geez, que era a língua litúrgica.

O imperador e os grandes tomavam as ordens de diácono, para poderem ser admitidos no interior dos templos, e haviam de descalçar-se antes do ingresso. Por tal motivo o imperador trazia na mão uma pequena cruz, não como cetro ou insígnia do império, senão em sinal de ser diácono. De cetro nunca ele usava, coroa também a não punha, nem saía de cruz alçada, como erradamente se afirmava.

Os frades eram celibatários, não os clérigos; e até os filhos dos cônegos tinham o privilegio de pertencerem à colegiada dos pais.

O matrimônio, porém, não se considerava sacramento, e toda a gente o contraía com o tácito ou expresso consentimento de se poderem apartar os cônjuges, tomando estes logo para isso fiadores, e assim evitavam o espetáculo nada edificante, e as mais das vezes asqueroso, das causas de divórcio.

As cruces não tinham a imagem de Cristo, porque os abexins se julgavam indignos de ver o Redentor crucificado. Também se não mostrava ao povo a hóstia consagrada. O vinho para a missa era feito de sumo de passas de uvas, deitadas de molho em água, durante dez ou doze dias, enxugavam-nas depois, pisavam-nas e expremiam-nas em um pano. Para a celebração da missa, as vestimentas consistiam em umas como que grandes camisas brancas, na estola furada pelo meio e metida pela cabeça, e não usavam de manipulo, amicto, nem cordão para se cingirem. Os frades celebravam com o capelo na cabeça, e todo o clero a trazia rapada, deixando, porém, crescer as barbas.

Tinham os abexins tanta reverência pelas igrejas, que nenhum passava a cavalo por diante das portas delas. Apeavam-se, e só tornavam a montar, quando iam já distantes.

A veneração geral tributada à Igreja e cousas dela, contribuía, para ser muito poderosa a influênciã do clero no governo do Estado, por isso o soberano não podia considerar-se completamente absoluto.

E havia uma hierarquia eclesiástica bem organizada: arcepresbiteros — *komosats*; cônegos — *debterats*; curas — *kasis*; vigários — *nefk-kasis*; diáconos — *diakons*; e sub-diáconos — *nefk-diakons*.

Pero da Covilhã, cuja ilustração e talento o elevavam muito acima do nível moral do povo inculto, no meio do qual se via obrigado a viver, tornou-se dentro em pouco o apoio precioso dos príncipes, que se sucediam no trono. Com repetidas instâncias pedia ao imperador Alexandre Ihe desse seu despacho, e a resposta às cartas de D. João II; mas o Preste, respondendo sempre, que o mandaria à sua terra com muita honra, ia dilatando o cumprimento da promessa. E, dizendo mais, que não podia por enquanto prescindir da sua companhia, presenteou Pero da Covilhã com uma vivenda principesca, vastas campinas e florestas, cavalos, mulas e gados, grande número de vassallos, um senhorio imenso enfim.

A imperial munificência pôs o nosso explorador na desconfiança, de que o soberano abexim procurava tentá-lo com benesses e regalias de grande senhor, e distraí-lo do propósito de voltar à pátria.



Tomou Pero da Covilhã posse de seus domínios, mais por mostrar-se obediente às deliberações imperiais, do que pelo prazer de gozá-los. Como, porém, tinha de viver na corte, confiou ao cuidado de feitores a importante administração da sua casa.

Quantas vezes embrenhado em um bosque, deixando-se perder na obscuridade dele, parava a ouvir os ruídos profundos e melancólicos do espesso arvoredo, dos grandes seres insensíveis que o cercavam!...

Não eram acentuações distintas; mas um murmúrio confuso, como o de um povo, que celebra ao longe uma festa por aclamações, ou o de uma grande cidade também distante!...

E, quando à linguagem misteriosa da floresta se unia o gorjeio mágico do rouxinol, que do seu ninho endereçava saudações maviosas e votos reconhecidos ao Eterno, Pero da Covilhã abandonava a sua alma comovida às gratíssimas recordações da pátria, e confiava aos inanimados companheiros da sua solidão os segredos inefáveis do seu amor a Maria Tereza, engrandecido pelos desejos ardentes de a ver!...

Que momentos de infinda saudade não seriam aqueles!...

A ociosidade repugnava ao espírito de Pero da Covilhã, e, como se via amiúde consultado pelo imperador Alexandre sobre os negócios públicos, tratou de estudar a fundo os costumes e a história do país.

Nos arquivos dos conventos encontrou uma rica literatura escrita em geez, a par de missais iluminados e coloridos com arte, mas sem desenho quase e sem perspectiva.

Aquela língua conservava já algumas formas arcaicas. Dirivava-se o alfabeto etiópico do das inscrições himiaríticas, às quais os missionários budistas juntaram certo número de sinais diacríticos para indicar as vogais. Era uma influência estrangeira, igualmente devida à intervenção da escritura, que outrora ia da direita para a esquerda, ou de cima para baixo, como a maior parte das semíticas, e que tomou a direção da grega, da esquerda para a direita.

O geez foi substituído pelo tigreano, dialeto derivado mais próximo; e o amárico, mais afastado do árabe, com o seu vocabulário em grande parte tirado do geez, tornou-se a língua oficial, mas tendo a gramática do agaou, tão aparentado com o egípcio antigo.

Não tardou, que Pero da Covilhã conhecesse melhor os monumentos literários dos abexins, do que o próprio clero e naturais da terra, mas não fazia disso alardo, porque não tinha o irrisório despejo dos pedantes. Todos lhe

reconheciam a superioridade, sem ele a impor; e a sua prudência, a sua modéstia, o seu respeito enfim ao soberano, às leis e aos costumes do país, conquistaram-lhe tamanha estima, tal ascendência no ânimo de toda a gente, que nobres e plebeus à porfia procuravam conhecer e servir o *novo senhor*. O seu procedimento, porém, tão regrado, de tão salutar exemplo para aqueles povos semi-civilizados concorreu, para que o Preste se lhe afeiçoasse ao ponto de dizer-lhe um dia: “Não posso dispensar-vos. Casai, e quando tiverdes filho ou filha, que nos deixeis em penhor, mandar-vos-ei com nossas cartas a Portugal. Quem nos vem buscar, mister nos ha; não é razão, que se retirem, nem nós os deixamos ir. E não vos agasteis, porque tendes em nós um amigo.”

Pero da Covilhã, a quem este discurso tão claro, quanto conciso, feriu profundamente no coração, apenas respondeu com imperturbável serenidade: “Obedeço às vossas determinações, pois para isso fui mandado à vossa presença pelo meu rei e senhor; e farei a diligência por corresponder à vossa amizade.”

Não quis evadir-se, podendo fazê-lo. Mediu bem as conseqüências desse passo. Preferiu, pois, tomar o partido, a que a necessidade o obrigava, tratou de casar-se, e não pensou mais, dali em diante, senão em que havia de acabar os seus dias naquele cativo. Mandou dois homens seus, que se incorporassem nas caravanas do Egito, fossem ao Cairo, e daqui trabalhassem por passar a Portugal, a fim de levarem a D. João II umas cartas, que lhes entregou.

Foi o Preste, quem escolheu a noiva de Pero da Covilhã. Muitas o queriam; mas coube a sorte a uma formosa morena de sangue real, chamada Helena. No dia do noivado receberam os cônjuges riquíssimos presentes do imperador, mormente sedas da Índia, colchas da China, e arreios de cavalos.

Helena considerava-se a mais ditosa filha da Etiópia. Sentada ao lado de Pero da Covilhã sobre uma alcatifa preciosíssima da Pérsia, disse-lhe, tomando-o pela cintura, e fitando-o enlevada: “Ha muito, que suspirava por ser vossa!... Como sou feliz!... Agora para sempre ficaremos unidos, como as pedras na parede, e os corações no amor de Cristo!... A toutinegra não quer mais ao seu ninho, do que eu já quero à nossa casa!... Os teus braços, amor meu, são como os ramos do *daró*, que dão doce abrigo; e os teus olhos, os luzeiros do céu, em que vou viver!... Tu és o tronco do ulmeiro, e eu a vara da vide, que o buscava!... Amo-te muito!... muito!...”

Pero da Covilhã estava sonhando, acordado!... Rolaram-lhe sobre a face duas lágrimas, que os lábios ardentes de Helena enxugaram!...

Foi a primeira vez, que ele se viu chorar!...

— E porque chorava?!...

Pobre coração humano!...

### **XIII - REMATE**

O casamento de Maria Tereza com Pero da Covilhã não repugnava a D. Leonor de Lencastre, a qual tinha até o pressentimento, de que não viria a realizar-se. Além disso Maria Tereza, sempre muito briosa, havia de timbrar em progredir no estudo das ciências, que cursaria na Universidade, e, conquanto a veemência do seu desejo de saber não apagasse a chama do amor, que lhe incendiava o coração, amortecê-la-ia ao menos. Depois a ausência com arrefecer, e o tempo com gastar, eram no conceito da rainha remédios capazes, de debelar a enfermidade desse amor.

Talvez fosse uma ilusão semelhante pensamento, porque o maior incentivo do amor de Maria Tereza era a glória de Pero da Covilhã, e esta não tardaria a engrinardar-lhe o nome. Assim o esperava Maria Tereza, e tinha para isso fundamento.

D. Leonor, porém, preferia iludir-se, a deixar de nutrir a esperança também de continuar a ver junto de si a meiga companheira das suas devoções, apenas ela completasse os seus estudos. E, como a formosa rainha era dotada de um espírito não só eminentemente religioso e caritativo, mas ao mesmo tempo ilustradíssimo e prático, imaginem-se os primores de educação, dada por essa Senhora a Maria Tereza, que logo nos mais tenros anos revelou a sua inteligência peregrina e uma docilidade encantadora!

Tal era, com efeito, o juízo que D. Leonor formava das singulares qualidades da sua donzela, que, tendo esta apenas dezesseis anos, a fazia já sua confidente, e com ela conversava frequentes vezes acerca do seu vasto plano de beneficência e fundação de casas religiosas, o qual havia traçado com o fim de colaborar, no desenvolvimento da prosperidade nacional, e na exaltação da fé católica.

No meio das variadas e constantes distrações da corte, a excelsa rainha não olvidava, um só instante, o desempenho da missão civilizadora, que a si própria impusera. E, conhecendo as aptidões de Maria Tereza, teve sempre em vista elevá-la pela cultura do espírito, e aproveitar-lhe os recursos intelectuais, para associá-la na execução das obras meritórias, que projetava.

Havia já fundado, ainda em vida de seu marido, um hospital, e junto dele uma povoação, que tomou o nome de Caldas da Rainha, para perpetua memória da sua origem; mas não só mandou prover aquele estabelecimento do necessário para a sua sustentação, como obteve do pai de Lucrecia Bórgia, o papa

Alexandre VI, indulgência plenária para os enfermos, que lá falecessem, muito embora não houvessem contemplado o hospital em seus testamentos.

Não faltava assim a esmola do remédio para o corpo e para a alma, aos que fossem procurar alívio às enfermarias da caridosa fundadora.

Maria Tereza partira efetivamente na companhia de seu tio para Lisboa, antes das festas de Évora, e foi frequentar a Universidade, a qual ocupava as casas, de que lhe havia feito doação o infante D. Henrique, situadas acima da igreja de S. Thomé, contra o muro velho da cidade.

O novo estudante, com o seu hábito talar mais curto do que o dos lentes, conforme prescrevia o Estatuto, a sua formosa cabeça, que ninguém supunha fosse de mulher, o desembaraço de suas maneiras, e a gentileza do seu porte, era alvo da simpatia pública no bairro das Escolas Gerais. As raparigas do sítio sabiam já a hora, a que *ele* passava para as aulas, ou saía a passeio, por isso esperavam-no à janela, e, ao vê-lo, iam-se-lhe os olhos no galante *moço*. Maria Tereza ignorava, que era objeto dessa curiosidade feminina, a qual começava a despertar ciúmes na vizinhança; mas o tio, que nunca deixava de acompanhar a sobrinha, percebeu, que a requestavam, e uma ou outra vez sorria-se maliciosamente para as admiradoras dela, o bom do velho.

Na convivência com seus discípulos e colegas, os mais vaidosos davam a Maria Tereza, sem querer escarnecê-la, a primazia no talento, no saber, e até na graça da palestra.

Nas conclusões, que defendeu, para tomar o grau de bacharel, bem como no ato para licenciado, causou assombro aos mestres.

Aproveitou tanto enfim, que saiu doutíssima em teologia e direito canônico.

Quando ela tinha concluído os seus estudos, faleceu o tio. O corpo docente foi logo convidá-la, para reger a cadeira, que ficou vaga. Maria Tereza agradecendo o convite, respondeu: “Sem aprovação de sua alteza a rainha, minha senhora, não posso aceitar encargo algum, nem este que tão honroso é, e tenho a certeza de que a não alcançarei, sejam quais forem as instâncias, que junto de sua alteza se façam”.

Os lentes não insistiram em presença de tão categórica resposta, e Maria Tereza, sem que pessoa alguma tivesse dado pelo disfarce, com que, durante quatro anos letivos, cursou as aulas da Universidade, saiu de Lisboa, e no dia 29 de setembro de 1495, chegou às Alcaçovas, onde residia então sua real ama.

D. João II tinha recebido as cartas, que Pero da Covilhã lhe enviara da Abissínia por criados seus; como, porém, estivesse em preparativos de passar ao Algarve,

a fim de procurar alívio aos seus padecimentos nas caldas de Monchique, ficaram para depois da sua saída, as novas, que D. Leonor queria dar a Maria Tereza.

Na entrada do mês de outubro partiu o rei para as caldas, deixando à rainha o escrínio, onde guardava aquelas cartas.

Depois de haver tomado quatro banhos, agravou-se de tal modo a sua doença, que por conselho dos físicos se mudou para Alvor. Achando-se cada vez pior, desejou ver a rainha e o duque de Beja, fazendo ao mesmo tempo tenção de comunicar a este, que em testamento o declarava por só e legítimo herdeiro do trono, e lhe deixava encomendado, como vassalo seu, D. Jorge de Alencastro — que era o filho D. João II e de D. Ana de Mendouça.

Estava a rainha com o duque seu irmão em Alcácer do Sal, por se haver assentado esperar ali o rei na volta do Algarve, e partirem depois para Santarém. D. Leonor iria embarcada até Setubal, daqui atravessaria por terra para Alcochete, e seguiria logo pelo Tejo acima até à velha e pitoresca rainha do Riba-Tejo. Este itinerário, diferente do que para si traçara o monarca, pareceu o mais cômodo, por estar D. Leonor ainda convalescente da grave doença, que a pusera às portas da morte.

Na tarde, porém, de 25 de outubro de 1495, quase ao sol posto, expirou D. João II, ou *morreu o homem*, como sentenciosamente disse Isabel, a Católica. Logo ao outro dia foi dada, tanto à rainha, como ao duque, nova certa do falecimento.

Sucedeu, com efeito, no trono o duque de Beja, então na bela idade de vinte e seis anos. Pela pressa, com que tratou de se casar, pendemos a crer, que foi essa a sua primeira idéia, ao ver-se senhor da coroa. Tal era a paixão, que lhe havia inspirado a formosa viúva do malogrado príncipe D. Afonso — quem sabe se nas festas de Évora!...

No mesmo ano de 1497 contraiu um enlace, que muito ambicionava, e satisfez uma obrigação, que tinha herdado, enviando à Índia a frota, que D. João II havia aparelhado, comandada por Vasco da Gama, a quem deu cartas para alguns príncipes do Oriente, incluindo o Preste João, conforme as informações e documentos, que deixara e houvera daquelas partes o Príncipe Perfeito.

Não foi estranha a rainha D. Leonor ao último desses dois atos, sem duvida os de maior transcendência, que seu irmão praticou no começo do seu reinado.

Era a rainha, ao tempo do passamento de seu marido, depositaria da importante correspondência de Pero da Covilhã; e, fazendo entrega desta ao novo monarca, rogou-lhe, que não só mandasse saber do nosso explorador, mas aprontasse, conforme as indicações do mesmo, uma embaixada, que o

acreditasse junto do Preste, confirmando as cartas, que lhe levou, e com instância solicitasse a resposta.

Vasco da Gama nada soube da Abissínia; e não admira, porque nem tempo, nem gente lhe sobrava, para lá mandar alguém. Voltou, pois, a Portugal sem novas nem mandados do Preste. E, como a empresa da Índia tinha por fim primário apossarmo-nos do comércio oriental, assegurado o nosso predomínio nos mares levantinos, fácil seria estabelecer relações com o abexim, e até este as buscaria.

A rainha D. Leonor não se descuidava, porém, de lembrar a D. Manoel a conveniência de entabular negociações com o Preste; e Pero da Covilhã, porque já soavam em todo o Oriente as façanhas dos portugueses, não perdia o ensejo, agora tão oportuno, de inspirar ao imperador abissíneo uma grande idéia de Portugal, de incitá-lo a responder à nota do rei, que o tinha enviado junto dele, e a dirigir-lhe, por seu turno, uma solene embaixada.

Afinal Duarte Galvão, que mui singular prudência, sagacidade e experiência de negócios manifestara, como embaixador junto de Alexandre VI, do imperador Maximiliano e do rei da França, saiu de Lisboa na mesma qualidade para a Etiópia em abril de 1515; mas não satisfez o mandamento, por haver falecido na ilha do Camarão a 9 de julho de 1517.

Ao imperador Escander sucedera Andeseon, que reinou unicamente seis meses, e logo Naod, que teve também um curto reinado.

Á morte deste último príncipe subiu ao trono uma criança, que tinham batizado com o nome de Lebna Danguil, mas adotou depois o de Onag Segued, e por último o de David. Contava apenas onze anos, e por isso, durante a sua menoridade, tomou as rédeas do governo a imperatriz Helena.

As circunstâncias do império eram gravíssimas. Estava ameaçado não só pelos islamitas de Zeila, mas pelo formidável poder que se elevava sobre as ruínas do império dos Califas. Aos árabes haviam sucedido os turcos, que sustentados por suas idéias de fatalismo, invadiram ávidos tudo, desde as cumiadas do Cáucaso até às fronteiras da Núbia. à sua frente o feroz Selim I, tornou-se senhor do Egito, juntando-o ao império otomano, e com suas frotas cobriu logo o Mar Vermelho. Djiddah, Mokha, Suaquém e Zeila receberam sucessivamente guarnições de janízaros, que levaram aí armas novas, ainda desconhecidas nesses países. A mosqueteria e artilharia espalharam ao longe o terror por seus efeitos rápidos.

Foi então, que a regente do império abissíneo, atemorizada de tão terrível vizinhança, se lembrou de solicitar, a favor da causa do seu povo, a proteção de

um rei, cujas grandezas Pero da Covilhã tanto exaltava, e de cujas vitórias alcançadas em toda a Índia, nas pelejas contra os maometanos, já se ouvia o éco na Etiópia. Mas desconfiada sempre, como todos os da sua raça, tratou de procurar pessoa, que pudesse certificá-la tanto dos acontecimentos da Índia, como das coisas que lhe contava Pero da Covilhã, e ela muito lhe perguntava.

Na corte do Preste andava um mercador armênio, chamado Mateus, que, por falar ou entender o português, pareceu à imperatriz Helena mais próprio, do que outro qualquer, e mandou-o a Portugal. Veio, com efeito, ao nosso reino, mas secretamente, o embaixador Mateus com cartas da imperatriz em nome do Preste, um pedaço de lenho da Vera Cruz, como sinal da fé professada na Abissínia, e tudo foi recebido pelo rei D. Manoel. Entendeu o nosso monarca, não dever demorar o delegado da imperatriz Helena, e despediu-o com muita honra, ordenando a Diogo Lopes de Siqueira nomeado governador da Índia, que na esquadra do seu comando conduzisse Mateus à ilha de Massuah.

A esquadra, composta de dez naus, largou do porto de Lisboa no dia 27 de março de 1518, e levou também D. Rodrigo de Lima, o qual ia à Etiópia com uma embaixada do rei D. Manoel para o Preste. Eram treze as pessoas, que constituíam a comitiva do embaixador, e naquele número contava-se o P. Francisco Alvarez, capelão do rei.

Diogo Lopes cumpriu as ordens do soberano, entregando em Massuah ao Bahar-Nagais, governador das terras marítimas da Etiópia, Mateus e a embaixada portuguesa.

Logo em um dos primeiros dias de marcha para a corte do Preste faleceu Mateus, no mosteiro da Visão. A embaixada prosseguiu, até que chegou ao seu destino, depois de longas e árduas jornadas.

Tiveram os portugueses a satisfação de encontrar Pero da Covilhã, que exultou ao ver os seus nacionais, e não pôde conter as lágrimas, ao lembrar-se da pátria, à qual o não deixavam voltar as obrigações, que tinha tomado.

Durante os seis anos, que D. Rodrigo de Lima esteve na Abissínia, de muito lhe serviu o voluntario e nobilíssimo exilado, que tão heroica e honradamente sacrificou a vida pelo seu país.

Nas cartas, que o imperador David escreveu a D. Manoel, por D. Rodrigo de Lima, dizia:

“O Pero da Covilhã achei, quando reinei, que meu pai não encaminhara, até ver coisa, que o mais certificara; o que Deus a mim fez e não a ele, e sabe como fica meu coração até ver vossa, resposta, que muito desejo”.

Os desejos do Preste eram, que o rei de Portugal mandasse fortificar Massuah e Suaquém, por medo dos rumes, que, fazendo-se aí fortes, o desbaratariam e aos portugueses. Oferecia gente, mantimentos, e o que necessário fosse enfim, lembrando ao mesmo tempo, que seria bom tomar Zeila, porque deste porto iriam as mercadorias para Aden, Djiddah e toda a Arábia, até ao Thor e Cairo.

Entretanto continuava de refém Pero da Covilhã...

Chegamos ao fim do primeiro quartel do século XVI, sem contudo irmos mais longe, do que devíamos; é-nos, porém, preciso retroceder.

Da correspondência de Pero da Covilhã estremou a rainha D. Leonor a seguinte carta, que mandou ler a Maria Tereza:

*Maria Tereza*

Sabeis naturalmente já o bastante para apreciar a minha situação, e compreender a impossibilidade, em que me vejo, de sair dela, como eu desejava, ou — porque não direi? — como nós ambos desejávamos.

Devo crer, que vos não faltarão informações de Sua Alteza a Rainha minha Senhora, e que também vós as haveis solicitado amiúde. Mas a El-rei meu Senhor pedi licença de vos escrever, pela primeira e última vez, para de longe conversar convosco, condenado, como estou a não mais vos ver, nem ouvir.

A palavra humana é fraca, para exprimir a violência da dor, que sofro, ao lembrar-me dessa condenação eterna! Deus me conceda a resignação precisa, e a minha alma se fortaleça com tão duras provações!...

De como desempenhei o real serviço, desde que saí de Portugal até hoje, tem El-rei larga notícia, enviada por mim a Sua Alteza. Restava-me unicamente dar-vos conta dos meus passos, que dirigi esperançado sempre, em merecer o agrado de meu Augusto Amo, e de tornar-me digno de vós.

Em caravanas e recovas de mouros, e por mouro a seus olhos passando, estudei o comércio e navegação do Oriente, visitando para esse fim os principais portos; e alcancei certificar-me, de que pelo mar se podia vir de Portugal à Índia. Do mesmo modo, sabendo em Calicut, que do grão Cairo para aquela cidade, que é a primeira e a mais formosa das terras indianas, traziam os mouros fortes armadas de muitas naus com grande trato de grossas mercadorias, provenientes de Meca, fui ver com meus próprios olhos o centro deste mercado.



Voltando de Ormuz, aonde por ordem de El-rei meu Senhor, acompanhei o rabi Abraham, desembarquei na cidade de Djiddah, que é o porto de Meca no mar Vermelho.

Tendo encontrado ali numerosos peregrinos, que se preparavam para ir visitar a *cidade santa*, como eles fanaticamente chamavam a Meca, incorporei-me na sua caravana.

Não vos encareço os riscos desta minha empresa, para jactar-me dela, senão para vos assegurar, que muito devo à misericórdia divina, a qual decerto moveram mais as vossas orações do que as minhas.

Com extrema confiança em Deus, e em que vós não cessaríeis de velar pelos meus passos, usei ir dá-los, onde a cristãos é vedado transitar.

Felizmente não adivinharam os meus companheiros, que lhes profanava os seus lugares santos...

Ser-vos-ia fastidiosa a relação das cerimônias a que assisti, e em que tive de tomar parte — perdoe-me Deus! — na terra natal de Mohamed. Somente vos direi, que não pode ir mais longe o fanatismo nem a cegueira humana!

É realmente Meca um centro de comércio muito rico, e sem duvida o mais variado de todo o Oriente, no tempo das romarias, pois que se acumulam nos bazares produções mui valiosas de todos os países sujeitos à lei do *profeta*, e fazem-se negócios importantes.

De Meca passei a Medina, onde está o túmulo do *sancarrão*. Atravessei igualmente uma região imensa, adusta e maninha.

Terminada a peregrinação, retirei para Iambo, que é no mar Vermelho o porto, que abastece Medina, e ali embarquei logo em um zambuco, no qual me dirigi a Thor.

Eu tinha necessidade absoluta de purificar-me, de retemperar a minha fé. O Sinai ficava-me perto. Fui ver essas solidões da Arábia Pétrea, por onde vagaram tão longo tempo os filhos de Israel, desde o êxodo até entrarem na Canaã prometida. Subi à montanha sacrossanta, onde Moisés ditou a lei aos hebreus. Pus a mão na pedra, da qual o profeta fez brotar um jorro de água com o toque da sua vara misteriosa. Penetrei na caverna do monte Horebe, onde o profeta Elias se escondeu, para escapar à vingança da rainha Jezabel. Percorri enfim toda essa região pedregosa e triste, que cerca o Sinai; esse antigo país bíblico, um dos mais célebres da história. Nela encontrei ainda as ruínas de Pétrea, que fora outrora o grande depósito do comércio da Arábia meridional, bem como o

mercado, aonde as caravanas de lêmén levavam o incenso e os aromas, recebendo em troca os produtos da Fenícia.

Voltei depois de Thor, e daqui atravessando o mar Vermelho, fui desembarcar em Zeila.

Tinha chegado às portas da Abissínia.

A residência do Preste é ordinariamente no reino de Chôa, mui salubre, e situado quase no meio do vastíssimo império etiópico.

Os que vão do Levante demandar a corte, vêem-se obrigados a trepar uma altíssima serra, como se fora inexpugnável fortaleza. Por cima dela corre um caminho muito íngreme, o qual no espaço de um tiro de besta de tal modo se aperta, que mal cabem dois homens a cavalo, indo emparelhados. É uma lomba cortada a pique de ambos os lados, à qual conduzem tão escabrosos passos, abertos no recosto da montanha, que, se alguém embicar, ou a cáfila, que sobe, topa com a que desce, não indo com o prumo atento nas passadas, fazem-se em pedaços os caminhantes, e perdem-se totalmente as mercadorias, rolando tudo por aqueles horríveis despenhadeiros abaixo! Na entrada de tais precipícios estão de uma parte e da outra umas como portas, onde pagam direitos ao Preste todos os que por lá passam com tamanho risco de suas vidas.

Fui enfim recebido pelo Preste, e, vendo que ele me detinha, roguei-lhe instantemente me despachasse, dando-me a resposta às cartas del-rei. E sabeis vós, qual foi a decisão irrevogável do Preste?

— Que tratasse de me casar, e depois de ter um filho, para lho deixar por fiador, me mandaria a Portugal!

Impôs-me, como vedes, o maior dos sacrifícios!

A vós, a El-rei e à nossa querida pátria o ofereço.

Eu poderia arrostar qualquer perigo, disfarçar-me, e sair daqui; mas perder-se-ia tudo quanto tenho feito. Se eu me retirasse, esta gente sempre desconfiada, e em geral de pouca verdade, ficaria tendo-me na conta de um embusteiro; no que não perigava a minha consciência, mas o crédito e os interesses, de quem me mandou cá. Assim tomariam por grande falsidade tudo o que lhes tenho dito, para exaltar o nome de meu Augusto Amo; para convencer o Preste, de quanto lhe será útil aliar-se com Sua Alteza; para conseguir finalmente que todo este povo considere, respeite e admire a nação portuguesa. E não descansarei, enquanto não resolver o Preste a enviar uma embaixada a El-rei meu Senhor.

De nenhum modo conviria a El-rei fazer guerra a um povo, cujo território a natureza tão prodigamente fortificou. Essa temerária empresa traria consigo muitos encargos, por ser o país mui remoto, para se poder conquistar e conservar, e debilitaria tanto as forças de Portugal, que ficaria este sem as necessárias para a sua conservação. Prefere decerto Sua Alteza criar e manter as mais pacíficas relações de amizade com o Preste.

Muito contribuirá para isto a vinda da nossa frota ao Oriente; e, como El-rei já sabe o caminho, não tardará ela em sulcá-lo.

Os abexins são muito ciosos de suas coisas. Tenho, pois, de lisonjear-lhes a vaidade, para lograr a sua inteira confiança, porque depois será menos difícil admitirem o meu conselho. Como prouve a Deus, que eu viesse acabar meus dias a este exílio, empregá-los-ei todos no serviço del-rei, e da pátria.

Fui constrangido a constituir família, e todavia — crede-me, Tereza! — vivo em uma solidão imensa!...

Como, porém, quando a alma nos sai da carne, deverá levar consigo todas as suas afeições, ter-vos-ei junto de mim no Paraíso. O céu é o verdadeiro lugar do amor, e nesta esperança imortal repousa docemente o meu coração. E, enquanto andarmos ambos sobre a terra, as nossas orações e os nossos votos juntar-se-ão no caminho do céu...

Estou longe de vós, mas acompanho-vos sempre, e não me vedes, por não ser visível o pensamento... São terríveis combates os acessos de abatimento, que repetidas vezes me tomam!... Mas, para que esta separação nos não custe, experimentemos... vós o serdes menos amável, eu amar-vos menos...

Não nos é dado realizar o impossível!

O tempo de lágrimas, de solidão, de aborrecimento, que de vós me separa, acabará, para nos unirmos e gozarmos juntos da bem-aventurança eterna!...

Adeus.

*Pero da Covilhã.*

Quando Maria Tereza terminou a leitura desta carta, estava como “a cândida cecém das matutinas lágrimas rociada”; mas tinha ao pé de si quem lhas enxugasse, quem lhe respirasse os suspiros, que as entrecortavam.

Conservando a carta apertada em uma das mãos, voltou-se para a rainha e exclamou:

— Assim o quis Deus!... Faça-se a sua vontade!... Que duvidosas são as coisas desta vida!...

— Também as há certas — interrompeu D. Leonor com muito carinho — e uma delas será a tua resignação, que não posso pôr em duvida...

— Sim, minha Senhora; nas mãos de Deus me resigno... E, se vossa alteza me permite, cumprirei também as últimas palavras, que disse a Pero da Covilhã: “de outro jamais serei!”

— Não admiro a tua fidelidade às promessas, que fazes — tornou a rainha — ; mas às vezes... em momentos irrefletidos... e há tantos em galanteios!... Enfim é necessário, que penses no teu futuro...

— Tenho pensado, minha senhora. Eu nunca perdi a esperança de tornar a ver Pero da Covilhã; agora, porém, depois da sua carta, ainda que ele voltasse já não podia ser sua mulher. Serei esposa do Senhor.

— Não pode haver união mais santa — retorquiu com júbilo a rainha — ; mas sentir-te-ás tu bem forte para a contrair?...

— Se sinto!... Creia vossa alteza, que não é filho de um desespero o meu propósito; anima-me, pelo contrário, a esperança, de que, servindo melhor a Deus na clausura, mais útil poderei ser a Pero da Covilhã, orando por ele, e mais facilmente será perdoada a minha fraqueza de o não esquecer... A dor é o mais seguro laço, que prende dois corações...

— Minha boa Tereza!... Cada vez considero mais digno da minha estima o teu coração de ouro!...

Maria Tereza caiu de joelhos aos pés da rainha, e beijou-lhe as mãos, regando-lhas de lágrimas. D. Leonor deixou resvalar por sobre a formosa cabeça da sua predileta, as que lhe borbilharam dos olhos...

Eram duas almas diamantinas, que se confundiam em um crisol, formado do mesmo afeto finíssimo.

Fora a rainha D. Leonor encarregada do governo do reino, por carta patente de 24 de março de 1498, durante a ausência do rei D. Manoel, que passara com sua mulher a Castela, a fim de serem jurados herdeiros desta monarquia; e logo, a 15 de agosto do mesmo ano, a piedosa regente instituiu a Misericórdia de Lisboa. Não satisfeita com erigir esse monumento, que por si só bastaria para imortalizá-la, é infatigável no caminho do bem, alumada pelos esplendores da fé, e profundamente inspirada nos estremecimentos de amor, com que a sublime virtude da caridade comovia a sua alma a trasbordar de candura.

Criou albergarias em Óbidos e Torres-Vedras, fundou o convento da Anunciada em Lisboa, e na mesma cidade o hospital de Sant'Ana, sobrando-lhe ainda tempo para dar proteção às letras e às artes, pois à sua munificência indefessa se deviam monumentos preciosos da nossa tipografia, que tentava então os seus primeiros ensaios em Portugal.

Mas de todas as suas instituições religiosas a mais querida e por isso mais velada pela fundadora, foi o mosteiro da Madre de Deus, que D. Leonor mandou edificar em Xabregas, e que tantas preciosidades artísticas possuía.

Nele professou Maria Tereza, preferindo aos mimos e regalos da corte as asperezas da vida monástica, em ordem tão apertada, como aquela a que se votou.

Antes da profissão, pediu Maria Tereza à rainha, que fizesse chegar às mãos de Pero da Covilhã a seguinte carta, da qual foi, com efeito, portador o P. Francisco Alvarez:

*Pero da Covilhã*

Sois um benemérito, Deus, que é remunerador, há de recompensar os vossos sacrifícios.

Vou amanhã professar. Vou ser clarista no mosteiro da Madre de Deus, fundado em Xabregas pela nossa Santa Rainha a Senhora D. Leonor. Na minha clausura, onde espero servir melhor a Deus, do que se ficara no mundo, lembrar-me-ei sempre de vós nas minhas orações, e o Eterno Pai, a quem nada pode esconder-se, atender-me-á, por ver a intenção pura, com que lhas dirijo.

Ele vos acompanhe sempre!

Adeus.

*Maria Tereza.*

Perto da sua querida pupila residia a rainha no seu palácio em Xabregas, onde entregou a sua alma ao Criador; e no claustro do mosteiro, à porta da casa do capítulo, foram cobertos seus venerandíssimos restos por uma singela lapide, na qual se lia unicamente,

AQUI ESTÁ A RAINHA D. LEONOR.

Que mais era preciso, para não esquecer o nome, de quem foi, toda a sua vida, exemplar inestimável das mais peregrinas virtudes?!

As estátuas, ou os grandes monumentos sepulcrais, se quase sempre testemunham a vaidade de quem os erige, nunca fazem esquecer os erros do glorificado.

O monumento da rainha D. Leonor está no coração dos povos de Portugal, que tantos benefícios tem recebido e continuam a receber das Misericórdias.

As relações do nosso país com a Abissínia estabeleceram-se definitivamente no século XVI, e conservaram-se até o século seguinte.

Afonso de Albuquerque, sendo governador da Índia, teve o grande pensamento de unir-se ao Preste, com o fim de divertir a corrente do Nilo, para a banda do mar Vermelho, junto da península de Meroé, entre aquele rio e o Atarah, abrindo um novo leito, e entulhando aquele pelo qual descia para o Egito. Desse modo esterilizaria os campos egípcios, que eram os principais graneis do sultão otomano.

E Cristovam da Gama, à frente de um punhado de bravos, partiu de Massuah a 9 de junho de 1541, e correu em socorro do Preste, ameaçado pelo sheik de Zeila.

Desse heróico filho de Vasco da Gama diz um historiador nosso: “era o primeiro, que tomava o fato às costas, e com esta fragueirice e vontade acrescentava a dos outros soldados, para que trabalhassem dobrado sem o sentir.”

Foi desbaratado e morto pelos adversários do Preste; mas os valentes portugueses, que escaparam, tiveram pouco depois a glória de vingar a morte do seu ilustre capitão, derrotando completamente o inimigo.

Áureos tempos!...

Maria Tereza revelou a sua vasta ilustração, publicando algumas obras em latim, e sendo por isso aurora brilhantíssima da renascença das letras em Portugal.

Todas as tardes ia sentar-se a uma das janelas do mosteiro, e de lá contemplava o Tejo...

Quando voltavam as naus da Índia, perguntava talvez ao formoso rio, se com elas teria vindo alguma saudade de Pero da Covilhã!...

E depois da morte de D. Leonor, quando retirava da janela, ia ajoelhar sobre a sepultura da rainha, orava ali, durante algum tempo, no maior recolhimento, e deixava a lapide orvalhada de lágrimas!...

## NOTAS

### A

— “... de encobrir com a mantilha um dos seus formosíssimos olhos”. Como referimos no Cap. XI, o *tarbah* das muçulmanas serve-lhes de abafo e também lhes vela o rosto, não deixando algumas ver senão um dos olhos. É de presumir, que as andaluzas herdassem delas este costume.

### B

— “...a ponto de provocar a formação das *Hermandades*”. Estas confrarias políticas, instituição popular da idade media, excluía por essência o influxo da autoridade real e serviam não só para manter a segurança pública, senão que velavam igualmente pela conservação dos foros e liberdade dos povos e comunidades que as formavam. Eram uma força importantíssima, que os reis católicos habilmente aproveitaram depois, fazendo depender do governo do Estado a disciplina e constituição dela. Organizando as capitánias e mais tropas da *Hermandad*, aqueles príncipes lograram ter um corpo permanente de exército, pronto a conter em respeito o poder dos magnates. Foi um ensaio de milícia nacional, paga imediatamente pelos povos, e que muito contribuiu, para que a coroa se emancipasse da influência e dependência da mais incomoda e turbulenta oligarquia.

Muito antes de conflito do Toro já existia a “*santa hermandad*”, e não foi “organizada contra as tropas portuguesas”, que depois dele se limitavam a saquear as terras, a praticar atos de bandidos, como erradamente afirma o Sr. Oliveira Martins em *O Príncipe Perfeito*.

### C

— “*Não é deste modo, que deve compreender-se a missão da história*”. Clemencin, referindo-se aos historiadores e cronistas acerca do silêncio de uns e das diminutas notícias de outros, em assunto de tanta monta, como a sucessão à coroa de Castela por morte de Henrique IV, diz: “o falar tinha inconvenientes, e a relação inteira e verídica do sucedido podia ofender a pessoas autorizadas e poderosas”.

É evidente o corolário desta afirmativa tão imparcial, como sensata.

### D

“... o príncipe D. João casasse com a princesa de Castela, D. Joana”. Zurita, que tão parcial se mostra na descrição do encontro de Toro, e tão afeto a D.

Fernando, o Católico, diz, que D. João II, sendo príncipe, muito desejou a entrada de D. Afonso V em Castela; mas “condenou depois o mau conselho dele, em não haver aceitado os primeiros casamentos daquele reino: que era casar el-rei com a Infante D. Isabel, e ele com a princesa D. Joana”. Zurita, Anales de Aragon, tom. IV, liv. XIX, cap. XVIII.

Em fins de 1463 ou princípios de 1464, avistando-se em Gibraltar os reis D. Henrique e D. Afonso, trataram de casar D. Isabel com este Diogo de Clemencin, Mem. de la Real Acad. de la Hist., tom. VII.

## E

“... a bandeira real, que por instantes tremulara na mão de um castelhano”. O sr. Oliveira Martins em *O Príncipe Perfeito* mostra, não dar crédito ao caso do escudeiro Gonçalo Pires haver, com efeito, recobrado o estandarte real, e afirma simplesmente, que Pedro Vaca o tomou. Ignorava de certo, que existe em Torredeita, povoação pouco distante de Viseu, uma família ilustre, a qual representa legitimamente o seu antepassado Gonçalo Pires, por isso usa do brasão e apelido de Bandeira, concedidos a ele, como recompensa do seu brilhante e heroico feito de Toro.

É conseguintemente falso, que na veiga de Bisagra a multidão apinhada visse passar os reis católicos em procissão, levando como troféu o estandarte real português a varrer as ruas.

## F

“D. Afonso V era muito instruído, e tinha grande predileção pelos que cultivavam as letras”. O sr. Oliveira Martins amesquinha com tão rematada injustiça o pai de D. João II, que dotando-o de um *gênio incoerente e curto no alcance*, concede-lhe a primazia em organizar uma biblioteca no paço, mas... unicamente *por seguir a moda*; e oculta o fato de ter sido o simpático herói de Arzila o primeiro rei, que tratou, de que se escrevesse em língua latina a história portuguesa.

Singular critério!

## G

“...cortesãos dotados de boas prendas”. Talvez o leitor compulsasse já um livro intitulado *Viagem por Espanha e Portugal no século XV*, de Nicolaus von Poplau, cavaleiro da casa de Frederico III, imperador da Alemanha.



Nas poucas páginas consagradas ao nosso país, o autor, que por cá andou nos últimos meses de 1484, capitula de incivis, de ignorantes e de insensatos tanto nobres, como plebeus. Considera os portugueses, em geral, incapazes de bons costumes e sem bondade às mulheres, dá-lhes os olhos negros e furiosos.

Nas tais páginas, porém, encontra-se a explicação do mau humor, com que foram escritas. Relaxo, pois, ao meu desprezo a estólida aldravice.

## H

— “...depois de ter descoberto a costa do Labrador”. Quem primeiro tornou público este fato, foi o ilustrado e benemérito michaelense, sr. Ernesto do Canto, no *Arquivo dos Açores*, vol. XII, pag. 529; e confirmou-o, exibindo um documento no seu opúsculo *Quem deu o nome à Terra do Labrador*.

Mais tarde o mesmo acadêmico publicou outro documento comprovativo, que foi extraído da Chancelaria de el-rei D. Manoel, e fornecido pelo indefesso investigador, o erudito general sr. Jacinto Ignácio de Brito Rebelo.

## I

— “... a quem a pátria não fez ainda a devida justiça”. Em a *Notícia Preliminar*, que precede o *Esmeraldo de situ Orbis*, publicação dirigida pelo douto acadêmico sr. Rafael Basto, para a comemoração do quarto centenário do descobrimento da America, mostra o sr. Basto, com trechos de uma carta de Pero Vaz de Caminha e do Roteiro de Duarte Pacheco, ser acertado, não atribuir a mero acaso o descobrimento da terra de *Vera Cruz*. Como temos, há muito, esta opinião, folgamos de ver, que para ela pende o sr. Rafael Basto, a cujas investigações persistentes e conscienciosas muito deve já a história portuguesa.

## J

— “... da geração e linhagem dos Machados”. É digno de reparo que a família Barcelos adotasse o brasão, que lhe pertencia por linha materna, parecendo assim reputar de menos valia as flores de lis, que seus maiores, por linha paterna, ostentavam legítima e vaidosamente gravadas no seu escudo.

A varonia dos Pinheiros é, como a dos Machados, ilustríssima, não só pela sua antiguidade, mas pela sua régia ascendência. Sobre isto são acordes todos os nossos genealogistas.

Se com os Machados se ligaram os Azevedos, os Cunhas, os Vasconcelos, os Silvas, os Castros, os Val de Reis, os Montebelos de Espanha; com os Pinheiros aparentaram-se numerosas famílias nobres, como os Alvitos, os Galveias, os

Alcoforados, os Lacerdas, os Pereiras de Bretiandos; de modo que se difundiu por quase todas as mais antigas casas do reino o sangue das duas famílias.

A preferência pelo brasão dos Machados explica-se talvez, por serem estes mais opulentos na ilha, do que os Pinheiros, e todos os parentes daqueles procurariam contribuir, para perpetuar o nome, que muito os distinguia aos olhos de seus conterrâneos. E tanto os Barcelos iam nessa esteira, que nem os fez desviar dela a honrosíssima carta, com que o rei D. Manoel premiou tão liberalmente os serviços do navegador Pedro de Barcelos. Não apreciaram até devidamente o valor particular dessa mercê.

D. Manoel não quis estimular apenas os descendentes do agraciado, e aqueles a quem constasse; era natural supor, que no ânimo do rei pesaria a circunstância, de pertencer o filho de Pedro de Barcelos a uma família, que tantos serviços prestara à casa de Bragança, e disto podia ser informado o monarca pela rainha D. Leonor, sua irmã.

De certo não ignorava, e por isso não esquecia a viúva de D. João II, que Pedro Esteves, avô de Pedro de Barcelos, se criara no paço de D. Afonso, primeiro duque de Bragança, e dali fora a Salamanca estudar direito civil e canônico na Universidade, onde o graduaram de doutor *in utroque*. Voltando para Portugal, tornou-se notável pelo seu grande entendimento, suma prudência, bom conselho, profundo conhecimento das letras, e as suas muitas virtudes e qualidades o fizeram conciliar os afetos de todos os príncipes do seu tempo.

Era cavaleiro da casa de el-rei D. Duarte, e nenhum negócio da de Bragança se tratava, sem que ele fosse ouvido, mostrando-se sempre tão imparcial e reto em seus conselhos, que o infante D. Pedro, quando regente, o chamou para seu lado.

Seu pai, Estevam Anes, *o Moço*, fora educado na casa do condestável D. Nuno Álvares Pereira, seu parente, e acompanhou, desde muito novo, em todas as grandes e famosas empresas o glorioso vencedor da batalha dos Atoleiros.

Mas, para maior lustre e glória dos Barcelos, o navegador Pedro Pinheiro de Barcelos, ou Pedro de Barcelos, como oficialmente o denomina a carta de D. Manoel, foi bisavô do Beato João Batista Machado, que, renunciando o morgado e casa de seus pais, entrou na Companhia de Jesus, e foi martirizado no Japão em 22 de maio de 1617.

O representante legítimo desta família Barcelos, da ilha Terceira, é o antigo fidalgo sr. Francisco de Paula de Barcelos Machado Betencourt. Deste e de sua mulher e prima, já falecida, a sr.<sup>a</sup> D. Maria Isabel Borges do Canto, era filha D. Francisca Emilia de Barcelos e Canto Betencourt do Carvalhal Brandão, raro

modelo de virtudes, aliadas a uma inteligência e a uma ilustração sãs, que se lhe serviram de ornamento próprio, também contribuíram, para honrar mais ainda a sua estirpe nobilíssima. — Foi a mãe, sobre todas carinhosa e desvelada, de meus filhos.

Fica assim patente a razão, por que Pedro de Barcelos aparece na corte de D. João II, e justifica-se o tratamento de primo, que Maria Tereza lhe deu, não para desdenhar os seus requebros, mas para congelar-lhe os entusiasmos.

## CONVERSA PREAMBULAR

Eu não sei bem o que venho aqui fazer.

Não venho, de certo, apresentar Zeferino Brandão, pois eu próprio lhe fui apresentado, noviço em letras, quando ele já era, na igreja literária, oficiante de pontifical, benquisto e bem acolhido dos sacerdotes máximos, com alguns dos quais privava, de irmão a irmão.

Com efeito, — e sem que saiba dizer de positivo há quantos anos, não devendo contudo andar muito longe dos trinta, — foi na primeira casa que João de Deus habitou em Lisboa, na rua dos Douradores, e no próprio quarto do poeta, que Zeferino Brandão e eu nos avistamos a vez primeira. Era ele alferes ou segundo tenente de artilharia, eu, cadete de lanceiros.

Vermo-nos, e ficarmos sendo, logo ali, amigos velhos, foi obra de um momento. Eu tinha na minha bagagem uns versitos, que apresentava a medo, e que um dia Manoel de Arriaga leu em voz alta, depois do café, na mesa dos hóspedes, com a mesma ênfase com que lia versos de Victor Hugo, conquistando-me uma ovação no meio daquele auditório ingênuo, e deixando-me a mim próprio deslumbrado de tais versos serem meus. Coitados! Por onde andarão eles!

Zeferino Brandão, já a esse tempo tinha poetado muito e, no meu entender de então, ombreava com todos os da sua vida de Coimbra, amigos de tu, que, sempre que se encontravam, tinham tão bons abraços a trocar, tão belas coisas a relembrar e a dizer. Eram o João de Deus, que estava ali; o Arriaga, que vinha todos os dias; o Antero, que aparecia de quando em quando; o Simões Dias, o Candido de Figueiredo, o Guimarães Fonseca, o João Penha, a todo o momento falados, porém ausentes.

Por sinal, que a esse mesmo tempo Zeferino Brandão se lembrou de fazer anos, e nada menos que vinte e seis. A lembrança foi tida como disparate de marca maior, e como antecedente de péssimos efeitos. E tanto que João de Deus lhe disparou, logo ali, à queima roupa:

*Com que então, caiu na asneira  
De fazer na quinta feira,  
Vinte e seis anos! Que tolo!  
Ainda se os desfizesse...  
Mas fazê-los, não parece  
De quem tem muito miolo!*

Averiguou-se, porém, que Zeferino era reincidente no delito, pois no ano anterior fizera o mesmo, e mostrava-se disposto a repetir no imediato. E por isso João de Deus acrescentava:

*Não sei quem foi que me disse,  
Que fez a mesma tolice  
Aqui o ano passado...  
Agora o que vem, aposto,  
Como lhe tomou o gosto,  
Que faz o mesmo? Coitado!*

*Não faça tal; porque os anos  
Que nos trazem? Desenganos  
Que fazem a gente velho.  
Faça outra coisa; que em suma  
Não fazer coisa nenhuma,  
Também lhe não aconselho.*

Zeferino Brandão tinha boa vontade de seguir à risca a advertência do poeta; não pôde no entanto satisfazer-lhe o desejo. Efetivamente, fez outras coisas, livros excelentes, por exemplo; mas acumulou, e foi também fazendo anos, com a maior moderação, o mais devagar que lhe foi possível, mas, em suma, fazendo-os e contando-os. Era o que João de Deus lhe tinha dito:

*Mas anos, não caia nessa!  
Olhe que a gente começa  
Às vezes por brincadeira,  
Mas depois, se se habitua,  
Já não tem vontade sua,  
E fá-los, queira ou não queira.*

Para mim, nesse bom tempo da vida, Zeferino Brandão vinha já, não direi da noite dos tempos, mas de um passado glorioso. Era do fraternal e alegre convívio daqueles que mais influência exerciam nos novos de então, e sabe-se quanto é ciosa e aristocrata a superioridade intelectual, que não desce nunca a nivelar-se com os medíocres, e que só anda ombro a ombro com os seus pares.

Depois, tive ocasião de lhe definir melhor as referências no espaço e no tempo, com respeito às gerações acadêmicas, que ele frequentou, àquelas de que foi continuador, e às que o continuaram a ele próprio.

Mas, em todo o caso, nunca poderei esquecer que, nas letras, fui seu *calouro*.

Portanto, toda e qualquer ideia de apresentação, ou de recomendação seria absurda.

Mas Zeferino Brandão exigiu-me que o acompanhasse nesta sua quarta excursão pelo mundo aventureiro da publicidade, não por medo dela, que o seu ânimo é seguro, e o seu lúcido espírito afeito de há muito a ponderar quanto valem baldões e glórias literárias; mas verdadeiramente tão só, pois outra explicação lhe não posso dar, por mero capricho de artista.

Demos, por conseguinte, o braço e vamos ambos de companhia, uma vez que esta lhe é agradável, e que eu encontro nela prazer e honra.

Do muito que na mocidade poetou, fez Zeferino Brandão apuramento seletivo em um volume, a que deu por título *Páginas Íntimas*, do qual depois fez segunda edição, mais aprimorada ainda, e também difícil já de encontrar nas livrarias. Não é vulgar que este caso suceda, e não é pequena honra, nem pequena satisfação para um autor, e sobretudo para um poeta, poder referi-lo.

Os tais anos, que a gente se habitua a fazer, e que depois cada qual faz, queira ou não queira, foram arredando o poeta das tentações da rima, sem contudo o desviarem da verdadeira poesia, que ele continuou procurando sempre, quer nos panoramas da natureza, observada em longas viagens artísticas, e descrita posteriormente em páginas coloridas e iluminadas, quer na evocação ideal dos tempos volvidos, trazendo à tela do presente, memórias, personagens e feitos do passado.

Destas duas predileções da sua mente, a um tempo assimiladora e imaginosa, são documento bastante os dois livros de valor, com que a sua bagagem literária se enriquece. Um deles, *Monumentos e lendas de Santarém*, é um verdadeiro padrão de sentimento, erguido às recordações gloriosas dessa forte e vetusta cidade mediévia; o outro, primeiro de uma coleção de *Viagens*, que está reclamando, a brados, os seus sucessores, é uma soberba descrição da *Bélgica* moderna.

Avulsos, e dispersos pelos jornais, andam capítulos e fragmentos descritivos de uma excursão pela Itália, cuja leitura fugaz, ao tempo da publicação, nos deixou no espírito uma grata lembrança.

Compraz-se o escritor, como se vê, e nisto mesmo afirma intensamente o seu culto pelo belo poético, em frequentar, tanto na vida de relação com o seu tempo, como na vida sonhadora a que o atraem os livros de outrora, os domínios artísticos, onde a sua fantasia de meridional mais à larga se expande.

Ali, os monumentos de mais de uma raça, livros de pedra abertos à meditação dos videntes, e as lendas populares tenazmente conservadas na memória dos

povos que se sobrepuseram; aqui, ainda o passado, como centro de atração maior; depois, primordialmente, as soberanias e magnificências da arte, legados inestimáveis que as gerações foram transmitindo, e nos quais vai encontrar as mais altas sugestões artísticas, e os mais profundos ensinamentos críticos, o gosto moderno.

Assuntos dignos de bem equilibrados e cultos engenhos, os quais, também, só por si, dão medida do bom equilíbrio e da alta cultura de quem os escolhe e professa.

Não são diversos os predicados do novo livro, que me encontro prefaciando. O autor impressionou-se com a bela e romântica figura de Pero da Covilhã, a qual aparece na história, um pouco esbatida, tão somente pela exuberância de luz com que se iluminam os quadros dos descobrimentos e conquistas subsequentes, que ele em tamanha parte preparou.

Essa figura, porém, tem contornos bem definidos, e Pero da Covilhã é, na epopeia dos Gamas e dos Albuquerque, um inteligente, um sagaz, um inolvidável predecessor.

Envolve-o o escritor em uma intriga romântica, apenas a indispensável para o seu propósito; mas de tal forma se cinge às linhas da realidade, que a figura se destaca viva, diante de nós, como realmente foi, e o leitor mal pode discernir onde começa e acaba a ficção, e onde prevalece o rigor histórico.

Assim devia ser, e assim o compreendeu Zeferino Brandão, uma vez que a vida aventurosa do seu personagem dá que farte para todas as exigências da concepção romântica, sem precisar dos acrescentamentos da imaginação.

O cenário em que ele expande a sua atividade, tão ousada e tão original, mesmo num tempo em que as mais famosas heroicidades não eram de estranheza, aparece-nos restabelecido, por tão singular poder de evocação, que nos sentimos viver nele, com os olhos cheios de encanto e a alma cheia de interesse, como se nós mesmos pertencêssemos à época em que toda a ação do livro, muito mais história do que romance, amplamente se desenrola.

Vemos, logo no começo, a Sevilha do século décimo quinto, e o viver luxuoso das grandes casas de Espanha, onde em muitas das quais a cadeira senhorial ousava defrontar-se em orgulhos e pretensões com os tronos dos reis; e no solar majestoso dos Medina-Sidônia, vamos encontrar o pagem galanteador e diserto que, trazido dali a terras de Portugal, por cá se deixou ficar a pedido de Afonso V, servindo com o seu coração, que já era de português, a pátria de seus pais, assim restituída a ele próprio.

Esse pagem, depois escudeiro e cavaleiro, é acompanhado pelo autor e pelo leitor, primeiro na sua missão e ofício de personagem da corte e do séquito real, durante o último quartel de vida, tão agitado e tão pouco feliz, do rei, que em Portugal o havia detido e que sempre lhe dispensou o seu favor; depois, em toda a sua peregrinação ao Oriente, na demanda das terras do Preste, até dar fundo na Abissínia, onde para sempre o detiveram; esmagando-lhe a alma num cativeiro perpetuo, que não deixou de ser profundamente tirânico, embora lho houvessem tecido com laços de simpatia, doirado com o lustre das riquezas e das honras, agasalhado no ambiente da família, e engrinaldado com as rosas do amor.

O idílio amoroso, que constitui a trama romântica fundamental, de onde veio por fim a ser gerada esta sucessão esplendida de quadros históricos, passa-se na intimidade dos corações e das consciências daqueles a quem um vivo afeto prendeu para sempre, mas para os quais a mais viva aspiração da alma foi um sonho que jamais se realizou. Não se pode conduzir fio mais tênue, com mais delicadeza e mais perícia, através do labirinto de rudes acontecimentos, onde as energias físicas do homem são postas a toda a prova, sem nunca se lhe embotar a agudíssima sensibilidade do coração.

Parece-nos até, que a verdadeira e mais bela originalidade deste livro reside no contraste a que damos relevo agora. Os que tenham pensado encontrar nele uma obra de completa ficção, podem talvez ficar desapontados ante o predomínio que ali assumem a exatidão, a abundância, a veracidade histórica. Mas a condução do fio ideal e sutilíssimo, de uma pura e platônica paixão amorosa, acendida nos mistérios de duas almas amantes, e alimentada em todo o decurso da vida com os óleos da religião e da cavalaria, com os incitamentos do dever e da honra, a hábil e engenhosíssima condução desse fio, repetimos, com a qual o autor parece nada se preocupar sem que todavia um momento a descure, é uma das maiores provas que Zeferino Brandão nos podia dar, de quão delicado é o seu temperamento artístico, de quão profundo é o seu sentimento poético, de quão esmerado é o seu fino gosto.

E aqui me deixaria longamente a palestrar com os leitores sobre os méritos da obra, que diante dos seus olhos vai deslizar, se não reparasse em qual deve ser já a sua impaciência, e em como é tempo de os deixar a sós com o dono da casa, do qual sabem já que tem a esperar uma recepção de primor.

*26 de fevereiro de 1897*

*FERNANDES COSTA*



## ADVERTÊNCIA

O episódio, que vai ler-se, é, como todos os episódios românticos, um pequeno espelho. Procurei dispô-lo em termos de refletir uma luz calma e pura, como o céu transparente e sereno, e não representar a vasa de lodaçais, dessas misérias, que são a mais viva chaga social de todos os tempos, o terrível problema a resolver, o alfa e o ômega das civilizações.

Sem sacrificar nem a sombra da verdade histórica, não tive de roçar por impudências, nem de envolver-me em meandros asquerosos, salvo no incidente da sucessão à coroa de Castela.

Não acuso de imorais os que revolvem o lodo.

A quem deixa estagnar a água, pertence mormente a responsabilidade na formação dos atoleiros. Mas alguns escritores tem olhos de lince para descobrir o mal, e de toupeira para enxergar o bem: uma cegueira lamentável em ambos os casos.

No reinado de D. João II, em que se passa quase totalmente o episódio, houve, como em todas as épocas, grandes virtudes e grandes vícios. Destes não cuidei, porque não podia ir buscar a um meio, onde nunca estiveram, os meus dois protagonistas, que são verdadeiros no sentido eterno da palavra, antes de o serem no sentido histórico.

— E como fazê-los representar também papéis violentos em dramas ou tragédias, que despertassem interesse, reconhecendo eu que a história, à qual subordinei a sua ação, cortaria implacavelmente as azas da minha fantasia?

Era porventura mais impressivo, ou ao menos mais acomodado ao gosto hodierno, um enredo cheio de peripécias fabulosas. No colorido, porém, desses quadros fantásticos deveria empregar as tintas modernas, e nem eu sabia pintá-los, nem eles eram autênticos.

Comemoro enfim, conforme sei e posso, o quarto centenário do descobrimento do caminho marítimo da Índia.

*Zeferino Brandão*

## I - DESPEDIDA

O leitor já visitou Sevilha? Pois se nunca a enxergou sequer, afirmam por lá os nossos vizinhos, que *não viu maravilha*.

Os atrativos da vida sevilhana seduzem-nos tanto, que nos oferecem crer no velho provérbio andaluz, e compensam certamente a princesa do Guadalquivir do muito que lhe falta em monumentos para ser admirada, e em melhoramentos materiais para rivalizar vantajosamente com as cidades modernas.

O leitor e eu vamos percorrê-la no terceiro quartel do século XV, em um dia calmoso do estio.

Abrasa tanto calor!...

Em breve zombaremos dele.

Os árabes, que faziam de seus palácios pequenos paraísos, rodeavam-nos de jardins e fontes, no intuito de refrescar as regiões ardentes, que povoavam, e até no interior dos próprios edifícios possuíam esses mesmos refrigerios. Ora as casas de Sevilha traduzem fielmente os costumes de seus antigos senhores; e, como temos de entrar em uma delas, poupar-nos-emos a insolações.

Cingem Sevilha fortes muralhas, do alto das quais se contempla a extensa planície do vastíssimo contorno, povoado de vistosas e alegres alquerias.

Pela porta de Triana sai-se ao importante arrabalde deste nome, e com ele se comunica por uma ponte de madeira fundada sobre grandes barcas, que com grossas cadeias de ferro a sustentam, amarradas no castelo. Sob esta corre caudaloso o Guadalquivir, que parece envaidecido da sua justa nomeada, não só por dar ancoradouro seguro às maiores naves, que sulcam os mares, senão por facilitar assim as relações comerciais, e animar a florescente indústria fabril dos sevilhanos; — o que torna riquíssima de população e haveres a formosa metrópole andaluza.

Cerca do rio ergue-se a torre, que, pelo primor da fábrica, se denomina do Ouro.

Á catedral, cuja edificação começou quase ao entrar do século, em que a estamos vendo, sobre os alicerces da antiga mesquita, chama-se vulgarmente a *grande*, como à de Toledo a *rica*, à de Salamanca a *forte* e à de Leão a *bela*.

Ao lado dessa imensa mole alteia-se soberba a torre de tijolo cor de rosa, que coroava a mesquita, e é rematada por outra de menores dimensões com variedade de pinturas mui singulares em todo seu circuito. Este minarete, o

mais notável monumento árabe, da sua classe, na península, foi construído pelo célebre alquimista e arquiteto Géber, a quem se atribuiu, sem fundamento, a invenção da álgebra.

— Não olvide o leitor, que estamos no décimo-quinto século, em que não existe ainda o *Giraldilo*, e por isso a torre não é conhecida pelo nome de *Giralda*.

Numerosa a casaria da praça; alguns edifícios podem comparar-se em tudo com palácios realengos.

As mulheres prezam-se de caminhar com garbo e passo curto; de falar com graça e vivacidade; de vestir com louçania e riqueza; de dançar e cantar ao som das castanholas e das guitarras com elegância e desenvoltura; de encobrir com a mantilha um dos seus formosíssimos olhos por tal arte, que parece terem cravado na face um diamante negro, a refletir a luz fulgorosíssima do belo sol da Andaluzia.

O sevilhano passa por nós muito ancho da sua pessoa, e da sua Sevilha, que não só possui os títulos de mui leal, mui nobre e mui heroica, senão que é pátria de notabilíssimos santos; por isso até um poeta exclama patrioticamente:

*“Que Dios, Sevilla, en tu preciosas venas  
Para el Cielo crió tantos tesoros,  
Cuantas el ancho mar esconde arenas,  
Cuantas estrellas los celestes coros!”*

Sem embargo de tamanha glória, a cidade de Maria Padilha tem sido também algo pecadora...

A nobreza opulenta de rendas de seus vastos domínios rurais, em que abundam frutos e gados, sustenta luzidas tropas de escudeiros fidalgos, que põe ao seu serviço e ao dos reis, alentando os impulsos das próprias ambições e prosápias.

Nas suas casas tem grandes depósitos de armas, e nas suas cavalariaças centenares de cavalos. Empara em vida os de sua hoste, e deixa-lhes fartos legados em seus testamentos.

Um desses grandes senhores é o duque de Medina-Sidonia; ou de Sevilha, como também o tratam.

Entremos no seu palácio.

Este grandioso edifício, exteriormente austero e nu, ostenta no interior uma riqueza enorme, um luxo deslumbrante e voluptuoso, que determina a

influência exercida em Espanha pela civilização árabe. Pode considerar-se uma vivenda semi-oriental, como todas as do estilo *mudejar*, a que pertence, para a construção das quais as duas artes, cristã e maometana, se dão as mãos com tal engenho, que se harmonizam perfeitamente os dois elementos de manifestações tão diversas.

— Como sabido anda, os árabes que ficaram com os cristãos, depois de certos tratados, em virtude dos quais se lhes permitia conservar suas leis, religião e costumes, chamavam-se *mudejares*, e nas edificações, em que eram empregados, imitavam o luxo e magnificência dos povos, que os da sua raça haviam conquistado, especialmente da Pérsia.

Tornando, porém, ao ponto: na disposição geral do palácio adotou-se o estilo árabe, estabelecendo-se amplos pátios, e galerias, em volta das quais demoram as habitações.

A sala principal pertence ao terceiro período árabe puro. As paredes dela recordam os ricos tecidos orientais da Pérsia, assim por seus desenhos primorosos, como pelo brilhantismo do colorido. O pavimento acha-se coberto com uma alcatifa persa de um aveludado suavíssimo. No teto, o elemento decorativo predominante são estalactites e laçarias, tudo realçado com aplicação de cores e douraduras.

Os peregrinos ornatos desta sala bastam, para confirmar a frondosa imaginação dos artistas maometanos, e o respeito por eles tributado às suas tradições gloriosas.

Móvel não se vê, a não ser uma larga cadeira de espaldar, com sobrecéu e estofos de brocado. No centro da espalda, o brasão dos Medina-Sidonia. Uma riquíssima almofada de cetim bordada a ouro está colocada aos pés desta cadeira, em que somente costuma sentar-se o duque, ou algum estrangeiro de distinção, que o visita, e a quem ele oferece esse lugar de honra.

Em outras salas, paredes forradas de panos de Arraz e de Flandres, representando episódios da vida de Cristo, assuntos místicos, batalhas, torneios e cenas de caça; ou cobertas de tapetes turcos, imitando persas, guadamecins e azulejos, tendo os socos revestidos de mosaicos esmaltados. Os tetos, estucados e pintados, com imitações mais ou menos exatas da flora. Alguns pavimentos, alcatifados.

Nos aposentos dos duques pendem das paredes quadros de Giotto e da sua escola, de João Van-Eyck, Rogier van der Weyden, e do patriarca da pintura sevillhana, Juan Sanchez de Castro, que poucos anos antes fundara a sua escola. As paredes e tetos da antecâmara, armados e toldados de riquíssimos lambeis.

Os móveis, de pau-santo, primorosamente entalhados e forrados de brocado e ouro.

Na sala da duquesa vê-se um magnífico relicário, destes que o clero manda executar sobre desenhos próprios para maravilhar os fiéis, tal é a perfeita inteligência, que ele tem do seu tempo. Em cima de uma credência com três compartimentos em forma de degraus, cobertos de cetim e rendas de Flandres, repousam vários objetos de uso senhoril, uns de ouro, outros de prata e cristal de Veneza. Sobre um bufete de abano, coberto com um bancal de veludo, tendo ao meio bordadas as armas da duquesa, acham-se livros de horas luxuosamente encadernados e brochados de prata, uma escrivaninha de ouro, flores em vasos de cristal e castiçais de ouro. Nos ângulos da sala, açucenas em ânforas preciosas proclamam a sua candura triunfal, e roseiras enroladas em colunas de ônix exalam a sua fragrância suavíssima.

As paredes da sala de armas do duque exibem troféus de armas árabes, despojo rico das batalhas das Navas e do Salado, como: rodelas, adargas, onde se lêem lemas bordados a fio de ouro e a matiz, lanças em forma de meia lua, espadas, gomias, tridentes e alfanjes de dois fios.

Amplas colgaduras, tendo bordadas as armas da casa, encobrem completamente as estreitas portas de alerse.

O mobiliário do palácio, em geral, consiste: em cadeiras de espaldar coroado por dentilhões, tendo entalhado o brasão das armas de Niebla, título da família Medina-Sidonia, ou simplesmente a coroa ducal; algumas cadeiras ainda, lavradas com atauxias de ouro, marfim, prata ou cobre, e umas e outras com escabelos fixos ou moveis; almofadas de seda, sobrepostas duas a duas, e servindo de assento na sala de recepção da duquesa; faldistórios, tamboretos de espaldar, bancos longos e de espaldas, almofadados de tela de ouro e veludo; bancos de tesoura, bufetes de ébano artisticamente entalhados de prata, candelabros dourados, arcas para assentos, armário, cofre e até mesa de escrever, todas de madeiras preciosas e guarnecidas de prata, ferro ou bronze; relógios de parede em luxuosas caixas, umas de madeira, outras de ferro. Muito deste mobiliário é coberto de ricas tapeçarias orientais, que lhe dão um aspecto delicado e alegre com as cores vivas de seus bordados caprichosos. Enfim, mesas de prata, de ouro e de bronze, quadradas, de um pé só, além de outras de madeira, iguais àquelas no formato, e sobre que se vêem magníficos vasos de flores, cravejados de pedras preciosas, outros vasos de prata lavrada, salvas e floreiras.

Não entremos na antecâmara do duque, onde ele conversa agora com D. Juan de Guzman, que tem sido o seu irmão predileto.

Conforme o costume, a duquesa saiu logo de manhã para o jardim com as dez donzelas, suas familiares, levando, como cada uma destas, na mão um rosário e um livro de missa.

Á sombra do copado arvoredo ali rezam no mais edificante recolhimento. Terminada a oração as donzelas correm alegremente a colher flores, com que na volta ao palácio enfeitam o altar da virgem.

Na capela é esperada a duquesa com o seu séquito gentilíssimo pelas moças da câmara, e pelo sacerdote, que celebra a missa, ouvida por aquela pequena corte.

Em seguida serve-se o almoço, depois do qual a duquesa, acompanhada de suas donzelas e de alguns fidalgos, dos mais apontados em garbos de cavalarias, em esmeros de atavios, e em chistes de conversadores, passeia a cavalo no seu soberbo palafrém. Hoje, todavia, recolheu-se aos seus aposentos, e não deu o seu passeio habitual.

Deixemos, pois, entregue às suas meditações a virtuosa senhora. Naturalmente algum novo ato de caridade projeta, para juntar aos muitos, que tão justamente lhe tem granjeado o santo e doce nome de *mãe dos pobres*.

E, enquanto o duque fala com o irmão, acompanhe-me o leitor ao pátio principal do palácio.

É um quadrilongo regular, cercado de galerias, superior e inferiormente, decoradas com arabescos do mais fino gosto, sendo seus arcos em forma de ferradura, graciosamente entalhados e sustentados por dezenas de colunas de ordem compósita e de mármore alvíssimo. O pátio é ajardinado, tendo no centro uma fonte, cuja água cristalina cai dentro de um tanque largo que a circunda; e os canteiros são separados uns dos outros por lousas de mármore branco.

Na galeria superior sente-se rir e folgar. São as donzelas da duquesa. O sol não as incomoda, porque todo o vão do pátio está coberto com um grande toldo. Uma delas, desviando-se das companheiras, vê no jardim, perto do tanque, um pagem, e pergunta-lhe com inefável meiguice:

— Estais a despedir-vos das flores, Perico?...

— Quem sabe, se tornarei a vê-las!... — respondeu o pagem com pronunciado acento de tristeza.

— Pois porque não haveis de voltar?...

— Deus o sabe; mas diz-me o coração, que nunca mais verei Sevilha!...

— Tem cousas o vosso coração!... Deixai-o cá, para não vos ir atormentando com presságios pelo caminho...

As outras donzelas, que tiveram curiosidade de saber, com quem a sua companheira conversava, acorreram no momento em que Pero fazia esta pergunta à sua interlocutora:

— Se eu pudesse arrancar o coração do peito, de quem poderia confiá-lo, na certeza de que ficaria bem guardado?

— De mim! — exclamam todas a um tempo.

— Como ele não pode repartir-se, — ponderou o pagem — entregá-lo-ia a Beatriz.

— Sois mui gentil, Perico! — tornou esta. Graças pela preferência...

— Não fostes vós, quem me propôs não o levar comigo?...

— Sem duvida!... É, porém, essa a única razão da vossa escolha?...

— Não mo pergunteis... Se tivesse aqui um alaúde, cantar-vos-ia agora ao som dele:

*Con dos cuidados guerreo  
que me dan pena y suspiro;  
el uno quando no os veo,  
el otro quando vos miro.*

— Belíssimo, Perico!... — bradaram as donzelas com viva demonstração de alegria.

— Que gracioso sois! — acrescentou Beatriz e perguntou: mas porque esquecestes a guitarra, que é mais maneira, e vos lembrastes do corpulento alaúde, como lhe chamava o arcipreste de Hita?

— Vejo, que conheceis os versos de Juan Ruiz... — observou o pagem.

— Quem haverá aí, que os não tenha ouvido recitar aos trovadores e aos jograis?!... A propósito vinha agora recordar aqueles, em que o arcipreste descreve a recepção de D. Amor... Se quereis ter uma igual, quando regressardes, recitai-os, Perico!...

— Careceis dos nossos rogos?... — atalharam as outras donzelas.

Convém notar, que os duques de Medina-Sidonia, à semelhança dos reis de Castela, mantêm uma corte poética. Fazer versos está na moda, por isso são poetas os grandes senhores: almirantes, condestáveis, duques, marqueses, condes e reis. A verdadeira e legítima poesia conservava-se no estado latente, desde o reinado de D. Pedro, o Cruel. Passou depois à corte, e fez-se cortesã. Com tudo não havia perdido completamente o favor popular o romance brioso e sentido.

Os melhores poetas, que frequentam a casa Medina-Sidonia, são versados na língua árabe, e sabem numerosas lendas deste povo de poetas. Conhecem a escola provençal, e é-lhes familiar a literatura. Os romances castelhanos, e as mais belas composições poéticas de Espanha, anteriores ao presente século XV, todos os cavaleiros daquela corte sevilhana recitam com aplauso de damas e donzelas. O marquês de Santilhana, que por lá surge de quando em quando, ao passo que por todos é escutado com afetuoso entusiasmo, estimula os moços, repetindo-lhes esta máxima: “a ciência não embota o ferro da lança, nem afrouxa a espada na mão do cavaleiro.”

Neste meio social tão distinto, é que tem sido educado o pagem, e a família Medina-Sidonia dispensa-lhe os maiores carinhos.

Tirado, pois, a terreiro pelas donzelas, assume um certo ar de gravidade, parecendo ao mesmo tempo, que do seu olhar vivíssimo saltam chispas de luz e de graça, e exclama:

— Atenção!... Vai falar Juan Ruiz!...

Quando, porém, se propunha recitar o engraçado episódio, pôs termo ao animado colóquio o aparecimento do irmão do duque a uma porta da galeria inferior.

O pagem dirigiu-se logo a D. Juan, de quem recebeu uma ordem, e em virtude dela saiu apressadamente do pátio. As donzelas retiraram também logo da galeria.

Junto das cavaliças um velho mendigo, de compridas barbas brancas, de olhar cintilante e modos altaneiros, em que se traduz o seu orgulho de raça, inflexível sempre, até sob o jugo do infortúnio, tem feito as delícias de iguariços e lacaios, ora tocando sanfona, ora narrando histórias de bandidos e de feitiços dos mouros de Granada. A famulagem tinha tempo para tudo. Não se tratava então de aparelhar ginetes, para ir no encalço dos Ponces, inimigos irreconciliáveis dos Guzman, apesar do seu próximo parentesco; unicamente cinquenta cavalos estavam arreados, e prontos a enfrear à primeira voz.



São quase cinco horas da tarde. D. Juan de Guzman despede-se do irmão, que lhe mostra uma carta de D. Diogo Lopes Pacheco, marquês de Vilhena, recebida momentos antes, e abraçando-o diz-lhe: “D. Afonso que conte com dois mil cavalos”.

Passados poucos minutos as donzelas da duquesa sobem a um torreão do palácio, para ver sair a garrida cavalgada, em que vai caminho de Portugal D. Juan de Guzman.

Para maior luzimento do numeroso prestito de escudeiros e lacaios, com o qual D. Juan pompeava, o duque não só pôs ao seu serviço o discreto pagem, que o leitor conhece, mas deu-lhe também por companheiro um dos mais disertos trovadores da sua corte.

Ao lado dos azemeis, que conduzem possantes mulas pitorescamente ajaezadas e carregadas de baús com a bagagem, caminham uns romeiros, encostados ao seu bordão, e com a murça da esclavinha ornada de conchas e vieiras. Por intervenção da duquesa, haviam alcançado licença de jornadas com D. Juan até Portugal, devendo daqui passar a Santiago de Compostela, onde se dirigem, e deste modo evitar os caminhos de Espanha ora tão infestados de bandidos e salteadores.

As donzelas demoraram-se no torreão até se desfazer, lá ao largo, a última nuvem da poeira, que envolvia cavaleiros e peões; mas já não logravam distinguir um só deles.

— Quem sabe, se Beatriz desejaria descortinar unicamente o pagem?... Talvez. Nada, porém, comunicou às companheiras, que pudesse denunciar esse desejo.

— E Perico?... Levaria porventura gravada no coração a imagem de Beatriz?... Começaria a feri-lo deliciosamente o espinho da saudade?... Ou a lembrança de entrar no seu país, que, desde muito criança não tornara a ver, e em cuja corte teria ensejo de exhibir as singulares prendas, de que era dotado, apagar-lhe-ia da memória os venturosos dias de Sevilha?...

Ao leitor cordato afiguram-se decerto inoportunas tais perguntas, feitas com o fundamento único da cena, que presenciamos no pátio.

Tem razão. Esse galanteio inocente, próprio da mocidade dos partícipes, dos costumes da época, e até da índole das encantadoras filhas da Andaluzia, não autoriza a procurar mistérios no que tão natural se apresenta.

— Sabe o leitor o que logo ao começar da jornada está provocando os gabos de experimentados escudeiros?

— É a destreza, com que Pero, o gentil pagem, manda o rinchão fouveiro que monta. A cada galão do corcel sorri-se desdenhosamente, e com seus ditos joviais e maliciosos é o enlevo da comitiva.

Ditosa mocidade!...

Se voltássemos ao palácio dos duques, encontraríamos talvez Beatriz a exercer o galante ministério de *juíza* em alguma *corte de amor*.

E cá fora veríamos o velho mendigo no mesmo lugar ainda, cantando ao som da sanfona:

*“Rosa fresca, rosa fresca,  
tan garrida y con amor;  
quando vos tuve em mis braços,  
no vos supe servir, no,  
y agora que os serviria  
no vos puedo aver no.*

.....

.....

## II - CONSPIRAÇÃO

Se o leitor tem folheado a história de Henrique IV, de Castela, pode poupar-se à leitura deste enfadonho capítulo, no qual vamos condensá-la, para melhor inteligência do que mais ao diante se dirá.

Esteve Henrique IV casado sete anos com D. Joana, irmã do rei de Portugal D. Afonso V, sem ter sucessão; até que, em 1462, a rainha deu à luz uma menina. Foi batizada esta com muita pompa, e gerais demonstrações de regozijo, pelo arcebispo de Toledo, D. Afonso Carrilo, sendo madrinha a infanta D. Isabel, irmã do rei, e padrinho, por procuração, Luiz XI de França. Pouco depois, reunidas cortes em Madrid, nestas foi jurada herdeira do trono a recém-nascida, a que se havia dado o nome de Joana, e ninguém protestou contra o juramento.

Era a esse tempo mordomo-mor do palácio D. Beltrán de la Cueva, que de pagem da lança passou logo a exercer essa alta dignidade, havendo sido igualmente agraciado com o título de conde de Ledesma. Mostrava-se este mui solícito no serviço da rainha, mas não fazia mais do que cumprir as ordens do monarca, de cujo favor e privança gozava com inveja e despeito de muitos, que não queriam reconhecer-lhe méritos para tanto.

Os negócios do Estado eram dirigidos pelo arcebispo de Sevilha; — o verdadeiro soberano, pois que D. Henrique passava seus dias caçando e divertindo-se.

D. João II, rei de Aragão, andava em guerra com seu filho D. Carlos de Viana, a quem não queria entregar o senhorio de Navarra, que pertencia a este, por morte de sua mãe; e com Luiz XI, para retomar o Roussillon, que lhe havia empenhado por avultada soma de dinheiro.

Aos parciais da justa causa de D. Carlos pertencia Henrique IV, e aos do rei usurpador, o arcebispo de Toledo e alguns grandes de Castela.

O marquês de Vilhena, D. João Pacheco, dizia-se amigo de Henrique IV; e, como era mui artificioso e dado a soltar só meias palavras, foi a Saragoça tratar da paz e boas relações de Aragão com Castela.

No seu regresso a este reino convidou, sem detenções, o arcebispo de Toledo e seus sequazes, para uma reunião secreta, que se realizou em um vale próximo de Alcalá de Henares.

Aí o marquês rompeu, sem mais preâmbulos:

— É forçoso guerrear sem tréguas Beltrán de la Cueva.

— Não se me afigura empresa difícil... — acudiu em tom pausado e sisudo o arcebispo de Toledo.

— Convenho; — replicou Vilhena — mas ainda é numerosa a parcialidade do rei, e tem à sua frente o arcebispo de Sevilha...

— E a nós, — atalhou, recachando-se, o prelado toledano — embora inferiores na quantidade, ninguém sobrelevará na coragem e na perseverança com que lutaremos. Demais... o rei é fraco, e o arcebispo de Sevilha...

— Sim, esse... — condescendeu o marquês, engolindo um pensamento, cuja execução de ninguém confiava. — Lembrai, pois, um plano, e contai com o rei de Aragão.

— Quereis um, que fira mortalmente o rei e o valido?... aí vai em poucas palavras: invistamos contra a honra da rainha!

Advirta-se, que o arcebispo de Toledo era um daqueles prelados da idade media, nascidos antes para brandir a espada acerada do guerreiro, do que para menear o cajado pacífico do apóstolo.

O marquês de Vilhena compreendeu logo toda a perfídia do seu interlocutor, e, ocultando cautelosamente o assombro, que lhe produziram as suas palavras, perguntou sem hesitação:

— Como?...

— Divulgando, que a infanta D. Joana é filha de Beltrán de la Cueva — respondeu serenamente o arcebispo.

— E acreditá-lo-ão?... Talvez muitos o ponham em duvida... Como sabeis, o fato de ter o rei estado sem sucessão, durante sete anos, pode explicar-se com o semelhante de seu avô Henrique III, que esteve oito. Além disso a todos é bem presente ainda a cena de ciúme da rainha, que, batendo com um chapim na sua dama D. Guiomar de Castro, expulsou-a ao mesmo tempo do alcáçar de Madrid, sem evitar, que a sua rival esteja vivendo hoje tão entonada, por ser amante do rei, e dispensadora de mercês, aos que preferem ganhá-las com humilhações perante tal mulher, a conquistá-las às lançadas aos mouros...

— E desses fatos o que se conclui?... O primeiro à lembrança de ninguém acode. O segundo tem uma explicação natural no orgulho ofendido. Além de que o vulgo não deixa de crer às cegas em todas as acusações feitas aos potentados, e até as avulta enormemente... Acresce, que para o gênero desta não há defesa possível, e, dado o escândalo, já o monarca se não atreve a mostrar-se em público, sem correr o risco de ser apupado...

— Nessas circunstâncias deixará a infanta de ser a herdeira presuntiva da coroa... — contestou pausadamente o marquês.

— Sem duvida! — atalhou de pronto o arcebispo, a quem pareceu divisar no marquês de Vilhena certo ar de indecisão.

— Melhor é, pois, destronar já D. Henrique!...

— Ora até que chegamos ao ponto, por onde devíamos ter começado! — exclamou o arcebispo com mal contido júbilo, e, compondo o aspecto, de seu natural severo, acrescentou: e quem há de impedir-nos de o realizar?...

— Pois bem!... Mas antes de tudo o monarca Assinará as pazes com o rei de Aragão, afim de evitar, que continue a suspeita de qualquer acordo nosso com a corte aragonesa...

— É hábil esse lance!... — ponderou o arcebispo — Contudo não vos esqueçais do arcebispo de Sevilha...

— Seguramente...

— Vejo, que nos compreendemos...

— Resta saber, quem nos convirá no trono, cuja dignidade tratamos de restaurar...

— O infante D. Afonso; por isso mesmo que é uma criança tão débil e apoucada, como seu irmão. Agrada-vos?... — concluiu o arcebispo, sorrindo ironicamente.

— É uma criança que substitui outra... — observou Vilhena.

— É; mas D. Henrique retirou-nos a sua confiança, e D. Afonso há de obedecer às nossas inspirações...

Das reticências deste diálogo é lícito inferir, que os interlocutores não confiavam demasiadamente um no outro. O arcebispo de Toledo era insolente e audacioso. O marquês de Vilhena, mui solerte em intrigas palacianas, fazia consistir a sua força na brandura da sua linguagem, e sabia-lhe melhor ganhar a vitória por meio de traças ardilosas, e palavras mélicas. Não pretendia além disso desagraros tão cruentos, como o arcebispo; mas teve de concordar com ele, e com os outros conjurados, em espalhar pela lama as jóias mais belas de uma coroa, para a tornar ludibrio do mundo!

O que mais resolveram tão ínclitos varões, em seu conluio, i-lo-ão mostrando eles para glória sua.

Henrique IV, apesar dos reparos, que pôs na concórdia com o rei de Aragão, assinou as pazes propostas pelo marquês de Vilhena. Parece, porém, ter-lhe servido de acúleo a sua condescendência, para manifestar, mais do que nunca a sua intimidade com o conde de Ledesma.

Foi novo agravo aos conspiradores; por isso correu logo de boca em boca o nome de *Beltraneja*, posto por eles à inocente infanta, e pérfida injúria disparada ao pundonor de sua mãe.

Os amigos do monarca, cobertos de pejo, indignaram-se de ver caídos na baixaza, de propalar em tamanha infâmia aqueles, que se diziam *grandes de Castela!*

Procurou o rei atrair de novo ao seu partido o marquês de Vilhena, por saber quão perigosa era a sua inimizade, e este aproveitou o ensejo, para lhe propor a demissão do metropolitano de Sevilha. Não só conveio nisto o tímido monarca, mas ordenou também a prisão do prelado. O marquês avisou do rescrito a sua vítima, que passou logo para o bando dos descontentes!

Seguidamente intentavam os conjurados surpreender o rei em Madrid e apoderar-se dele. A vigilância do conde de Ledesma frustrou a tentativa. Acudiram de outra vez a Segóvia, quando o monarca ali foi; compraram a camareira Maria Padilha, que velava junto do dormitório, e pareceu-lhes ajeitado o lance; mas baldou-se ainda o atrevido desígnio.

De Burgos dirigiram ao desditoso rei uma representação, em que lhe diziam, com inqualificável despejo, havê-lo induzido o conde de Ledesma a fazer jurar por herdeira do trono D. Joana, chamando-a princesa sem o ser; pois que não era sua filha bem o sabiam ele e o conde!

O rei tremeu ao ler estas palavras. Afigurou-se-lhe conjurar todos os perigos, concertando o enlace de sua filha com o infante D. Afonso, e acedendo, a que Beltrán de la Cueva renunciasse o mestrado de Santiago, por que tanto suspirava o marquês de Vilhena.

Consentiu, pois, em que fosse jurado herdeiro da coroa seu irmão, uma vez que casasse com a princesa D. Joana; e o conde de Ledesma, por seu turno, entregou nas mãos do rei a sua demissão de mestre de Santiago, não por se considerar indigno de exercer esse alto cargo, mas para em tudo servir D. Henrique. Em compensação foi elevado a duque de Albuquerque.

Tão alta mercê exasperou mais a protervia dos coligados, que logo ergueram em uma planície, cerca dos muros da cidade de Ávila, um cadafalso, sobre o qual colocaram uma cadeira, em que assentaram um manequim, figurando D. Henrique de cetro na mão e coroa na cabeça. Leram muitas queixas contra o rei, e em seguida o arcebispo de Toledo tirou a coroa do boneco; o marquês de Vilhena, o cetro; o conde de Plasencia, a espada; o mestre de Alcântara, o conde de Benavente e o de Paredes, os restantes ornatos da realeza; e todos arrojarão, a pontapés, do cadafalso abaixo o vulto desataviado!

O infante D. Afonso foi posto por eles no mesmo lugar, todos lhe beijaram a mão, e aclamaram rei de Castela e Leão.

Pobre criança, que não tinha a consciência de ser naquele ato um mero instrumento da vilania dos turbulentos vassallos de seu irmão!

Em outros países menos familiarizados com as rebeliões, esta teria abalado profundamente a opinião pública; e, se não fora a inépcia e covardia de Henrique IV, que era o desespero dos bravos, a parte sensata do reino teria feito estalar a sua indignação contra os conjurados.

Esse aparato teatral de Ávila produziu um grande escândalo, sem dar um grande golpe, e logo depois malogrou-o completamente a recepção entusiástica, feita à princesa D. Joana em Saragoça.

Começou o marquês de Vilhena por esta razão a nadar entre duas águas, mostrando-se desejoso de dar conselhos ao rei; e, como o arcebispo de Toledo lhe lançasse em rosto esse procedimento, fingiu-se doente, a ponto de receber o sagrado viático, nomear aquele prelado seu testamenteiro, e pedir-lhe, que fosse patrono de seus filhos. Deixou assim de arrogar-se, em seu entender, a responsabilidade de certos atos, e preparou novas alicantinas.

O irrequieto arcebispo foi pôr cerco a Simancas; mas do alto das muralhas da velha cidade os sitiados escarneceram-no, chamando-lhe D. Opas; — o que significava compará-lo com o tipo mais repugnante dos homens conhecidos por traidores.

Outros grandes de Castela, embora pouco satisfeitos com a marcha dos negócios do Estado, acudiram ao serviço do rei, por compreenderem que se ventilava um processo de honra pública; todavia não puderam evitar, que Henrique IV caísse na fraqueza de tratar com os sublevados uma suspensão de armas por cinco meses, dando azo a despedir-se das duas parcialidades gente, que foi infestar as povoações, a ponto de provocar a fundação das *Hermandades*, para perseguir os malfeitores.

Os povos passavam de um partido ao outro, com uma volubilidade somente comparável à dos magnates. Tudo era confusão no meio da cáfila de potentados, cobiçosos de dar leis, e pouco amigos de sujeitar-se a elas.

O arcebispo de Sevilha e o marquês de Vilhena ofereceram ao rei os seus serviços, se ele consentisse, em que a infanta D. Isabel, sua irmã, casasse com D. Pedro Giron, irmão do marquês. Com a filha de Vilhena, D. Beatriz Pacheco, estava ajustado o casamento do príncipe D. Fernando, filho do rei de Aragão, que estimava esse enlace, o qual se não realizou por se opor tenazmente o almirante de Castela, avô materno do príncipe.

A infanta D. Isabel começou a seguir os rebeldes por toda a parte, sem fazer esforço algum de voltar para onde estava seu legítimo rei.

O legado pontifício fulminou sentença de excomunhão contra os nobres e senhores, que não prestassem desde logo obediência à autoridade real, deixando de impedir, seu livre e expedito exercício; mas o arcebispo de Toledo, principal caudilho dos sediciosos, rio-se com eles do interdito, dizendo, que apelariam para um concílio. E mandaram logo a Paulo II uma embaixada, participando-lhe, que tinham aclamado o infante D. Afonso rei de Castela e de Leão. O papa respondeu, que em vez de atraírem as bênçãos do Céu sobre o infante, chamavam sobre ele os castigos eternos e a morte; e que com o seu exemplo a liga provocava todas as classes à desobediência.

D. Afonso faleceu de repente, na tenra idade de quinze anos, e os conjurados ofereceram a coroa à infanta D. Isabel, que a não aceitou, por não poder intitular-se rainha, em quanto seu irmão D. Henrique vivesse... Entretanto, porém, desejava ser jurada herdeira do trono, em competência com D. Joana, a quem chamou *suposta* filha do monarca.

Anuiu D. Henrique a efetuar-se esse juramento, com a condição de sua irmã não casar sem ele o consentir. Sacrificou deste modo a própria honra e a da rainha, sua mulher, sendo injustamente postergados os interesses da inocente infanta, sua filha.

Do juramento anteriormente feito a D. Joana, foi absolvido o reino pelo legado pontifício, o qual não atendeu os protestos da rainha contra tudo quanto se acordou em oposição aos direitos de sua filha, porque havia recebido o encargo de apaziguar dois litigantes, e, sendo-lhe impossível desatar um nó, julgou mais prudente cortá-lo.

Agora todo o ardor dos turbulentos se concentrou na escolha de marido para D. Isabel.

O almirante de Castela queria, que a infanta se desposasse com o seu neto D. Fernando, para ter em Aragão um auxiliar poderoso; o marquês de Vilhena opunha-se, não para obstar à união das duas coroas, senão para olhar pelo engrandecimento da própria casa, pois lhe haviam proposto antes o enlace daquele príncipe com uma filha sua. De sorte que, ainda mal apagadas umas discórdias, surgiam logo outras.

Era esta a política dos magnates rebeldes. Convinha-lhes ter sempre a coroa sob a sua influência, por isso eternizavam as parcialidades, buscavam em tudo elementos de perturbação, e a autoridade real era incessantemente um juguete em suas mãos.

Pudesse muito embora a pusilanimidade de Henrique IV, ou a sua falta de previsão e dignidade no poder, fomentar o gérmen das sedições; nada disso, porém, as justificava: serviram unicamente de deixar na história de um povo ilustre uma página indecorosa.

O casamento de Fernando com Isabel foi para o pai desse príncipe uma nova campanha, que tratava de vencer, comprando a peso de ouro os grandes de Castela.

Entretanto Henrique IV partia com o marquês de Vilhena para Andaluzia, afim de receber umas cidades, que se administravam por seu próprio arbítrio; e depois de ter feito jurar solenemente a sua irmã, que não casaria, fosse com quem fosse, antes de ele regressar. A infanta, porém, aconselhada pelo



arcebispo de Toledo, protestou secreta e intimamente, que faria o que bem lhe parecesse; e logo escreveu ao rei de Aragão, dizendo-lhe, que consentia em unir-se a seu filho, mediante certas condições, que seriam propostas pelos emissários, de quem ela encarregara a negociação. Mui vexatórias para o decoro do reino e do príncipe as consideravam os conselheiros do soberano aragonês; com tudo o matrimônio realizou-se. Correu logo que não estava válido, por se ter celebrado sem a dispensa pontifícia, tão reclamada pelo próximo parentesco dos cônjuges; mas como não havia escrúpulos, nem dificuldades para o arcebispo de Toledo, este não hesitou em faltar à verdade, afirmando, que a cúria romana lhe enviara muito a tempo o breve indispensável.

Quando Henrique IV recolheu a Madrid, recebeu dos sublevados uma exposição, na qual lhe participavam o consórcio da infanta, e as condições, em que se efetuará; sem deixarem, para maior ludíbrio, de solicitar o perdão do seu rei, por haverem, sem seu beneplácito, preparado e conseguido tão auspiciosa união. Ao mesmo tempo Isabel dirigiu a seu irmão uma carta afetuosíssima, em que lhe comunicava a sua mudança de estado.

Era o cumulo da insubordinação e da impudência!

O desforço de Henrique IV consistiu em reunir um simulacro de cortes no vale de Lozoia, onde, perante a rainha e sua filha, fez declarar solenemente, que era irrito e nulo o ato de se haver jurado em Toros de Guisando, a infanta D. Isabel por herdeira do trono, em virtude de concessão feita por ele monarca, pois lhe fora esta arrancada à força, e ofendia os direitos de sua legítima filha. Assistiram a essa assembleia alguns delegados de Luiz XI, que celebraram por procuração o casamento de D. Joana com o irmão daquele soberano. As cidades, que se prezavam de leais, sendo Sevilha uma das primeiras, deram a tudo seu assentimento; mas o noivo da princesa não chegou a cumprir a palavra, que por meio de poderes especiais havia empenhado.

Por conselho do marquês de Vilhena, Henrique IV voltou-se para D. Afonso V, a quem propôs o casamento com D. Joana, a qual levaria em dote os reinos de Leão e Castela; porém, o monarca português, mais receoso dos artifícios de Vilhena do que das dificuldades do assunto, deu largas ao negócio, e Henrique IV entretanto tentou ainda procurar para genro o infante D. Henrique de Aragão, filho de outro, que, cinquenta anos antes, havia sido o primeiro perturbador de Castela.

Começou o ano de 1474.

Henrique IV estava em Segóvia, e o alcaide desta cidade, Andrés de Cabrera, teve artes de fazer, com que o soberano se avistasse no alcáçar com a infanta D.

Isabel. O rei, por sua natural bonomia, recebeu a irmã, que não solicitou, nem esperou permissão para apresentar-lhe o marido. Era D. Isabel, na frase de um legado de Sixto IV, sobradamente animosa e discreta, para deixar de conseguir o que desejasse, por isso não tratou de desculpar-se, senão de comover o irmão a ponto de lograr induzi-lo, a que no dia de Reis lhe desse e ao marido uma prova pública de afeto, indo à missa com eles, e voltando com grande comitiva ao alcáçar. Aqui tinha o alcaide farto e delicado almoço. O rei comeu com sua irmã e cunhado, e ao cair da tarde sentiu-se tão mal, que foi mister levá-lo em braços para o palácio. Em quanto esteve de cama não cessaram as diligências, para que declarasse sua irmã por herdeira do trono. Negou-se a isso constantemente. O marquês de Vilhena advogava a causa de D. Joana, o arcebispo de Toledo a de D. Isabel; e ao passo que esta infanta se mostrava tranquila e disposta a sustentar a todo o transe suas pretensões à sucessão, D. Fernando pelo contrário, não parava em parte alguma, como quem sentia na consciência um peso, de que não podia aliviar-se.

Depois do almoço de Segóvia, Henrique IV nunca mais gozou saúde, até que faleceu em 12 de dezembro do ano a que nos estamos referindo. Dois meses antes tinha morrido o marquês de Vilhena, a quem sucedeu seu filho D. Diogo, que assistiu com o cardeal Mendoza, o conde de Benavente e o prior de S. Jerônimo, fr. João de Macuelo, aos últimos momentos do rei em Madrid.

Apenas o prior confessou e ministrou a Sagrada Eucaristia ao monarca moribundo, perguntou a este o cardeal:

— V. A. deixa testamento?

— Deixo — respondeu Henrique IV. — O meu secretario Juan de Oviedo o apresentará.

— E quem são os vossos testamenteiros? — continuou o cardeal.

— à exceção do prior de S. Jerônimo, ficam nomeados os presentes e o conde de Plasencia.

— E a quem deixa V. A. por herdeira do trono? — insistiu ainda Mendoza.

— A minha filha D. Joana — replicou o monarca serena e firmemente.

Seria grave ofensa à memória de Henrique IV supor, que na hora tremenda, em que ele se preparava, conforme a sua fé, para dar conta das suas fraquezas ao Onipotente, saísse de seus lábios uma mentira!

Ainda quentes os restos do malogrado monarca, D. Isabel fez-se aclamar, em Segóvia, rainha de Castela e Leão, mandando celebrar um solene *Te-Deum*,

como se acabasse de alcançar o maior triunfo. Seguidamente foi àquele mesmo alcáçar, onde havia entrado meses antes em companhia de seu esposo e do rei defunto, sentou-se junto daquela mesa, em volta da qual os três almoçaram, e presenteou o alcaide Andrés de Cabrera com o mesmo copo de ouro, de que se servira D. Henrique.

Parece um sarcasmo!

Em geral os historiadores e cronistas espanhóis defendem e exalçam a sucessão de Isabel a Católica, servindo-se, para combater a legitimidade e o direito da princesa Joana, dos mesmos pretextos, de que lançaram mão os rebeldes.

Não é deste modo, que deve compreender-se a missão da história.

Pode o historiador alardear a sua erudição e os seus talentos; se o seu critério, porém, não for imparcial e desapaixonado, sacrificará a verdade, que é a alma, a beleza da história, e a honra suprema, de quem a escreve.

O fato de ter D. Fernando o Católico, depois de viúvo, pretendido desposar-se com a princesa D. Joana, por si só bastaria, para lavar a nodoa, com que macularam a reputação da mulher de D. Henrique.

Mas a tímida onda sediciosa não envolveu unicamente os povos de Castela; saltou a fronteira portuguesa, e arrastou na ressaca o nosso D. Afonso V, que no conceito de Camões,

*Fora por certo invicto cavaleiro,  
Se não quisera ir ver a terra Ibérica.*

### **III - NOVO ESCUDEIRO**

Após o passamento de Henrique IV, todas as esperanças dos partidários de D. Joana firmavam-se no herói de Arzila; e as de D. Isabel no apoio de Aragão principalmente. Estava prestes a travar-se a luta, em que devia afinal decidir-se da sorte das duas contendoras, colocadas em circunstâncias mui diversas.

Isabel, ainda em vida de seu irmão, soube preparar-se a tempo; Joana era uma criança inexperiente, filha de uma senhora sem prestígio, e sem a necessária energia para colocar-se à frente do movimento, que se operava a favor da justa causa da princesa de Castela.

Também a morte veio surpreender a infeliz viúva no início das hostilidades, de sorte que sua filha, órfã prematura de pai e mãe, ficou inteiramente à mercê da versatilidade característica de seus parciais. Estes, mais por acudir à vingança de

seus ódios particulares, e ao acrescentamento de seus patrimônios, do que por zelo do bem público, ou amor de justiça, trataram de comprometer D. Afonso V, para lhes saciar a cobiça.

Estava o rei de Portugal em Extremoz, quando lhe chegou às mãos o testamento, em que seu cunhado Henrique IV declarava ser a princesa D. Joana sua filha, e a nomeava herdeira dos reinos de Castela e Leão, pedindo outrossim a D. Afonso V, que aceitasse a governança deles e casasse com a sobrinha.

Ouviu D. Afonso sobre o assunto o parecer de seu filho, bem como o dos grandes e principais do reino, a quem consultou mais talvez pelo respeito às praxes estabelecidas, do que resolvido a seguir qualquer conselho, que contrariasse o seu reservado intento. A fim de saber não só quantos e quais eram os magnates castelhanos legitimistas, como de certificar-se da valia deles, enviou a Castela Lopo de Albuquerque, seu camareiro-mor, depois conde de Penamacor.

A esse tempo chegava D. Juan de Guzman a Extremoz, onde foi recebido pelo monarca.

Não podia ser mais a propósito esta visita, e D. Afonso folgou muito com ela, dando ao seu hóspede cordialíssimo agasalho, como naturalmente pediam a lhaneza e afabilidade do rei, que cativava com o seu trato grandes e pequenos.

Entregou-lhe o recém-vindo uma carta, em que o duque de Medina-Sidonia o apresentava a D. Afonso, garantindo a aprovação antecipada a quanto entre ambos ficasse assentado.

Terminada a leitura do escrito, começou Guzman por dizer:

— Não ignora vossa alteza, quanto é lastimoso o estado de Castela. O reino sem direção, nem governo, combatido por todos os princípios de dissolução, caminha rapidamente para uma ruína tremenda, e nas mãos de vossa alteza está o poder evitá-la.

— São esses os meus desejos; — replicou D. Afonso — mas, como sabeis, a empresa não é fácil, por isso careço de inteirar-me da lealdade dos que se propõem pugnar pela justiça e direitos da princesa, minha sobrinha.

— Da parte de meu irmão — tornou Guzman — venho eu prestar homenagem a vossa alteza, a quem ele jura servir em tudo, obrigando-se a auxiliar, tomar e reconhecer por seu legítimo rei e Senhor, se vossa alteza se desposar com a senhora D. Joana, e for sem demora tomar posse do governo de Castela.

— O duque é digno dos meus louvores, e mais ainda pela forma, como procede, oferecendo-me ocasião de conhecer-vos, para muito vos estimar.

— Mercê a vossa alteza, meu Senhor. Em breve poderei talvez provar-vos a gratidão do meu ânimo, onde também o seu esforço mais se manifeste.

— Praz-me ouvir-vos, e ver-vos tão deliberado!

D. Juan de Guzman cortejou D. Afonso, e disse-lhe com aprimorados ademanes de cavaleiro:

— Espero que meu irmão me confie o comando de dois mil cavalos, que desde já põe ao serviço de vossa alteza.

— É contingente valioso esse — observou D. Afonso.

A respeito das forças, com que poderemos contar devo em breve ser definitivamente informado pelo marquês de Vilhena.

— Assim o creio. Talvez a demora dos seus esclarecimentos dependesse da resposta de meu irmão.

— Porquê?

— à hora da minha partida para Portugal recebeu o duque uma carta de D. Diogo, na qual lhe perguntava com quantos cavalos concorria, pois desejava enviar a vossa alteza uma nota das tropas castelhanas, com que poderíamos entrar em campanha, e a Luiz XI a da totalidade do exército.

— E o marquês comunicava também ao duque o computo dos já inscritos?

— Sim, meu Senhor. Anda por dezoito mil cavalos; devendo, porém, este número elevar-se, quando constar a entrada de vossa alteza em Castela, pois muitos dos cavaleiros, que até agora não aderiram, o farão imediatamente.

D. Afonso V não pôde ocultar o jubilo, que lhe causou esta nova de ter já por si em Castela tão importantes forças; e com a sua habitual familiaridade afirmou a D. Juan de Guzman:

— Eu tenho muita confiança nos cavaleiros castelhanos. Não os há mais briosos certamente.

— Mercê por eles, meu Senhor.

— Agora aqui vos deixo para serdes recebido pelo príncipe, que muito gostará de conversar convosco.

É fácil de presumir, sobre que versaria principalmente a palestra, sabendo-se do interesse, que mostrava o príncipe D. João em seu pai aceitar o papel, que Henrique IV lhe distriboíra no testamento.

D. Juan de Guzman poucos dias se demorou em Portugal; foi, porém, o tempo suficiente para D. Afonso e seu filho conhecerem e apreciarem o pagem, que viera na comitiva. Dele fizeram grandes gabos ao fidalgo sevilhano, o qual, mais talvez por alardear filaúcias de família, do que por enaltecer as qualidades do moço, ou por ambas as razões, referiu em resumo: que da Covilhã costumava ir a Sevilha o pai do pagem comerciar e conquistara grandes créditos. Tendo afinal estabelecido a sua residência naquela cidade, onde era geralmente estimado, acedeu ao pedido, que lhe fez o duque de Medina-Sidonia, de deixar-lhe educar o filho, então muito criança ainda, mas dotado já de singular viveza. Como falecesse o mercador, pouco depois, e já viúvo, ficara o pagem inteiramente confiado ao amparo do duque. Possuía prendas muito estimáveis, poderia em breve ser um excelente cavaleiro, e chamava-se Pero da Covilhã, por causa da sua procedência.

Esta narrativa ainda mais aguçou a D. Afonso e ao príncipe o apetite de terem o pagem ao seu serviço; e D. Juan de Guzman já havia reconhecido isso na maneira como lhe falavam dele.

Na véspera do seu regresso a Sevilha, perguntou Guzman a Pero da Covilhã:

— Quereis ser pagem do rei de Portugal?

— Tudo quanto sou — respondeu Pero — devo ao senhor duque, por isso não tenho ânimo de separar-me dele.

— Esperava essa resposta; — volveu Guzman — mas se eu vos pedir, que fiquéis?

— Obedeço, porque de vossa mercê somente recebo ordens e não pedidos.

— Meu bom Perico! — exclamou afetuosamente Guzman. — Muito me custa deixar-vos cá; mas o senhor D. Afonso, que, dentro em pouco será rei de Castela, mostra desejos de ser vosso amo, e eu tenho-os de o bem servir; por isso entregar-vos-ei a ele, certo de que meu irmão assentirá ao meu propósito.

No dia seguinte saiu D. Juan de Guzman para Sevilha. D. Afonso V dirigiu-se a Évora, levando no seu séquito a Pero da Covilhã, já escudeiro, servido de armas e cavalo, sem embargo de não ter completado ainda vinte anos.

O rei antes da partida despachou o seu Arauto Lisboa com cartas para Luiz XI, a quem comunicava a resolução que tomara, de receber por esposa a princesa D. Joana, e de entrar em Castela com um grande exército, pois a isso o estava convidando a maior parte da grandeza castelhana. E sob o pretexto de recear, que na jornada sobreviesse ao seu Arauto algum acidente ou enfermidade, que o retardasse, escreveu de novo ao rei de França, insistindo agora principalmente em demonstrar os legítimos e inauferíveis direitos da rainha D. Joana. Ponderava habilmente, que o não ser deles esbulhada, era conveniência de ambos os monarcas, por quanto, se Fernando se apoderasse de Castela, viria a ser um vizinho formidável e perigoso, tanto para Portugal, como para França.

Procurava assim conciliar com acertada política as boas graças de Luiz XI, que mui interessado era, em que no trono de Castela estivesse um príncipe capaz de manter e conservar as antigas confederações e alianças desse reino com a França; mas contra todos em geral e sem exceção.

Neste ponto oferecia-se a dificuldade de ser Portugal aliado da Inglaterra, antiga inimiga da França, e querer Luiz XI, que Portugal ficasse compreendido no tratado a celebrar com Castela.

De certo modo veio o nosso monarca a prestar-se às vistas políticas de Luiz XI; o que determinou este a promulgar uma carta patente sobre o socorro, que dava a D. Afonso V, nomeando sire de Albret comandante de um exército destinado a invadir Guipúzcoa e Biscaia.

Com quanto o duque de Bragança tivesse já dado lealmente por escrito o seu parecer — que foi arquivado a seu pedido, para constar no futuro — acerca da entrada do exército português em Castela, D. Afonso, antes deste se pôr em marcha, conversou ainda particularmente com o duque a respeito do assunto.

— Insistis na vossa opinião? — perguntou o monarca ao duque de Bragança.

— Certamente, meu Senhor — respondeu o duque.

— Ora disse-me: não deverei eu confiar nas declarações categóricas, que por Lopo de Albuquerque me enviaram os grandes de Castela?

— Mais acertado fora, Senhor, desconfiar delas. Reparai bem, que esses mesmos, que vos chamam agora para sustentar os direitos de vossa sobrinha, são os que atraçoaram a D. Henrique, seu rei natural, depondo-o do governo do reino.

— Assim é. Mas não acreditais, que eles reconhecendo a justiça que assiste a minha sobrinha, queiram resgatar com uma nobre ação seus anteriores

desatinos, sem embargo de esperarem também receber de mim grandes mercês?

— O que me parece é, que a obediência por eles jurada depende unicamente da sua ambição, e vem acompanhada de mais interesse, do que de fidelidade e constância; por isso, se a sorte das armas começar a ser desfavorável a vossa alteza, depressa abandonarão a vossa bandeira.

— Sei, que como amigo me falais; mas a vossa prudência é agora descabida. Pois os nobres de Castela arriscar-se-iam por ventura a grandes perigos, oferecendo-me espontaneamente seus serviços, se duvidassem do seu e meu triunfo?!

— De tudo são eles capazes, meu Senhor, que os não há mais volúveis. Mas superiores em poder e em número são-lhes os mais avisados e prudentes, tendo ao seu lado o povo, que unanimemente aclamou D. Isabel por sua rainha. E uma aclamação, como esta, é vantagem muito grande no começo dos reinados, servindo até de justificar as pretensões mais duvidosas.

— Não ignoro quanto o poder de Castela excede o de Portugal; mas conto não só com os homens do meu reino, que são muito valentes, senão com outros tantos castelhanos, como de mais nações, que de boa vontade engrossarão o meu exército.

— E a D. Isabel não virão socorros da Sicília, tanto em dinheiro, como em armas, navios de guerra, cavalos e provisões? Aragão dar-lhos-á decerto; e até a Itália, pois são senhores dela, e primos dos reis da Sicília, o rei de Nápoles D. Fernando, e o duque da Calábria, seu filho.

— Sim, estão os meus adversários bem aparentados; mas não os temo apesar disso, e eu também *não nasci das pedras*. Conto igualmente com amigos e parentes; também me não falta dinheiro, *que é mais fiel que todos os parentes e amigos*, e tenho sobretudo a Deus em meu auxílio.

— Não pretendo demover vossa alteza do propósito, em que está; permiti, porem, que vos lembre ainda a recíproca aversão de Castela e Portugal, filha de um ódio inveterado entre os dois povos; e o perigo de expor a felicidade e a paz do vosso reino à inconstância e capricho dos grandes de Castela. Não olvide também vossa alteza, que, durante a vida de seu cunhado, não queria ouvir falar do casamento de vossa alteza com sua sobrinha, e que, aceitando-o agora, obriga o mundo, sempre pronto a desacreditar as ações dos príncipes, a murmurar e atribuir esta guerra a algum ódio reservado...

— Sem embargo disso, estou resolvido a entrar em Castela.



— Acato a deliberação de vossa alteza, e peço-lhe me conceda licença, para ter em alguns lugares desse reino postas prestes a salvar a real pessoa de vossa alteza e a minha, se necessário for.

A vigorosa argumentação do duque de Bragança, para combater o desígnio de Afonso V, fez suspeitar o príncipe D. João, de que fora inspirada por D. Isabel, próxima parenta do duque; suspeita essa, que dominou sempre o ânimo do príncipe, e foi mais tarde tão fatal à casa de Bragança.

D. João opôs-se apaixonadamente àquele parecer, por estar convencido de que o senhor de Vila Viçosa pretendia atalhar, a que D. Afonso V aproveitasse o ensejo propício, que se lhe oferecia, de dilatar os domínios da coroa, e unificar os reinos da península. Era vivamente aplaudido por alguns fidalgos portugueses, que observavam o invariável preceito, de não sofrerem os príncipes contrariedade a seus gostos. Preferiam por isso ser adutores, espécie de peste endêmica das cortes, para a qual se não descobriu ainda remédio.

O duque de Bragança havia previsto, quanto ia passar-se em Castela; e os sucessos, como veremos, bem mostraram ser mais difícil iludir a prudência, do que lisonjear um príncipe.

Faleceu o duque, antes de se pôr em marcha o nosso exército, e seu filho primogênito D. Fernando, duque de Guimarães, que lhe sucedeu em suas grandezas, tomou parte na expedição com seus irmãos, vassallos e dinheiro, sem que lhe entibiasse o zelo e a generosidade, com que servia o seu legítimo rei, consideração alguma pelo parentesco, que tão estreitamente o ligava aos príncipes do partido contrário.

Até aqui havia D. Afonso V reinado com muita glória e autoridade, sendo alvo da estima e veneração dos príncipes seus contemporâneos, alguns dos quais consumiam seus patrimônios e forças em guerras civis e domésticas, em quanto ele as expendia em ativar o influxo civilizador da religião católica, e ampliar a soberania de Portugal, havendo passado três vezes a África, onde seus cavaleiros mais acendraram a fama lusitana, e ele mostrou sempre a alteza de ânimo, de que era singularmente dotado.

A inclinação e gosto, com que se ocupava na conquista da África pela Barbéria, faziam-no olvidar a grandeza dos descobrimentos do Oceano, iniciados pelo infante D. Henrique seu tio. Quem sabe, porém, se ele continuaria a obra do solitário de Sagres, uma vez que não fosse impellido pela generosa idéia de reparar uma afronta, feita a sua irmã, e de socorrer uma órfã inocente e desamparada?

E seria somente esse o pensamento, que o levou a Castela?

Se o leitor, em alguma hora de seu desenfadamento, compulsasse os códices da preciosa coleção pombalina, que possui a Biblioteca Nacional de Lisboa, em um deles encontraria a seguinte lembrança muito instrutiva:

“Sendo antes destas três escreturas atras conteudas trautado casamento delRei Dom Afonso o quinto, padre delRei nosso Senhor e sobre ele com a Rainha Dona Isabel, que na era presente reinava, foi com embaixada a Castela o Arcebispo de Lisboa Dom Jorge grandemente, que hoje he Cardeal de titulo de Sam Pedro Marceleni, e está em corte de Roma privado e amado do Papa Inocencio, que foi Cardeal malfetano, e asi outros embaixadores, e vindos outros de Castela ao dito Rei sobre o mesmo caso, esta senhora Rainha Dona Isabel se casou com elRei de Cecilia e Príncipe d'Aráguam, filho delRei Dom João d'Aráguam, que primeiro foi Rei de Navarra, o qual casamento fez por mão do Arcebispo de Toledo dom Afonso Carilo, e do Almirante avoo do dito Rei da parte de sua mãe, e fique em memória que o fez porque o dito Senhor Rei Dom Afonso *a não quis, querendo ela muito*, e depois ele a quisera e ela como as molheres naturalmente sam vingativas o não quis quando ele quisera, e folgou de lhe dar competidor e de o anojar, como na verdade foi, *ca desta mesma causa naceo sua entrada em Castela com o titulo de sua sobrinha*, filha delRei Dom Amrique per dar trabalho à Rainha Dona Isabel, e se vingar dela, e como as cousas de sua entrada sobcederão fique do Coronista ao cargo.”

Com efeito Henrique IV, anos antes do seu passamento, oferecera, como vimos, a mão de D. Isabel a D. Afonso V; e desejou igualmente, que o príncipe D. João casasse com a princesa de Castela, D. Joana. D. Afonso dilatou a sua resolução, e somente quando muito instado por seu cunhado, pelo príncipe seu filho, e pelas diligências do marquês de Vilhena, mandou uma embaixada pedir a infanta. Os embaixadores esperavam pela resposta na aldeia de Cienposuelos, e afinal foram despedidos, dizendo-se-lhes, que se trataria por meios brandos de reduzir a infanta a obedecer a seu irmão. O arcebispo de Toledo cuidou imediatamente de dissuadir D. Isabel deste enlace, pondo em relevo a dilação descortês de D. Afonso, aconselhou-a, a que preferisse Fernando de Aragão, e entendeu, que, para frustrar as idéias dos adversários, devia fazer secretamente os preparativos, precipitar os tramites do negócio, e de um modo ou outro verificar o matrimônio, para que, realizado e consumado, não desse lugar ao *arrependimento da princesa*. E maior pressa se deu ainda, quando soube, que de Roma havia sido enviada a Bula de Paulo II, com data de 23 de junho de 1469, concedendo a dispensa a D. Afonso e D. Isabel. Fabricou então um breve apostólico, datado de 28 de maio de 1464 e com Assinatura falsa de Pio II, pois se opunha à execução do desposório com Fernando o impedimento da consanguinidade dos nubentes, e não havia outro meio de velar o sigilo e realizar o negócio com prontidão.

O atribiliário prelado toledano comprazia-se em forjar cabalas e cometer torpezas.

#### IV - JORNADA INFELIZ

Resolveu D. Afonso V entrar em Castela pela vila de Arronches, onde mandou reunir o exército. Antes da marcha, e conforme prescrevia o *Regimento de Guerra*, não só o rei, mas todos os fidalgos, que tinham de acompanhá-lo, receberam a Sagrada Eucaristia, indo depois toda a hoste assistir a uma missa solene, e sendo pelo celebrante benzida a bandeira real metida na funda.

Terminados estes atos, ao alvorecer de um formoso dia de maio de 1475, D. Afonso V

..... *“tocado de ambição  
E glória de mandar amara e bela,  
Sai cometer Fernando de Aragão,  
Sobre o potente reino de Castela.”*

Lá foram ajuntar-se com ele o duque de Guimarães, o conde de Marialva, Rui Pereira e outros fidalgos, os quais, atalhando pela Beira, chegaram a Piedra Buena, onde acampou todo o exército, composto de cinco mil e seiscentos cavalos, e quatorze mil infantes. Ali mandou D. Afonso V, que tomou então o supremo comando, chamar à sua tenda o condestável, o marechal, o ouvidor da hoste e o meirinho, bem como todos os fidalgos, cavaleiros e capitães, a quem recomendou obediência em tudo aos quatro primeiros; verificou o número da gente que havia, e deu as necessárias providências no tocante à ordenança, que as tropas deviam conservar durante a marcha.

Na frente saiu o *adail-mor* com um troço de ginetes, formando a guarda avançada; após ele o marechal, que era o aposentador e assentador do arraial; imediatamente o capitão de ginetes, seguido pelo capitão da vanguarda real, e logo a carriagem; na retaguarda o rei, e, cobrindo-a, o condestável, cujo cargo exercia em parte o duque de Guimarães. Formava as alas a fina flor da cavalaria portuguesa, e entre a vanguarda e a retaguarda não mediava mais de um tiro de besta, a fim de poderem mutuamente socorrer-se.

Ao condestável, que era o general da milícia, pertencia marchar na vanguarda. Na presente formatura as atribuições e preeminências dessa dignidade estavam repartidas por D. João, marquês de Montemor, filho do duque de Bragança D. Fernando I, e por seu irmão o duque de Guimarães.

A cavalaria compunha-se de *cavaleiros* e *escudeiros* de geração nobre; de *lanças*, que os senhores de terras tinham obrigação de dar, acompanhando

cada uma dois arqueiros, um pagem e um escudeiro; e de *cavaleiros* da ordenança dos povos do reino, sendo apurados conforme a quantia, que devia possuir cada morador para ter cavalo e armas. Estes somente eram reputados tropa regular e efetiva, e entravam na conta ou resenha das praças, que constituíam os corpos chamados besteria, denominando-se *besteiros do conto* tanto os de cavalo, como os de pé.

Dividia-se a cavalaria em pesada e ligeira ou à *gineta*. Na primeira, o homem era arnezado, e o cavalo bardado e encapacetado. Na segunda, os cavaleiros pelejavam armados de lança e adarga, usando de estribos curtos no aparelho do cavalo.

A infantaria constava de *besteiros, espingardeiros e piqueiros de pé*.

Na besteria diferenciavam-se os chamados de *polé*, por trazerem besta, que se armava com uma roldana daquele nome; os *besteiros da câmara*, que eram acontiadados e fornecidos pelas câmaras do reino; *besteiros de garrucha*, mais abastados e considerados, que os de polé, armados com bacinete de camal ou de baveira, e tendo besta com garrucha e solhas para arremessar virotões; *besteiros de fraldilha*, por levarem uma fralda de couro, que lhes servia como de escudo contra as setas do inimigo; e *besteiros do monte* ou caçadores.

Notaremos que o número das armas de arremesso se reduzia cada vez mais, à medida que as de fogo triunfavam da repugnância, com que foi acolhida, durante muito tempo, a sua invenção, mormente pela cavalaria, que considerava cobardes semelhantes armas, com especialidade as portáteis. No reinado de D. João II aparece já o cargo de *anadél-mor* dos espingardeiros, concedido a Paio de Freitas, cavaleiro da casa real, cabendo mais tarde ao rei D. Manoel a sua vez de extinguir em 1498 os acontiadados e besteiros, tanto de conto, como da câmara, todos os cargos de oficiais mores e pequenos da besteria, deixando unicamente os besteiros do monte em alguns lugares da Beira Alta, Alentejo e Algarve, com um *anadél-mor*, que era Pedro Alves, cavaleiro da sua casa, como consta da carta de 29 de maio de 1499.

A segunda dignidade do exército de D. Afonso V era a de marechal, a quem pertencia, além de outras obrigações e prerrogativas: repartir os alojamentos; executar e fazer cumprir as ordens, que recebia do condestável; e julgar as causas cíveis e crimes das gentes de guerra, levando um ouvidor consigo para esse fim.

O *alferes-mor* levava a *sina* ou *bandeira*, a qual não estendia ou desenrolava sem especial determinação do rei, quando estivessem à vista do inimigo, e costumava ter um *alferes pequeno*, que o substituíam. As bandeiras dos fidalgos não podiam tirar-se das fundas e estender-se, sem que o fosse a bandeira real;

podiam, porém, ir sempre estendidos os balsões ou insígnias. No guião do rei via-se a divisa que Afonso V tomara por sua mulher D. Isabel, e consistia em um rodízio de moinho com gotas de água esparzida ao redor, e na legenda *Jamais*. Com oito ou dez pendões pequenos era balizado e divisado o lugar escolhido para acampar.

Havia um *aposentador-mor*, que de ante-mão preparava os quartéis das tropas, quando estas se mobilizavam. O *capitão de ginetes* era o general de cavalaria; o *adail-mor*, o capitão dos besteiros; e o *coudê-lmor* comandava escudeiros e homens de armas, que não pertenciam a capitania alguma, e eram repartidos em troços de vinte por *coudeis*.

Desempenhavam o serviço e a guarda do rei vinte cavaleiros ou escudeiros, comandados por um *guarda-mor*. Eram escolhidos, e andavam armados de cotas, barretas, braçais, lanças e espadas; e no tempo de paz assistiam no paço junto da real câmara. Algumas vezes o soberano encarregava também da sua guarda o capitão de ginetes, sendo então de duzentos o número de cavaleiros, que ficavam em tudo considerados como os da câmara real.

Segundo prescrevia o *Regimento*, os soldados ou gente de guerra deviam trazer em batalha uma divisa, ou sinal de armas de S. Jorge, larga, e tanto no peito como nas costas, para se distinguirem do inimigo. As trombetas eram os instrumentos empregados nos diversos toques ou chamadas; mas afirma Rui de Pina, que nesta marcha a Castela já o nosso exército usou também dos atabales.

O trem de artilharia com suas bombardas e colubrinhas era morosamente conduzido. Estava a cargo de um *vedor-mor*, aprontá-lo e pô-lo em marcha.

Para este fim tinha atribuições amplas, estabelecidas em um *regimento* próprio, de que se lhe passou carta em 20 de abril de 1450. Requisitava às autoridades locais as bestas, bois, carros e barcos, que julgasse indispensáveis à condução do trem, sendo depois pago o aluguer; bem como os bombardeiros, ferreiros, carpinteiros e pedreiros, de que houvesse necessidade o serviço de artilharia, e aos quais pagava conforme os seus merecimentos. Anexa ao trem ia uma brigada de gastadores, para abrir caminho.

O príncipe D. João acompanhou seu pai até Piedra Buena, e daqui regressou a Portugal na mesma ocasião, em que o exército marchou para o norte, indo fazer alto em Plasencia.

Desta cidade mandou D. Afonso V a Luiz XI uma embaixada, composta de D. Álvaro de Ataíde e do licenciado João Delvas, a fim de negociar o seu reconhecimento como rei de Castela, e, conforme os desejos do rei de França, renovar os antigos tratados, que existiam entre as duas monarquias. Ao mesmo

tempo escreveu à cidade de Salamanca uma carta sobre os direitos de sua sobrinha aos reinos de Castela e Leão, e mandou publicar um manifesto, no qual se demonstrava a justiça bem fundada, com que eram combatidas as pretensões de Isabel e Fernando de Aragão.

Celebrou esponsais com a princesa D. Joana, que já o esperava acompanhada dos duques de Arévalo, marquês de Vilhena e outros magnates, e foi pública e solenemente proclamado rei, pelo que logo começou de intitular-se rei de Castela, Leão e Portugal.

Isabel e Fernando acrescentaram igualmente aos seus títulos os de reis de Portugal; de modo que não parecia lutarem uns pela união ibérica e outros contra, senão meramente para dar a presidência dessa união àquele que mais afortunado fosse.

D. Afonso V ia passando os dias em ruidosas festas, como se com elas se formasse o prestígio dos noivos, e nem por sombras suspeitava das diligências de D. Isabel, em comprar com o ouro e prata das igrejas o favor de muitas povoações, visto serem mui versáteis e caros os magnates. Em quanto o seu antagonista se divertia, conquistava ela as simpatias da classe burguesa. Percorria os seus estados. Procurava e enviava socorros ao exército, que seu marido comandava, para conter o progresso da invasão. Assegurava a fidelidade vacilante de Leão. Entabulava as inteligências, que lhe fizeram recobrar a importante cidade da Zamora. Reduzia o número de inimigos, que tinha na depravada e cúpida aristocracia. Lançava finalmente mão do tesouro de Castela, confiado à guarda do célebre Andrés de Contrera, a quem mais tarde brindou com o Marquesado de Moia.

Na marcha pela província da Estremadura, por contemplação com o duque de Arévalo, senhor de Plasencia, cometeu D. Afonso V um erro estratégico; pois, segundo Zurita, “foi de grande remédio para a conservação do estado do rei da Sicília, e seria de grande prejuízo, se a entrada se efetuasse pela Andaluzia, direito a Sevilha”. Seguindo este caminho, penetrava logo no interior do reino, e fazia-se forte em Madrid, como lhe aconselhou o marquês de Vilhena, que se mostrou descontente por não ser atendido, e tomou este pretexto para se retirar do serviço do rei. Era de esperar, todavia, que esse magnate assim procedesse mais cedo ou mais tarde, por quanto, havendo-se declarado a maior parte de seus vassallos contra ele, e a favor de Isabel, que os corrompeu a peso de ouro, intimidou-o essa arteira tática, e determinou-o a propalar, que já estava de acordo com D. Fernando e sua mulher.

Por grande parte da fronteira portuguesa sucediam-se amiúde as incursões de nossos vizinhos. Até o primogênito do duque de Medina-Sidonia, o duque D.

Henrique, moço mais audacioso do que prudente, fez uma entrada em Portugal, como se fosse em terras de mouros.

Este rebentão dos Medina-Sidonia era um isabelista sedicioso. Pouco depois da jornada de seu tio a Portugal, rendeu-se às astucias de D. Isabel, que lhe prometeu intervir pacificamente na eterna contenda com o marquês de Cadiz.

E sabe o leitor, quem levou à rainha da Sicília a notícia daquela jornada de D. Juan de Guzman?

— O velho mendigo, que nós vimos em Sevilha a tocar sanfona. Era um espião.

Para desafrontar-nos dos repetidos insultos, que sofríamos, mandou o príncipe D. João descobrir a campanha por homens práticos no país, escoltados de alguma cavalaria; colocar sentinelas ocultas nos lugares suspeitos, para avisarem das partidas do inimigo; cortar as estradas das serras com patrulhas, a fim de embaraçarem os castelhanos, que de ordinário se emboscavam por entre os arvoredos e quebradas do terreno; e proveu finalmente de remédio a tantos males, cuidando ao mesmo tempo da conservação e defesa do reino.

Terminados os festejos em Plasencia, onde Lopo de Albuquerque, para premio de seus serviços, foi agraciado com o título de conde de Penamacor, saiu enfim D. Afonso V daquela cidade com a rainha, a quem o nosso exército agora principalmente resguardava. Marchou por Arévalo em direção a Toro, não sem o inimigo estar bem informado acerca do movimento do exército; o que certamente não convinha, a quem era chamado e levado para socorrer.

O nosso monarca portou-se sempre com mais bondade, do que prudência, nesta empresa de Castela. E dizemos simplesmente empresa, porque não podemos denominar campanha, ao que não passou de correrias mais ou menos afortunadas, de uma e outra parte, sem que se ferisse uma batalha campal, digna desse nome, e em que ficasse lavrada a sentença do pleito.

Quase todos os grandes abandonaram D. Afonso V, deixando-o só no perigo, em que o meteram. Quando ele, porém, foi estabelecer os seus quartéis de inverno em Zamora, apresentou-se-lhe nesta cidade o arcebispo de Toledo, o qual sempre inconsequente e inconstante, sendo convidado por Isabel a auxiliá-la com os seus homens de armas, respondeu com a soberba peculiar do seu estado e do seu país: *que a tinha livrado de fiar, mas havia de mandá-la outra vez pegar na roca.*

De Zamora escreveu D. Afonso V a seu filho dizendo-lhe que viesse vê-lo, pois muito carecia de conferenciar com ele. Já o príncipe se tinha posto a caminho, quando o monarca soube, que os alcaides das duas torres, que defendiam a ponte sobre o Douro, à entrada de Zamora, se tinham vendido ao inimigo,

concertando-se em prender ou matar D. João na sua passagem por ela. Imediatamente comunicou D. Afonso V a seu filho, então já em Miranda do Douro, o traiçoeiro plano, em virtude do qual não devia avançar. Foi portador do recado o capitão de ginetes da guarda real, Vasco Martins de Sousa Chichorro, que teve de passar o rio a nado, para se furtar à vigilância do inimigo.

Entretanto resolveu Afonso V tomar a ponte à viva força, mas não o pôde conseguir. Fazendo-lhe ver os nossos o perigo, que corria, se permanecesse com a rainha em Zamora, pois deviam inspirar-lhe mais temor, que confiança, os habitantes da cidade, recolheu de novo a Toro, onde tanto ele como a rainha foram afetuosamente recebidos pelo alcaide.

Fernando de Aragão, que não tinha ousado mostrar-se ao seu adversário, em quanto ele esteve em Zamora, correu logo a ocupá-la; e, como o seu empenho principal era apoderar-se da rainha D. Joana, acudiu a Toro, tendo tomado à força uma torre nas cercanias, e feito enforcar trinta dos defensores dela, para dominar pelo terror a seus inimigos. De cima dos muros de Toro riram-se dessa façanha, e cobriram de motejos o autor, o qual aceso em ira, mandou por um rei de armas desafiar D. Afonso V, que não tornou à requesta. Então Fernando foi sitiar o castelo de Zamora, tendo inesperadamente encontrado forte resistência, onde não havia esperança de socorro; e D. Afonso V, ao sabê-lo, saiu de Toro em som de guerra, para ir apresentar batalha ao seu competidor. Fez alto em frente da fortaleza, e ali o esperou. Passadas algumas horas, retirava já para Toro, por lhe parecer que Fernando saía a pelejar com ele; mal, porém o viu fora da cidade, aguardou-o no campo outra vez em vão. Fernando escreveu em seguida várias cartas, em que blasonava de não ter querido D. Afonso esperá-lo e até fugira. Tendo o nosso monarca imediato conhecimento dessa falsidade por uma carta de Fernando para Isabel, e que foi apreendida, mandou por um trombeta denunciar em Zamora o escrito, e fazer publicamente o repto na forma costumada, sem lograr que lhe dessem resposta.

Tinha havido uma comédia de desafios a combate singular entre D. Afonso V e D. Fernando. Para segurança do feito, D. Afonso poria em reféns a rainha Joana, e D. Fernando a rainha Isabel. Fernando não concordou, alegando haver grande desigualdade no penhor.

D. Afonso V respondeu, que, se ficasse livre Isabel com sua filha, que já tinha, a contenda não se acabaria, pois de futuro novamente se levantava; sendo certo que, escusar-se o seu adversário a convir em tais condições, fazendo questão de igualdade das pessoas, era confessar que não queria o combate, como à honra de ambos convinha. Interpôs a sua mediação o cardeal de Castela, D. Pedro de Mendoza; mas não pôde conseguir-se o acordo sobre as condições da paz.



Nos fins de janeiro do ano seguinte, que era o de 1476, chegou o príncipe D. João a Toro, trazendo a seu pai dois mil cavalos, oito mil infantas e dinheiro. Não era demasiado socorro, para quem tanto carecia de engrossar o seu exército, pois D. Afonso V fora abandonado pelos magnates, à medida que a sua causa se tornara cada vez mais duvidosa, permanecendo-lhe fiel apenas o arcebispo de Toledo.

Os povos mostravam quase geralmente grande repugnância pelo domínio português, como se ele viesse avivar o ressentimento das feridas, que no coração do seu orgulhoso exército abria o montante do Mestre de Aviz.

A perda de Zamora foi um grandíssimo desastre, e a sua reconquista, depois da traição da ponte, somente poderia realizar-se, tomando as torres e conseguindo o descerco do castelo. Mas de que forças numerosas não seria necessário dispor, para efetuar duas operações, iguais ambas na dificuldade!

D. Afonso V optou pela primeira e marchou com o príncipe a sitiar a ponte.

— Para que?

Tomando essa posição de nenhum modo podia socorrer o castelo, onde tremulava ainda a bandeira portuguesa, pois tinha de permeio o rio, invadiável para a cavalaria. Se tentava provocar o inimigo a uma batalha, devia supor, que este o não buscaria senão com uma superioridade conhecida, estando, como estava, bem entrincheirado, e tendo cobertas todas as comunicações importantes.

Seguiu enfim D. Afonso a margem meridional do Douro, saindo pela ponte de Toro; e, tendo deixado nesta cidade o duque de Guimarães e o conde de Vila Real ao serviço da rainha, com a guarnição militar, que pareceu bastante, aproximou-se da ponte de Zamora em batalha ordenada, fez alto e assentou o arraial.

Ficar perto do lugar cercado, era não só condição imposta pelo pequeno alcance das bocas de fogo, mas preceito do *Regimento de guerra*, para fazer maior coração aos combatentes e enfraquecer os sitiados. A ponte estava enfiada pela nossa artilharia.

Cruzaram-se os fogos, que romperam logo de sitiantes e sitiados, sendo o dano, que sofríamos superior ao que causávamos. Houve uma pequena trégua para concertos de paz; inutilmente, porém, visto não se sugerir meio conciliador, de que não desdenhassem as prosápias dos negociadores dela. A sede de sangue causada pela febre guerreira, em que uns e outros ardiam, tornava-se cada vez mais insaciável. E contudo nenhum dos exércitos podia invejar ao outro a sua situação. O nosso, além de lutar com as dificuldades inerentes a uma guerra

feita em país estranho, tinha mais um inimigo a combater: o rigoroso inverno. Ao passo que as chuvas e neves o iam já dizimando, começava a falta de víveres a fazer-se sentir. Consumia-se enfim inutilmente.

Decorreram quinze dias. Uma noite chegou ao nosso campo a notícia, de que Fernando de Aragão fizera uma sortida sobre Toro na margem direita do Douro. D. Afonso V levantou apressadamente o cerco, para atalhar o passo ao inimigo, e foi o primeiro a chegar diante daquela cidade, onde mandou recolher o parque e a peonagem. Soube o príncipe durante a marcha, que Fernando não havia saído de Zamora, mas tinha para o bater, em um lugar chamado Fonte Sabugo, mais de seiscentas lanças, comandadas pelo duque de Vila Formosa, irmão bastardo de Fernando. D. João obliquou à direita, desviando-se assim da direção, que tomara seu pai, e preparou-se para ir dar de salto naquelas lanças.

Havia o nosso exército acabado de transpor um monte, e o inimigo, que começava então a subi-lo, mal corou o alto, descobriu o movimento dos nossos, a ordem com que marchavam, e, para nos deter, mandou picar a nossa retaguarda com algumas cargas ligeiras de cavalaria.

Avisado o príncipe, e prevenido D. Afonso V, volveu este à retaguarda; mas D. João, por lhe parecer mal disposto para a peleja o lugar, onde lhe deram a nova, pois tão apertado era, marchou para a planície, e ficou esperando, que o inimigo ali descesse mais despejadamente.

D. Afonso V, com quanto fosse um tático hábil, não teve tempo de formar as suas reduzidas tropas, de modo que pela boa distribuição delas fosse, quanto possível, suprida a falta de número. Repartiu-as em duas grandes frações. Tomou o comando de uma destas, e confiou ao príncipe o da outra, em que ficou a flor da cavalaria portuguesa.

Os castelhanos avançaram, também divididos em dois corpos: o da direita capitaneado por D. Álvaro de Mendoza, *vindo na reserva* Fernando de Aragão; e o da esquerda pelo duque de Alva, formando na retaguarda o cardeal Mendoza.

Desceram a encosta; mas ainda hesitantes, apesar da vantagem de terem a retaguarda coberta pelo monte; de contarem mais umas oitocentas lanças, pois que parte das nossas haviam escoltado a bagagem para Toro; e de disporem finalmente de infantaria mais numerosa.

Note-se, que na idade média não se conhecia toda a importância da arma de infantaria, nem a grande força, que lhe provém da ordem e uniformidade de seus movimentos. Dava-se quase exclusivo apreço à cavalaria, olvidando-se a máxima dos antigos, prudentemente restaurada pela ilustração militar dos nossos tempos, de que a infantaria é o agente principal do combate, ou,

como poeticamente dizem alguns, a rainha das batalhas. A própria qualidade dos exércitos, compostos de nobreza valente e destra, mas pouco subordinada, bem como dos contingentes tumultuários das cidades, era incompatível com a disciplina e outros requisitos essenciais da sua organização. Neste encontro de Toro, contudo, os castelhanos empregaram com proveito a sua infantaria ao encetar do prélio; mas o seu exército, embora aguerrido, não soube mostrar-se disciplinado.

Amanhecera triste e sombrio o dia dois de março de 1476. Quando os dois exércitos ocupavam as suas posições para travar a luta, devia o sol ter-se posto, e a claridade crepuscular era embaciada por uma chuva miúda e persistente.

Duas vezes as hostes afonsinas fizeram rosto ao inimigo, como quem o convidava a pelejar, até que, vendo D. Afonso V a perplexidade do adversário, mandou dizer ao príncipe, que ao sinal do combate, dado pelas trombetas, fosse o primeiro a romper.

Fez-se o toque. Aos gritos de guerra, *por S. Jorge e S. Cristovão*, investe D. João com a sua hoste. Opõe-se-lhe D. Álvaro de Mendoza, clamando com os seus *por S. Thiago e S. Lazaro*.

Os castelhanos avançaram com denodo sobre a hoste do príncipe, mas obrigou-os a recuar uma descarga dada pelos espingardeiros do arcebispo de Évora D. Garcia de Menezes. Aproveitando a hesitação, em que ficou o inimigo, a nossa cavalaria, como se fora uma forte muralha de lanças, animada de extrema velocidade, carregou impetuosa, irresistível, sobre as fileiras dos castelhanos, esmagando quantos tentaram quebrar-lhe o rompante. Aos primeiros golpes, esse punhado de bravos, com o príncipe real à sua frente, paralisou, desorganizou, pôs na mais completa debandada os melhores alfarazes de Castela. Ainda superior à carnificina, que em breve lapso juncou de cadáveres o terreno, foi o efeito moral desse choque violentíssimo, que percutiu até a reserva do inimigo. E por isso Fernando de Aragão — um moço de vinte e seis anos! — que, para não expor a vida à contingência de um golpe do seu adversário, se colocara a respeitosa distância, mal viu aproximar-se a hoste vitoriosa do príncipe, fugiu a unhas de cavalo para Zamora, sem tempo de reparar, se com efeito lhe seguiam a pista, e salvando-o a sua boa fortuna de ser apanhado por alguns dos nossos cavaleiros, que correram sobre ele.

Na ala direita D. Afonso V não pode cruzar também a sua espada com a do rei da Sicília, porque a não vê na sua frente; mas não lhe sofre o ânimo tê-la embainhada, e lança-se no combate.

Ribombam as descargas das espingardas, contendo os ímpetos da cavalaria; rechinam as setas, atravessando os ares; estouram as lanças arremessadas com

fúria; retingem-se de sangue as espadas nos crebros golpes; relinham os ginetes, discorrendo pela campanha, aliviados do peso dos cavaleiros, que caíram ou mortos ou agonizantes; ressoam, semelhando rugidos de feras, as vozes dos combatentes; soltam gritos de dor cruciantíssima os feridos, sem que possa acudir-lhes a caridade, e servindo antes de estímulos para a vingança; é enfim renhida, desesperada, horrível a refrega. Não cessa do ardor, com que começou de acender-se, e a vitória duvida, se há de inclinar-se à parte da multidão, ou à do esforço.

Corre o Cardeal Mendoza a reforçar o duque de Alva, e o arcebispo de Toledo em auxílio de D. Afonso V. Oitenta espingardeiros castelhanos a cavalo — o que para a nossa hoste era uma novidade — dão uma descarga, que fez hesitar um momento a cavalaria portuguesa; mas, apesar de ter o adversário empregado aquele último recurso, sem duvida reservado para o momento decisivo, logo recrudescer mais viva e encarniçada a peleja.

Partem-se as lanças, e as espadas são agora as armas dos combatentes no último choque.

D. Afonso V, sereno, indiferente ao perigo, parecia ter assentado expor às contingências deste dia a decisão da causa, que se impugnava. Era pois a morte ou a glória o escopo único daquele

*“Que a soberba do bárbaro fronteiro  
Tornou em baixa, e humílima miséria.”*

Quis arremessar-se ao meio das fileiras contrarias, mas os cavaleiros portugueses e castelhanos, que junto dele estavam, percebendo-lhe a intenção ao vê-lo preparar o corcel, detiveram-no; e, fazendo-lhe ver a superioridade numérica do inimigo a par do denodo, com que nos pleiteava o campo, apertaram-no com o seu conselho mais fortemente, do que as espadas castelhanas, obrigando-o a meter a sua na bainha.

Como entre D. Afonso e Toro muita gente contraria envolvia já parte dos nossos, não sem grande risco saiu o monarca do campo, e foi acolher-se a Castro Nunho, fortaleza, que lhe era fiel, e não ficava mui distante: acertada resolução esta, pois facilmente dali voltaria a Toro, que não era provável o inimigo sitiasse naquela noite; e poderia entretanto planear com Pedro de Mendanha, alcaide de Castro Nunho, a desforra do último conflito.

Mendanha era poderoso. Pagava soldo a trezentos cavaleiros; recebia das cidades de Burgos, Ávila, Salamanca, Segóvia, Valadollid e Medina certa quantia, para que lhes não fizesse guerra, e todos os grandes da sua vizinhança tinham o cuidado de manter e conservar as mais amigáveis relações com ele. Por isso D.

Afonso V, na conjuntura difícil, em que se encontrava, praticou um ato de boa política, indo ter com um homem de tanto valor, e que lhe era dedicado. É claro, que nem pela cabeça lhe passou a idéia, de que o príncipe real fosse derrotado, tal era a confiança que depositava no valor de seu filho e no dos companheiros, que lhe deu.

Ambos os reis, cuja lite se debatia, haviam pois abandonado o campo, um porque fugiu, o outro porque o não deixaram empenhar-se na refrega. Ficou vitorioso dele o príncipe D. João, que mandou recolher os feridos e os prisioneiros, sendo deste número o conde de Alva de Liste, tio de Fernando de Aragão.

Da hoste de D. Afonso V tinham fugido muitos para Toro; mas, porque estava fechada a porta da ponte, e somente se abriu mais tarde para entrar o príncipe, vadearam o rio, pagando quase todos com a vida a sua temeridade, pois que ele ia de monte a monte. Os golpes do ferro inimigo não vitimaram tantos, como a corrente impetuosa do Douro. Foram outros, mais prudentes, unir-se ao príncipe, e entre esses o escudeiro Gonçalo Pires, levando a bandeira real, que por instantes tremulara na mão de um castelhano.

Era o estandarte das quinas, o símbolo glorioso da nossa nacionalidade, que tinha sido confiado ao alferes-pequeno Duarte de Almeida, e lhe arrebataram depois de uma luta titânica.

Singulares contrastes!

Encontramos a vitória, onde fomos em menor número. Padecemos a injúria, onde dois dos nossos praticaram façanhas, que por si só bastariam para imortalizar o valor português. Uma delas deu a Gonçalo Pires o apelido de *Bandeira*; a outra, o cognome de *Decepado* a Duarte de Almeida.

*“Cercado por toda a parte  
Sua espada se partiu.  
Por guardar seu estandarte,  
D'arma o estandarte serviu:  
A destra mão jaz por terra,  
O seu guante a não guardou;  
O pendão na sextra aferra,  
E a mão perdida vingou:  
Outro golpe lhe separa  
A sextra mão que segura  
A bandeira, que jurara  
Conservar intacta e pura:  
Nem assim perde a bandeira,*

*N'hastea dura os dentes crava,  
Quando lança traiçoeira  
Seu ginete lhe prostava:  
Cai no chão o cavaleiro  
Sem vida, quase expirando,  
E ficou prisioneiro  
D'ilustre rei Dom Fernando.  
Mas a bandeira regada  
Pelo sangue português,  
Por Goncal'Pires livrada  
Breve foi, logo outra vez.”*

Assim descreve Ignácio Pizarro os dois gloriosos feitos. O de Duarte de Almeida é sublime de heroísmo! Com feridas tão rasgadas, que cada uma era larga porta para sair a vida, e sobrada para entrar a morte, o honrado cavaleiro resiste sempre! Cai enfim; mas não quer a Providência, que por aquelas feridas se esgote sangue tão generoso, e sirvam antes de bocas, para afirmar esforço tão desusado.

A bravura de Gonçalo Pires foi igualmente inexcelsível, pois *per força e como homem de bom coração a tomou a hun Souto-Maior Castelhana que a levava (a bandeira), e o prendeu sobre sua menagem*, abrindo a golpes de espada caminho por entre os cavaleiros, que já iam correndo na companhia daquele em direção a Zamora.

Tinha o príncipe resolvido não levantar o arraial, senão passados três dias, ou aguardar a manhã para de novo acometer o inimigo, por isso mandou acender fogueiras, e tocar trombetas e atabales.

O duque de Alva estava indeciso, e todavia era mister tomar uma deliberação.

Entretanto um pequeno grupo de biscainhos, pertencentes à peonagem mercenária do exército de Fernando de Aragão, conversava sentado sobre umas pedras, descansando ao mesmo tempo das fadigas do dia.

— Cães de portugueses! — grunhia um. — Por causa deles fizeram de nós morcegos!...

— Eu estou com uma sede, que de um trago enxugava agora a maior adega de Málaga! — tornou no mesmo dialeto um cavaleiro, que se aproximava, levando o cavalo à mão.

— Se os mouros consentissem... sempre é bom acrescentar — observou o outro, sem nenhuma curiosidade de saber, quem era o seu interlocutor, pois lhe falava no seu dialeto.

— Perros de Mafoma, que nos não vemos livres daqueles malditos! — exclamou o cavaleiro. — Mas, Virgem Santíssima! o que estaremos nós aqui a fazer? — perguntou o primeiro, como se uma idéia fixa estivesse a verrumar-lhe o entendimento.

— à espera naturalmente, que nos mandem recolher a Zamora...

— Já não é sem tempo. Para lá fugiu o rei, logo no princípio da escaramuça.

— Fugiu, não direi... Retirou...

— Pois seja assim; mas a rainha é mais homem do que ele. Não saia do campo sem dar meia dúzia de cutiladas. Ela sim!... aí está o da *Beltraneja*, que não desmaiou tão depressa. É verdade, que depois também se foi safando. Vi-o eu por aqui fora a mata cavalo. Na direção, que levava, ia talvez para Castro Nunho, que tem voz por ele.

— Sim, é o mais certo; — replicou em tom indiferente o cavaleiro.

Um sinal de trombetas no campo castelhano pôs termo a este diálogo. Os biscainhos partiram a incorporar-se na sua hoste; o cavaleiro montou a cavalo, e saiu a galipe para os lados de Castro Nunho.

Acabaram as hesitações do duque de Alva. Ao ver, que os nossos se concentravam no acampamento sem aparência de receosos, valeu-se do silêncio e sombras da noite, e retirou com o exército para Zamora.

D. João permaneceu ainda mais três horas no campo, tomando-as pelos três dias destinados a celebrar a vitória, conforme o conselho do arcebispo de Toledo; dividiu depois a sua hoste em duas frações, uma com a bandeira de D. Afonso V, outra com a sua, ambas desfraldadas; e, sem mostrar pressa na marcha, como quem ia triunfante, recolheu a Toro.

Foi recebido com afetadas manifestações de jubilo, pois maior era o interesse de todos pela vida de D. Afonso V, cuja sorte se ignorava, do que pelo resultado do encontro dos exércitos beligerantes no campo de Pelaio Gonçalo. E tal ponto atingiu a consternação, abafada pelo receio de melindrar o príncipe envaidecido do seu triunfo, que o duque de Guimarães, com a sua liberdade e franqueza habituais, rompeu o silêncio.

— Não merece — exclamou alto e bom som — o nome de cavaleiro, quem abandona o seu rei, e o não segue na vida ou na morte!

E, dirigindo-se unicamente ao príncipe, perguntou-lhe:

— O que fizestes del-rei, vosso Senhor e pai?

Proferidas estas palavras, que nunca mais esqueceram a D. João, apareceu Pero da Covilhã, e disse ao príncipe:

— El-rei, vosso Pai, e meu Senhor, manda-vos participar, que vivo e são está, por isso sejais tranquilo.

— E onde está el-rei, nosso senhor?!... — perguntou com alvoroço o príncipe real.

— Em Castro Nunho.

— Quem nos trouxe tão bom recado?

— El-rei, meu Senhor, a mim próprio o deu.

A nova espalhou-se logo por toda a cidade. Foi celebrada com toques de trombetas e atabales, repiques de sinos, e outras demonstrações de alegria, feitas pela classe popular. E sem demora igualmente mandou o príncipe sair para Castro Nunho uma guarda de honra composta de numerosos cavaleiros, a fim de acompanharem D. Afonso V a Toro.

Entretanto carecia Pero da Covilhã de explicar a sua presença junto do rei, pois, desde o cerco da ponte de Zamora, militava na hoste do príncipe, havendo-se distinguido pela sua destreza e bravura na gloriosa refrega, em que conquistou novo brilho a intrépida cavalaria portuguesa.

Preveniu o príncipe a explicação, perguntando ao moço escudeiro:

— Como soubestes, que el-rei, meu pai, estava em Castro Nunho?

— Facilmente, meu senhor — respondeu Pero da Covilhã com a maior naturalidade. — Quando caiu a noite, comecei de inquietar-me, por ver, que em nosso campo não havia de el-rei novas, nem mandados. Ansioso de buscar sua alteza, era dominado por um triste pressentimento. As trevas da noite, e a confusão que reinava no campo contrário, poderiam talvez favorecer quaisquer pesquisas, que eu tentasse. Lembrei-me, de que me auxiliaria a facilidade, com que falo os dialetos de Espanha, e fui à ventura.

— Esquecestes, porém, que vos arriscáveis a perder a liberdade ou a vida — atalhou o príncipe.

— Não me ocorreu, com efeito, a idéia desse perigo, pois a que imperava unicamente no meu ânimo era a de servir bem a el-rei e a vossa alteza. — A



poucos passos do nosso acampamento apeei-me, e, quando caminhava na direção da margem do rio, ouvi falar uns biscainhos. Abeirei-me deles. Eram besteiros do inimigo, que estavam em descanso. Quase não repararam em mim. Tomaram-me naturalmente por seu convizinho, e, trocando comigo algumas palavras, um deles afirmou ter el-rei retirado do campo para os lados de Castro Nunho. Corri logo a verificar isto, e lá entrei hoje ao romper da alva. O resto sabe já vossa alteza. Agora, meu Senhor, peço-vos perdão de me ter afastado do acampamento sem licença de vossa alteza.

— Perdoado estais, que digno de louvor é o ato por vós praticado; e, se alguma culpa houverdes, resgatada fora já pelo valor e brio, com que pelejastes a meu lado.

— Beijo as mãos de vossa alteza por mais esta mercê...

Não olvidaram D. Afonso V e seu filho a lealdade e dedicação de Pero da Covilhã, como veremos.

O príncipe, depois de conferenciar com seu pai em Toro acerca da desgraçada guerra, para que tanto contribuíra com o seu conselho, regressou a Portugal; e o rei cavaleiro prosseguiu na sua aventura, sem pensar que o revés de Toro fora o ocaso de sua glória guerreira. Fernando em Cantalapiedra, e Isabel no caminho de Medina, ter-lhe-iam caído nas mãos, se a fortuna, para eles tão pródiga, não fosse para o seu competidor tão adversa.

Desanimou um pouco, enfim, aquele que nos sertões da África nunca temera a morte.

Uma vez unicamente havia desembainhado a sua espada na península, para ser instrumento de uma tragédia ominosa. Era chegado o momento da expiação. Apareceu-lhe talvez a sombra do infante D. Pedro, a jurar vingança eterna do sangue derramado em Alfarrobeira.

Justiça da Providência!

## **V - ADVENTO DA UNIDADE ESPANHOLA**

Estava D. Afonso V com desalento igual à falta de confiança, que tinha nos meios, de que dispunha, para acelerar o suspirado êxito da sua temerária empresa, quando chegaram a Toro D. Álvaro de Ataíde e o Licenciado João Delvas, que vinham comunicar-lhe o resultado da sua missão junto de Luiz XI. Era grande o contentamento dos embaixadores, por terem a convicção, de que não fora iludida por vãs promessas a sua boa fé ao tratarem com o rei da França. Não lhes ocorria, que os príncipes não contraem, nem conservam

amizades com sacrifício de seus interesses; e talvez ignorassem, que Luiz XI tinha por máxima: *quem não sabe dissimular, não sabe reinar*; e que, por ele ser assaz astucioso e pérfido, lhe chamavam *a raposa*.

Lograram efetivamente celebrar, aos 8 de setembro de 1475, o tratado de liga ofensiva, no qual a França se comprometeu a coadjuvar Portugal na conquista dos reinos de Castela e Leão; e obtiveram a confirmação e renovação dos antigos tratados de paz e amizade entre estes dois últimos reinos e o da França, por Luiz XI de uma parte, e da outra por D. Afonso V, rei de Castela.

O nosso monarca, porém, receoso, de que o seu aliado não cumprisse as estipulações dos tratados, por haverem aumentado para os reis da Sicília as probabilidades do triunfo, resolveu passar a França, e negociar pessoalmente com Luiz XI, a quem se ofereceria por medianoiro da paz com o duque de Borgonha.

Regressou, pois, a Portugal, com sua sobrinha. O príncipe, seu filho, pôs o maior cuidado em dissuadi-lo do propósito que trazia; mas a ambição cegava-lhe o entendimento, e a esperança de realizar os seus desejos, de vingar-se da afronta de Toro, não dava lugar ao receio de arriscar mais uma vez a sua reputação.

Querendo passar mais além, do que lhe permitia a fortuna, saiu para França o alucinado rei, depois de ter embarcado no porto de Lisboa, em uma urca, na conserva da qual iam quinze navios com dois mil e duzentos homens.

A esquadra fez-se à vela com destino a Marselha; mas por causa do tempo foi arribar a Collioure, onde D. Afonso, depois de receber os cumprimentos, que Luiz XI lhe enviara por um oficial de sua casa, com ordem de dispor tudo para a jornada do régio hóspede, despediu os navios. Ao seu serviço ficou unicamente o pessoal indispensável, de que fazia parte Pero da Covilhã, seu escudeiro predileto depois do conflito de Toro.

Do porto de Collioure pôs-se o rei de Portugal a caminho de Perpignan, e teve aqui a mais pomposa recepção oficial, levando-se a homenagem ao requinte de abrirem todos os cárceres e soltarem os presos lá retidos.

De Perpignan expediu a Luiz XI um fidalgo da sua corte, encarregado de notificar-lhe a sua chegada, e de pedir-lhe a designação do sítio, onde deviam conferenciar. Como a escolha deste recaísse em Tours, D. Afonso V, seguiu por Narbonne, Montpellier e Nimes. Aqui deixou a estrada ordinária, a fim de tomar para Lion por Pont-Saint-Esprit, onde lhe veio ao encontro o duque de Bourbon, acompanhado de numeroso cortejo, e antecipando-se a uma deputação, que por parte de Luiz XI dera, passados dias, as boas vindas em Roane ao agosto

viajante. Dirigiu-se depois a Bruges. Nesta cidade demorou-se algum tempo, fazendo-lhe companhia novos enviados do rei de França, que o entretiveram a mostrar-lhe fortalezas, aprazíveis estâncias, e, entre outras cousas, um rico e antigo livro na biblioteca de uma abadia de beneditinos. Era o *Lancelote do Lago*, romance de cavalaria escrito em latim, na leitura do qual os paladinos dos séculos XII e XIII aprendiam com entusiasmo a imitar algum dos fabulosos cavaleiros da *Távola Redonda*. Poderia inflamar também o espírito aventureiro de D. Afonso V, a quem o velhaco de Luiz XI por si, ou por intermédio de seus agentes, procurava divertir do propósito, que o levava a França, e por isso lhe prodigalizava todo o gênero de distrações.

Chegou o monarca português a Tours. À entrada foram-lhe entregues as chaves da cidade pelos regedores dela, os quais incorporados aos dignitários da corte francesa, lhe fizeram uma recepção solene, e o seguiram até os aposentos, que lhe estavam destinados.

Unicamente cinco dias depois saiu Luiz XI do castelo de Plessis-lez-Tours, onde residia, e foi encontrar-se com o seu hóspede. Sabendo D. Afonso V, que ele o buscava, quis descer à rua, ou ao menos ir até à escada do palácio recebê-lo, o que lhe foi impedido por dois príncipes, que Luiz XI havia mandado adiante para regularem o cerimonial da entrevista.

A meio de uma sala avistaram-se os dois soberanos. O rei de França “vinha com um só barrete na cabeça, tendo já dela tirado um chapéu e duas grandes carapuças, e trazia solto um saio curto de mau pano, e à cinta uma espada de armas muito comprida, e umas botas calçadas, e nos pés as esporas do mesmo jaez da espada, e ao pescoço uma beca de camalote amarelo, forrada de cordeiras brancas muito grosseiras, e suas calças brancas entretalhadas de muitas cores.

“E ambos os reis com barretes nas mãos se abraçaram, inclinados os joelhos muito baixos.

“E tendo o rei de França assim abraçado o monarca português, com os olhos no Céu disse, que dava muitas graças a Nossa Senhora e a S. Martinho, porque a um tão pobre homem, como ele era, fizeram tanta mercê, que a seu reino e casa o viesse ver e visitar um tamanho rei, que ele sempre desejava tanto ver, e ter por irmão e amigo, e que porém ele não cresse, que era vindo em reino estranho, mas como próprio seu, porque assim se faria nele todo seu prazer e serviço, como nos de Portugal.

“E com isto acabado se recolheram à câmara, à entrada da qual, sobre quem se cobriria primeiro, houve entre ambos grandes e louvados debates.”

Que farsante este senhor Luiz XI! Fez-se esperado, para afinal apresentar-se humilde até à repugnância!

Depois de conferenciar com esse frascário, D. Afonso V partiu de Tours para Paris, tendo sido antes enviados a Roma embaixadores de ambos os monarcas, com o fim de solicitarem dispensas para o de Portugal poder casar com sua sobrinha, a princesa D. Joana.

Pouco se demorou em Paris. Aconselhado por Luiz XI, dirigiu-se, no coração do inverno, à baixa Alemanha, a fim de se avistar com o duque de Borgonha, então empenhado na tomada de Nanci ao duque de Lorena, com quem estava em guerra. Sobre um rio coberto de gelo abraçaram-se os dois soberanos, e ali mesmo disse D. Afonso a Carlos o Temerário, que o seu propósito era congraçá-lo com o duque de Lorena, pois da paz entre ambos resultaria, que Luiz XI, por se ver desobrigado de mandar vigiar a fronteira francesa, mais facilmente apoiaria a justa causa de D. Joana, e poderia uma boa parte das tropas borgonhasas concorrer também para o bom êxito da empresa de Castela.

O filho de Filipe o Bom, ao ver a ingenuidade com que seu primo lhe apresentava os seus projetos, respondeu-lhe indignado, que Luiz XI era homem sem virtude e sem fé, e o andava iludindo, pois ao passo que o aconselhara a vir a Nanci, nas suas costas mandava tropas numerosas a socorrer o duque de Lorena. E terminou Carlos de Borgonha por convidar o primo a tomar parte na defesa de Pont-à-Mousson contra o duque de Lorena, a quem esperaria diante de Nanci para lhe dar batalha.

Ante esta prática, excitando à guerra, quem levava o ânimo inclinado à concórdia, houve D. Afonso V por mais acertado voltar para Paris, e assim fez.

Carlos de Borgonha foi morto em combate. Estava Luiz XI livre do seu inimigo mais implacável, e, como o abutre, que paira no alto a vigiar a presa, até o momento de se despenhar e lançar-lhe as garras, caiu logo sobre o ducado, e apoderou-se das cidades de Some e de Borgonha propriamente dita. O sagaz, mas perverso filho de Carlos VII, tinha agora mais facilidade de resolver o problema, que sobre todos o preocupava: a unificação da França. Lançando mão de todos os meios, mormente dos diplomáticos, no intuito de anexar a Borgonha ao território francês, foi residir em Arras, a fim de seguir de perto os passos de seus agentes.

Entretanto regressavam de Roma a Paris os embaixadores com a resposta de Sixto IV. Na corte pontifícia havia-se aberto uma grande campanha diplomática, adversa ao casamento de D. Joana. Ao passo que o rei de Nápoles, e outros príncipes, conspiravam a favor dos reis da Sicília, a cúria duvidava das promessas feitas pelo rei de França ao de Portugal; mas, parecendo-lhe, que a

morte do duque de Borgonha deixava Luiz XI em melhores circunstâncias de honrar a sua palavra, resolveu sagazmente a questão, concedendo a dispensa no caso de Luiz XI se decidir formalmente a prestar auxílio ao rei de Portugal, e fazendo assim o soberano francês supremo juiz da demanda. Atendeu os delegados de Luiz XI, deixando implicitamente insinuado aos reis da Sicília, que tratassem com essa potência; e não os delegados de Afonso V, por quanto a estes pôs uma condição, cujo cumprimento confiava às diligências do seu soberano, que era o mais interessado no negócio. Sempre hábil e cautelosa a cúria romana.

A Luiz XI mandou logo D. Afonso V dizer, que desejava conferenciar com ele a respeito da resposta mandada pelo papa; e concordou-se por isso no encontro dos dois monarcas em Arras.

Realizou-se a entrevista, ficando Luiz XI de participar ao rei de Portugal a sua resolução definitiva. Esperou este alguns dias em uma abadia de cônegos regrantes, que fora desinada para seu alojamento, e recebeu enfim uma resposta, que o esclareceu acerca da doblez e política tortuosa de Luiz XI.

Voltou o desiludido monarca seus olhos para Portugal, e seus passos para Rouen. Aqui se deteve grande parte do verão na esperança de embarcar-se, até que desceu a Honfleur, onde se aparelhavam os navios para o transportar e à sua comitiva. Neste porto permaneceu ainda quase todo o mês de setembro. Sempre merencório e sombrio, entregava-se de preferência a exercícios religiosos despendendo também parte do tempo em escrever, e com o maior cuidado logo guardava o escrito dentro de um cofre, cuja chave trazia consigo.

Um dia chamou Pero da Covilhã, e disse-lhe:

— Vou fazer uma longa viagem, e muito me prazia levar-vos comigo; mas tenho por melhor deixar-vos ao serviço do príncipe, que muito vos quer também.

Ao que Pero da Covilhã respondeu:

— Que mágoa imensa o meu coração sente ao ouvir vossa alteza! É dever meu cumprir as ordens, que me dais; mas, se no vosso real desagrado ainda não cai, concedei-me a grande mercê de não regressar a Portugal, sem que vá com o meu rei e Senhor.

— Não. E confiar-vos-ei um segredo, que vos explicará a minha recusa, dando-me algum alívio o desabafo. — Quando enviuvei, prometi deixar o mundo, e meter-me em religião, logo que o príncipe, meu filho, estivesse em idade de reger o reino. Entretanto surpreendeu-me a empresa de Castela, e, presumindo eu, que era servir a Deus e da Sua vontade, defender a justa causa da princesa, minha sobrinha, procedi, como todos sabem. Fiado nas promessas del-rei de

França... vim a esta nação, onde tenho esperado, que os sucessos das guerras, movidas por sua alteza, lhe permitissem dar-me afinal o socorro prometido... Vejo infelizmente, que tais guerras cada vez mais se acendem, e os meus negócios cada vez mais se enredam, por isso entendi, que Deus me avisava de haver chegado o tempo de cumprir o meu voto. E, como creio que os príncipes, que vivem e morrem na regência de seus estados, com dificuldade se salvam, unicamente me pesa, não ter tomado a resolução de deixar o mundo e as suas pompas, quando Portugal estava em paz, pois de mim dava melhor exemplo, e escusava as censuras de muitos, que não deixarão de atribuir à falta de valor, e talvez a outras causas pouco honrosas, desistir eu da empresa começada. Sirvam esses mal fundados juízos de desconto a meus pecados. Estou deliberado a resinar a coroa, e a partir para a Terra Santa, onde purificarei as minhas crenças, e passarei o resto de meus dias em uma clausura.

Pero da Covilhã caiu de joelhos aos pés de D. Afonso, e exclamou!

— Que fazeis, Senhor!... Pois tendes ânimo de deixar na orfandade tantos filhos vossos, que mais não são todos os portugueses?!... Se não quiserdes prosseguir na empresa de Castela, não podereis ainda, uma e muitas vezes, mostrar ao mundo quanto valeis, combatendo novamente os infiéis, e alargando os domínios de além-mar?!... E não será isto porventura entregar-vos ao serviço de Deus, com proveito e glória de vossa alteza e da nossa pátria querida?!...

D. Afonso V obrigou o moço escudeiro a levantar-se, e tornou-lhe muito impressionado:

— Cumpro a vontade de Deus!... Ao príncipe ficam bem entregues os destinos da nação, e de certo ele voltará às terras da África, onde o bárbaro mouro experimentou já a rija tempera da sua espada. Vós lá sereis também a confirmar a destreza e bravura, com que pelejastes nos plainos de Toro. Crede, que o vosso novo rei vos terá sempre em grande estima, porque lho mereceis, e continuareis a merecer, e nem eu, nem ele, nos esquecemos do perigo, a que vos expusestes, para ir a buscar-me a Castro Nunho.

Ao pronunciar as últimas palavras, o monarca abraçou Pero da Covilhã, que seguidamente lhe beijou a mão, e saiu da sua presença muito comovido.

Com efeito, Pero da Covilhã podia ser útil ao desfalecido rei na sua peregrinação e exílio línguas, já porque era mui inteligente, já porque falava com facilidade o árabe e outras línguas; mas D. Afonso V, despojado de grandezas, não tinha com que galardoar os merecimentos do moço escudeiro, por isso preferiu deixá-lo ao serviço do príncipe.

Antes do alvorecer do dia seguinte, que era o 24 de setembro de 1477, o rei saiu a cavalo, como costumava, acompanhado por dois moços da câmara e dois de estribeira, depois de ter ordenado ao seu capelão, que o fosse esperar a meia légua de distância, em um sítio, onde efetivamente se encontraram. Daqui fez voltar para Honfleur um dos moços de estribeira com a chave do cofre, que continha os seus escritos, e com ordem de serem lidos, por quem da sua comitiva estivesse presente.

Entretanto já os portugueses, e M. de Lebrét, que por ordem de Luiz XI acompanhava D. Afonso V para o servir, haviam notado, que ele tardava em regressar do seu passeio.

Pero da Covilhã, que conhecia os desígnios do rei, presumia unicamente, que ele os tivesse posto em prática; mas a ninguém revelava esse pensamento. Conservava-se triste, como quem compartilhava da geral inquietação, sem gesto ou palavra, que o traíssem.

Chegou enfim o moço de estribeira. Abriu-se o cofre, e nele foram encontradas cartas escritas por D. Afonso V. Era uma para Luiz XI, na qual pedia desculpa do incomodo, que lhe causara; recomendava-lhe os portugueses, que deixava em França; e expunha-lhe os fundamentos, que o determinavam ao ingresso na vida monástica. Outra para o príncipe D. João, dando-lhe conta da sua malfadada viagem, e ordenando-lhe com paternal afeto e justificada instância, que se fizesse aclamar imediatamente rei. Outra, participando ao reino a sua abdicação, e determinando-lhe obediência ao príncipe real, como o próprio e verdadeiro monarca. E finalmente outra aos da sua comitiva, da qual nomeava chefe, para todos os efeitos, o conde de Faro.

Finda a leitura de todas, foram as destinadas a Portugal remetidas logo ao príncipe por via do seu camarista Antão de Faria, que tão célebre se tornou mais tarde no seu reinado, e que tinha vindo a França tratar de negócios do Estado com D. Afonso V. Em virtude destas cartas, foi D. João aclamado rei de Portugal, no alpendre da igreja de S. Francisco em Santarém, aos 10 de novembro de 1477.

Tendo-se limitado o moço de estribeira a cumprir as ordens, que trouxera, e não sabendo prestar informação alguma acerca do destino, que levaria o régio fugitivo, atrigaram-se os portugueses em buscá-lo por toda a parte. M. de Lebrét, por seu turno, empregou emissários com igual fim, depois de comunicar a Luiz XI, quanto se passava, e de dirigir graves acusações aos portugueses, pela negligência com que serviam, e acompanhavam o seu soberano.

Decorridos poucos dias, foi descoberto o paradoro do monarca por um cavaleiro normando, chamado Roberto Le Boeuf. Era em uma pequena aldeia

da Normandia. D. Afonso V estava a dormir, e Le Boeuf acordou-o, para melhor o reconhecer. Não dissimulou o rei a sua identidade. O cavaleiro fez logo reunir a gente do lugar, para que vigiassem a regia habitação, e não consentissem a pessoa alguma o sair dela. Expediu mensageiros a Luiz XI, aos portugueses, que estavam em Honfleur, e a M. de Lebrét, participando a todos aquela nova. E, finalmente, não só tratou com acatamento, mas serviu com zelo igual o seu prisioneiro.

O conde de Penamacor, que era o primeiro camarista de D. Afonso V, e tinha declarado não voltar sem seu amo a Portugal, apareceu logo junto do rei. Encontrando-o mui pertinaz, em levar avante o seu propósito, de se dirigir à Palestina, esperou pelo conde de Faro, e pelos restantes fidalgos da comitiva, para o demoverem. Deixou-se enfim D. Afonso V vencer das instâncias dos seus, e de uma carta muito consoladora, que Luiz XI lhe escrevera. Teve, porém, pejo de entrar em Honfleur, e demorando perto do lugar, em que ele estava, a baía de Hogue, para aqui se dirigiu com o seu séquito, a fim de sair da França, onde se sentia sobre brasas.

Embarcou seguidamente em uma carraca, mandada fretar por ele, e de Honfleur desceram os navios franceses, que Luiz XI fez por aprestar a tempo de a comboiar, confiando o comando da frota a Jorge de Bicipat, cognominado o *Grego*.

O rei de França continuava a encobrir com vãs honrarias, e ostentações de respeito pelo monarca português, a perfídia com que politicamente o traía. E D. Afonso V fazia-se à vela para Portugal, sem levar no coração magnânimo ressentimento algum, contra quem o havia constantemente logrado, antes até alimentando a esperança, de que Luiz XI sempre viria a prestar-lhe socorro para concluir a empresa de Castela! Voltara-lhe esta preocupação, depois que recebeu a última carta do seu amigo e aliado...

D. Afonso V era muito instruído, e tinha grande predileção pelos que cultivavam as letras; por isso, durante a viagem, algumas vezes ordenava a Pero da Covilhã, que lhe recitasse romances e outras composições poéticas de Castela; com o que o rei-cavaleiro muito folgava. Para todos tinha sempre o gentil soberano uma palavra amável; e, no tom de familiaridade que lhe era peculiar, aos portugueses descrevia com rara exatidão e lucidez, quanto vira de notável nos lugares, que percorrera, e ao capitão da frota exalçava as qualidades de Luiz XI, pondo ao mesmo tempo em relevo a hospitalidade da nação francesa.

Sobreveio um temporal, que deu causa a não poderem alguns navios aguardar a conserva. Perderam-se dos restantes, e abicaram primeiro do que eles à baía de Cascais. Não lhes tomaram, porém, grande dianteira, pois mal tinha corrido em



Lisboa, onde estava D. João, a nova, de que seu pai chegaria prestes, logo este aportou à mesma baía.

Certificado D. Afonso V, de que o príncipe tinha sido aclamado, foi surgir a Oeiras.

No dia seguinte desembarcou, sendo recebido em terra por seu filho, que mesmo ali depôs em suas mãos as rédeas do governo e o cetro, que por obediência havia empunhado.

A este tempo era já muito reduzido o número de partidários de D. Joana. O arcebispo de Toledo obteve perdão dos reis católicos, e recuperou a sua graça. O próprio Beltrán de La Cueva recebia mercês destes príncipes e servia-os. A cidade de Toro estava em poder de Isabel; e Castro Nunho, depois de apertado cerco, em que a defesa heroica de Pedro de Mendanha teve profundamente abalado o poder castelhano, rendeu-se afinal aos adversários de D. Afonso V com permissão deste, enviada ainda de França ao alcaide lealíssimo, e precedendo tais condições, que foi quase afrontosa a vitória para o exército sitiante.

Meses depois celebrou-se o tratado de paz e aliança, de 9 de outubro de 1478, entre os reis de Castela e Luiz XI, ficando anuladas quaisquer confederações, ligas e amizades existentes ou futuras da França com Portugal, assim como de D. Luiz XI com D. Joana, asserta rainha de Castela.

Apesar de tão categóricos desenganos, D. Afonso V, incitado por alguns magnates de Castela, que publicamente se diziam seus inimigos, mas estavam com ele na melhor inteligência, persistia na idéia de atear a guerra, e concluir o casamento com sua sobrinha. A especulação dos castelhanos não passava despercebida a Isabel, inspirando-lhe cuidado e receio; por isso não cessavam as hostilidades tanto por parte de Castela como de Portugal, com grande e manifesta ruína das duas nações. A paz era de absoluta necessidade para ambas, e nisto convieram enfim as partes interessadas.

Para entabular as negociações, avistaram-se na vila de Alcântara, em Castela, a rainha D. Isabel e sua tia a infanta D. Beatriz, viúva do infante D. Fernando duque de Viseu, as quais combinaram, que fossem ajustadas as pazes em Portugal. Com efeito, a 4 de setembro de 1479, celebrou-se em Alcaçovas o tratado de paz perpetua entre D. Afonso V e os reis católicos. Estipulou-se além de outras clausulas, que o príncipe D. João, filho dos reis de Castela, casasse aos sete anos por palavras de futuro, e aos quatorze por palavras de presente, com D. Joana, a qual receberia de arras vinte mil florins de Aragão, fora os rendimentos necessários para manter o seu estado; e, recusando-se o príncipe a

concordar neste casamento, a princesa não só seria indenizada, mas ficaria livre para poder dispor de si.

Era um meio honesto de esbulhar de seus direitos a desditosa filha de Henrique IV, pois tal consórcio nunca se realizaria.

Para segurança desta clausula, D. Joana, tinha de ser posta em terçaria na vila de Moura, em poder da infanta D. Beatriz, e, não querendo, devia entrar em um dos cinco mosteiros portugueses da ordem de Santa Clara, conservar-se aí o tempo do noviciado, findo o qual era obrigada a optar pela profissão ou pela terçaria.

No mesmo tratado estatuiu-se, que o infante D. Afonso, filho do príncipe D. João, logo que fosse em idade de sete anos, se desposasse com a infanta D. Isabel, filha primogênita dos reis católicos, devendo esses infantes ser também postos em terçaria nas mãos da infanta D. Beatriz.

Este enlace era a principal garantia da paz tão desejada pelos reis de ambos os países para porem termo à desconfiança, com que se tratavam, originada de conveniências e paixões particulares, mas filiando-a especiosamente na recíproca ofensa dos interesses nacionais.

Agora repare o leitor no que diz Rui de Pina, cronista coevo destes sucessos, e profundo conhecedor das intrigas e ambições, de que foi vítima a inocente princesa D. Joana:

“Estando (a princesa) em Santarém, e cumprindo-se os seis meses de sua liberdade, ela não com menos força alheia que tristeza sua própria, e com dolorosas lamentações suas e de todos os seus deixou o título de rainha e tomou o de D. Joana, e despiu seu corpo dos brocados e sedas que trazia e vestiram-na em hábitos pardos de Santa Clara, tirando-lhe da cabeça a coroa real de Castela e Portugal de que era intitulada, e cortando-lhe dela seus cabelos como a uma pobre donzela, e por maior seu agravo e mágoa não lhe deixando os servidores de seu gosto e vontade, nem menos cousa que tivesse imagem destado. E o primeiro mosteiro em que assim entrou, foi Santa Clara da dita vila de Santarém. E na execução destas cousas porque a necessidade de outras muitas assim o requeria, o só e principal ministro era o príncipe; porque el-rei D. Afonso seu pai de muito anojado e envergonhado delas, de todas se escusou, e as deixa inteiramente à disposição e ordenança do filho, a cuja vontade el-rei naquele tempo mostrou ser muito inclinado e sujeito. Mas se o príncipe no cumprimento destas cousas excedeu o modo contra a senhora D. Joana, por ventura mais do que per razão, piedade e temperança se lhe devia, e isto pela glória e contentamento que tinha do casamento do infante seu filho se não desfazer, que não era sem alguma esperança da sucessão de Castela, a

desventurada fortuna como cru algoz do rigoroso e severo juízo divino, pela culpa do príncipe, se a tinha, lhe deu logo a pena com o triste e mortal apartamento dos inocentes príncipe e princesa, depois de novamente casados, sobre que tanto fundamento de honra e segurança fazia. Porque o mesmo lugar de Santarém, que contra a senhora D. Joana foi o talho desta primeira crueza, se tornou a ser o princípio desta sua vingança; porque o príncipe D. João depois de ser rei à vista da mesma excelente senhora, viu a súbita e desastrosa morte do príncipe D. Afonso, seu filho, e a quem à primeira pareceu, que, sendo vivo, os reinos de Portugal sem os de Castela não bastariam, ele o viu logo morto, e de uma pouca de terra para sempre sujeito e contente, e a triste e inocente princesa sua mulher antes de bem casada se viu logo ser viúva, privada do verdadeiro título que tinha, e trocados os brocados ricos e holandas delgadas que trazia, com pobre burel e grossa estopa em que foi logo vestida, nem ficaram por cortar seus cabelos dourados com accidental propósito de religião, sendo apartada das pessoas mais de sua conversação e servida por servidores alheios, comendo no chão e em vasos de barro, privada em todo de todo estado, entrando nestes reinos esposada, coberta de ouro e de preciosa pedraria, em cima de ricas facas e trotões à vista de todos. Mas vós lágrimas que na lembrança desta dor aqui apontais sofrei-vos um pouco, cá pera outro mais próprio lugar estais reservadas. Nem a culpa do solene mas simulado e cauteloso juramento, que el-rei e a rainha de Castela fizeram sobre o casamento desta senhora com o príncipe seu filho, não ficou sem triste pena e mortal perda e sentimento seu, porque Deus em cujo desprezo pareceu que se fez, não padece engano por castigo, do qual vimos que também eles viram a não madura morte do príncipe inocente moço seu filho, vivendo pouco mais tempo daquele, em que com esta senhora prometeram e juraram de casar; porque ele já então era casado com madama Margarida, filha do rei dos romanos, e a tinha já em seu poder, sem de nenhum destes príncipes de que os reis de Castela e de Portugal tanta esperança e fundamento faziam, ficar algum legítimo herdeiro descendente que os sucedesse e herdasse, e foram seus herdeiros os transversais mais chegados”.

Depois da profissão da *Excelente Senhora* — tratamento dado a D. Joana tanto que vestiu o hábito de clarista — D. Afonso V quis abdicar e recolher para sempre ao mosteiro do Varatojo por ele fundado; mas a morte antecipou-se a frustrar-lhe esse último desígnio. A 28 de agosto de 1481 exalou o derradeiro alento na mesma sala do paço de Cintra, onde se ouvira o seu primeiro vagido.

A Excelente Senhora sobreviveu-lhe muitos anos, cumprindo resinada a sentença fatal do seu destino, que foi servir sempre de juguete nas mãos de ambiciosos, e de temerosa arma política a seu primo D. João II.

Em 1482 interessou-se Luiz XI pelo casamento da desditosa princesa com Francisco Febo, rei de Navarra. Mais tarde Fernando V, apenas enviuvou, rojou-

se a seus pés, e solicitou-lhe a mão de esposa, como em outro lugar deixamos referido. Não podendo, porém, ela olvidar, nem um momento, que era a legítima sucessora da coroa de Castela, recusou com nobre altivez as propostas deste seu algoz e difamador de sua mãe, preferindo conservar-se solteira, até que deixou de existir em 1530, com sessenta anos de idade.

Foi sepultada na igreja de Santa Clara, de Lisboa, e tão esquecida a quiseram, que nem um epitáfio lavraram sobre a lousa que a cobriu. E, como o terremoto de 1755 arrasou essa igreja e o convento anexo, lá desapareceram misturadas com os destroços dos dois edifícios as cinzas da pobre princesa.

Malfadada condição a sua!

Não logrou D. Afonso V ser o unificador da grande nação espanhola, e ao filho de D. João II foi também vedado herdar as duas coroas da península, para realizar, conforme as aspirações de seu pai, a reconstituição da velha monarquia visigótica, terminada no primeiro quartel do século VIII pela batalha de Guadalete.

Por lei, e pela própria dignidade da monarquia, o trono de Castela era patrimônio da filha de Henrique IV; e, se fossem justos os pretextos, de que se serviram, para lho arrebatarem das mãos, a segurança e a estabilidade de todas as dinastias podiam considerar-se problemáticas.

O que mormente achanou o caminho do trono a Isabel, foram as leviandades e torpezas de um rei inepto e devasso; mas nada pode lavar a macula de rebelde, com que ela conspurcou o seu nome para sempre.

Foi uma ruim causa que produziu bom efeito. O consórcio de Fernando de Aragão com Isabel preparou o sucesso transcendente da unidade espanhola, realizada mais tarde por Carlos V, e os reis católicos elevaram a Espanha ao mais alto grau de prosperidade.

Acabaram-se as turbulências dos magnates, e restabeleceu-se enfim o poder da realza.

## **VI - PESQUISAS**

Por morte de D. Afonso V todos os criados da sua casa tomou D. João II para si com muito amor e agasalho, conforme testemunha Garcia de Rezende. Pero da Covilhã pertencia àquele pessoal, e, como pelos serviços prestados em Castela e França havia conquistado a estima do novo monarca, para logo ascendeu esta à quase intimidade de valido.

Convém notar, que D. João II ao seu serviço preferia ter cavaleiros particulares a grandes e senhores; ou fosse por manifesta má vontade contra estes, ou porque, fazendo criaturas suas os que possuíssem iguais qualidades e menos poder, esperava que o servissem com maior fidelidade e menos ambição, por carecerem mais do seu rei, e serem mais fáceis de contentar. Sobretudo tinha na melhor conta os seus companheiros de armas em Toro, aos quais louvava por vezes a dedicação e valor, cujo testemunho lhe deram, e por isso a todos elevou e distinguiu sempre, entrando a máxima parte deles em o número dos quatro mil *vassalos del-rei*, que criou, como lhe requereram as cortes reunidas em Évora a 12 de setembro de 1481.

Pero da Covilhã vivia, pois, na corte de D. João II e fazia parte da sua guarda.

Nem antes, nem depois, ainda houve outra corte mais brilhante em Portugal. O rei, para descansar das fadigas da administração, mostrava grande prazer de achar-se rodeado de cortesãos dotados de boas prendas, e com eles folgava, estimulando-os a exibi-las na presença das formosuras insignes, que compunham o aparatoso e galante séquito da rainha D. Leonor.

Assistia jubiloso aos saraus do paço, nos quais até às vezes, depois de ver dançar com primor a *retorta mourisca* pelas damas trajando ao uso árabe, deixava-se adormecer no regaço de alguma delas. Era o primeiro enfim a lembrar os desafios poéticos, as *cortes de amor*, o *jogo dos naipes*, e tantas outras diversões próprias de uma sociedade elegante, de cujas aventuras amorosas se não fazia mistério.

Maria Tereza era uma das mais gentis entre as donzelas, que a rainha educava para suas damas, e que podemos denominar os botões de rosa do real *jardim de formosura*, como depois Gil Vicente chamou ao estrado das damas de D. Leonor.

Bela e muito viva, mais de um dos seus admiradores a requestava em verso. Ela, porém, sempre desdenhosa, sorria desses requebros, torturando assim os apaixonados moços. Alguns alcinhavam-na de desvanecida, outros de soberba, despeitados todos por se verem repelidos. Não logravam compreender muitos deles, herdeiros de boas casas, que uma menina pobre se mostrasse tão esquiva, tão reservada, quase fria, naquele meio tão aquecido pelo calor da mocidade; em aquele bulício, que a intimidade no trato, e o desprendimento na linguagem tornavam tão jovial e afetuoso, como fielmente no-lo representa o *Cancioneiro Geral*, de Garcia de Rezende.

Um dia Pero da Covilhã, ao passar por ela, disse-lhe quase a medo:

— Amo-vos!...

Maria Tereza corou, e tamanha perturbação sentiu, que não pôde articular uma palavra.

Pero da Covilhã desapareceu, e ela, recobrando a serenidade, disse consigo mesma:

— Deve-me ter talvez achado bem ridícula!... Não só ridícula; mas traduziria o meu enleio por baixaza d'alma, pensando que não agradeci a sua galanteria por ele não ser fidalgo, e eu filha e neta de fidalgos!...

Esta idéia foi um desespero para Maria Tereza, que não encontrava desculpa alguma para o seu silêncio. Até pelo seu espírito passou o receio de que Pero da Covilhã a desprezaria, pois estava convicta de que fora desprimorosa para com ele, e de que uma palavra polida é sempre fácil de responder.

Quando pouco depois avistou Pero da Covilhã, não pôde falar-lhe; mas retribuiu com um sorriso da mais inefável candura a gentileza, com que ele a cortejou. A divina semente, que germinava oculta em seu coração, cresceu de súbito e floriu. Do encontro de duas almas, que se atraem, é que salta a faísca sagrada.

Durante algum tempo, não houve entre ambos correspondência, que não fosse a dos seus olhares que se cruzavam; mas bastava essa para se compreenderem. Os olhos são o espelho da alma, e descobrem, sem o sentirmos, todos os segredos, que lá guardamos.

Foi Pero da Covilhã mandado chamar pela rainha. Maria Tereza, mal soube a novidade, esperou-o à entrada dos aposentos de sua ama, e quando ele surgiu, disse-lhe:

— Aguardava-vos, para dissipar qualquer temor que porventura tivésseis... Como não é costume, havia de surpreender-vos a ordem da rainha, minha Senhora?...

— Certamente!... E graças pelo vosso cuidado em me prevenir, pois me tinha ocorrido, que sua alteza desconfiasse, que vos cortejo, e não o levasse a bem...

— respondeu Pero da Covilhã, ainda mal refeito do sobressalto, que lhe causou a inesperada aparição de Maria Tereza, que para o tranquilizar lhe afirmou:

— Sua alteza nada sabe ainda. Como, porém, não tenho segredos para minha real ama...

— Oh! nada lhe confesseis por enquanto!... interrompeu Pero da Covilhã suplicando.

— Porquê?!... — perguntou Tereza meio admirada.

— Porque não vos mereço ainda...

— Por sermos muito moços; quereis talvez dizer?...

— Tereza!... Amo-vos cada vez mais! E por isso mesmo vos peço que espereis...

— Esperarei.

— Quando eu tiver uma posição digna de vós e do vosso nome ilustre, virei oferecer-vo-la, e esse será o primeiro passo para a minha felicidade... Antes, não!... Sou um simples escudeiro, bem vedes!...

— Não vos amergeis tanto!... “Só os escudeiros sustentam o reino”: dizia D. João I... O que foi Nuno Álvares, antes de condestável?... De onde provêm os melhores títulos de Portugal e Castela?... De escudeiros se fizeram as casas de Benavente, de Vilhena, de Albuquerque, de Medina-Sidonia, e tantas outras...

— Assim é; mas...

— Mas vós sois hoje um escudeiro, e amanhã podereis ser um fidalgo... Não tendes a nobreza por herança e patrimônio? Haveis de merecê-la e ganhá-la!... É crença minha.

— Na firmeza da vossa linguagem manifestais bem os quilates do vosso peregrino espírito... Edificativa exortação a vossa!...

— Pois não será verdade o que vos digo?... Aqueles a quem a glória dos avós envida, sem procurarem imitar-lhes as virtudes, esquecem-se, de que não é nas raízes, mas nos ramos, que tem as árvores o seu fruto... Ora dizei-me!... Quantos fidalgos deixaram a vida em Toro?... Dos escudeiros sabemos todos, que muitos lá ficaram...

— Morreram no seu posto...

— Com honra, bem o sei. Ou não foram eles portugueses!... Mas costume foi sempre lançar os escudeiros diante, para serem no perigo o escudo dos nobres... Que vejam estes agora como el-rei trata os escudeiros, que sobreviveram!... A vós não perde sua alteza o ensejo de honrar... Não vo-lo provou já, enviando-vos a Castela em seu real serviço? E à Barbéria, a fazer pazes com o rei de Tremecem?...

— Mercês del-rei, meu senhor, que mas não deve, porque lhas não mereço... Em Toro foram todos valentes, fidalgos e escudeiros, que ao lado de sua alteza ninguém pode ser fraco!... Praz-me porém, ver-vos discorrer destarte!... Nobre alma de portuguesa a vossa!... Como eu me sinto orgulhoso de vos amar!...

— E eu de ser por vós amada!...

— Abençoado amor o vosso!... Por ele sinto-me capaz de tudo quanto há de elevado e grande!... Nem perseverança e fé me faltarão jamais!...

— Nem as minhas orações, Pero... Assim elas sejam ouvidas!...

— Porque não?... O céu está sempre aberto às súplicas dos anjos. Vós sois já o da minha guarda, e o do nosso lar sereis um dia!...

— Sim. A Santíssima Virgem, que é auxílio dos cristãos, permita que eu saiba corresponder às vossas esperanças!

— Há de amparar-nos o seu patrocínio, crede! Eu também sou devoto da Mãe de Deus, Tereza!...

— Confiemos nela... Mas... alguém chega! Recado vos trazem da rainha, minha Senhora. Adeus.

Maria Tereza retirou-se; e Pero da Covilhã seguindo-a com os olhos, apenas soltou esta palavra, que ela já não pôde ouvir:

— Encantadora!...

E era realmente um encanto a gentilíssima Tereza. O seu coração virgíneo abriu-se ao primeiro afeto, como o cálice da flor aos primeiros raios do sol em alegre manhã de primavera. A sua alma desabrochando, exalava seu ingênito perfume angélico, e em uma aspiração, que tinha alguma cousa de infinito, invocava não sabia bem o quê, para ela ainda desconhecido. Não ignorava, que geralmente o interesse era o verdadeiro móbil dos casamentos na corte. Muitos dos servidores das damas, senão todos, podiam ter a alma erma de virtudes, o coração vazio de afeições, que, se os recomendasse o prestígio das suas riquezas, ou a fascinação do seu nome, nenhuma delas repudiava os seus galanteios. Maria Tereza, porém, aspirava à posse de uma alma, como a sua, que lhe oferecesse o tesouro da pureza, de um coração, como o seu, que conservasse o tesouro do afeto; porque sem estes dois tesouros nada lhe bastaria, e o nome, ainda o mais egrégio, a fortuna ainda a mais colossal, não poderiam dissimular a sua privação irreparável.

A rainha D. Leonor, que tinha por ela particular predileção, como para o diante veremos, era a mais desvelada e carinhosa das mães nos cuidados com a sua educação. Nutrindo-a de sólidos pensamentos pela cultura sã e moral do seu espírito, não lhe fazia ao mesmo tempo perder a frescura da imaginação, nem lhe roubava a graça e a poesia, com que Deus a dotara. Dando à imaginação o que justamente lhe pertencia, purificando-a e dirigindo-a, criava-lhe também e



primeiro que tudo, uma consciência forte; formava-lhe uma vontade enérgica e reta, um coração que soubesse querer o bem, uma razão e inteligência, que lhe deixassem trilhar sempre, com resolução e firmeza, o caminho do dever e da honra.

Que mãe de família com tais dotes!

Em preciosos códices da biblioteca real alimentava Maria Tereza a sua paixão pelas letras, sendo a sua leitura dirigida pela rainha, como quem prescreve o regime de uma alimentação salutar e sóbria. Ao mesmo passo encarecia D. Leonor à sua pupila a intimidade do lar doméstico, dizendo-lhe, que sem ela não pode haver vida de família, como sem templo não existe religião, que se avigore.

Maria Tereza sabia assim, que no lar doméstico nutrem e conservam sua pureza e sua energia os nossos costumes, e que ele é para todos nós como que uma pátria mais estreita e mais estremecida, e também o lugar consagrado pelas alegrias e pelos pesares comuns da família.

Ao pensar, pois, na sua união com Pero da Covilhã, Maria Tereza prometia a si própria, que seria sempre ao lado dele corajosa e risonha, velando tudo, tomando o maior quinhão nos dissabores do trabalhador indefesso, aplaudindo os seus esforços, aconselhando-o, inspirando-o, confortando-o enfim com o seu olhar e o seu sorriso. E por isso mesmo, embora Pero da Covilhã sofresse as mais duras inclemências, as mais longas provações, antes de conquistar uma reputação honrada e merecida, a despeito de críticas amargas e injustas, o amor dele ao trabalho e ao lar doméstico haviam de fazê-lo triunfar de todas as vicissitudes. Maria Tereza contava com esse triunfo e deliciava-se ao imaginá-lo.

Que desassossego febril, em que andava o seu coração de dezesseis anos, desde que o surpreenderam no seu pulsar inocente e descuidado os primeiros estremecimentos do amor! Mas este delicado e casto sentimento deixou de ser uma paixão que poderia corrompê-lo, para tornar-se uma virtude, que havia de elevá-lo.

O mais veemente desejo de Maria Tereza, era, que Pero da Covilhã se nobilitasse, crescesse em honras, conquistasse para o seu nome uma aureola brilhantíssima. Em Pero da Covilhã para merecer, e em D. João II para premiar, tinha ela toda a confiança; por isso não a intimidavam as habituais murmurações e desdêns dos cortesãos. Estes em geral, ocupados de inveja dos feitos alheios, trabalhavam por empecê-los e aniquilá-los. Prezando-se unicamente de perfumados, e de porfiar trovando nos serões do paço, nada mais faziam do que folgazar dia e noite, emaranhados em intrigas de amores interesseiros e fáceis.

Um interesse também tinha o amor de Maria Tereza; mas único: a glória de Pero da Covilhã.

Desinteressado amor!

A cândida donzela via no seu belo ideal de ventura o moço escudeiro a burilar no escudo um brasão floreteado, ganho em serviço da religião e da pátria, e a si própria apresentando com justa ufanía a sua real ama, e segunda mãe, o cavaleiro enobrecido, a quem prometera a sua mão. Exultava por isso de contentamento íntimo, quando o rei o escolhia para desempenhar qualquer missão que por espinhosa e arriscada o distinguisse mais ainda. É que o seu amor tinha a singularidade maravilhosa de iluminar-lhe o entendimento, conservando-lhe sempre inflamado o coração.

Quando Pero da Covilhã ia a sair, já despedido pela rainha, pôde dizer a Maria Tereza:

— De novo passo à Barbéria.

— Deus vos guie! — respondeu Tereza, tão meiga, como alegre. — Convosco vai também o meu coração, que é vosso.

Nem uma palavra, nem a mais fugitiva expressão da fisionomia de Maria Tereza, podiam revelar a Pero da Covilhã qualquer sombra de tristeza pelo apartamento; e contudo bem natural é, que fossem como realmente eram, sempre que se separavam, docemente feridos ambos pelo espinho da saudade. As despedidas em vez de os desfalecerem, animavam-os.

D. João II no seu ardente amor de glória, ao passo que se tornava insaciável e insofrível em transpor os umbrais da Índia, não afastava seus olhos daquela banda da África, tanto ao pé da porta, e da qual tivera por doação real a governança, quando príncipe ainda. Para ser miudamente informado acerca do que se passava nesses lugares, enviou lá Pero da Covilhã, recomendando-lhe em particular, tratasse amiúde com Molley-Belfagege, que em 1472 havia mandado a ossada de D. Fernando, o malgrado infante, que falecera em Fez. A razão ostensiva da viagem era, porém, a compra de cavalos do melhor sangue para o duque de Beja, a quem o rei ia dar casa. Destinados à mesma adquiriria também Pero da Covilhã alguns lambeis, que D. Leonor encomendara com particular interesse, consoante à carinhosa rainha merecia, quanto tocava a D. Manuel seu dileto irmão, mais tarde rei.

Embarcou Pero da Covilhã para o seu destino.

Depois da necessária demora, regressou a Portugal, onde o esperava já outro encargo; este, porém, mais árduo, e de mais vasto alcance para a realização do plano político de D. João II.

Estava a corte em Santarém, quando chegou e deu conta a seus reais amos dos mandados, que cumprira, conforme as instruções que levava.

— Bem o fizestes — disse-lhe o rei —; e agora — muito secretamente — espero de vós grande serviço, que sempre vos tenho achado bom e leal servidor, muito ditoso em vossos feitos... Não vos impede a falta de saúde, ou o cansaço da viagem, de sair já de nossos reinos?

— Prestes estou, meu Senhor e rei — respondeu Pero da Covilhã. — Pesa-me, porém, não ser a minha suficiência igual ao desejo, que tenho de servir vossa alteza...

— Embora, ireis, que Deus vos guardará. — A descobrir e saber do Preste João, e onde se acham a canela e as outras especiarias, que das terras do Oriente vão a Veneza, hei já mandado um homem da casa de Monte-Rio e um frade de Lisboa. Chegados que foram a Jerusalém, daqui fizeram volta, dizendo, que ninguém por aquelas partes podia entender-se sem saber o árabe. De vós me lembrei, que bem o falais. Maior incumbência todavia levareis, do que eles, pois também do vosso valor e discernimento muito mais confio...

— Mercê a vossa alteza, meu Senhor...

— O que de vós pretendo é, que vos certifiqueis, se do meu senhorio da Guiné podemos comunicar por terra com o reino do Preste João, e se também por lá, se a costa vai seguindo, levaríamos à Índia a nossa frota.

— Com leda vontade, Senhor, aceito o encarrego, que é mais uma mercê, por que beijo a mão de vossa alteza.

— Amanhã sereis despachado, e levareis convosco Afonso de Paiva, que vos dou para auxiliar-vos.

Pero da Covilhã pôde pouco depois avistar-se com Maria Tereza, que já sabia da sua vinda, e comunicar-lhe com entusiasmo, que el-rei o mandava partir para longe, proporcionando-lhe azo de prestar à religião e à pátria bons serviços. Não lhe revelou o segredo da sua misteriosa viagem, mas não resistiu a dizer-lhe com o mais vivo arrebatamento de amor:

— Agora, mais do que nunca, espero ser vosso, Tereza!...

— A Virgem vos ouça! — exclamou Maria Tereza igualmente enlevada e radiante. — A longes terras ides?... Deus vos acompanhará... e eu ficar-vos-ei esperando... de outro jamais serei!...

E apartaram-se, como dois crentes, cujo ânimo varonil o fervor da fé revigora.

Nem um uma lágrima derramaram!

As lágrimas nem sempre são a medida do amor. Este muitas vezes mais se prova, com as que se deixam de chorar.

Se Pero da Covilhã partisse, para nunca mais ver Tereza, seria essa a dor maior dos olhos de ambos, e a que lhos desfaria em lágrimas. Ele, porém, ia para voltar e trazer o seu nome laureado a Tereza; esta ficava-o esperando, para o festejar jubilosamente. Por isso as lágrimas, que deixavam ambos de chorar, se haviam secado nas fontes do amor fino, com que mutuamente se queriam.

No dia seguinte, que era o sétimo de maio de 1487, D. João II, tendo a seu lado D. Manoel duque de Beja, entregou a Pero da Covilhã, que se apresentou já com Afonso de Paiva, uma carta de marear, feita em casa de Pedro de Alcaçova, pelo licenciado D. Diogo Ortiz, o *Calçadilha*, depois bispo, e pelos físicos hebreus, mestre Rodrigo e mestre Moisés, os quais tomavam com o primeiro parte na *junta dos cosmógrafos*. Nessa carta devia Pero da Covilhã, marcar os lugares do senhorio do Preste, bem como todos os mais, por onde passasse.

Para os primeiros gastos da viagem mandou-lhe D. João II dar da arca das despesas da horta de Almeirim quatrocentos cruzados, parte dos quais Pero da Covilhã depositou na casa bancaria de Bartolomeu Florentino, a fim de receber em Espanha o que lhe conviesse, levando além disso uma carta de crédito, dirigida pelo monarca à opulenta casa Médicis, para que nada lhe faltasse nos países, que tivesse de percorrer. Foi enfim portador de cartas em arábico para o Preste, nas quais D. João II significava a este o grande desejo de o conhecer, e travar com ele relações de amizade, dando-lhe ao mesmo tempo conta de tudo o que pela costa da Guiné havia descoberto para saber, se alguma daquelas terras era perto de seu reino e senhorios, a fim de por elas se poderem comunicar e prestar, bem como fazer, com que a Fé Cristã fosse exalçada.

E no mesmo dia partiram os dois exploradores em direção a Barcelona.

## VII - EM RHODES

Apenas Pero da Covilhã e Afonso de Paiva chegaram a Barcelona, passaram a Nápoles pelo Mediterrâneo. Ali desembarcaram, e dirigindo-se logo à casa

comercial de Cosme de Médicis, pelos filhos deste lhes foi dado seu caminho, em vista da carta de crédito, que levavam, como fica dito.

Na formosa e vasta baía de Nápoles estava a largar para a ilha de Rhodes uma nau, a bordo da qual fácil foi receber os nossos viajantes. Prosseguiram nela, pois.

Já no mar tirreno, quando Pero da Covilhã, encostado à amurada da nau, tinha diante dos olhos o quadro pitoresco do golfo, emoldurado por uma natureza encantadora e grandiosa, nenhum alívio achava nas tentadoras belezas do magnífico panorama, para a dor que lhe ia pungindo a alma. Agora que nos mares do levante põe a proa a nau, que o transporta, e ele, se distancia mais de Portugal, sem saber aonde o destino o levará, mais lhe parece que o seu coração o deixou para ficar com Tereza.

Ao dobrar a costa meridional da Sicília, em aquele afastar-se cada vez mais da pátria em busca de regiões desconhecidas, o ardor, com que desejava chegar ao termo da sua viagem, era muitas vezes amortecido pela impressão viva da saudade, que deliciosa e acerbamente lhe dilacerava o coração.

A nau singrava, assoprando-lhe galerno o vento, que lhe fazia as velas pandas. Quase ao cabo da sua derrota, entra no mar Carpásio, e, proejando para Rhodes, surge neste porto.

Está, portanto, Pero da Covilhã às portas do Oriente.

Habitavam Rhodes os cavaleiros da sacra milícia de S. João Batista, de Jerusalém. Tinham achado que, pelo sítio e vizinhança, era essa ilha própria para, sem maior dificuldade, pelejar com os sarracenos do Egito e da Síria, bem como para reprimir e rebater os assaltos e insultos dos turcos, que, com galeras armadas em guerra, infestavam aqueles mares, vexando os cristãos, roubando e fazendo cativos muitos deles.

Fortificaram-se por isso ali; armaram-se de naus, galeões e galeras, com que limpavam de piratas e corsários os mares do levante; e não só davam passagem segura e pousada franca aos peregrinos, que visitavam a Terra Santa, senão também refreavam os ímpetos e fúrias dos mouros e turcos, para que não chegassem com as suas vitórias até ao coração da Itália. E pode afirmar-se, sem receio, que se deve atribuir às virtudes, esforço, façanhas e proezas dos cavaleiros de Rhodes, o não terem os infiéis maometanos destruído a maior parte da cristandade.

Eram dois os cavaleiros portugueses então na ilha: frei Gonçalo Pimenta e frei Fernão Gonçalves. O último havia tomado parte na heroica e brilhante defesa, contra o apertado cerco do exército otomano, em 1480, no mestrado de frei

Pedro de Aubusson. Como bem natural era, receberam os dois viajantes fidalga hospedagem de seus compatriotas. A breve trecho estabeleceu-se entre todos aquela confiança e lhanza de trato peculiaríssimas do nosso caráter nacional, que não só se conserva intemerato em quaisquer circunstâncias de tempo e lugar, mas ainda mais o afirmam os portugueses uns aos outros, quando se topam em terra alheia.

Como os primeiros cuidados do grão-mestre tivessem sido, logo depois do assedio, restaurar as muralhas e fortificações arruinadas, durante este; reedificar as casas e as igrejas, que foram demolidas, por estarem situadas perto da cidade, e poderem servir de interesse ou de reparo ao inimigo; e restabelecer finalmente o importante comércio dos ródios, que tão notável incremento havia já tomado; aos intrépidos viajantes foi grato ver na Rhodes cristianizada uma das mais florescentes cidades da Ásia.

Precisou Afonso de Paiva de repousar um pouco; e, enquanto ele o fazia, foi Pero da Covilhã com frei Fernão visitar as fortificações. Depois de haverem percorrido todas, sentaram-se na torre de S. Nicolau, que demorava sobranceira ao mar na entrada do porto, e era fundada sobre alcantilado fraguado, que se erguia do seio das ondas.

Como os turcos empreenderam expugnar esta torre, por lhes parecer que Daí podiam bater com maior efeito a cidade, e também impedir que lhe não entrassem socorros, fr. Fernão recordou este episódio do cerco, e a bravura com que nele se portaram os cavaleiros portugueses. Pero da Covilhã escutava com interesse e assombro a narrativa, e não pôde ocultar a comoção de jubilo, que sentiu ao ouvir as referências feitas à galhardia dos nossos.

Frei Fernão compreendeu que falava com quem era versado na arte da guerra, por isso fez-lhe minuciosamente o lance do cerco. E, como então os triunfos gloriosos dos prélios eram antes atribuídos à graça do Onipotente, do que ao esforço heroico dos guerreiros, não deixou fr. Fernão de memorar um caso milagroso, que contribuiu principalmente para a derrota dos turcos.

— Depois de assalto à cidade fugiram para ela grande número de turcos. Atestaram estes com juramento, que, tendo o grão-mestre acudido ao combate, e feito arvorar de novo as bandeiras, em que se divisavam pintadas as imagens de Cristo, da Virgem e de S. João Batista, alvejando a cruz em campo de rouxada cor, nesse mesmo instante viram os turcos correr pelo ar contra eles uma Cruz resplandecente da cor de ouro, à qual seguia uma Matrona formosíssima, adornada de cândidos vestidos, com escudo abraçado e lança na mão direita; junto a ela um homem vestido de panos vis com uma pele de camelo sobre os ombros; e logo um luzido esquadrão de soldados, assinalados com cruces brancas, correndo em tal ordem que parecia virem em socorro da

cidade. Com esta visão — diziam os desertores — ficaram os turcos tão assustados e atônitos, que os que iam em marcha ao assalto, não se atreveram passar adiante; e os que já estavam interessados na luta, conceberam tanto medo e terror, que voltaram as costas, e para fugirem com menos embaraço se mataram uns aos outros.

— Vencemos! — concluiu frei Fernão —. Mas sem aquele celeste auxílio não podia prevalecer a nossa defesa contra o grande tropel e poderosas forças dos inimigos. Cumprimos o que devíamos por honra nossa, com grande glória dos cristãos e a mor afronta dos infiéis!... E a propósito deixai-me lamentar, que o senhor D. João II, sendo tão católico, tenha a sua atenção distraída para África, e não nos auxilie em nossa empresa!...

— Estou certo — retorquiu Pero da Covilhã — de que el-rei, meu Senhor, admira os vossos esforços, e desejaria contribuir para o engrandecimento da sagrada milícia; asseguro-vos, porém, que nas atuais circunstâncias do reino, não podia, antes que quisesse, realizar esse desejo. Achais porventura, que sua alteza deve consentir à sua porta, a vexar a cristandade, o agareno insólito e maldito?...

— Reduzir o número dos infiéis pela conversão ao catolicismo, é sem duvida obra emérita. Mas nós também lá iríamos ajudar el-rei, se tivéssemos seguro o nosso domínio na Ásia...

— Não se esquece sua alteza do Oriente, crede... Se a nossa frota pudesse ir à Índia!... O resultado seria a propagação da fé católica nessas regiões remotas, e o aumento da glória e riqueza de Portugal!...

— à Índia?!... Arrojado pensamento esse!... Pois pode el-rei conceber um tal propósito?!... Por que mares chegaria lá?!...

— Por que mares, não sei... O pensamento é meu... Ocorreu-me agora... O que vós não ignorais, sem duvida, é que nós, os portugueses, somos aventureiros por índole. Estanciados no Ocidente, parece-nos o mar uma barreira constante, posta a nossos olhos, para nos impedir de caminhar; por isso natural é, que estejamos sempre ansiosos de vencer esse obstáculo... Quem sabe se servirá de estímulo, para virmos a ser um dia os primeiros navegadores do mundo?!...

— Confio muito na providencia de Deus e no valor dos portugueses; mas... Veneza tem o monopólio das riquezas do Oriente; os seus depósitos em Alexandria fornecem o mundo inteiro; e além disso é a senhora dos mares, sem que ninguém possa disputar-lhe esse império... Se porventura ela sonhasse, que por mar se podia ir à Índia, já lá tinha surgido a sua grande frota...

— Mas nós também já temos provado, que sabemos lutar com as ondas...

— Assim é...

— Ora dissei-me: não estará Deus a ensinar-nos o caminho da Índia no movimento diurno do sol?... Eu me explico. Não me custa admitir, que do Oriente partisse um dia grande cáfila de gente à procura do país do ouro. Chegaram ao Ocidente, e, topando com o mar, que os não deixou ir mais além, uns retrocederam, outros ficaram...

— Que saíssem até muitos deles, para comerciar unicamente, fácil é acreditá-lo — interrompeu fr. Fernão.

— Pois bem. A esses primeiros povoadores do nosso solo acompanharia sempre no seu voluntario exílio a saudade da pátria. E este sentimento não se transmitiria de pais a filhos, como um patrimônio de seu coração?...

— Mui ajustado considero o vosso conceito. Até do nosso gênio aventureiro razão sobeja me dá.

— Uma esperança trouxe a nossa raça ao Ocidente, uma saudade a levará ao Oriente!... Mas pelo mar, para completarmos a nossa revolução, como o Sol!...

— Prouvera a Deus, que assim fosse!... — exclamou com entusiasmo fr. Fernão.

— Não me pertence a mim de tal cuidar. A que venho com Afonso de Paiva, é procurar o tão falado Preste João. Acaso podereis vós dar-me informações, que me alumiem?... Se for um rei cristão, como dizem, muito ganharia a nossa religião santa, se com ele el-rei contraísse aliança...

— Folgaria de bem vos encaminhar; mas tão escuras correm as notícias desse afamado imperador, que chego a persuadir-me, serem todas mal fundadas.

— Na Ásia habita, dizem. Em que parte, porém, dela?

— Na Ásia habitará... O nosso colégio, porém, já conta em Rhodes mais de um século, e até hoje — que eu saiba! — não tem constado cá, haver-se descoberto o reino maravilhoso desse príncipe de tanta nomeada.

— Informação de peso é essa...

— Com efeito existiu na Ásia a monarquia do Jonanã, sendo este nome comum a todos os soberanos dela, como foi o de Faraó aos reis do Egito, o de Dario aos reis persas, o de Cesar aos imperadores romanos, e atualmente é o de Turco aos sultões da casa otomana. Esse nome de Jonanã, derivado de Jonas Profeta, mudaram os europeus em Joan, e o pronome Preste, o mesmo que Presbítero, puseram-lho em razão da cruz, que sempre diante levava arvorada, como os



nossos arcebispos. E esse imperador cristão, posto que nestoriano, obedecia ao patriarca de Babilônia, de maneira que também a ele obedeciam os cristãos, a quem na Índia se chamavam da Serra ou de S. Thomé. O seu império, porém, há muito que desapareceu.

— E porque não crer antes, que em país desconhecido, e cercado de mistérios o Preste vive ainda, como em toda a Europa corre?... Enfim, eu a Portugal não volto, sem colher informação segura, para a levar a el-rei, meu Senhor.

— Nem al se deve esperar de vós, como brioso cavaleiro que sois.

O resultado, que Pero da Covilhã logrou desta prática, foi tornar-se-lhe cada vez mais problemática a residência, senão a existência, do Preste João das Índias. Não sofreu com isso a menor contrariedade o seu ânimo imperturbável; serviu antes de maior estímulo à sua diligência.

De Rhodes, onde se forneceram de mel, com que se dispuseram a negociar, atravessaram os dois viajantes para Alexandria, disfarçados em mercadores.

## VIII - BOAS NOVAS

Era português o navio, que conduziu Pero da Covilhã e o seu companheiro ao porto de Alexandria. As ondas do Mediterrâneo mal marulhavam em torno do costado da embarcação, imprimindo-lhe uma arfagem indolente, e fazendo parecer, que o mar se transformara em um grande lago azul e tranquilo. Ao cabo de uma feliz derrota o navio deu fundo em frente da velha cidade egípcia, uma das mais belas e graciosas cidades do mundo antigo, e laço de união da Europa com o Oriente.

Estava no período da sua maior decadência a pátria de Euclides. A sua biblioteca célebre, que fora a maior do mundo, e quase todos os seus monumentos, que davam brilhante e seguro testemunho da sua antiguidade gloriosa, haviam sido arrasados pelos árabes, no VII século.

De todas essas preciosidades históricas restavam unicamente: a coluna de Pompeu, denominada Amud-Assuari pelos muçulmanos; dois obeliscos, impropriamente chamados *Aguihas de Cleópatra*, e as catacumbas.

A sudoeste da cidade, marcando o lugar ocupado antes pelo *Serapeion*, ou templo consagrado a Serapis pelos Ptolomeus e um dos centros do saber, no ponto de união da Necrópole com o velho bairro egípcio de Racótis, levantava-se rodeada de palmeiras a coluna de Pompeu, testemunha sobrevivente das épocas clássicas. Esta obra de arte genuinamente grega mandou um prefeito

romano erigir em honra do governador Diocleciano, *gênio tutelar da cidade*, para lhe demonstrar a sua gratidão pelo trigo, com que socorrera o povo de Alexandria. Era lavrada em sienito, com o soco quadrado, em que assentava, e o capitel coríntio, onde se erguia a estátua, já mutilado.

As *Agulhas* consistiam em dois monólitos de granito avermelhado, em parte revestidas com laminas de prata dourada. Foram anteriormente dois monumentos: um, o *Sebasteion*, em honra de Tibério; o outro, à glória de Tutmosis III, quando o Egito atingiu as culminâncias do esplendor, e, por consequência, séculos antes da fundação da Alexandria no terreno, em que assentava a velha aldeia de Racótis.

No segundo obelisco viam-se os hieróglifos, que celebravam o nome daquele Faraó.

Primitivamente ambos os monumentos tinham sido consagrados a Rá, o deus do Sol, adorado em todo o Egito, e em um belo templo de Heliópolis mais especialmente, sob a forma do boi Mnévis. Desse templo os removeram para Racótis.

Na extremidade oriental da ilha de Faro, que os Ptolomeus ligaram à terra firme por meio de um molhe de cantaria, denominado *Heptastadion*, campeava ainda o farol, que mereceu ser contado em o número das maravilhas do mundo, e realmente maravilha da esplendida capital do Egito grego.

Era uma torre quadrada, cuja altura excedia muito a da pirâmide de Quéops, e que Ptolomeu Filadelfo consagrou a seus pais, mandando-a revestir de mármore branco por Sostrato de Cnido. Este arquiteto célebre gravou o próprio nome sobre o mármore, cobrindo a inscrição de encáustica brilhante, em que traçou o do soberano. O tempo encarregar-se-ia de desfazer o revestimento, pondo a descoberto o nome do vaidoso e desleal artista.

Como a torre ameaçava ruína, em frente dela havia principiado outra igual Melik-al-Nasser-Mohamed, nono sultão mameluco do Egito, da dinastia dos Baharitas, e que tanto animou a agricultura e as artes; mas a morte surpreendeu-o logo, não lhe permitindo executar a sua obra.

Muito de corrida viram tudo isso os nossos viajantes, e pouco mais, pois que uma febre maligna os prostrou.

Ainda mal restabelecidos, subiram ao Cairo, comerciando sempre, por haver sucessivos mercados desde Alexandria até àquela cidade, e fazendo a última parte da jornada pelo Nilo, que vinha descendo nesta região por entre alegres povoações mui vizinhas umas das outras, e corria a pequena distância da capital do Egito, a qual demorava na margem direita.

Alguns dias depois de chegarem a este grande centro de comércio, encontraram-se com mercadores de Féz e Tremecem, que seguiam para Aden. Ajuntaram-se à caravana desses mouros, e com eles partiram caminho de Thor. Desta cidade do Hedjaz, pequena, mas graciosa, assentada à borda do golfo de Suez, ao longo de uma bela praia, navegaram em um zambuco para Suaquém, riquíssima cidade da Núbia, na costa africana do mar Vermelho, e Daí para Aden.

Pero da Covilhã aproximava-se da Índia; e, sem embargo de haver saído de Rhodes com pouca esperança de dar lá com o Preste João, ansiava cada vez mais conhecer a hidrografia do Oriente, e fazer um estudo consciencioso do comércio das especiarias.

Tomara o nome, as cerimônias e os costumes de mouro, mas Deus sabia, que a sua alma era cristã e portuguesa de lei. A convivência com os infiéis mais lhe arraigava no coração as suas crenças. O seu melhor companheiro, e confidente único, era a imagem de Tereza, a guiar-lhe os passos, animando-o ao mesmo tempo a prosseguir audacioso e firme. Observando tudo com olhos de quem sabia ver, nem uma exclamação nem um gesto eram capazes de traí-lo, ou de levantar a suspeita, de que não fosse mercador ismaelita.

Quando aportou à baía de Aden, esta importante cidade marítima da Arábia produziu-lhe viva impressão, que passou completamente despercebida aos olhos dos tripulantes e mercadores que o cercavam.

Defrontou com uma serra mui alta, áspera e crespa, tendo várias quebradas e picos muito agudos, alguns dos quais fortificados. Ao vê-la assim recortada, lembrou-lhe a serra da Cintra, por parecer-lhe mui semelhante. Parte dela metia pelo mar, formando uma comprida península, que talhava duas formosas e largas enseadas, e na de Leste espelhava-se a muralha da cidade.

Com efeito Aden, edificada ao sopé da serra, era defendida, para a banda do mar, por um extenso lanço de muro, dividido em muitos panos por meio de cubelos redondos, e de um lado entestando em uma penha cortada a pique, do outro em um morro, junto do qual havia um baluarte rouqueiro, cujos tiros podiam varrer a praia. O morro tornava-se um ilhéu com o preamar, e até ao seu cume, onde estava um castelo, subia do baluarte um muro, que torneava o morro. Por duas portas, ambas juntas, se entrava na cidade, indo da praia; e, por única serventia do lado da terra, em um caminho aberto na rocha de uma quebrada, havia três portas consecutivas, protegida cada uma por sua fortificação.

Plana, de boa casaria coberta por terrados, em razão do ardor vivíssimo do clima, Aden, para ter água, precisava de mandá-la buscar às fontes detrás da

serra, em odres transportados por camelos e juntar a da chuva em enormes tanques abertos na rocha.

O seu principal comércio consistia na venda de mantimentos, de que sempre estava abastecida. A ela desciam os mercadores árabes com os produtos de seus países, e dela levavam a vários mercados as exportações da Índia, para as caravanas de Damasco e de toda a Ásia menor as passarem à Europa pelo Mediterrâneo. Por tal motivo a maior parte das naus contentava-se com chegar a Aden, e não curava de entrar as portas do mar Vermelho.

Como Pero da Covilhã soubesse nesta cidade, haver na Etiópia um grande rei cristão, e considerasse, que o Preste se chamava das Índias, convencionou com Paiva, prosseguir este no caminho da Etiópia e ele no da Índia, aproveitando logo a monção. Ficaram todavia de se ajuntar ambos em determinada época no Cairo, e aqui darem mutuamente conta das novas, que alcançassem.

Afonso de Paiva foi, pois, em uma gelva para Zeila, capital de Adel na costa oriental da África, e Pero da Covilhã demandou em uma nau mourisca a cidade de Calicut.

Era Pero da Covilhã o primeiro português conhecido, que atravessava o Oceano Indico.

A nau, que o transportava, tinha, como quase todas as da Índia, um só mastro sem gávea, aguentado pelos cabos para a borda, e pelas adriças da vela, que os ajudavam para ré. O leme largo e de taboas delgadas governava com gualdrópes para a borda, alados por um e outro bordo. Ligeiramente construída, de poucas cavernas, e forrada apenas exteriormente, seu tabuado cozido a cairo, e de igual modo fixo ao cavername, marcava a diferença que ela fazia das pregadiças, nas quais em vez de quilha havia fundo largo.

A vela, de pendão, era um trapézio de amplas dimensões, ligando o punho da amura a uma antena, que podendo debruçar-se da borda, permitia à nau navegar em melhor linha de bolina.

Por causa da vela, de difícil manobra, tornava-se necessário arrear para cambiar de bordo; e, para diminuir superfície, havia no pano uma espécie de rizes, parecendo inteiramente desconhecido o uso de monetas.

Nenhum mareante breava a sua embarcação; tornava-a, porém, muito estanque, betumando as costuras do tabuado com *quil*, e untando-as com azeite de peixe, levado à consistência de sebo. Assim vedavam também os tanques, em que traziam a água, os quais consistiam em grandes cubos de madeira com capacidade para trinta ou quarenta pipas, e com as paredes escoradas interna e externamente.

O batel andava atoado, e somente o metiam dentro, quando atravessavam da Índia para o mar Vermelho.

Nas ancoras de pedra ou de madeira rija, na arca da bomba, e em outras particularidades de construção, esta nau diferia muito das portuguesas. Sem coberta, e com a borda feita de esteiras impermeáveis, levava a carga arrumada em compartimentos separados, e resguardada da chuva por folhas secas de palmeira, postas em forma de telhado de duas águas.

Desprovida de agasalhados, que permitissem aos tripulantes e passageiros abrigar-se, iam, uns e outros, expostos ao tempo, salvo quando o vento soprava muito rijo ou caia alguma chuva, pois que em tais casos recolhiam-se em uma espécie de choupana de óla, encostada ao mastro, ou armada a ré, por cima das esteiras de rotas, com que cobriam a carga.

O tipo do fogão, em que cada um cozinava, reduzia-se a uma caixa de madeira, cheia de areia, sobre a qual colocavam três pedras, que serviam de trempe. O coco, o peixe seco e o arroz constituíam os principais manjares da quotidiana alimentação.

E com embarcações tão frágeis, como a sucintamente descrita, se fazia a navegação dos mares Índicos, durante sete meses de cada ano, sendo depois varadas nas praias e cobertas com óla, à espera de nova monção.

Hoje, que tão cômoda e rapidamente se viaja, mal se compreende que, sem um movimento superior a impulsioná-lo, Pero da Covilhã fizesse esta travessia em semelhantes condições, e nem um momento sentisse desfalecer-lhe o ânimo!

Que provas de valor, dedicação e lealdade ia acumulando na sua peregrinação arriscadíssima, para oferecer ao rei, que o enviara, e a Tereza, por quem tudo sofria resinado!

A viagem continuava sem o menor incidente. Um dia, porém, no Céu, que permanecia sereno, algumas nuvens semelhantes a vapores cobreados, corriam por ele com ligeireza superior à das aves, ao passo que sulcavam o mar cinco ou seis vagas longas e crescidas, parecendo-se com cordilheiras de colinas, separadas umas das outras por largos e profundos vales. O vento soltava dos vértices angulosos de todas essas colinas aquáticas uma espécie de coma de espuma, em que refulgiam aqui e além as brilhantes cores do Iris, e levantava igualmente redemoinhos, como que de poeira esbranquiçada. Mas o mais terrível era, que os topos desses vagalhões com a violência do vento enrolavam-se sobre si, formando enormes abóbadas, espumando e rugindo como feras gigantes iracundas. A nau, sem governo, vogava de capa, e não era senão juguete do vento e das ondas. Subia essas serranias inclinada sobre um dos

bordos, quase virada, chegava ao cimo, equilibrava-se, e descia depois rapidamente com igual perigo o lado oposto, em quanto se escoava, saindo por debaixo dela como de uma comporta, um largo lençol de espuma.

Se fosse muito duradoura esta tempestade medonha, esta borrasca seca, mas horrenda, a frágil embarcação soçobriria irremediavelmente.

Salvou-se!

Com a sua bandeira verde içada no tope do mastro, a nau arribou a Cananor, para fazer aguada e tomar lenha.

A doze léguas para o Sul na mesma costa do Malabar, demorava Calicut; e, por ser a costa mui limpa, a nau, depois de refrescar, seguiu perto de terra o seu rumo com terreno galerno e perfumado a enfunar-se na vela.

Chegou Pero da Covilhã a Calicut. Cananor pouco abalo havia produzido no seu espírito. Calicut deslumbrou-o. Tinha diante de seus olhos a opulência e a beleza da primeira cidade do Malabar, e a sua fantasia, que lhe pintara com as cores mais vivas a vegetação luxuriante da Índia, não o iludira, pois o maravilhoso painel, que estava contemplando, era superior ainda ao que a sua imaginação havia sonhado.

Em um vastíssimo jardim à beira mar, com arruamentos arbitrariamente traçados, estava disseminada a casaria da cidade, sobressaindo os mais nobres edifícios no meio das alfombras odoríferas dos canteiros, das hortas viçosíssimas e dos palmares gigânteos. Junto da praia as palhotas dos pescadores mucuás, e em lugares apartados as dos pobres poleás, a gente baixa e vil, eram a sombra do quadro, em que resplandecia a suntuosidade dos pagodes, a elegância das habitações nobres, e a magnificência dos paços do rajá, que rematavam a cidade a grandíssima distância da praia.

A cada passo via Pero da Covilhã nas ruas os vaidosos naires, com suas espadas núas e rodelas uns, outros com lanças, e ainda outros com arcos e frechas; e os poleás a bradar, para que os naires se desviassem, ou a fugir, quando topavam com eles de súbito, pelo receio que tinham de serem suas vítimas.

Passavam pelos naires, e podiam até tocá-los, os brâmanes. Estes traziam a tiracolo o seu distintivo de religiosos, o qual, dos sete aos quatorze anos, consistia em uma correia de pele crua com pêlo de uma espécie de jumento silvestre; e, dos quatorze por diante, em uma fita de linha dobrada de três fios, com a largura de dois dedos, como a correia.

Também os nobres saíam à rua em andores, que, conforme o seu tamanho, dois ou quatro escravos levavam aos ombros. O nobre ia assentado ou deitado,

ordinariamente mascando o seu bétel, e resguardando-o do sol ou da chuva um sombreiro seguro por um escravo, a que os malabares chamavam *boi*.

Os naires não se limitavam unicamente a proibir aos poleás, que se aproximassem deles. Mais ainda. Como o poleá era o escravo e o trabalhador encarregado do amanho das terras, o naire dava-lhe as suas ordens a uma certa distância, indo imediatamente depois lavar-se, mudar de fato, purificar-se. E mantinha-se tanto esta diferença de castas, que um poleá nunca podia remir o pecado original do nascimento. Nascia vilão, havia de morrer vilão.

Tais costumes dos gentios impressionaram vivamente o coração generoso de Pero da Covilhã.

O comércio do Oriente estava nas mãos dos mouros, cujas embarcações eram por isso os únicos meios de comunicação entre os diversos portos.

Pero da Covilhã, que necessitou de lançar-se nesse trafico, não podia fazer itinerários à sua vontade, e acomodava-se às circunstâncias tirando delas todo o proveito.

Foi assim que logrou ver Goa, a guerreira capital do reino do Sabaio; Ormuz, o empório comercial do golfo pérsico; e Sofala, a rica cidade da África meridional, aonde afluíam os mercadores, para o resgate do ouro das minas de Monomotapa.

Restava-lhe obter notícias positivas acerca de Preste João; mas contava, que lhas desse Afonso de Paiva, o qual, como vimos, fora à Etiópia com o cuidado de as trazer. Voltando, pois, ao Cairo, conforme havia aprezado com o seu companheiro, soube ali, que este falecera.

Tal acontecimento foi a primeira contrariedade séria da sua viagem. Com os vagos conhecimentos, que adquirira, a respeito da existência do Preste, não se animava a regressar a Portugal. Parecia-lhe, que não saciaria com tão pouco os veementes desejos de D. João II, naquele ponto.

— De muito posso eu já dar conta a el-rei; mas não de tudo quanto me incumbira... — pensava Pero da Covilhã.

Chegou a hesitar um momento na resolução, que deveria tomar, e mais conviria ao serviço de seu real amo.

Nesta conjuntura aparecem-lhe inesperadamente dois judeus portugueses, que o buscavam e que para saberem dele na bela cidade de Amron, na opulenta rainha muçulmana do Oriente, no labirinto imenso dessa Babel, em tão

embaraçosas situações se viram, que tiveram por vezes perdida a esperança de encontrá-lo.

Em boa hora vieram. Um deles era o rabi Abraham, natural de Beja; o outro, Joseph, de Lamego; ambos mensageiros de D. João II.

— à procura de vós andávamos! — exclamou o rabi, ao dar casualmente com Pero da Covilhã.

Este ao ouvir, pela primeira vez, falar a sua língua no Cairo, experimentou um prazer novo, uma sensação gratíssima, e respondeu:

— Aqui me tendes, e muito me praz ver-me tão longe da pátria com portugueses. O que me quereis, e a que vindes?...

Abraham, entregando a Pero da Covilhã as cartas, que para ele trazia, de D. João II, disse-lhe:

— Eu e o meu companheiro Joseph, mensageiros de el-rei somos, como por essas cartas vereis. Lede-as, pois, e elas nos acreditarão.

— E como pudestes reconhecer-me, no meio desta Babilônia?... — perguntou Pero da Covilhã.

— Guiou-me principalmente a cicatriz, que tendes nas costas da mão esquerda... — respondeu Abraham, apontando para ela.

— Nem este vestígio das minhas travessuras de criança escapou a el-rei meu senhor!... — replicou Pero da Covilhã, sorrindo.

— Além disso descreveu-me el-rei com tanta precisão a vossa fisionomia, que não era fácil enganar-me, apesar de terdes a barba algo crescida.

Nas cartas, que Pero da Covilhã recebeu, ordenava-lhe D. João II, que fosse mostrar a cidade de Ormuz ao rabi, e que, se não estivesse ainda bem instruído de tudo a que fora, mandasse pelo judeu Joseph novas do que sabia, não devendo voltar ao reino sem ter visto o Preste João.

Joseph observou, que, tendo visitado já a cidade de Bagdá, ouvira lá falar muito de Ormuz, e de como vinham ter as especiarias e riquezas da Índia às cidades de Aleppo e Damasco. Do que vira e lhe informaram, fizera depois a narrativa a el-rei, que muito folgou, e lhe dera proteção, para empreender esta nova viagem, que concertara com o rabi.



— De tudo estou inteirado — disse Pero da Covilhã. — A vós, Joseph, vou imediatamente despachar com cartas para el-rei, meu Senhor; e — voltando-se para Abraham — convosco tornarei a ver Ormuz.

Naquelas cartas, de que foi, com efeito, portador o judeu de Lamego, fazia Pero da Covilhã miúda relação da sua visita aos principais portos, que serviam de escala ao comércio oriental, e onde verificara, que a corrente deste entrava pelo mar Vermelho, indo concentrar-se em Alexandria, seu principal depósito, de que tinham os feitores de Veneza a posse, garantida por tratado com o sultão do Egito.

A respeito do porto de Calicut informava que de lá saíam, não só as especiarias, senão também tudo quanto a Índia exportava de mais rico, atraído àquela cidade pelos seus mercadores, os mais poderosos e opulentos mouros do Malabar.

Enaltecia a importância de Ormuz, dizendo, que era a Índia a pedra preciosíssima, e Ormuz a pedra preciosa engastada nele.

A propósito encarecia as belíssimas pérolas de Bahrein, as esmeraldas de Bagdá, as turquesas de Exaquirimane, os carbúnculos ou rubis de Pegu, as espinelas de Ceilão e Cananor, e os diamantes da Golconda.

Mostrando com numerosos fatos, que tudo no Oriente era grande, assombroso, parecendo que Deus se havia esmerado em ali conservar eternamente um reflexo brilhante da sua Onipotência, fechava Pero da Covilhã uma das suas cartas com a seguinte informação: “Navegando-se pela costa da Guiné adiante, chega-se ao termo do continente: persistindo na derrota para o Sul, e logo dobrando a costa no Oceano indico, o melhor rumo é demandar Sofala, ou uma grande ilha, que os mouros chamam da Lua (Madagascar), e fica mais para a banda do Sul”. E adicionou: “em Sofala me foi asseverado pelos mercadores mouros, que dos mares da Guiné se pode navegar para a Índia”.

Em outra carta, na qual dava notícia da morte de Afonso Paiva, comunicava também, que, enquanto andou pela Índia, somente em Cananor ouvira falar no Preste João, afirmando os mouros, “que este rei cristão estava tão longe metido nas suas terras, que não sabia, que cousa era gente do mundo, e que para elas ia-se pelo mar Vermelho”. E, posto que os mouros não dessem a esse rei o nome de Preste, como já no Cairo e em Aden haviam contado a ele Pero da Covilhã muitas cousas do rei abexim, de ser cristão, trazer cruz alçada, e possuírem seus estados alguns mosteiros de religiosos, “se veio a persuadir, que não tinha para que passar adiante, a buscar o que não sabia que houvesse, tendo tão perto o que lhe diziam que na Etiópia havia”. Cumprindo, pois, as

ordens de Sua Alteza, ia mostrar Ormuz ao rabi Abraham, e na volta procuraria em pessoa o Preste.

Despedido o judeu Joseph, que partiu logo em direção a Portugal com as cartas e outros documentos, Pero da Covilhã e o rabi subiram a Aden, e deste porto saíram para Ormuz.

Quantas vezes assaltaram Pero da Covilhã ardentíssimos desejos de conversar largamente com o seu novo companheiro acerca da vida íntima da corte portuguesa!...

O que poderia, porém, saber dela o rabi?...

Continuava, pois, Pero da Covilhã a ser o confidente de si próprio; e a esperança, que mais lhe sorria agora, de ver seus sonhos de glória realizados, era o melhor lenitivo da sua saudade.

— Que prazer não sentirá Tereza, quando souber, que mandei dizer a el-rei qual é o caminho da Índia pelo mar!... — repetiam os ecos da sua alma radiante e apaixonada.

E o infatigável explorador lá foi de novo atravessar as águas do mar de Omã.

## **IX - CONSTÂNCIA**

Nunca na corte portuguesa se prestou mais livre, menos recatado culto ao espírito, à elegância, e à formosura da mulher, do que durante os primeiros nove anos do curto reinado de D. João II. Os serões do paço eram exibição permanente de requiebro, de arrufos, de ironias, de motejos deliciosos.

Depois que Pero da Covilhã saiu de Portugal, Maria Tereza tinha uma repugnância invencível em assistir a esses passatempos, e, quando aparecia, era unicamente por obediência.

Ainda em Santarém, uma noite folgava, como de costume, a mocidade fidalga nas salas do palácio real. Os cortesãos, que, nada tendo em geral a contemplar na sua alma, por a trazerem sempre vazia de afetos e atestada de egoísmo, a tudo estão atentos, reparavam, que a Maria Tereza faltava a sua natural animação, aquele seu ar de interessar-se pelo que a cercava; e não sabiam explicar, como ela nem sequer encobria o seu incompreensível e súbito recolhimento.

Maria Tereza, com efeito, quase não era senhora de si, para antepor às suas meditações, porventura quimeras muito queridas, o cuidado de transigir um tanto ao menos, com as hipocrisias da corte, para se não tornar intratável.

Os seus adoradores, que eram muitos, perguntavam uns aos outros: o que terá Maria Tereza, ainda há pouco tão leda e desenvolta, criticizando maliciosamente os assuntos de nossas trovas, ouvindo e aplaudindo com riso franco e jovial nossos ápodos, e agora tão calma, e lenta em animar-se?!...

— E o mais estranho — observou Pedro de Barcelos — é, que não oculta o seu mau humor, quando algum de nós tenta galanteá-la!...

— Até se torna menos sombria, e fica logo quase alegre, quando se insiste... — acrescentou Jorge da Silveira.

— De experimentados falais ambos!... — atalhou D. João de Menezes

— Quem não há de gostar de Tereza!... — tornou Pedro de Barcelos.

— Toda a corte sabe, que ela é a predileta da rainha, com quem reza diariamente, horas esquecidas!... Vai caminho do claustro a formosa menina!... — exclamou Gonçalo da Fonseca.

Apesar da sua idade, já um pouco avançada, Gonçalo da Fonseca amava a convivência dos moços, e estes, como ele era de pequena estatura, chamavam-lhe Gonçalinho. Dava-lhe prazer esse tratamento, não só por ser afetuoso, mas porque lhe recordava uma amabilidade de D. João II, tão própria do caráter desse soberano, como o leitor vai ver.

Um dia Pedro da Silva, comendador-mor de Aviz, chamou-lhe Gonçalinho na presença do rei. Este não tomou o diminutivo por sinal de confiança, senão por gracejo deprimente, e disse, com um modo muito seco, a Pedro da Silva: “se vós vos tomardes com ele, há de parecer-vos Gonçalão”.

Este Gonçalo da Fonseca tinha sido embaixador de D. Afonso V junto dos duques de Borgonha, e D. João II mandou-o com Diogo de Azambuja, Duarte Pacheco, e outros, erigir a fortaleza da Mina.

Voltemos, porém, ao ponto.

A conversação continuou, trocando-se ditos maliciosos e crepitantes, acerca dos mais falados galanteios da corte, e prolongou-se, até que, aparecendo Garcia de Rezende, se deu princípio ao *jogo dos naipes*.

Maria Tereza, a quem no meio das reflexões sérias, que lhe tomavam a alma, os vãos discursos cerimoniais, que ouvia em volta de si, pareciam mais desagradáveis ainda, havia chegado a uma janela aberta sobre um jardim. Fora ali respirar o perfume das flores, e esse prazer parecia infundir algum alento em seu coração entristecido. Estava fazendo confidentes suas as florinhas, as quais, por seu turno, como que lhe agradeciam a confiança, embalsamando cada vez com mais delícia o ar que ela respirava. De vez em quando voltava-se para a sala, por estar sempre de alcateia, não a chamasse a camareira-mor, que sobre ela exercia a mais particular e carinhosa vigilância, muito recomendada pela rainha.

Em um daqueles movimentos, Maria Tereza viu Pedro de Barcelos a dirigir-se para a janela. Ficou contrariada, e pelo seu pensamento passou rapidamente a seguinte exclamação: — infeliz lembrança!... E tenho de atender com fingido agrado este importuno!...

Ao mesmo tempo no cérebro de Pedro de Barcelos cruzava-se um tropel de dúvidas, de esperanças, e de receios, ao passo que o seu coração se debatia em ânsias de tranzido amor.

O apaixonado moço cumprimentou Maria Tereza, mas sem poder dizer-lhe: — como sois bela!... que expressão de pensamento profundo!... que fisionomia angélica!... — e tantas outras frases de admiração e amor, que lhe estavam a saltar dos lábios, e os ecos da alma lhe repetiam.

Enlevado na contemplação da formosura celeste de Maria Tereza, e não logrando evitar, que fosse traído pelo olhar ardente, com que a fitava, rompeu o curto silêncio, que se seguiu aos recíprocos cumprimentos, com esta interrogação banal:

— Não vos interessa o *jogo dos naipes*?

— É sem duvida um gracioso invento de Garcia de Rezende; mas não me praz tomar hoje parte nessa diversão — respondeu Maria Tereza.

— Por melhor que fosse a sorte que vos saísse, seria sempre inferior à que mereceis...

— Lisonjeiro!... E porque não ides também tirar uma carta?...

— Porque da minha sorte somente vós podeis decidir... — retorquiu com certa intimativa Pedro de Barcelos.

— Eu!?... Grande poder me confiais!...

— E não o quereis?...

— Para quê?...

— Para me libertardes da sujeição em que me trazeis...

— Pois crede, que não tinha a consciência da minha tirania...

— É que não quereis compreender o olhar, com que vos admiro...

— Devaneais, primo!

— Acaso tão pouco vos mereço, que mal pareça ser vosso servidor? — instou Pedro de Barcelos com forçado sorriso.

— Quem, como vós, pode fazer pontaria a grandezas, e leva a palma aos mais vaidosos em prendas de cortesão, seguro deve estar de seus merecimentos... O ar, com que fizestes essa pergunta, manifesta bem que tendes a consciência deles... — redarguiu com reflexiva gravidade Maria Tereza.

— Devem de certo ser brilhantes à luz da vossa fantasia primorosa; prefiro, porém, às gentilezas do vosso espírito os apreços do vosso coração. Se me não julgais indigno de vós, porque não aceitais o amor que vos ofereço?...

— Porque nunca poderia corresponder-lhe.

— Condenais-me, pois, a um desprezo eterno?...

— Não sejais injusto. Não vos desprezo, estimo-vos.

Convém recordar que, nos frequentíssimos galanteios da corte de D. João II, os versos eram o prelúdio do amor. Por isso Pedro de Barcelos replicou a Maria Tereza:

— Agradeço a vossa estima, e sobre todas muito a prezo; mas ficai certa, de *que sem o vosso amor jamais poderá haver para mim ventura neste mundo:*

*“Por mais mal que me façais  
nunca mudar me fareis  
até que não me acabeis.*

*Minha fé, minha firmeza  
Em vosso poder está;  
sofrerei minha tristeza,  
pois vossa mercê m'a dá.*

*E meu bem nunca fará  
mudança, nem a vereis,  
até que não me acabeis.”*

— Belo vilancete, primo!...

— Não me pertence. Exprime, porém, com tanta verdade o que sinto, que me lembrei de recitá-lo...

— E não tendes presente composição alguma vossa?...

— Porque m'o perguntais?... Poderia ela porventura agradar-vos?...

— Não vos disse já, que vos estimo?...

Este colóquio ia tomando uma fase mais amena, e Pedro de Barcelos, depois de grande hesitação, e com um receio imenso de ser desagradável a Maria Tereza, confessou-lhe francamente, que se demorava em Portugal por causa dela. Protestou-lhe, que não tinha, nem teria nunca outro desejo mais ardente, senão o de consagrar-lhe a vida inteira, se esse anjo de graça e de bondade aceitasse a oferta sem reserva, que lhe fazia dela; e terminou, perguntando-lhe com a maior formalidade:

— Porque me não concedeis a vossa mão?...

— Porque não posso, primo; e rogo-vos, que não insistais... — respondeu Maria Tereza com ar tão nobre e de tão expressivo desengano, que impôs o máximo respeito a Pedro de Barcelos.

Este, reconhecendo que seria importuna e pouco delicada qualquer instância, disse a Maria Tereza:

— Pois bem, prima; vou recitar-vos uma composição minha, de que ninguém mais saberá, senão vós.

E, com o coração amargurado, recitou Pedro de Barcelos o seguinte vilancete:

*Aqui, onde vou deixar-vos,  
esse vosso doce olhar  
nunca me verá tornar.*

*Para o mar vou sem ventura,  
sendo mais vosso cativo!  
Serei morto, sendo vivo,*

*sem ver vossa formosura,  
pois que a minha sorte dura  
de vós me quer apartar  
para nunca mais tornar.*

*E se bem, que me conforte,  
esperar me não é dado,  
melhor é ditosa morte,  
que viver desesperado.  
Acabe assim o cuidado  
de somente em vós cuidar,  
e no vosso doce olhar!...*

— É realmente mimoso o vosso vilancete, e muito pesar tenho, de que não o divulgueis, pois nele se revela um dote mais do vosso aprimorado espírito... Está-me chamando a camareira-mor!... Quando regressais à ilha?... Crede, que fico sendo-vos muito afeiçoada...

Maria Tereza cortou assim o diálogo, que lhe parecia ter sido já demasiado longo.

Acerca dela pouco mais acrescentarei. Distinguia-se na corte pela extrema bondade de caráter, aliada a uma prudência tão singular, como precoce. Da sua beleza peregrina basta dizer, que a todos agradava, e isto melhor a explica, do que a mais completa das descrições. A sua orfandade contribuía também para ela merecer as gerais simpatias, de que gozava; mas quem verdadeiramente a estremecia era a rainha, a qual muitas vezes pensava com certa tristeza na possibilidade de perder um dia o primeiro lugar, que sempre tinha ocupado no coração diamantino da sua filha adotiva.

D. Leonor ignorava ainda, que Pero da Covilhã lhe havia roubado essa primazia.

Pedro de Barcelos tentou requestá-la. Teve, porém, de conformar-se com a sua recusa formal. A seriedade da mulher digna impõe-se irresistivelmente ao respeito do homem. É uma arma poderosa, com que a mulher se defende contra os perigos sociais, e, quando sabe servir-se dela, triunfa e domina.

Pedro de Barcelos, ou Pedro Pinheiro de Barcelos, tinha o gênio aventureiro da sua época. Era dominado por um pensamento constante, que se refletia do seu amor à glória. Oriundo da ilha de Barcelos, havia passado à ilha Terceira, poucos anos depois de descoberta, e foi um dos primeiros povoadores dessa joia do formosíssimo arquipélago açoriano.

Com o ilustre flamengo Jacome de Bruges, primeiro capitão donatário dessa ilha, tinha ido a povoá-la Gonçalo Anes da Fonseca, cavaleiro muito nobre da cidade de Lagos, ao qual couberam na partilha, que se fez, das terras da Terceira, as dilatadas campinas, que se estendem entre Porto Martim e os Paues das Vacas. Tomou Gonçalo Anes posse da sua data, que era um grande condado, e voltou a Lisboa, de onde regressou à ilha já casado com D. Mecia Anes de Andrade, filha do doutor João Machado, descendente legítimo da casa dos *Ricos-homens* de *Entre Homem e Cavado*, e por conseqüência também *rico-homem*. — No princípio da monarquia era essa a maior dignidade depois da Real, e aos que a possuíam, não só o rei lhes chamava *primos*, senão também estavam cobertos e assentados na sua presença; e não tomava o soberano deliberação alguma assim nas cousas da paz, como nas da guerra, sem o conselho deles.

Do consórcio de Mecia de Andrade com o ilustre algarvio Gonçalo Anes da Fonseca houve quatro filhos e cinco filhas, sendo o primogênito o primeiro varão, que nasceu na Terceira.

Adotaram todos o patronímico Gonçalves de seu pai e o apelido Machado de sua mãe, pois que foi estilo observadíssimo até o reinado de D. Manoel, ou, com mais rigor, até o de D. Duarte, tomarem os filhos por sobrenome o nome próprio de seu pai: assim João, filho de Fernando, chamava-se João Fernandes; Fernando, filho de João era Fernando Anes ou Joanes.

Pedro de Barcelos, havendo-se enamorado de Ignez Gonçalves Machado, primeira filha de Gonçalo e Mecia, veio a Portugal, sob o aparente pretexto de visitar seu pai, então alcaide-mor de Barcelos, e os seus parentes, que eram as principais famílias do Minho; mas em verdade com o propósito firme de apresentar a D. João II um plano, cuja realização era o seu sonho áureo.

Teve, com efeito, Pedro de Barcelos o melhor acolhimento de D. João II, a quem propôs sondar à própria custa os mares do Ocidente, com o intuito de descobrir novas terras.

Na mente aventureira de Pedro de Barcelos refervia o desejo veementíssimo de saber, de onde vinham os troncos de árvore, os pedaços de madeira lavrada, as canoas e até os cadáveres de homens de fisionomia estranha, arrojados amiúde aos mares do arquipélago açoriano. E tendo ele abandonado o seu já então pitoresco Minho, para ir tentar fortuna em uma ilha, embora fertilíssima, não era próprio do seu espírito entregar-se às delícias de Capua, e ser insensível às provocações sedutoras do mar, que o cercava. Embarcado imaginaria ele muitas vezes, que estava, quando na calada da noite acordasse atônito sobre o seu leito, embalado pelas terríveis e frequentes convulsões do solo.



Quis, pois, expor-se aos perigos de uma navegação longa, e D. João II, animando-o, fez-lhe todas as concessões desejadas.

Entretanto, vendo Maria Tereza na corte, ficou tão impressionado pela sua formosura, que, durante alguns dias, abafou no coração o sentimento, que já lhe havia sido inspirado por Ignez, e chegou até a olvidar, posto que momentaneamente, que tinha com ela a sua palavra comprometida. A nobre atitude de Maria Tereza fê-lo refletir, e despertou-lhe no coração os seus brios de homem digno.

Despachado por D. João II, foi ao Minho visitar a sua família, sendo recebido com particular carinho no solar de *Entre Homem e Cavado*, e tornou logo para a Terceira.

Pouco depois de ter chegado à ilha casou com Ignez Gonçalves Machado, e tratou de construir e armar um navio. Havendo dois filhos de sua mulher, largou da baía de Angra em fins de 1491, e somente concluiu a sua viagem em 1495, depois de ter descoberto a costa do Labrador.

Ora, como Cristovam Colombo partiu de Palos também para o Ocidente, em 3 de agosto de 1492, Pedro de Barcelos aportou naturalmente primeiro do que ele a uma região do *Novo Mundo*. E assim sucedeu, com efeito. O fato, porém, não projeta de modo algum a mais tênue sombra na glória perdurável do insigne genovês pelo seu descobrimento, que contudo em nada o torna superior ao nosso Pedro Álvares Cabral, a quem a pátria não fez ainda a devida justiça.

Voltando à Terceira, pouco tempo sobreviveu Pedro de Barcelos aos longos e penosíssimos trabalhos da sua arriscada viagem. Para premiar seus serviços tomou o rei D. Manoel por seu vassalo um dos filhos do falecido navegador, concedendo-lhe excepcionais privilégios em carta passada em Évora, a 7 de junho de 1509. Por cartas dadas igualmente em Évora, a 20 de novembro de 1533, e por outra em Almeirim, a 22 de fevereiro de 1541, concedeu D. João III brasão de armas a três descendentes legítimos de Pedro de Barcelos, com todas as honras e privilégios de nobres e fidalgos, por procederem da geração e linhagem dos Machados, por parte de sua mãe e avós.

Repeso talvez de não ter feito o sacrifício de atender a proposta de Colombo, D. João II aceitou com jubilo a de Pedro de Barcelos, no desempenho da qual nada dispendia. Tranquilo por esse lado podia continuar nos preparativos de passar de novo à África, e chegar-lhe-iam entretanto novas da Índia, ou Pero da Covilhã estaria de volta.

Parece, porém, que a justiça divina dera a D. João II, para expiação de suas culpas, o martírio de lhe mostrar, que era possível a realização das suas maiores ambições; isto é; atravessar o Oceano Atlântico e levar à Índia as caravelas portuguesas; contudo não lhe pertenceria a glória de resolver esses dois problemas.

Colombo chegara a Portugal muito antes de Pedro de Barcelos; Bartolomeu Dias transpusera o Equador, dobrara o cabo da *Boa Esperança*, e chegando quase a respirar as auras embalsamadas do Oriente, foi obrigado a recuar, impelido pela mão misteriosa do destino. É que muito embora dois navegadores portugueses houvessem podido sondar mares desconhecidos, era-lhes vedado frustrar os desígnios insondáveis da Providência. A condenação, a que D. João II estava sujeito, havia de refletir-se nos seus agentes.

Como se explica a presença de D. Manoel no ato da despedida de Pero da Covilhã, em Santarém?

Por que razão havia de D. João II confiar a seu cunhado, que nenhum interesse direto podia ter nos descobrimentos, aquele alto segredo do Estado?

Mais ainda. Um astrólogo hebraico prognosticou a D. Manoel, que seria o sucessor de D. João II na coroa. Quem poderia dar crédito ao visionário, quando na família real existia um herdeiro necessário, e ainda outros com mais direito do que D. Manoel? E com que reservado intento concedeu D. João II a D. Manoel uma esfera por empresa, cuja *alma* era: *Spera in Deo*? Não parece ser um pressentimento muito singular?...

## **X - TENTANDO AS AZAS...**

Recebeu D. João II as cartas, que lhe escrevera Pero da Covilhã. Ocultava-se na singela narrativa do explorador um entusiasmo, que somente podia ser igualado ao jubilo imenso por ela produzido na alma ansiosa do monarca.

Ao terminar a leitura, exclamou D. João II a meia voz:

— Não ter Bartolomeu Dias, podido avançar!...

Reservando para si as informações acerca da Índia, mandou logo espalhar a nova da existência do Preste. E, como às novas alegres ordinariamente se dá crédito antes de sujeitas a exame, esta correu logo de boca em boca, e foi tão bem recebida e festejada, que não só no reino, mas na Europa, aclamaram por Preste João da Índia o imperador da Etiópia.

Estava assim satisfeita uma das maiores aspirações desse tempo — o aparecimento daquele personagem legendário; e ninguém pensava em ir à Índia pelo mar, exceto D. João II e Colombo; este, porém, navegando pelo Ocidente.

Quem entre todos teve puras e santas alegrias, foi Maria Tereza. A esperança de ver chegar Pero da Covilhã coberto de glória, sorria-lhe agora mais viva, amaciando-lhe simultaneamente os rigores da saudade.

Aproximava-se o casamento do príncipe D. Afonso com a filha dos reis católicos. D. João II, extraordinário em tudo, preparava para a celebração daquela solenidade as mais aparatosas festas, servindo-lhe de modelo as de seu tio o duque de Borgonha, em Lile.

A corte estava então em Évora, porque de Lisboa a trazia afastada a peste.

No paço da velha cidade transtagana, faltava uma casa apropriada para banquetes e consoadas. Não era uma dificuldade. O já mutilado convento de S. Francisco dava para tudo.

Antes de D. Afonso V ir a Castela, pediu aos frades as casas de seus estudos para sair delas ao campo; e, como gostou do sítio, tornou a pedir grande parte do convento e da horta, para no espaço ocupado por essa parcela da residência fradesca, mandar construir os paços reais.

Continuando esta obra, D. João II ainda obteve mais, e cortou tão largamente, que ficaram os frades postos no maior aperto.

Esta amplificação dos paços, acanhando o convento, foi necessária para se fabricar a sala dos banquetes — aquela sala de madeira,

*“que ficara por memória.  
Real em tanta maneira,  
de perfeição tão inteira,  
de tanta mundana glória”.*

Um dos franciscanos, exprimindo os sentimentos da comunidade, magoada do seu cativo e da liberdade alheia em cortar pelo convento, exclamou um dia em tom profético: “Quem viver verá, que os mortos, que isto deram a S. Francisco, hão de clamar e pedir justiça a Deus. Agora vão fazer-se festas, que se hão de tornar em pranto!...”

E, como se fora acho de si mesmo, repetiu o franciscano: — “Quem viver verá!...”

A verdade é, que se não enganou.

Nem fr. João da Povia, confessor do rei, e Vigário Provincial, pôde pôr cobro às regias extorsões, contra que se levantavam as jeremiadas do espoliado cenóbio eborense. D. João II nunca fora atreito a sensibilizar-se com lamentações de frades.

A construção da *sala de madeira* foi dirigida por Andrea Contuci, a quem o rei tinha confiado reedificar e decorar os paços.

Contuci, mais conhecido pelo nome de Sansovino, o do lugar do seu nascimento, fora enviado a Portugal por Lourenço de Médicis, a quem D. João II pedira um dos mais notáveis artistas da república florentina.

Andrea Sansovino era moço ainda, quando veio a Portugal. Havia já revelado o seu talento; mas unicamente com a sua segunda maneira, iniciada depois de ter chegado a Roma, em 1509, conquistou o lugar, que tão merecida e distintamente ocupa na história da Arte.

Em arquitetura fora discípulo de Cronaca; mas o bom êxito de alguns trabalhos seus, como o vestibulo da igreja de San-Spírito em Florença, não o impediu de cultivar de preferência a escultura, para a qual tinha a mais pronunciada vocação.

O seu primeiro mestre havia sido Antonio Pollaiuolo, o assassino de Domenico Veneziano, que lhe tinha ensinado o processo da pintura a óleo, ainda ignorado na Toscana, ou ao menos assim o presumira Pollaiuolo. Vê-se bem, qual foi, pois o móvel do crime.

O celerado artista era correto no desenho, e sobretudo esmerava-se na pintura do nu, lisonjeando deste modo o gosto de Lourenço de Médicis, seu patrono, cuja proteção mais se acentuou depois que Pollaiuolo fundiu a bela medalha comemorativa da conspiração dos Pazzi, da qual Lourenço o *Magnífico* se salvou milagrosamente.

O Mecenaz de Pollaiuolo favorecia com a sua poderosa influência o triunfo simultâneo do Paganismo, do Naturalismo, e até do Sensualismo, na maioria dos produtos da inteligência humana; e, sem embargo de havê-lo proclamado grande protetor das letras a universidade de Pisa, por ele fundada, o seu consulado forma um período tristemente memorável para a história dos costumes, das artes e das próprias letras.

É provável, pois, que este aprendizado de Sansovino na oficina de Pollaiuolo determinasse a escolha de Lourenço de Médicis, para satisfazer o empenho de D. João II.

Na escultura decorativa dos paços de Évora, imprimiu Sansovino o cunho do seu privilegiado talento; e, na ornamentação das salas e aposentos da família real, tocou o requinte do seu peregrino gosto artístico.

D. João II avivou com a magnificência, e o deslumbramento das festas de Évora, as recordações do período medieval.

Não satisfeito por expedir por mar e por terra, agentes seus ao estrangeiro, para comprarem os brocados, as sedas, as tapeçarias, as pedras preciosas, um sem número enfim de objetos necessários e de luxo, mandou publicar, que tinham entrada livre de direitos em Portugal até ao termo dos festejos, todas as mercadorias de importação. Os fidalgos da corte foram vestidos à custa do real tesouro; recebendo além disso, os que tomavam parte nas justas, armas e cavalo; e os que entravam nos momos e entremeses, cem a duzentos cruzados. Igualmente foi dado vestido e dinheiro aos mouros e mouras do reino, bem como às mais galantes raparigas e foliantes mocetões do Alentejo, que vieram com suas danças, toques e descantes concorrer todos para o luzimento e alegria das festas.

O próprio rei, franqueando ao povo a entrada na *sala de madeira*, apareceu-lhe invencionado no fantástico *cavaleiro do cisne*, o poético aventureiro das margens do Reno; e por outro cavaleiro mandou ler, e depois entregar à princesa, sua nora, um *breve*, em que propunha a tenção de a querer servir nas festas do seu casamento, e sobre certas conclusões de amores, que defendia, desafiava em honra dela, para justar com seus oito mantedores, a todos os que o contrário quisessem combater.

Singular carácter o deste monarca!

Á carinhosa rainha D. Leonor não eram, nem podiam ser indiferentes os preparativos para a solenidade imponentíssima do casamento de seu único filho; contudo não a distraíam do pensamento, que enchia de gozo íntimo a sua alma enlevada e contemplativa — a fundação da misericórdia de Lisboa.

Tão piedosa e santa idéia fora-lhe sugerida pelo seu confessor frei Miguel de Contreiras, ornamento da ordem religiosa da SS. Trindade.

De visita ao seu mosteiro de Santarém havia chegado a Évora o douto e humilde trino, e veio encontrar a sua augusta penitente, lendo o Evangelho de S. Mateus, cuja doutrina era um orvalho celeste, que penetrava no coração da devota rainha, para o purificar e tornar fecundo.

— Embora vindes, fr. Miguel!... — disse a rainha ao receber o trinitário, que com profunda reverência lhe beijou a mão. — Sentai-vos que muito desejo ouvir-vos acerca da *vossa* Misericórdia...

- Da de vossa alteza: quereis dizer... — ponderou Contreiras.
- Pois seja de ambos nós — tornou D. Leonor, — ou melhor: de Deus será esse arbusto, que vamos plantar, e que se fará — assim o espero da proteção divina — árvore frondosa, cuja sombra abrigará muitas misérias...
- Tenho fé, em que sucederá, como vossa alteza espera... O terreno, em que vai fazer-se o plantio, é feracíssimo, e a cultura não podia o Senhor confiá-la de melhores mãos...
- Mãos de pecadora...
- Purificadas nas boas obras... — atalhou Contreiras.
- Se o Redentor nos ensinou a enxugar as lágrimas, a dar alívio às misérias, remédio às necessidades, amparo e consolo às fraquezas, porque não há de aproveitar-nos essa lição?... Porque não seguir o exemplo do Divino Mestre?...
- Até, porque Ele nos promete a recompensa, permitindo-nos um santo interesse nas ações boas que praticamos. “Bem-aventurados os misericordiosos, porque eles alcançarão misericórdia”.
- Antes de vós chegardes, estava eu meditando essas e outras palavras do Evangelho de S. Mateus, cuja leitura me aconselhastes...
- E viu decerto vossa alteza, em todo esse quadro tão singelamente traçado pelo apóstolo, quanto Jesus Cristo aprecia e recomenda a misericórdia...
- Vi. Nem careço de outro estímulo, para prestar todo o meu auxílio à santa instituição, que projetamos...
- Bendito seja o Senhor, que vos inspira!...
- Sem dúvida pensastes já na ordenança, que devem seguir os fiéis, que em nome da caridade cristã vamos congregar...
- Uni-los-á um compromisso a que dei princípio, e submeterei, depois de concluído, à censura e aprovação de vossa alteza...
- Trazei-mo, sim. Muito folgarei de lê-lo, que, para o aprovar, bastava ser traça vossa...
- Beijo as mãos de vossa alteza, minha Senhora e rainha, que tão grande mercê me fazeis...

A uma das portas da sala, onde D. Leonor conversava com fr. Miguel de Contreiras, apareceu Maria Tereza, a qual ia para retirar-se, mas a rainha, dando por ela, mandou-a entrar e despediu o seu confessor.

Com o donaire e o miúdo pisar das andorinhas correu Maria Tereza para sua ama, foi ajoelhar junto dela, e disse-lhe no tom mais doce e afetuoso:

— Venho pedir a vossa alteza uma grande mercê...

— Muito grande, muito grande?... Então dize lá!... — volveu carinhosamente a rainha.

— Vossa alteza sabe quanto desejo estudar e compreender as ciências, e o cuidado que ponho em instruir-me... Ora, se eu fosse ouvir, durante algum tempo, as lições de meu tio, lente de Canones na Universidade... Mas... agradecerá porventura a vossa alteza, que me ausente do paço, ainda mesmo para tal fim?...

A rainha ficou surpreendida. Fitou Maria Tereza um momento, e disse-lhe para lhe fazer gosto, e ver o fruto de tão singular lembrança:

— Tens a minha aprovação. Eu mesma te levarei a Lisboa, depois das festas do casamento.

Maria Tereza beijou com o mais vivo reconhecimento as mãos da rainha; mas, não a satisfazendo inteiramente a resposta, insistiu:

— E se eu fosse já?...

— Que trigança é essa?...

— Perdoe-me vossa alteza!... Preferia não assistir às festas...

— Criança!... Como alcançaste a minha licença, já está a pular-te o pé!... Olha, que não é bom, ser-se impaciente...

— Se eu não agastasse a vossa alteza!...

— O que me dirás tu, que possa enfadar-me?!...

— Não sei, como confessar a vossa alteza... tudo quanto penso e sinto... e, todavia, não devo ocultar, a quem para mim é mais do que mãe, qualquer segredo da minha alma... Eu, minha Senhora...

Maria Tereza não pôde concluir. Tapou com as mãos os olhos, e ainda mais os escondeu, inclinando a cabeça no regaço da rainha.

D. Leonor afagou-a, e, tomando logo um fingido ar de soberana, exclamou:

— Eia sus!... Quero saber todos esses segredos!...

Maria Tereza ergueu a cabeça, retirou as mãos dos olhos, e baixando-os, respondeu:

— Amo Pero da Covilhã, minha Senhora!...

— Aceitaste por tanto os galanteios desse homem?!... — perguntou a rainha, acentuando com grande admiração as suas palavras.

— Sim, minha Senhora — replicou Maria Tereza um pouco tranquilizada e parecendo-lhe, que tinha tirado de cima do coração um enorme peso.

— Antes, porém, de o admitires... como teu servidor... não reparaste na diferença de nascimentos, nem te ocorreu, que nunca permitirei o teu casamento, com quem não possa fazer a tua felicidade?...

— O que trago sempre em lembrança, minha Senhora, é o dever, de não dar um passo, que não seja do real agrado de vossa alteza. O amor, que Pero da Covilhã me inspirou, não apaga do meu coração o que consagro a vossa alteza, como do coração da esposa nunca se apaga — creio — o amor da filha. Até este mais santifica e robustece o outro...

— Assim é; e muito me alegra, que desse modo penses. Mas em que fundas tu as tuas esperanças, de Pero da Covilhã se tornar digno do meu prasme?...

— Pero da Covilhã é já cavaleiro da casa del-rei, meu Senhor, e, se ele não fora de bons costumes e manhas, não lhe teria sua alteza feito tantas honras e mercês, como até aqui. Dos seus serviços nas terras do Oriente, por onde anda, houve já tão boas novas, que sua alteza amiúde os gaba, e não esconde o contentamento, que lhe causaram. Ora, quando ele voltar, tendo cumprido fielmente os mandados del-rei, meu Senhor, não lhe faltará o cuidado, que sua alteza soe haver com aqueles que bem o servem...

— Sim, el-rei nunca se esquece de seus bons e leais servidores — afirmou gravemente a rainha; e, como se o seu pensamento estivesse estilando as palavras, que docemente proferia, continuou: — pois bem... mandarei dizer a teu tio, que venha buscar-te... Compreendo agora a razão, por que desejas fugir às festas... e faço-te a vontade...



Esta bondosa condescendência sensibilizou extremamente Maria Tereza, que, não podendo logo articular uma palavra, cobriu de beijos e lágrimas as mãos da rainha. Momentos depois, à luz do seu espírito cintilante, mediu a grandeza do sacrifício, que estava deliberada a fazer, o de se apartar embora temporariamente daquela, a quem tanto amava, e exclamou com a firmeza característica das intenções puras:

— Nunca sofri dor igual, à que me está causando a idéia, de deixar por algum tempo a companhia de vossa alteza!...

— Pobre criança!... — interrompeu a rainha, dando-lhe um beijo na testa. Mandou-a depois levantar, e concluiu, passando-lhe a mão carinhosamente pela cara:

— Vai! Espero, que tires muito proveito dos teus estudos. Quando voltares, não encontrarás preenchido o lugar, que deixas vazio junto de mim...

## **XI - PEREGRINAÇÃO**

Do golfo pérsico voltou Pero da Covilhã ao mar Vermelho, e foi desembarcar em Djiddah. Genuíno mercador mouro no aspecto, mas sincera e profundamente católico do coração, daquela cidade do Hedjaz dirigiu-se a Meca, incorporando-se em uma numerosa caravana de peregrinos, e, afetando o recolhimento de um crente da religião de Mafoma, sem mostrar, todavia, como os muçulmanos seus companheiros, o semblante macerado e consumido pelo ardor fanático.

Tentar uma visita a Meca, sendo-se cristão, em todos os tempos se considerou infrutuoso, ou ao menos de um êxito muito problemático; realizá-la, porém, mormente no século XV, embora se tivesse envergado o *ihram* do peregrino, era um ato de assinalada temeridade.

Os raros europeus, que no século atual lograram ver Meca, dão testemunho do perigo, a que se expõem os cristãos, que se afoitam a violar a lei que lhes proíbe, com pena de morte, o seu ingresso no velho santuário árabe.

Mas, para quem teve o seu batismo de sangue em Toro, e atravessou o Oceano indico, lidando sempre com homens de diversas raças, religiões e costumes, nada havia já, que o intimidasse, fazendo-o renunciar um dever, a cujo cumprimento sacrificava a própria vida.

É peculiar da alma portuguesa, arrostar os perigos e retemperar-se na adversidade; e Pero da Covilhã era português de lei. Afeito aos labores ímprobos da sua viagem de exploração, já nem por eles dava; e, no seu resinado

sofrer, punha constantemente o seu valor à prova, e robustecia cada vez mais a confiança, que em si próprio depositava.

Lá se pôs a caminho pelo Hedjaz fora.

O Hedjaz, uma das províncias menos extensas e mais inférteis da Arábia, tem importância e celebridade por ser o berço do islamismo, e pela influência, que recebe de Meca e Medina, situadas no seu território. A sua aridez, quase geral, aumenta a fadiga, de quem por ela caminha. Cortam a imensa solidão das suas planícies arenosas, que se estendem para a margem do mar Vermelho, pouquíssimos vales cultivados e montanhas cobertas de rochedos, que se vão tornando cada vez mais abruptas à medida que os viandantes se internam no país. As estradas são regueiras enxutas, que nas épocas das grandes chuvas se transformam em rios caudalosos. Caminha-se por esses *uadis*, e na falta deles seguem-se as direções rigorosamente determinadas pela situação de poços e cisternas, sem cuja água a vida seria impossível no deserto.

Eram três os inimigos de que necessitava defender-se a caravana, que percorria estas regiões malfadadas: a falta de água, os nômades e o *simoun*.

Para combater o primeiro, iam os açacais — *sakka* — encarregados de conduzir sobre camelos a água contida em odres, e pelo caminho faziam novas provisões da dos depósitos, que encontravam.

Contra os nômades, ou tribos árabes, que vagueavam no deserto e viviam exclusivamente da rapina, ver-se-ia a caravana obrigada a pegar em armas. Os nômades eram sempre temíveis nos seus assaltos mui frequentes, pois que tais bandidos orgulhavam-se tanto de haverem roubado uma caravana, como um general europeu de ter bombardeado e conquistado uma praça de guerra; e, se não erguiam uma estátua ao sheik, por eles muito venerado, e que os conduzia à vitória, é porque na Arábia, a ninguém se fazia essa consagração.

O terceiro inimigo era talvez o mais perigoso e terrível.

Quando o horizonte se avermelhava ao longe, tornando-se pouco depois todo o Céu plúmbeo, a ponto de embaciar o disco do sol, que tomava então um aspecto sanguíneo, e seguidamente a atmosfera se cobria de uma areia finíssima, arrebatada pelo vento, como a espuma das ondas do mar embravecido, era preciso fugir a toda a pressa!

Rompia de súbito a fúria do *simoun*, agitando tudo!

O infundo areal do deserto cavava-se profundamente, açoitado pela mais turbulenta borrasca. Os viandantes, com o peito oprimido, os olhos sangrentos, os lábios secos e abrasados, mal respiravam. Os camelos, esses pacientes *navios*

*do deserto*, desarvoravam, partiam à desfilada, zombando da vigilância dos camaleiros, e guiando-se unicamente pelo instinto de conservação, paravam enfim, e ocultavam a cabeça debaixo das areias movediças.

Se apesar do medonho remoinho causado pelo tufão, a caravana podia abrigar-se nas sinuosidades de algum rochedo, onde esperasse com segurança a calma da tempestade, salvava-se; se não tivesse refúgio, e ficasse entregue à mercê da tormenta, homens e animais perdiam toda a sua energia, toda a esperança de sobreviver os abandonava!

Sufocados pelo calor ardentíssimo, e surpreendidos pela síncope, desfaleciam, caíam inânimes naquele oceano de areia, que logo lhes servia de mortalha e túmulo, até que novo temporal viesse descobrir as ossadas dessas vítimas numerosíssimas do implacável e desumano simoun!

De como Pero da Covilhã efetuou a sua peregrinação simulada, ele próprio fez a narrativa a D. João II em carta, que lhe enviou do Cairo.

Ao cabo de dois dias e meio, que seriam bastantes para vencer a distância, que separa Djiddah de Meca, assentaram o seu aduar no sopé de um dos montes, que cercavam a *mãe das cidades*, a Om-ê-IKora dos árabes.

A todos os peregrinos, conforme os países, de onde partem, foi desinada pelo *profeta* a estação, em que devem parar, antes da chegada a Meca, para se prepararem a cumprir os ritos impostos ao bom muçulmano.

Foi em Ras-Onardan, que fez alto a caravana, por vir de um porto do mar Vermelho. Era um vale compreendido no recinto privilegiado, que se estendia à roda de Meca a algumas léguas de distância e denominado Beled-ê-IHaram.

Nesse verdadeiro oásis, alcatifado de verdura, regado pela água que corre de suas nascentes, e onde a palmeira, vergando ao peso de seus cachos de tâmaras, sobressaía no meio de outras árvores frutíferas, como sendo o característico predominante das paisagens orientais, os homens da caravana fizeram uma ablução geral, chamada *ghort*, substituíram os seus trajos de viagem pelo *ihram*, o calçado pelas chinelas — *besmak* —, e perfumaram-se. As muçulmanas também purificadas, cobriram-se com o seu grande véu, branco como o *ihram*, e denominado *iaschmak*.

Antes dessa purificação o peregrino tinha o nome de *hadji*, depois dela era tratado pelo de *mohrim*; e as suas vestes ficavam santificadas pelo uso durante a romaria, sendo, ao termo desta, cuidadosamente guardadas, para servirem de mortalha ao seu possuidor.

A caravana assim preparada pôs-se logo em marcha, recitando pelo caminho — os homens em voz alta e as mulheres em voz baixa — muitas orações, terminando pelo *Tebia* ou *Lebeika*.

Entraram em Meca e dirigiram-se processionalmente à mesquita, continuando as preces. Quase ao porem o pé no imenso átrio do templo, e depois de deixarem atrás de si uma espessa floresta de colunas, que sustentavam arcadas numerosas, pronunciaram o *tekbir* e o *tehlil*, que consistem em dizer: *Alah Akbar* — Deus é grande; *Lá la ilá la* — não há outro Deus senão Deus; e ouviram exclamar a um dos pregoeiros — *almuadens* ou *muezzinos*, voltado para a *kaaba*: *observai, observai a casa de Deus, a proibida!* E logo irromperam descalços, foram passar por baixo de uma espécie de arco triunfal, aproximaram-se da *pedra-negra* — *Hadjar elaswad*, para fazer o *touaf*, isto é, para dar sete giros em volta da *kaaba*, oferecendo sempre o lado esquerdo a este santuário, que se elevava no meio do átrio, e, conforme a crença árabe, o mais antigo templo consagrado ao verdadeiro Deus.

A mesquita — *mesgid, guma'a*, lugar de reunião, e também *Beitalah*, casa de Deus, reduzia-se a um claustro — *sakhn-ê-igama*, ou pátio aberto, formando um paralelogramo perfeitamente regular, ladeado de pórticos levantados sobre quatrocentas e noventa e uma colunas, umas de granito outras de mármore, e para o qual davam acesso dezenove portas, destituídas de bandeiras, dispostas sem ordem, irregulares enfim na sua construção, pois terminavam umas em ogiva, outras em arco de volta inteira.

As arcadas de onde pendiam lâmpadas, que todas as noites se acendiam, eram cobertas exteriormente por pequenas cúpulas, a cima das quais se elevavam sete minaretes, sendo quatro colocados nos quatro ângulos do edifício, e três de um modo irregular no comprimento das galerias formadas pelas arcadas.

A forma e arquitetura da notabilíssima *kaaba* não desmentiam, com efeito, a sua alta antiguidade. Era um cubo de uns doze metros de altura, com paredes do granito ordinário de Meca, e na face voltada para o Norte uma pequena porta, cujo limiar ficava a uns dois metros a cima do solo. Este templo apenas estava patente ao público na sexta-feira de cada semana, dia guardado pelo muslim, ou de reunião — *yom el guma'a*, e também quando se celebrava o aniversário natalício do profeta. Ao sheik dos anciãos, ou *xaibins*, pertencia abrir a porta. Para isto subia a uma espécie de púlpito, que corria sobre quatro roldanas, em que terminavam os seus pés de madeira, e dois hostiários levantavam a cortina, chamada *Albarcá*, espécie de véu de púrpura, que se estendia sobre a porta, e esta era, como a soleira, forrada de laminas de prata.

O povo, ao invadir a *kaaba*, rompia, de braços abertos e mãos erguidas ao Céu, na seguinte exclamação: “Abre-nos, ó Deus, as portas da tua misericórdia e do teu perdão, ó maior dos misericordiosos!”

O interior do santuário era uma grande sala, cujo teto sustentavam dois pilares, assentes sobre o pavimento lajeado de belos mármorees brancos e pretos, dispostos em xadrez; as paredes forradas do mesmo modo, tendo por ornato apenas arabescos com letras de ouro e prata esmaltadas de um tom negro bronzeado. Numerosas lâmpadas de ouro maciço serviam para a iluminação. O exterior estava coberto por um imenso véu de seda preta, chamado *Kesoua*, que somente deixava ver o soco do edifício, durante os primeiros dias da peregrinação, e para isso suspendiam-no em forma de grinalda por meio de cordões também de seda da mesma cor. Ao meio da altura de todo o véu sobressaiam letras de ouro bordadas sobre uma larga fita igualmente preta, nas quais se liam inscrições piedosas e textos do Corão.

Esta cobertura era renovada anualmente; e, como flutuava em compridas dobras, os peregrinos tinham a crença de ser essa agitação devida às das azas dos anjos, que voavam em torno da *kaaba*, e que levarão um dia o sagrado véu diante do trono de Alah.

A *pedra-negra* era o único ponto da *kaaba*, permanentemente oferecido à devoção dos fiéis. Perto da porta, no angulo voltado para nordeste, achava-se encravada na parede exterior, e os seus lados embutidos em chapas de prata.

Esta famosa pedra tinha uma tradição veneranda. Muito tempo antes de Mahomet, beijavam e prestavam culto a essa piedosa relíquia todas as tribos árabes. Conforme as suas crenças, fora trazida do Céu pelos anjos, e colocada junto de Abraham, para servir-lhe de escabelo, quando o velho *pai dos crentes* estava construindo a *kaaba*. A *Pero da Covilhã*, porém, pareceu um fragmento de lava, contendo parcelas de uma substância amarelada; ou ainda um aerólito, formando um oval irregular de um vermelho carregado, que podia passar por negro.

Ela não tinha já a sua cor primitiva, no dizer dos árabes, pois no momento, em que tão milagrosamente desceu à terra, nenhum jacinto mais brilhante e de mais bela transparência existia no mundo; mas os beijos de tantos homens maculados de iniquidades de toda a espécie a tinham assim metamorfoseado.

No pátio da mesquita, e perto da *kaaba*, elevava-se outra construção quadrada, aparentemente maciça, mas de menores dimensões, do que o santuário. Cobria o manancial de Agar, mostrado por um anjo à pobre e aflita escrava de Sara, errante no deserto, no momento, em que ela ia a tapar os olhos, para não ver seu filho Ismael morrer de sede, e denominado poço de Zemzem, por designar

esta palavra a fonte que brota com suave murmúrio. A sala, em que estava o poço sagrado, era revestida de mármore branco, e de todos os lados recebia ar e luz por oito janelas. Um estrado de mármore cercava a fonte, de onde se tirava a água santa para a purificação.

Junto da *pedra-negra* começavam e terminavam os giros, durante os quais os peregrinos iam recitando preces. No fim de cada giro beijavam a pedra, se isto lhe não fosse impedido pela afluência dos crentes, pois no caso contrário tocavam-lhe com a mão, levando depois esta aos lábios. Seguia-se beijar o nobre *Alcamamo* ou *maquam d'Ibraím*, o qual consistia em uma pedra, onde se conservavam as pegadas de Abraham, e, por última cerimônia dentro da mesquita, bebiam água no poço de Zemzem.

Os peregrinos saíam finalmente pela porta de Safa, subiam à colina deste nome, voltavam-se para a *kaaba* e recomeçavam as suas orações. Desciam depois lentamente ao vale Bathu-Onadi, situado entre aquela colina e a de Meroua, para executarem ali a marcha, chamada *sai*, que fazia parte dos ritos. Pronunciando estas palavras, voltados para a *kaaba*: “Ó meu Deus, sê misericordioso; perdoa os meus pecados, ó Senhor santo e clemente,” andavam em diferentes direções, para recordar a marcha incerta de Agar e de Ismael, expulsos por Abraham.

Cumpridas estas formalidades, regressavam à cidade, para esperar a festa, com que terminava a peregrinação.

Aí, como em toda a parte afinal, o muslim cria estar sempre na presença de Deus, ainda que não entrasse na mesquita, e não deixava de rezar as orações quotidianas. Eram cinco: a primeira ao romper da alva, e chamava-se *Sabah Namazi*; a segunda, *Oilah Namazi*, ao meio-dia; a terceira, *Akindi Namazi*, entre o meio-dia e o pôr do sol; a quarta, *Acham Namazi*, ao sol posto; e a quinta *latzu Namazi*, ao serrar da noite.

Precedia sempre as orações uma ablução parcial — *woudou*, que consistia em lavar a cara, as mãos e braços até o cotovelo, e os pés até o artelho. Antes de começar a reza, o crente estendia no chão o seu tapete quadrado, colocava-se de pé sobre ele, voltava-se para a *kaaba*, estando em Meca, ou para esta, em outra parte, conforme a *quebla* estabelecida por Mahomet; repetia o pedido de perdão — *istigfar*, elevava depois as mãos abertas, ficando os polegares à altura e quase em contato da parte inferior das orelhas, e recitava a prece preliminar chamada *tekbir*. Passava ao *fatihah*, e pronunciava ao menos três versículos, ou *aiat*, desta oração, que é a primeira sura do Corão, colocando ambas as mãos sobre o ventre, a direita por cima da esquerda, e cravando os olhos no chão. Declamava o *tesbihk*, inclinando o corpo e a cabeça, e pondo as mãos nos joelhos. Endireitava-se, retomava a posição do *fatihah*, e assim se conservava

um instante. Sucedia-se uma prostração — *soudjoud*, durante a qual repetia o *tekbir* e três vezes o *tesbihk*, tendo a face voltada para a terra, os dedos das mãos e pés muito unidos, e a ponta do nariz a tocar no solo. Erguia-se, ficava um momento assentado sobre os joelhos, as mãos nas coxas, os dedos abertos, e repetia o *tekbir*. Depois de uma prostração última, saudava para a direita e para a esquerda os dois anjos da guarda, que, durante a oração, estiveram sempre em sua companhia, embora ele os não visse.

A série destes movimentos e genuflexões constituía um *rick'ah*.

Quando eram muitos a orar, colocavam-se em filas, como soldados em frente do inimigo, porque realmente os muçulmanos criam, ser a oração um combate contra o espírito das trevas.

No mês de *schewal*, que é o décimo do ano da hégira, e o primeiro dos meses da peregrinação, acendiam-se as lanternas, as lâmpadas, e as velas da mesquita, bem como os candeeiros das torres, iluminando-se igualmente o eirado do edifício, na noite do aparecimento da lua nova. Na manhã seguinte celebrava-se a oração da páscoa, pois que no mês anterior, o *ramadhan*, era a quaresma, durante a qual nenhum muçulmano comia, nem bebia, senão de noite, isto é, desde o pôr do sol até o romper da alva.

Chegado o primeiro dia do mês de *doulkaadah*, que era o undécimo, tocavam os tambores e timbales ao amanhecer e ao sol posto, em sinal do abençoado ajuntamento dos peregrinos em Meca, e assim se continuava até ao dia da subida a Arafat. No sétimo dia o *iman* pronunciava do alto do mimbar na mesquita a *khotbat-ê-lhadji*, isto é, uma alocução, em que explicava aos crentes as cerimônias, que sobre aquela montanha iam celebrar-se. No oitavo dia a caravana santa dirigia-se de madrugada ao vale de Miná. Este dia chamava-se de reflexão — *lanm terwia*, aludindo à incerteza de Abraham, o qual, tendo recebido em sonhos a ordem de imolar seu filho, ignorava se tal sonho seria uma inspiração divina, se uma sugestão diabólica. Passava-se a noite no vale, e no dia imediato, depois da oração matutina, a caravana subia à montanha de Arafat, onde existia uma capela — *turben*, a qual santificava o sítio, em que pelo anjo Gabriel fora ensinada ao pai comum dos homens a primeira invocação. Conforme o ritual, os crentes, depois de uma oração feita na própria *kuba*, armada no acampamento, iam esperar o pôr do sol, e entretanto o *iman* erguia os braços ao Céu, para invocar a benção sobre a multidão ali reunida, exclamando por fim milhares de vozes uníssonas; *Lebeik Alahouma Lebeik!* Nós estamos às tuas ordens, ó Deus!

Em seguida a turba imensa, que continuava vestida de branco, ao descer a *Djebel Farkh*, depois de ter passado em Monzdelifat, parecia uma catarata de espuma!

No segundo dia punha-se em marcha, atravessava *Elmeschar-ê-Iharam* — o lugar consagrado, dobrava rapidamente, e em confusão enorme, o apertado vale *Onadi-monhassar* — o vale maldito, e chegava de novo a Miná. Atiravam todos para trás das costas, junto do *Djamrat-ê-IAgabé*, sete pedras do tamanho de uma ervilha cada uma, em sinal de desprezo pelo demônio, e gritando antes do arremesso: *Bismilah!* — Em nome de Deus!

Os sete seixinhos, que tomavam o nome de *Hassiato-Aljemar*, eram expressamente apanhados em Monzdelifat.

Depois de todas essas cerimônias podia cada peregrino sacrificar a vítima, que trouxesse.

A caravana regressava a Meca para visitar a *kaaba*, fazia nova romaria a Miná, e tratava logo de sair da cidade *santa*, antes de cometer algum pecado; mas não partia, sem voltar pela terceira e última vez à *kaaba*, a fim de celebrar os *Thonaf-wida* — procissões da despedida; ao poço de Zemzem onde bebia água e de onde trazia alguma, como piedosa recordação; e retirava-se finalmente pela porta do adeus — *Bab-ê-Iwida*.

Meca estendia-se em um largo vale, ou, melhor, sobre o solo dessecado de um *uâdi*, que se inclinava suavemente do norte ao sul, e por onde raro corriam as águas das chuvas, mas produziam às vezes grandes inundações, indo depois perder-se nas areias, sem chegarem ao mar.

As montanhas escalvadas e tristes, que lhe ficavam a cavaleiro, lembravam sentinelas sombrias e mal ataviadas, a cuja guarda estavam confiados, por singular contraste, os tesouros da graça, que vão ali procurar os sectários do islamismo. As suas ruas não eram, como em geral as das outras cidades árabes, estreitas e tortuosas, mas sim largas e traçadas com certa regularidade, ladeando-as casaria alta, construída de granito vulgar dos montes suburbanos, o que lhe imprimia um aspecto monótono.

Era abundante de água, e a melhor para o consumo geral vinha dos tanques, cisternas e poços de Arafat, por um aqueduto, atribuído à bela sultana Zabaida, predileta do príncipe dos crentes, o famoso califa Harun-al-Raschid.

Durante as peregrinações era a pátria de Mahomet um centro de comércio muito rico, e de certo o mais variado de todo o Oriente, pois que em seus bazares acumulavam-se as produções de todos os países sujeitos à lei do profeta, e faziam-se negócios importantes.

No mercado diário, sempre fornecido de pão, frutas, hortaliças, legumes e carne, encontrou Pero da Covilhã rapazinhos órfãos, e desvalidos, que, mediante uma paga certa de pequenas moedas de cobre, denominadas *foluzes*,



e do valor de quatro a seis ceitis cada uma, conduziam em duas alcofas de diferente tamanho, chamadas *Magtalá*, as compras feitas pelas pessoas, que quisessem utilizar-se desse serviço.

O pão não se assemelhava ao nosso. Com farinha diluída em água sem fermento, e algumas vezes com pouquíssimo, preparavam uns bolos mal cosidos e moles, como pasta, a que chamavam *hops*.

De alguns vales distantes vinham frutas e hortaliças; mas o que verdadeiramente abastecia o mercado era o porto de Djiddah.

Como a Pero da Covilhã parecesse extraordinária a venda de pós aromáticos, mormente nas imediações da mesquita, investigou a causa desse fato, e soube, que por costume andavam os mecanos sempre perfumados; mas nos meses da peregrinação chegavam a fazer tão extraordinário uso dos perfumes, que muitas mulheres se privavam até de parte do seu alimento para comprá-los, e, quando elas vistosamente ornadas iam girar ao redor da *kaaba*, o aroma expirado por seus vestidos predominava de tal modo sob as arcadas da mesquita, que muito tempo depois de retirarem, permanecia ali o seu vestígio fragrantíssimo.

Não menos interessante era o cuidado, com que as muçulmanas se pintavam. A muitas delas não satisfazia a cor natural dos seus cabelos, por isso os tingiam, velhas e moças, com *okohl*, que do mesmo modo empregavam nas pestanas, bem como nas sobrancelhas, que não só enegreciam, mas ampliavam e arqueavam graciosamente. Com a mesma tintura, aplicada às pálpebras, esbatiam os olhos formosíssimos; sem embargo, porém, desta afetação, consideravam o *kohl* um verdadeiro colírio, e um remédio soberano contra as oftalmias tão frequentes naqueles climas. Faziam sinais pretos na cara e nas mãos com um certo pó, que introduziam na pele por meio de uma agulha despolida de ferro ou de prata; e às mãos e pés davam uma cor rubro-alaranjada, servindo-se para isso de uma erva denominada *elhene*.

As pedras mais ou menos preciosas eram para as mulheres de todas as classes um amuleto, e talvez secundariamente um enfeite. Formavam como que uma farmacopeia talismânica muito curiosa e muito extensa.

Os trajos, posto que não fossem idênticos em todas as partes da África, do Egito, da Síria e Arábia, tinham na sua pequena variedade de formas uma grande semelhança, ficando sempre reduzidos a uma espécie de túnica e capa — o que somente bastaria, à falta de outras provas, para demonstrar quão poderosa é a força das tradições na raça árabe.

As variantes do vestuário repetidas, no mesmo século, por outros povos, são o sintoma da mobilidade das suas idéias, e dos caprichos alternativos do seu gosto.

O traje das mulheres apresentava alguma variedade unicamente nas classes abastadas. Nas outras classes, que são ainda hoje as mais numerosas, compunha-se geralmente de uma larga túnica — *farmla*, atada na cintura com o *samlá* ou *foutah*, e um véu — *tarbah*, que cobria a cabeça e quase todo o semblante.

Em algumas regiões a túnica era singelíssima, sem sinal de corpete nem de espartilho, artifícios desconhecidos no Oriente, e cuja falta não sacrificava o porte altivo e majestoso das mulheres das margens do Nilo, por exemplo, as quais recordavam na sua elegância, no seu peito saliente e nos ombros desempenados, as deusas da Grécia antiga.

Algumas mulheres deixavam ver os olhos, e uma parte da testa; outras somente um dos olhos; e ainda em outras o mistério era absoluto, por isso pareciam verdadeiras estátuas ambulantes. Em compensação havia formosas muçulmanas, que, muito embora usassem a capa até aos pés, deixavam às vezes cair artificialmente o véu, regalando os olhos de quem as via.

Pero da Covilhã representava um papel muito difícil; pois não podia esquecer-se, de que era cristão, e, ao mesmo tempo, de que não deviam sequer desconfiar de tal aqueles que o rodeavam.

Quando ao apontar da aurora o muezzino, do alto de um minarete da mesquita, gritava: “vinde à oração, vinde ao templo da salvação; a oração deve ser preferida ao sono!” Pero da Covilhã estendia o seu tapete, sobre o qual ajoelhava voltado para a mesquita, e, fechando os olhos, fitava os da sua alma na Cruz Redentora, símbolo augusto da sua fé católica. Mas não havia preceito do Corão, que ele ignorasse e não cumprisse publicamente.

Aprontou-se a caravana para passar a Medina, em cuja mesquita repousam as cinzas de Mahomet. Os mercadores — *gelabis*, carregaram de provisões os seus camelos. Os açacais abasteceram-se de água, e acondicionaram os seus tanques de peles de búfalos, sem olvidarem o *kirba*, ou gancho indispensável para tirar pelo caminho a água dos poços. Para os que por impossibilidade física não estavam nas circunstâncias de vencer o caminho, nem de apagar aluguer de transporte, havia dromedários de sobejo e não lhes faltava também o alimento nem o remédio, pois a todas essas necessidades ocorriam as esmolas dos ricos. Sobre o dorso de muitos animais viam-se grandes caldeirões de cobre, chamados *arraçato*, para cozinhar a comida nos aduares, os quais eram iluminados por lanternas imensas, que serviam igualmente para as marchas,

durante a noite. Em vários *meharas* enfeitados com colares de seda, e o *hené* ou aparelho coberto com magníficos brocados, sobressaíam os *atatouch*, ou palanquins, para comodamente se recostarem as mulheres opulentas.

O alfanje, o punhal — *khamtscher*, a faca, — *bitschak*, a lança, a alabarda e a maça, eram as armas defensivas da caravana.

A cidade do profeta *Medinet-ê-Inebi*, distava de Meca onze dias de jornada, através de vastas planícies de areia, rochedos alcantilados e extensos, a par de raríssimos vales que permitiam a custo a cultura. E a toda essa imensa região, ingrata e bravia, em que estavam situadas Meca e Medina, davam os árabes o pomposo nome de território sagrado, *houdoud-ê-lharam*.

Muito tempo antes de chegarem os romeiros a Medina, era-lhes anunciada a sua aproximação pela alta cúpula dourada, em que terminava o monumento funerário do profeta. Apenas entraram a cidade, dirigiram-se à grandiosa mesquita, sustentada por quatrocentas colunas e constantemente iluminada por trezentas lâmpadas.

O recinto venerado, que encerrava não só os restos de Mahomet, mas também os de seus sucessores imediatos, Abu-Bekr e Omar, denominava-se Ê-IHdjra. Composto de arcadas abertas, sobre colunas, era vedado até dois terços da altura por uma grade de ferro com intervalos estreitíssimos.

O ataúde do profeta estava velado por um tecido de seda bordado a ouro, sob um dossel de brocado, seguro no vão de uma pequena torre adornada de laminas de prata. Esta torre, igualmente coberta com um pano de seda e ouro, elevava-se sobre colunas de mármore preto finíssimo, cingindo-a uma balaustrada de prata, em cima da qual ardiam continuamente perfumes em vasos do mesmo metal. Uma lua de prata, em quarto crescente, artisticamente lavrada e cravejada de pedras preciosas, encimava enfim o sepulcro do fundador do islamismo.

Em uma das faces do Ê-IHdjra existia um prego de prata, junto do qual paravam os peregrinos, para fazerem a saudação competente defronte da face do enviado.

Ao púlpito da mesquita andava ligada uma tradição, a que todos os islamitas tributavam grande respeito. Dizia-se, que Mahomet pregava na mesquita junto do tronco de uma palmeira, e que depois fabricara o púlpito. No primeiro dia, em que subiu a este, inclinou-se o tronco para o novo lugar ocupado pelo profeta, e com tal afeto, que podia comparar-se ao amor da camela para o seu filhinho. Então Mahomet abraçou o tronco, exclamando: “se te não abraçasse, suspiraria inconsolável até ao dia de juízo!”

O púlpito era feito de tamargueira.

Do mesmo modo que Meca, Medina ia procurar longe os recursos, que lhe faltavam. Valia-lhe o seu porto, que era lambo, situado mui distante ao sudoeste dela, no mar Vermelho.

Ao norte saía-se para um pomar de palmeiras, plantado por Fátima, filha do profeta, e perto amontoavam-se as escorralhas de lava saídas da cratera de Ohod, a montanha famosa, que deve, segundo a crença dos muçulmanos, ser transportada um dia para o paraíso, como teatro, que foi, da vitória alcançada por Mahomet sobre os seus inimigos. A leste e a oeste elevavam-se também alguns picos, um dos quais era o de Aira, onde o profeta esteve prestes a morrer de sede, e que será precipitado no inferno, conforme a crença. Ao sul prolongava-se a planície a perder de vista. Raros pomares e renques de palmeiras juntos de poços, cujas águas fossem suficientes para as regar, moderavam de longe em longe a monotonia dessa extensão pardacenta, onde as argilas alternavam com as areias e a greda.

Terminada a romaria, Pero da Covilhã retirou para lambo, de onde, embarcando em um zambuco, passou a Thor. Estava perto do Sinai, que percorreu, e, voltando a Thor, daqui se dirigiu a Zeila.

Chegou enfim às portas da Abissínia.

## **XII - NA ABISSÍNIA**

Ao cabo de três anos de trabalhosas e arrojadas viagens, entrava finalmente Pero da Covilhã nos encantados domínios do legendário Preste João. Parece, que Deus lhe inspirara acinte aquela digressão, pelas regiões desertas da Arábia, para retemperar-lhe o ânimo, e tornar-lhe mais atraente a paisagem deslumbrante do novo país que demandava. Ao passo, que foi o primeiro a mostrar, em uma carta marítima, a derrota, que as nossas caravelas deviam seguir para a Índia, ia agora também levantar o véu, que trazia oculta aos olhos da Europa a história da Abissínia.

Em mil narrativas exageradas e fantásticas, acolhidas pela curiosidade crédula, havia somente um fundo de verdade: a existência de um povo cristão no seio da África, defendendo gloriosamente a sua independência contra o islamismo.

Mas onde e quem se esforçava com tanto denodo? — Ninguém sabia responder; pois até mesmo no Oriente o reino do Preste João era quase desconhecido, talvez por estar tão remontado ao trato e comércio das gentes.

Pode considerar-se essa vasta região etiópica um imenso planalto, elevado entre a bacia do Mediterrâneo e o Oceano Índico, e limitado ao Norte pela Núbia, a Oeste pelo Senaar, ao Sul por países do sertão Africano oriental, a Leste pelo mar Vermelho. E abrange três zonas distintas: a inferior, ou o *Kola*, em que a temperatura varia de 20 a 40° centígrados, encontrando-se, nesta região verdadeiramente tropical, a fauna e a flora especiais da África, e produzindo abundantemente o solo sem cultura; a média, ou o *Onaína Déga*, com a temperatura de 15 a 30°, sendo a parte mais fértil e mais própria para o amanhã da terra; a superior, ou o *Déga*, cuja temperatura varia de 5 a 15°, e cai abaixo de zero nas mais altas montanhas.

As serranias, que em diferentes direções cortam este maciço, parece formarem um sistema à parte na orografia geral do continente negro. O número delas, a sua fragura, e o efeito permanente das nuvens condensadas em volta dos lanceolados píncaros de algumas, causam temor a quem as vê, quanto mais a quem as passa. E raramente se faz jornada, em que não haja necessidade impreterível de as colear e transpor; por isso talvez alguns exploradores, antes de Pero da Covilhã, se houvessem abeirado delas, e, sem ânimo de se exporem a tão ínvios caminhos, voltassem para trás.

Pero da Covilhã não desfaleceu; admirou tais montanhas, que se lhe afiguravam degraus, ou escadas gigantes, amontoadas por Titãs, para escalar o Céu. Maravilharam-no esses alcantis de granito e quartzo, com agudas arestas a desafiar as tempestades, e em cujas quebradas os dilúvios do trópico tinham cavado córregos profundos. Lá do cume as torrentes, no período anual das chuvas, despenham-se com violência nos vales estreitos, indo engrossar os numerosos cursos de água, que serpeiam nas campinas, caudalosas e arrogantes.

Então o Tacazé ou *Nilo negro*, que na bacia hidrográfica septentrional recebe grande número de tributários, saindo do Tigre, a quem banha, vai, sob o nome de Albara, ao ocidente lançar-se no Nilo com dobrado ímpeto. E na bacia do Sul, em Amhara, que contém na sua parte central o grande lago Tana, onde deságuam muitíssimas correntes, o Abai ou *Nilo azul*, atravessando uma parte desse lago e recebendo depois o Djama, cujo extenso e tortuoso vale sulca o reino de Choa, adquire um tal volume, que aos próprios indígenas enche de pavor. Ao norte encontram-se igualmente alguns lagos sobre o vértice das montanhas.

Com os aspectos severos alternam, porém, as perspectivas risonhas.

Nas veigas açoitadas pelo vento, as coroas-de-rei douradas, os trevos purpurinos e as verdes gramíneas, formam ondulações matizadas, como se fora em mar brandamente agitado de flores e verdura. Ao mesmo tempo o sussurro

das florestas próximas é um fundo de concerto, que faz sobressair o canto alegre das aves, como a doce verdura é o fundo da cor, sobre que se destaca o brilho das flores e dos frutos.

Como deve ser opulenta a flora deste país tão acidentado e úmido, aquecido pelos raios verticais do sol, e em que a temperatura tanto varia, determinada pelas grandes diferenças de nível!

A própria natureza parece gostar de se opor a si própria, pois reúne todas as estações no mesmo tempo, todos os climas no mesmo lugar, terrenos contrários no mesmo solo.

O botânico encontra aí as plantas mais raras; ao zoólogo é fácil apanhar insetos tão variados, como a vegetação que os nutre; o geólogo vê massas centrais do globo desentranharem-se, e furarem a superfície, para se lhe mostrarem; o meteorologista enfim pode a cada instante observar a formação das nuvens, penetrar no seu interior, ou elevar-se acima delas.

Como em todos os países situados na zona tórrida, a presença da água acusa as riquezas de uma vegetação luxuriante e vigorosa.

Ao sair-se da garganta de uma montanha, alegre de repente a vista uma extensa planície, em que o trigo, o milho e a cevada atingem proporções extraordinárias, bem como o *tef*, coberto de flores purpúreas, e cujo grão oblongo dá uma farinha saborosa.

O pão abunda por toda a parte. E, quando nuvens de gafanhotos, vindos do Sudão, devastam as searas, o *enséte*, que é uma espécie de bananeira, cujo fruto se não aproveita, oferece no seu caule, uma vez que não esteja completamente desenvolvido, farto e delicado alimento.

Outros flagelos dos campos são as manadas de vacas bravas, e o número infinito de bugios ou cinocéfalos. Estes, por serem tão daninhos, obrigam a vigiar as searas, para que não as destruam, temendo-se a sua invasão unicamente de sol a sol, pois de noite não saem a comer.

O agigantado *baobah*, o sicômoro sempre verde, o tamarindo, a palmeira excelsa, o *kuara* com as suas belas flores coralinas, a *mimosa*, o *cusco*, o *wansei*, cujas flores alvíssimas abrem todas a um tempo, o *daró*, que escolhe, para os abrigar com a sua sombra benéfica, os sítios mais pitorescos, enfim todas estas e outras árvores igualmente frondosas, formam imensas florestas, ou, antes, verdadeiros maciços de folhagem, que, sendo arregaçada pelo vento, apresenta os mais singulares e formosos cambiantes.

No mesmo solo umedecido, e alcatifado de flores odoríferas, crescem elegantes arbustos, enquanto que as trepadeiras, o cipó flexível, os pâmpanos carregados de uvas pretas, se abraçam ao tronco das árvores protetoras, revestindo-os de gala, subindo até se suspenderem de seus ramos, e formarem grinaldas graciosas.

E em todas essas florestas e campinas, inúmeros animais, que tem o seu retiro à sombra dos pavilhões de verdura, e raro são perturbados pelos passos do homem. Fazem destas vastas solidões um grande e magnífico quadro, uma cena animada e grandiosa, uns pela beleza da sua pele, vivacidade de seus movimentos, agilidade de seu andar; outros pela frescura de suas penas, graça de seu todo, rapidez de seu vôo, melodia de seus trinados; todos enfim pela imensa variedade de suas formas. O esmalte das flores mistura-se com o brilho das folhas, e são apagados ambos pelas cores mais brilhantes ainda da plumagem das aves, mormente da do *sonis-manga*, ou *cinirus splendidus*, conforme a denominação científica moderna.

Nas regiões mais áridas, o *cactus*, a espécie de eufórbio, denominada *kolqual*, a palmeira anã, o *kautufa* coberto de espinhos, dão sinal de vida vegetativa em terreno ingrátissimo, e são testemunhas das perseguições dos chacais e das hienas aos bandos de gazelas, corças, e outros antílopes, como o *beni-israil*, igualmente elegantes, que logram escapar, por causa da ligeireza dos movimentos e rapidez da carreira, a esses cruéis inimigos.

Em algumas das montanhas, os zambujeiros e os cedros altíssimos servem de asilo aos leões, aos lince, às panteras, aos leopardos, aos girátacácheus, a todos esses monstros ferozes, de que é como que pátria o continente negro.

À beira das lagoas e das ribeiras, a cana, o bambu e o papiro alto, garridamente empenachado, banham seu pé nas águas límpidas, mas suas hastes elegantes e frágeis são muitas vezes partidas à passagem do rinoceronte bicorne, ou do pesado hipopótamo. Além disso os crocodilos infestam os rios, em cujas margens voam inúmeras aves aquáticas.

No meio dessa exuberância de vegetação enfim, até os mais humildes musgos se encontram ocultos debaixo das neves eternas. O manjericão, e muitas outras plantas da família das labiadas, alcatifam e aromatizam deliciosamente os montes. E para coroa desta prodigiosa flora, nas maiores altitudes sobressaem o *Kouso-Braiera antelmintica*, e o *Gibarra* — *Rhinchopetalum*, que se elevam descomunamente.

Pero da Covilhã, depois de ter caminhado por estreitos passos e à beira de medonhos precipícios, sobre o dorso de montanhas cortadas a pique entre vales

tão profundos, que não chegam os olhos a ver-lhes o fim, apartou-se da caravana, em que vinha, e dirigiu-se à corte do Preste João.

Reinava o imperador Escander ou Alexandre. A sua residência era amovível, por isso Pero da Covilhã em vez de avistar ao longe edifícios, que lhe dessem a idéia de uma povoação, viu numerosas tendas armadas em um grande campo, as quais constituíam a capital do império. E convinha-lhes o nome de cidade, não só pela multidão de gente nelas abrigada, senão pela boa ordem, como as tinham dispostas.

Ao aproximar-se do arraial, deparou Pero da Covilhã, ainda a certa distância, com quatro leões amarrados por grossas cadeias de ferro, e separados uns dos outros. Logo atrás deles prolongava-se uma larga rua, orlada com simetria por vinte arcos de madeira de cada lado, nos quais estavam enrolados alternadamente panos de algodão brancos e roxos. Grande número de cavalos à mão, morzelos, pombos, castanhos, russos, russo-rodados, melados, fouveiros e outros, todos de boa raça, com as garupas contra os arcos, e bem arreados, tendo celas muito leves, estribos à bastarda e loros muito compridos, formavam duas fileiras uma em frente da outra, voltadas para o centro da rua. Quatro desses cavalos, com arreios riquíssimos, eram cobertos com excelentes colchas de brocado. Na retaguarda de todos viam-se postados cem homens com azorragues. Mais de vinte mil pessoas de diferentes classes se aglomeravam de um e outro lado da rua, ao cabo da qual se destacava uma grande tenda roxa, seguindo-se após ela, em diversos arruamentos milhares de outras, todas brancas.

Este aparato era próprio do dia festivo, em que Pero da Covilhã, surgiu, por mero acaso, na corte Abissínia. A sua presença produziu a mais desusada sensação no ajuntamento.

Saiu-lhe ao encontro um homem ricamente vestido, e perguntou-lhe ao que vinha. Pero da Covilhã, mostrando-lhe as cartas, que levava de D. João II para o soberano da Abissínia, respondeu-lhe em puro amárico — já nesse tempo a língua da corte — que fora encarregado pelo rei de Portugal, seu senhor, de entregar pessoalmente aquelas cartas a sua alteza, o mui alto e poderoso imperador da Etiópia, e desejava por isso ter a honra de lhe ser apresentado. O seu interlocutor levou esta mensagem ao soberano, e pouco depois conduziu à presença dele Pero da Covilhã.

Logo na primeira sala da grande tenda roxa, forrada de finas sedas, sobre um catre coberto com três colchas da China, de modo a conhecer-se pelas suas barras de cotonia de seda o número delas, estava sentado o imperador, rodeado da sua corte.



Á entrada Pero da Covilhã, ao ver o Preste, abaixou a mão direita até ao chão, e com ela tocou em seguida o alto da cabeça, consoante lhe fora, a seu pedido, ensinado pelo introdutor. Adiantando-se depois, ajoelhou em frente do soberano, a quem deu as cartas de D. João II, as quais eram escritas em árabe. O Preste mandou-o levantar, fez-lhe algumas perguntas acerca da sua viagem, e principalmente a respeito de D. João II; despedindo-o depois com muito agrado, disse-lhe, que fosse descansar, para mais tarde conversarem largamente, como desejava.

Esta recepção amável pôs logo em boas relações Pero da Covilhã com os grandes da corte, e muito mais depois de constar, qual foi o assunto das cartas, que trouxera. Igualmente contribuiu, para ele lograr a simpatia pública, o preconizar, desde logo, com entusiasmo a magnificência da corte, e a riqueza do vasto império, que teve a fortuna de visitar.

A corte compunha-se do *Belátimoche goitá*, mordomo-mor; do *Tecácase Belátimoche-goitá*, pequeno mordomo-mor; dos dois *Betendet*, os validos do imperador; do *Titaurári*, que fazia o ofício de marechal; e outros dignitários de menor categoria. Além disso frequentava diariamente a tenda imperial o *Abima*, que quer dizer pai, e era o metropolitano da igreja etiópica, enviado pelo patriarca Kopta da Alexandria. A esse bispo, único da Abissínia, devia obediência, mas tinha grande autoridade, o *étch'égé*, prelado do numeroso clero regular, e oficialmente prior do convento de Debra-Líbanos, em Choa, fundado pelo *abima* Tekla Haimanot. Logo abaixo, senão quase a par do *abima*, havia o *Labeata*, padre de nomeação imperial. Junto do soberano funcionavam os *Azages* e *Umbares*, desembargadores e ouvidores do império, sem escritvães, nem tabeliães, por serem verbalmente averiguadas e julgadas na presença das partes todas as suas demandas, e do mesmo modo proferidas as sentenças. Não havia as papeladas de nossos autos, a que B. Teles chama pego imenso de trapaças.

O livro da lei, *Fitha Negoust*, compunha-se de textos mal traduzidos do código Justiniano, amalgamados com prescrições religiosas. Antes de serem ouvidas as testemunhas, iam à porta principal da igreja, prestar juramento na presença de dois clérigos, que tinham aí incenso e brasas. A pessoa que jurava, punha as mãos na porta, e um dos clérigos dizia-lhe: “fala verdade, e se jurares falso, assim como o leão traga a preza no bosque, assim seja tua alma tragada do diabo; e assim como o trigo é quebrado entre as pedras, assim os teus olhos sejam moídos dos diabos; e assim como o fogo queima a lenha, assim a tua alma seja queimada no fogo do inferno e feita pó; e se verdade disseres, a tua vida seja alongada com honra, e a tua alma goze do paraíso com os bem-aventurados”. A cada uma destas maldições e bênçãos respondia o que jurava: amém.

O povo era de pouca verdade, ainda que jurasse, a não ser, que fizesse o juramento pela cabeça do imperador, ou que fosse ameaçado da excomunhão, que sobre tudo temia.

As tendas do imperador, à exceção da roxa, que somente armavam nos dias festivos e para as grandes recepções, eram brancas e cercadas por umas cortinas de algodão preto e branco em xadrez, as quais formavam como que um muro, e em volta giravam muitas sentinelas.

Quando o acampamento mudava de local, iam à distância de um tiro de besta, na frente da comitiva imperial, os quatro leões, dois a dois, com gargalheiras de ferro, a cada uma das quais prendiam simetricamente quatro cadeias do mesmo metal, um pouco compridas. Tiravam-nas dezesseis homens, quatro por cadeia; sendo oito adiante e oito atrás do leão, de modo que este podia andar unicamente na direção dos homens que o antecediavam.

Em seguida caminhavam os cem homens com azorragues, e, dando em vão com a comprida correia preza ao pequeno cabo do açoite, ouvia-se um forte estalido, que fazia afastar a gente.

Após estes marchavam na cadência de passo acelerado, setenta porteiros de maça, vestidos uniformemente, com camisa e calção de seda, apertado por um cinto do mesmo tecido, cujas pontas chegavam ao chão; aos ombros uma pele de leão, e sobre esta um colar de ouro mal lavrado, tendo engastada muita pedraria falsa.

O altar, em que diziam missa ao Preste, e a pedra de ara, eram levados por clérigos nos braços, indo adiante um diácono, tangendo uma campainha.

O *Titaurári* escolhia o lugar do arraial, assinalando com uma lança cravada no terreno o centro da área, que deviam ocupar as tendas imperiais. Detrás daquela, em que dormia o soberano, à distância de um tiro de besta, ficava a da cozinha, da qual levavam a comida em tigelas e panelas de barro preto mui fino, postas em bandejas conduzidas por pagens, e tudo debaixo de um pálio.

Pouco afastada das tendas do imperador era a da igreja, e na frente daquelas as dos tribunais, seguindo-se em circuito as do pessoal da corte. Nas restantes, assentadas e arruadas por sua ordem, alojavam-se mais de duzentas mil pessoas, bem como cavalos e mulas, em número superior a cem mil; tudo como se fora uma cidade populosa, onde não faltava, o que para uma povoação em tais condições se tornava mister.

As costas de todas as tendas eram para o oriente, e as portas para o poente.

As pessoas pobres dormiam sobre o seu *Neté*, que era um couro de boi, estendido no chão, e que lhes servia tanto de cama como de lençol. Como cobertor empregavam a sua capa, que podia ser de pano branco, ou simplesmente uma pele de carneiro, leão ou tigre.

Assim como o árabe não larga o turbante, o abexim nunca se separava voluntariamente da capa. Quando se dava até o caso de ser preso por haver cometido algum delito, o encarregado de o levar à presença do juiz, para evitar que se evadisse, apenas tomava a precaução de atar à sua a capa do cativo; se este fugisse, abandonando a capa, reconhecia-se implicitamente culpado, e, logo que tornasse a ser preso, puniam-no sem julgamento prévio.

Muitos dos mais abastados possuíam catres precintados de correias, sobre as quais estendiam o couro de boi, e os cobertores eram duas colchas de seda. O travesseiro consistia em uma forquilha de pau, chamada *bercutá*, onde não recostavam a cabeça, porque esta ficava em vão, mas o pescoço, para não amachucarem os cabelos, que traziam sempre muito enfeitados.

Como os senhores se assentavam ordinariamente sobre alcatifas, e os mais sobre esteiras, as mesas, onde comiam, eram muito baixas, de forma redonda, e não havia toalhas nem guardanapos. Limpavam-se às *ápas*, espécie de pão de várias farinhas, em que entravam a do *teraux* e a do *cousio*, e que também lhes servia de alimento.

Sobre as *ápas* colocavam as iguarias, sem outros pratos; mas, vindo estas com molho, eram servidas, com as indispensáveis papas, em tigelas de barro preto, as quais cobriam com umas tampas cônicas de palha fina, chamadas *escambiás*.

Assavam a carne sobre as brasas, e, quando comiam crua a de vaca, embebiam-na com fel da mesma rês. Chamavam *berindó* a este amargo manjar, um dos mais delicados da sua mesa.

Tinham para bebida nacional, de que somente usavam depois das refeições, o hidromel; que constava de cinco ou seis partes de água, uma de mel, e uma porção de cevada torrada, que fazia ferver a mistura, lançando-se depois nesta uns pedaços de pau, denominado *sardó*, que em cinco ou seis dias de infusão modificava a doçura do mel.

Para a mesa do imperador, transportava-se o hidromel, por ocasião das mudanças de arraial, em cem jarras pretas de seis canadas cada uma, tapadas com barro e seladas, e denominavam-se *gombos*. Os portadores delas iam escoltados por muitos homens de armas.

Como abundava por toda a parte o mel e a cera, desta faziam velas, com que se alumiam, e preferiam aquele ao açúcar, por isso unicamente se serviam da cana para alimento.

Á exceção de pepinos, melões e rábanos, que se não davam em parte alguma do território abissínio, havia todas as frutas e legumes conhecidos, sendo escassa a produção de hortaliças.

Além de grandes criações de vacas, ovelhas e cabras, era extraordinária a quantidade e variedade das aves, sem faltarem as codornizes, as rolas, os patos bravos, os tordos, as andorinhas, os rouxinóis e as galinhas do mato. As perdizes, de três castas: umas, como grandes capões, da mesma cor e feição das nossas, salvo terem os pés e bicos amarelos; outras, corpulentas como galinhas, com os pés e bicos vermelhos; e as restantes, do tamanho das nossas, diferindo delas somente na cor pardacenta dos bicos e pés.

Apareciam também coelhos e lebres.

Tirante o arraial do imperador, nenhuma povoação merecia o nome de cidade, nem de vila. Tudo eram aldeias maiores ou menores, em geral abertas; e unicamente cercadas de uma parede insossa, as que ficavam fronteiras dos galas, os mais temíveis inimigos dos abexins, pois com perpetuas correrias lhes assolavam os campos, e nem semeá-los deixavam.

Algumas das maiores povoações, declaradas invioláveis, serviam de refúgio. Respeitadas por todos os partidos nas guerras civis, tinham o nome de *queddám* e seus governadores o de *alikas*.

A situação das aldeias era, ou nos extremos das planícies, ou nos cumes de algumas montanhas. As casas, comumente redondas e térreas, com as paredes formadas de estacas muito juntas, e cobertas de palha, ou com açoteas em vez de telhado. As dos mais ricos diferiam um pouco, por terem as paredes de pedra ligada com argamassa, e o vigamento do teto ser de aguieiros de cedro tão unidos, que serviam de forro, efetuando-se essa união por meio de cordões de várias cores, que produziam belo efeito. Em terreno fechado com cerca de pedra insossa até à altura de seis ou sete palmos, e Daí para cima com sebe muito bem tapada, feita de ramos de arbustos espinhosos, que davam flores muito delicadas, oito ou mais daquelas casas constituíam a vivenda muito aprazível dos senhores.

Os abissínios provêm de uma mistura de povos diversos, por isso os orientais lhes chamam *hobesch*. Raça esbelta, elegante e vigorosa, de rosto oval, nariz adunco, muitas vezes bem talhado, boca rarissimamente guarnecida de lábios grossos, cabelo mal encrespado, a pele mais ou menos áspera, não mole e

acetinada, como a da raça negra; corre-lhes nas veias sangue do egípcio antigo, do berbere, no sentido mais lato desta palavra, do *foulah* ou *peulh* — raça vermelha, do árabe e do Africano puro. Nesta mistura dominam sucessivamente, segundo as regiões, os tipos secundários mais próximos, *bedjas*, *somali*, *gala* e o siro-árabe, por isso, além do preto, a cor da pele varia muito, encontrando-se o moreno em todos os tons, e até o branco; este, porém, exangue e sem graça.

Eram os abexins boa gente de guerra, excelentes cavaleiros, criados e curtidos nos trabalhos, sofreadores da fome e da sede. A vida, dos que se não ocupavam nos labores agrícolas, era a guerra. Nesta se criavam de pequenos, e nesta envelheciam. Mui simples o seu uniforme. Um calção leve, e pouco largo, de algodão, seguro por uma faixa do mesmo pano enrolada à cintura. Uma capa de igual tecido mais encorpado, e sobre ela uma pele de pantera negra ou de leão. Calçavam alparcatas, e andavam nus de braços e pernas, pois o calção mal cobria estas até ao joelho.

Em geral a plebe não usava calçado, e o seu vestuário reduzia-se a umas bragas de algodão e uma capa, que podia ser uma pele ou um largo pano também de algodão.

Muitos abexins vestiam calções mouriscos, que desciam recramados até ao artelho, onde os apertavam, sendo de damasco ou veludo do joelho para baixo, e dali para cima, como ficavam cobertos pela cabaia, faziam-nos de teada. Os calções dos grandes da corte ajustavam-se às pernas, e as cabaia, como as dos baneanes, abertas até à cinta, eram abotoadas com botões miúdos. Em um colarinho cozido a umas mangas estreitas e compridas, a ponto de recramarem, tudo feito de bofetás de Cambaia ou de um fustão azulado da mesma proveniência, consistia a camisa, ou antes o simulacro dela. Alguns substituíam aqueles tecidos por tafetá ou cetim, e, quando vestiam cabaia turquescas de veludo, ou de brocadilho de Meca, não se cobriam com capa, que era de pano fino da terra ou de bofetá.

Quando vinha de suas terras um nobre, chamado à corte pelo Preste, enquanto andava nu da cinta para cima, e somente com uma pele sobre os ombros, *ainda não estava na graça do Senhor*; mas logo que falasse com o Preste, e saísse da sua tenda vestido, *já estava na graça do Senhor*.

Todos andavam em cabelo, que deixavam crescer, para fazerem penteados caprichosos. As mulheres encaracolavam algum, com o qual emolduravam graciosamente o rosto, e usavam solto o restante, que lhe caia fartamente sobre os ombros.

O armamento da milícia compunha-se de uma rodela de pele de búfalo; dois zargunchos: um estreito para o arremesso nos primeiros encontros, outro largo, com que esgrimiam na luta; maças de pau duro e pesado, denominadas *bolotás*; punhais, que também serviam de arma de arremesso; e lanças curtas para os cavaleiros, os quais igualmente faziam tiros com zargunchos estreitos, como se foram dardos.

Os mais nobres cingiam espada — de que raras vezes se serviam — com empunhadura dourada ou de prata, e bainha de veludo ou de outra seda. Alguns traziam também adaga.

Os cavaleiros com saia de malha — que poucos eram — não se curavam de rodela, porque os embaraçava, e usavam de capacete.

Sem ordem alguma de formatura, as batalhas começavam e acabavam no primeiro choque, fugindo uns, e seguindo os outros a vitória.

Para a guerra iam os cavaleiros montados em mulas, muito mansas, grandes e bem feitas, e levavam os cavalos à destra, porque estes, como não tinham ferraduras, depressa ficavam despeados. Os homens, descalços metiam nos estribos somente o dedo polegar de cada pé.

Além da gente de armas, era muita mais a que seguia o arraial e a bagagem dele. Iam famílias inteiras, e eram necessárias muitas mulheres, para fazerem as *ápas* e o hidromel. Muitos não levavam matalotagem, e, quando se acabava a dos outros, não pediam todos eles mantimentos aos camponeses, por cujas habitações passavam, mas invadiam estas e roubavam-nas com uma fúria verdadeiramente selvagem.

Como não corria moeda no país, nem o Preste a mandava cunhar, as compras efetuavam-se por troca de ladrilhos de sal gema, chamados *amalé*, cortados a machado em perpétuos e inexaustos jazigos.

Sem embargo de haver no país abundante minério de ouro, prata, cobre e estanho, os habitantes não sabiam proceder à extração desses metais, e aproveitavam-se unicamente daqueles, que as chuvas descobriam nas regueiras com a corrente das águas.

A carência absoluta de salinas, e o desconhecimento completo da metalurgia, explicam talvez, por que aos abexins servia de moeda o sal gema; e, como a natureza lhes prodigalizava quanto precisavam para trocar pelos produtos importados de outros países, prescindiam ou não sentiam falta da moeda.

A igreja, outros edifícios, e o grande número de altos obeliscos, em Aquaxumo, denotavam a existência de uma antiga civilização mais adiantada.

Junto de um imenso *daró* elevava-se o templo cristão, que era de formosa fábrica de cantaria bem lavrada, com cinco largas naves, todas abobadadas, sete capelas, coro alto, abobadado ao modo dos nossos, e denominava-se igreja de Santa Maria de Sion.

Nos obeliscos, cada um dos quais de uma só pedra granítica, não se viam hieróglifos, como em todos os dos egípcios, mas cobriam as suas quatro faces esculturas, que revelavam um cinzel grego.

Neste lugar de Aquaxumo, conforme a tradição dos abexins, fundou-se a cristandade da Etiópia Oriental, e gloriavam-se eles muito de serem os primeiros cristãos, que no mundo houve, e de que neles se cumprira a profecia de David.

Sem embargo de tão respeitáveis preeminências, inúmeros eram os erros da sua religião, cheia de superstições grosseiras, e fortemente impregnada de judaísmo, com traços de budismo.

Além de muitos conventos de religiosos, por todo o império havia numerosas igrejas, todas com grandes rendas, de que seus ministros viviam.

Em geral, as igrejas, arquitetonicamente consideradas, estavam de harmonia com as habitações. Situadas em lugares altos, à sombra de copadas árvores, e somente por exceção em subterrâneos, tinham muitas a forma circular, e as suas portas nos quatro pontos cardinais. Reconhecia-se facilmente, que não deixaram discípulos os artistas, que trabalharam nos monumentos de Aquaxumo, e ainda outros lugares, sendo atribuídas aos egípcios todas essas obras.

Tinham as igrejas duas cortinas: uma encobria o altar, e dela para dentro somente passavam os sacerdotes; a outra, a meio do templo, limitava o espaço compreendido entre ambas, reservado para assistirem de lá aos ofícios divinos o imperador e mais pessoas gradas. Ao povo era defeso entrar na igreja. Ficava à porta fronteira do altar a ouvir missa, e o celebrante não só dali lhe ministrava a comunhão, que todos os fiéis, antes de começar o santo sacrifício, deviam receber, senão também lhes lia as epistolas e evangelhos em geez, que era a língua litúrgica.

O imperador e os grandes tomavam as ordens de diácono, para poderem ser admitidos no interior dos templos, e haviam de descalçar-se antes do ingresso. Por tal motivo o imperador trazia na mão uma pequena cruz, não como cetro ou insígnia do império, senão em sinal de ser diácono. De cetro nunca ele usava, coroa também a não punha, nem saía de cruz alçada, como erradamente se afirmava.

Os frades eram celibatários, não os clérigos; e até os filhos dos cônegos tinham o privilegio de pertencerem à colegiada dos pais.

O matrimônio, porém, não se considerava sacramento, e toda a gente o contraía com o tácito ou expresso consentimento de se poderem apartar os cônjuges, tomando estes logo para isso fiadores, e assim evitavam o espetáculo nada edificante, e as mais das vezes asqueroso, das causas de divórcio.

As cruzes não tinham a imagem de Cristo, porque os abexins se julgavam indignos de ver o Redentor crucificado. Também se não mostrava ao povo a hóstia consagrada. O vinho para a missa era feito de sumo de passas de uvas, deitadas de molho em água, durante dez ou doze dias, enxugavam-nas depois, pisavam-nas e expremiam-nas em um pano. Para a celebração da missa, as vestimentas consistiam em umas como que grandes camisas brancas, na estola furada pelo meio e metida pela cabeça, e não usavam de manipulo, amicto, nem cordão para se cingirem. Os frades celebravam com o capelo na cabeça, e todo o clero a trazia rapada, deixando, porém, crescer as barbas.

Tinham os abexins tanta reverência pelas igrejas, que nenhum passava a cavalo por diante das portas delas. Apeavam-se, e só tornavam a montar, quando iam já distantes.

A veneração geral tributada à Igreja e cousas dela, contribuía, para ser muito poderosa a influência do clero no governo do Estado, por isso o soberano não podia considerar-se completamente absoluto.

E havia uma hierarquia eclesiástica bem organizada: arcepresbiteros — *komosats*; cônegos — *debterats*; curas — *kasis*; vigários — *nefk-kasis*; diáconos — *diakons*; e sub-diáconos — *nefk-diakons*.

Pero da Covilhã, cuja ilustração e talento o elevavam muito acima do nível moral do povo inculto, no meio do qual se via obrigado a viver, tornou-se dentro em pouco o apoio precioso dos príncipes, que se sucediam no trono. Com repetidas instâncias pedia ao imperador Alexandre Ihe desse seu despacho, e a resposta às cartas de D. João II; mas o Preste, respondendo sempre, que o mandaria à sua terra com muita honra, ia dilatando o cumprimento da promessa. E, dizendo mais, que não podia por enquanto prescindir da sua companhia, presenteou Pero da Covilhã com uma vivenda principesca, vastas campinas e florestas, cavalos, mulas e gados, grande número de vassallos, um senhorio imenso enfim.

A imperial munificência pôs o nosso explorador na desconfiança, de que o soberano abexim procurava tentá-lo com benesses e regalias de grande senhor, e distraí-lo do propósito de voltar à pátria.



Tomou Pero da Covilhã posse de seus domínios, mais por mostrar-se obediente às deliberações imperiais, do que pelo prazer de gozá-los. Como, porém, tinha de viver na corte, confiou ao cuidado de feitores a importante administração da sua casa.

Quantas vezes embrenhado em um bosque, deixando-se perder na obscuridade dele, parava a ouvir os ruídos profundos e melancólicos do espesso arvoredo, dos grandes seres insensíveis que o cercavam!...

Não eram acentuações distintas; mas um murmúrio confuso, como o de um povo, que celebra ao longe uma festa por aclamações, ou o de uma grande cidade também distante!...

E, quando à linguagem misteriosa da floresta se unia o gorjeio mágico do rouxinol, que do seu ninho endereçava saudações maviosas e votos reconhecidos ao Eterno, Pero da Covilhã abandonava a sua alma comovida às gratíssimas recordações da pátria, e confiava aos inanimados companheiros da sua solidão os segredos inefáveis do seu amor a Maria Tereza, engrandecido pelos desejos ardentes de a ver!...

Que momentos de infinda saudade não seriam aqueles!...

A ociosidade repugnava ao espírito de Pero da Covilhã, e, como se via amiúde consultado pelo imperador Alexandre sobre os negócios públicos, tratou de estudar a fundo os costumes e a história do país.

Nos arquivos dos conventos encontrou uma rica literatura escrita em geez, a par de missais iluminados e coloridos com arte, mas sem desenho quase e sem perspectiva.

Aquela língua conservava já algumas formas arcaicas. Dirivava-se o alfabeto etiópico do das inscrições himiaríticas, às quais os missionários budistas juntaram certo número de sinais diacríticos para indicar as vogais. Era uma influência estrangeira, igualmente devida à intervenção da escritura, que outrora ia da direita para a esquerda, ou de cima para baixo, como a maior parte das semíticas, e que tomou a direção da grega, da esquerda para a direita.

O geez foi substituído pelo tigreano, dialeto derivado mais próximo; e o amárico, mais afastado do árabe, com o seu vocabulário em grande parte tirado do geez, tornou-se a língua oficial, mas tendo a gramática do agaou, tão aparentado com o egípcio antigo.

Não tardou, que Pero da Covilhã conhecesse melhor os monumentos literários dos abexins, do que o próprio clero e naturais da terra, mas não fazia disso alardo, porque não tinha o irrisório despejo dos pedantes. Todos lhe

reconheciam a superioridade, sem ele a impor; e a sua prudência, a sua modéstia, o seu respeito enfim ao soberano, às leis e aos costumes do país, conquistaram-lhe tamanha estima, tal ascendência no ânimo de toda a gente, que nobres e plebeus à porfia procuravam conhecer e servir o *novo senhor*. O seu procedimento, porém, tão regrado, de tão salutar exemplo para aqueles povos semi-civilizados concorreu, para que o Preste se lhe afeiçoasse ao ponto de dizer-lhe um dia: “Não posso dispensar-vos. Casai, e quando tiverdes filho ou filha, que nos deixeis em penhor, mandar-vos-ei com nossas cartas a Portugal. Quem nos vem buscar, mister nos ha; não é razão, que se retirem, nem nós os deixamos ir. E não vos agasteis, porque tendes em nós um amigo.”

Pero da Covilhã, a quem este discurso tão claro, quanto conciso, feriu profundamente no coração, apenas respondeu com imperturbável serenidade: “Obedeço às vossas determinações, pois para isso fui mandado à vossa presença pelo meu rei e senhor; e farei a diligência por corresponder à vossa amizade.”

Não quis evadir-se, podendo fazê-lo. Mediu bem as conseqüências desse passo. Preferiu, pois, tomar o partido, a que a necessidade o obrigava, tratou de casar-se, e não pensou mais, dali em diante, senão em que havia de acabar os seus dias naquele cativo. Mandou dois homens seus, que se incorporassem nas caravanas do Egito, fossem ao Cairo, e daqui trabalhassem por passar a Portugal, a fim de levarem a D. João II umas cartas, que lhes entregou.

Foi o Preste, quem escolheu a noiva de Pero da Covilhã. Muitas o queriam; mas coube a sorte a uma formosa morena de sangue real, chamada Helena. No dia do noivado receberam os cônjuges riquíssimos presentes do imperador, mormente sedas da Índia, colchas da China, e arreios de cavalos.

Helena considerava-se a mais ditosa filha da Etiópia. Sentada ao lado de Pero da Covilhã sobre uma alcatifa preciosíssima da Pérsia, disse-lhe, tomando-o pela cintura, e fitando-o enlevada: “Ha muito, que suspirava por ser vossa!... Como sou feliz!... Agora para sempre ficaremos unidos, como as pedras na parede, e os corações no amor de Cristo!... A toutinegra não quer mais ao seu ninho, do que eu já quero à nossa casa!... Os teus braços, amor meu, são como os ramos do *daró*, que dão doce abrigo; e os teus olhos, os luzeiros do céu, em que vou viver!... Tu és o tronco do ulmeiro, e eu a vara da vide, que o buscava!... Amo-te muito!... muito!...”

Pero da Covilhã estava sonhando, acordado!... Rolaram-lhe sobre a face duas lágrimas, que os lábios ardentes de Helena enxugaram!...

Foi a primeira vez, que ele se viu chorar!...

— E porque chorava?!...

Pobre coração humano!...

### **XIII - REMATE**

O casamento de Maria Tereza com Pero da Covilhã não repugnava a D. Leonor de Lencastre, a qual tinha até o pressentimento, de que não viria a realizar-se. Além disso Maria Tereza, sempre muito briosa, havia de timbrar em progredir no estudo das ciências, que cursaria na Universidade, e, conquanto a veemência do seu desejo de saber não apagasse a chama do amor, que lhe incendiava o coração, amortecê-la-ia ao menos. Depois a ausência com arrefecer, e o tempo com gastar, eram no conceito da rainha remédios capazes, de debelar a enfermidade desse amor.

Talvez fosse uma ilusão semelhante pensamento, porque o maior incentivo do amor de Maria Tereza era a glória de Pero da Covilhã, e esta não tardaria a engrinardar-lhe o nome. Assim o esperava Maria Tereza, e tinha para isso fundamento.

D. Leonor, porém, preferia iludir-se, a deixar de nutrir a esperança também de continuar a ver junto de si a meiga companheira das suas devoções, apenas ela completasse os seus estudos. E, como a formosa rainha era dotada de um espírito não só eminentemente religioso e caritativo, mas ao mesmo tempo ilustradíssimo e prático, imaginem-se os primores de educação, dada por essa Senhora a Maria Tereza, que logo nos mais tenros anos revelou a sua inteligência peregrina e uma docilidade encantadora!

Tal era, com efeito, o juízo que D. Leonor formava das singulares qualidades da sua donzela, que, tendo esta apenas dezesseis anos, a fazia já sua confidente, e com ela conversava frequentes vezes acerca do seu vasto plano de beneficência e fundação de casas religiosas, o qual havia traçado com o fim de colaborar, no desenvolvimento da prosperidade nacional, e na exaltação da fé católica.

No meio das variadas e constantes distrações da corte, a excelsa rainha não olvidava, um só instante, o desempenho da missão civilizadora, que a si própria impusera. E, conhecendo as aptidões de Maria Tereza, teve sempre em vista elevá-la pela cultura do espírito, e aproveitar-lhe os recursos intelectuais, para associá-la na execução das obras meritórias, que projetava.

Havia já fundado, ainda em vida de seu marido, um hospital, e junto dele uma povoação, que tomou o nome de Caldas da Rainha, para perpetua memória da sua origem; mas não só mandou prover aquele estabelecimento do necessário para a sua sustentação, como obteve do pai de Lucrecia Bórgia, o papa

Alexandre VI, indulgência plenária para os enfermos, que lá falecessem, muito embora não houvessem contemplado o hospital em seus testamentos.

Não faltava assim a esmola do remédio para o corpo e para a alma, aos que fossem procurar alívio às enfermarias da caridosa fundadora.

Maria Tereza partira efetivamente na companhia de seu tio para Lisboa, antes das festas de Évora, e foi frequentar a Universidade, a qual ocupava as casas, de que Ihe havia feito doação o infante D. Henrique, situadas acima da igreja de S. Thomé, contra o muro velho da cidade.

O novo estudante, com o seu hábito talar mais curto do que o dos lentes, conforme prescrevia o Estatuto, a sua formosa cabeça, que ninguém supunha fosse de mulher, o desembaraço de suas maneiras, e a gentileza do seu porte, era alvo da simpatia pública no bairro das Escolas Gerais. As raparigas do sítio sabiam já a hora, a que *ele* passava para as aulas, ou saía a passeio, por isso esperavam-no à janela, e, ao vê-lo, iam-se-lhe os olhos no galante *moço*. Maria Tereza ignorava, que era objeto dessa curiosidade feminina, a qual começava a despertar ciúmes na vizinhança; mas o tio, que nunca deixava de acompanhar a sobrinha, percebeu, que a requestavam, e uma ou outra vez sorria-se maliciosamente para as admiradoras dela, o bom do velho.

Na convivência com seus discípulos e colegas, os mais vaidosos davam a Maria Tereza, sem querer escarnecê-la, a primazia no talento, no saber, e até na graça da palestra.

Nas conclusões, que defendeu, para tomar o grau de bacharel, bem como no ato para licenciado, causou assombro aos mestres.

Aproveitou tanto enfim, que saiu doutíssima em teologia e direito canônico.

Quando ela tinha concluído os seus estudos, faleceu o tio. O corpo docente foi logo convidá-la, para reger a cadeira, que ficou vaga. Maria Tereza agradecendo o convite, respondeu: “Sem aprovação de sua alteza a rainha, minha senhora, não posso aceitar encargo algum, nem este que tão honroso é, e tenho a certeza de que a não alcançarei, sejam quais forem as instâncias, que junto de sua alteza se façam”.

Os lentes não insistiram em presença de tão categórica resposta, e Maria Tereza, sem que pessoa alguma tivesse dado pelo disfarce, com que, durante quatro anos letivos, cursou as aulas da Universidade, saiu de Lisboa, e no dia 29 de setembro de 1495, chegou às Alcaçovas, onde residia então sua real ama.

D. João II tinha recebido as cartas, que Pero da Covilhã Ihe enviara da Abissínia por criados seus; como, porém, estivesse em preparativos de passar ao Algarve,

a fim de procurar alívio aos seus padecimentos nas caldas de Monchique, ficaram para depois da sua saída, as novas, que D. Leonor queria dar a Maria Tereza.

Na entrada do mês de outubro partiu o rei para as caldas, deixando à rainha o escrínio, onde guardava aquelas cartas.

Depois de haver tomado quatro banhos, agravou-se de tal modo a sua doença, que por conselho dos físicos se mudou para Alvor. Achando-se cada vez pior, desejou ver a rainha e o duque de Beja, fazendo ao mesmo tempo tenção de comunicar a este, que em testamento o declarava por só e legítimo herdeiro do trono, e lhe deixava encomendado, como vassalo seu, D. Jorge de Alencastro — que era o filho D. João II e de D. Ana de Mendouça.

Estava a rainha com o duque seu irmão em Alcácer do Sal, por se haver assentado esperar ali o rei na volta do Algarve, e partirem depois para Santarém. D. Leonor iria embarcada até Setubal, daqui atravessaria por terra para Alcochete, e seguiria logo pelo Tejo acima até à velha e pitoresca rainha do Riba-Tejo. Este itinerário, diferente do que para si traçara o monarca, pareceu o mais cômodo, por estar D. Leonor ainda convalescente da grave doença, que a pusera às portas da morte.

Na tarde, porém, de 25 de outubro de 1495, quase ao sol posto, expirou D. João II, ou *morreu o homem*, como sentenciosamente disse Isabel, a Católica. Logo ao outro dia foi dada, tanto à rainha, como ao duque, nova certa do falecimento.

Sucedeu, com efeito, no trono o duque de Beja, então na bela idade de vinte e seis anos. Pela pressa, com que tratou de se casar, pendemos a crer, que foi essa a sua primeira idéia, ao ver-se senhor da coroa. Tal era a paixão, que lhe havia inspirado a formosa viúva do malogrado príncipe D. Afonso — quem sabe se nas festas de Évora!...

No mesmo ano de 1497 contraiu um enlace, que muito ambicionava, e satisfez uma obrigação, que tinha herdado, enviando à Índia a frota, que D. João II havia aparelhado, comandada por Vasco da Gama, a quem deu cartas para alguns príncipes do Oriente, incluindo o Preste João, conforme as informações e documentos, que deixara e houvera daquelas partes o Príncipe Perfeito.

Não foi estranha a rainha D. Leonor ao último desses dois atos, sem duvida os de maior transcendência, que seu irmão praticou no começo do seu reinado.

Era a rainha, ao tempo do passamento de seu marido, depositaria da importante correspondência de Pero da Covilhã; e, fazendo entrega desta ao novo monarca, rogou-lhe, que não só mandasse saber do nosso explorador, mas aprontasse, conforme as indicações do mesmo, uma embaixada, que o

acreditasse junto do Preste, confirmando as cartas, que lhe levou, e com instância solicitasse a resposta.

Vasco da Gama nada soube da Abissínia; e não admira, porque nem tempo, nem gente lhe sobrava, para lá mandar alguém. Voltou, pois, a Portugal sem novas nem mandados do Preste. E, como a empresa da Índia tinha por fim primário apossarmo-nos do comércio oriental, assegurado o nosso predomínio nos mares levantinos, fácil seria estabelecer relações com o abexim, e até este as buscaria.

A rainha D. Leonor não se descuidava, porém, de lembrar a D. Manoel a conveniência de entabular negociações com o Preste; e Pero da Covilhã, porque já soavam em todo o Oriente as façanhas dos portugueses, não perdia o ensejo, agora tão oportuno, de inspirar ao imperador abissínio uma grande idéia de Portugal, de incitá-lo a responder à nota do rei, que o tinha enviado junto dele, e a dirigir-lhe, por seu turno, uma solene embaixada.

Afinal Duarte Galvão, que mui singular prudência, sagacidade e experiência de negócios manifestara, como embaixador junto de Alexandre VI, do imperador Maximiliano e do rei da França, saiu de Lisboa na mesma qualidade para a Etiópia em abril de 1515; mas não satisfez o mandamento, por haver falecido na ilha do Camarão a 9 de julho de 1517.

Ao imperador Escander sucedera Andeseon, que reinou unicamente seis meses, e logo Naod, que teve também um curto reinado.

Á morte deste último príncipe subiu ao trono uma criança, que tinham batizado com o nome de Lebna Danguil, mas adotou depois o de Onag Segued, e por último o de David. Contava apenas onze anos, e por isso, durante a sua menoridade, tomou as rédeas do governo a imperatriz Helena.

As circunstâncias do império eram gravíssimas. Estava ameaçado não só pelos islamitas de Zeila, mas pelo formidável poder que se elevava sobre as ruínas do império dos Califas. Aos árabes haviam sucedido os turcos, que sustentados por suas idéias de fatalismo, invadiram ávidos tudo, desde as cumiadas do Cáucaso até às fronteiras da Núbia. à sua frente o feroz Selim I, tornou-se senhor do Egito, juntando-o ao império otomano, e com suas frotas cobriu logo o Mar Vermelho. Djiddah, Mokha, Suaquém e Zeila receberam sucessivamente guarnições de janízaros, que levaram aí armas novas, ainda desconhecidas nesses países. A mosqueteria e artilharia espalharam ao longe o terror por seus efeitos rápidos.

Foi então, que a regente do império abissínio, atemorizada de tão terrível vizinhança, se lembrou de solicitar, a favor da causa do seu povo, a proteção de

um rei, cujas grandezas Pero da Covilhã tanto exaltava, e de cujas vitórias alcançadas em toda a Índia, nas pelejas contra os maometanos, já se ouvia o éco na Etiópia. Mas desconfiada sempre, como todos os da sua raça, tratou de procurar pessoa, que pudesse certificá-la tanto dos acontecimentos da Índia, como das coisas que lhe contava Pero da Covilhã, e ela muito lhe perguntava.

Na corte do Preste andava um mercador armênio, chamado Mateus, que, por falar ou entender o português, pareceu à imperatriz Helena mais próprio, do que outro qualquer, e mandou-o a Portugal. Veio, com efeito, ao nosso reino, mas secretamente, o embaixador Mateus com cartas da imperatriz em nome do Preste, um pedaço de lenho da Vera Cruz, como sinal da fé professada na Abissínia, e tudo foi recebido pelo rei D. Manoel. Entendeu o nosso monarca, não dever demorar o delegado da imperatriz Helena, e despediu-o com muita honra, ordenando a Diogo Lopes de Siqueira nomeado governador da Índia, que na esquadra do seu comando conduzisse Mateus à ilha de Massuah.

A esquadra, composta de dez naus, largou do porto de Lisboa no dia 27 de março de 1518, e levou também D. Rodrigo de Lima, o qual ia à Etiópia com uma embaixada do rei D. Manoel para o Preste. Eram treze as pessoas, que constituíam a comitiva do embaixador, e naquele número contava-se o P. Francisco Alvarez, capelão do rei.

Diogo Lopes cumpriu as ordens do soberano, entregando em Massuah ao Bahar-Nagais, governador das terras marítimas da Etiópia, Mateus e a embaixada portuguesa.

Logo em um dos primeiros dias de marcha para a corte do Preste faleceu Mateus, no mosteiro da Visão. A embaixada prosseguiu, até que chegou ao seu destino, depois de longas e árduas jornadas.

Tiveram os portugueses a satisfação de encontrar Pero da Covilhã, que exultou ao ver os seus nacionais, e não pôde conter as lágrimas, ao lembrar-se da pátria, à qual o não deixavam voltar as obrigações, que tinha tomado.

Durante os seis anos, que D. Rodrigo de Lima esteve na Abissínia, de muito lhe serviu o voluntario e nobilíssimo exilado, que tão heroica e honradamente sacrificou a vida pelo seu país.

Nas cartas, que o imperador David escreveu a D. Manoel, por D. Rodrigo de Lima, dizia:

“O Pero da Covilhã achei, quando reinei, que meu pai não encaminhara, até ver coisa, que o mais certificara; o que Deus a mim fez e não a ele, e sabe como fica meu coração até ver vossa, resposta, que muito desejo”.

Os desejos do Preste eram, que o rei de Portugal mandasse fortificar Massuah e Suaquém, por medo dos rumes, que, fazendo-se aí fortes, o desbaratariam e aos portugueses. Oferecia gente, mantimentos, e o que necessário fosse enfim, lembrando ao mesmo tempo, que seria bom tomar Zeila, porque deste porto iriam as mercadorias para Aden, Djiddah e toda a Arábia, até ao Thor e Cairo.

Entretanto continuava de refém Pero da Covilhã...

Chegamos ao fim do primeiro quartel do século XVI, sem contudo irmos mais longe, do que devíamos; é-nos, porém, preciso retroceder.

Da correspondência de Pero da Covilhã estremou a rainha D. Leonor a seguinte carta, que mandou ler a Maria Tereza:

*Maria Tereza*

Sabeis naturalmente já o bastante para apreciar a minha situação, e compreender a impossibilidade, em que me vejo, de sair dela, como eu desejava, ou — porque não direi? — como nós ambos desejávamos.

Devo crer, que vos não faltarão informações de Sua Alteza a Rainha minha Senhora, e que também vós as haveis solicitado amiúde. Mas a El-rei meu Senhor pedi licença de vos escrever, pela primeira e última vez, para de longe conversar convosco, condenado, como estou a não mais vos ver, nem ouvir.

A palavra humana é fraca, para exprimir a violência da dor, que sofro, ao lembrar-me dessa condenação eterna! Deus me conceda a resignação precisa, e a minha alma se fortaleça com tão duras provações!...

De como desempenhei o real serviço, desde que saí de Portugal até hoje, tem El-rei larga notícia, enviada por mim a Sua Alteza. Restava-me unicamente dar-vos conta dos meus passos, que dirigi esperançado sempre, em merecer o agrado de meu Augusto Amo, e de tornar-me digno de vós.

Em caravanas e recovas de mouros, e por mouro a seus olhos passando, estudei o comércio e navegação do Oriente, visitando para esse fim os principais portos; e alcancei certificar-me, de que pelo mar se podia vir de Portugal à Índia. Do mesmo modo, sabendo em Calicut, que do grão Cairo para aquela cidade, que é a primeira e a mais formosa das terras indianas, traziam os mouros fortes armadas de muitas naus com grande trato de grossas mercadorias, provenientes de Meca, fui ver com meus próprios olhos o centro deste mercado.



Voltando de Ormuz, aonde por ordem de El-rei meu Senhor, acompanhei o rabi Abraham, desembarquei na cidade de Djiddah, que é o porto de Meca no mar Vermelho.

Tendo encontrado ali numerosos peregrinos, que se preparavam para ir visitar a *cidade santa*, como eles fanaticamente chamavam a Meca, incorporei-me na sua caravana.

Não vos encareço os riscos desta minha empresa, para jactar-me dela, senão para vos assegurar, que muito devo à misericórdia divina, a qual decerto moveram mais as vossas orações do que as minhas.

Com extrema confiança em Deus, e em que vós não cessaríeis de velar pelos meus passos, usei ir dá-los, onde a cristãos é vedado transitar.

Felizmente não adivinharam os meus companheiros, que lhes profanava os seus lugares santos...

Ser-vos-ia fastidiosa a relação das cerimônias a que assisti, e em que tive de tomar parte — perdoe-me Deus! — na terra natal de Mohamed. Somente vos direi, que não pode ir mais longe o fanatismo nem a cegueira humana!

É realmente Meca um centro de comércio muito rico, e sem duvida o mais variado de todo o Oriente, no tempo das romarias, pois que se acumulam nos bazares produções mui valiosas de todos os países sujeitos à lei do *profeta*, e fazem-se negócios importantes.

De Meca passei a Medina, onde está o túmulo do *sancarrão*. Atravessei igualmente uma região imensa, adusta e maninha.

Terminada a peregrinação, retirei para Iambo, que é no mar Vermelho o porto, que abastece Medina, e ali embarquei logo em um zambuco, no qual me dirigi a Thor.

Eu tinha necessidade absoluta de purificar-me, de retemperar a minha fé. O Sinai ficava-me perto. Fui ver essas solidões da Arábia Pétrea, por onde vagaram tão longo tempo os filhos de Israel, desde o êxodo até entrarem na Canã prometida. Subi à montanha sacrossanta, onde Moisés ditou a lei aos hebreus. Pus a mão na pedra, da qual o profeta fez brotar um jorro de água com o toque da sua vara misteriosa. Penetrei na caverna do monte Horebe, onde o profeta Elias se escondeu, para escapar à vingança da rainha Jezabel. Percorri enfim toda essa região pedregosa e triste, que cerca o Sinai; esse antigo país bíblico, um dos mais célebres da história. Nela encontrei ainda as ruínas de Pétrea, que fora outrora o grande depósito do comércio da Arábia meridional, bem como o

mercado, aonde as caravanas de lêmén levavam o incenso e os aromas, recebendo em troca os produtos da Fenícia.

Voltei depois de Thor, e daqui atravessando o mar Vermelho, fui desembarcar em Zeila.

Tinha chegado às portas da Abissínia.

A residência do Preste é ordinariamente no reino de Chôa, mui salubre, e situado quase no meio do vastíssimo império etiópico.

Os que vão do Levante demandar a corte, vêem-se obrigados a trepar uma altíssima serra, como se fora inexpugnável fortaleza. Por cima dela corre um caminho muito íngreme, o qual no espaço de um tiro de besta de tal modo se aperta, que mal cabem dois homens a cavalo, indo emparelhados. É uma lomba cortada a pique de ambos os lados, à qual conduzem tão escabrosos passos, abertos no recosto da montanha, que, se alguém embicar, ou a cáfila, que sobe, topa com a que desce, não indo com o prumo atento nas passadas, fazem-se em pedaços os caminhantes, e perdem-se totalmente as mercadorias, rolando tudo por aqueles horríveis despenhadeiros abaixo! Na entrada de tais precipícios estão de uma parte e da outra umas como portas, onde pagam direitos ao Preste todos os que por lá passam com tamanho risco de suas vidas.

Fui enfim recebido pelo Preste, e, vendo que ele me detinha, roguei-lhe instantemente me despachasse, dando-me a resposta às cartas del-rei. E sabeis vós, qual foi a decisão irrevogável do Preste?

— Que tratasse de me casar, e depois de ter um filho, para lho deixar por fiador, me mandaria a Portugal!

Impôs-me, como vedes, o maior dos sacrifícios!

A vós, a El-rei e à nossa querida pátria o ofereço.

Eu poderia arrostar qualquer perigo, disfarçar-me, e sair daqui; mas perder-se-ia tudo quanto tenho feito. Se eu me retirasse, esta gente sempre desconfiada, e em geral de pouca verdade, ficaria tendo-me na conta de um embusteiro; no que não perigava a minha consciência, mas o crédito e os interesses, de quem me mandou cá. Assim tomariam por grande falsidade tudo o que lhes tenho dito, para exaltar o nome de meu Augusto Amo; para convencer o Preste, de quanto lhe será útil aliar-se com Sua Alteza; para conseguir finalmente que todo este povo considere, respeite e admire a nação portuguesa. E não descansarei, enquanto não resolver o Preste a enviar uma embaixada a El-rei meu Senhor.

De nenhum modo conviria a El-rei fazer guerra a um povo, cujo território a natureza tão prodigamente fortificou. Essa temerária empresa traria consigo muitos encargos, por ser o país mui remoto, para se poder conquistar e conservar, e debilitaria tanto as forças de Portugal, que ficaria este sem as necessárias para a sua conservação. Prefere decerto Sua Alteza criar e manter as mais pacíficas relações de amizade com o Preste.

Muito contribuirá para isto a vinda da nossa frota ao Oriente; e, como El-rei já sabe o caminho, não tardará ela em sulcá-lo.

Os abexins são muito ciosos de suas coisas. Tenho, pois, de lisonjear-lhes a vaidade, para lograr a sua inteira confiança, porque depois será menos difícil admitirem o meu conselho. Como prouve a Deus, que eu viesse acabar meus dias a este exílio, empregá-los-ei todos no serviço del-rei, e da pátria.

Fui constrangido a constituir família, e todavia — crede-me, Tereza! — vivo em uma solidão imensa!...

Como, porém, quando a alma nos sai da carne, deverá levar consigo todas as suas afeições, ter-vos-ei junto de mim no Paraíso. O céu é o verdadeiro lugar do amor, e nesta esperança imortal repousa docemente o meu coração. E, enquanto andarmos ambos sobre a terra, as nossas orações e os nossos votos juntar-se-ão no caminho do céu...

Estou longe de vós, mas acompanho-vos sempre, e não me vedes, por não ser visível o pensamento... São terríveis combates os acessos de abatimento, que repetidas vezes me tomam!... Mas, para que esta separação nos não custe, experimentemos... vós o serdes menos amável, eu amar-vos menos...

Não nos é dado realizar o impossível!

O tempo de lágrimas, de solidão, de aborrecimento, que de vós me separa, acabará, para nos unirmos e gozarmos juntos da bem-aventurança eterna!...

Adeus.

*Pero da Covilhã.*

Quando Maria Tereza terminou a leitura desta carta, estava como “a cândida cecém das matutinas lágrimas rociada”; mas tinha ao pé de si quem lhas enxugasse, quem lhe respirasse os suspiros, que as entrecortavam.

Conservando a carta apertada em uma das mãos, voltou-se para a rainha e exclamou:

— Assim o quis Deus!... Faça-se a sua vontade!... Que duvidosas são as coisas desta vida!...

— Também as há certas — interrompeu D. Leonor com muito carinho — e uma delas será a tua resignação, que não posso pôr em duvida...

— Sim, minha Senhora; nas mãos de Deus me resigno... E, se vossa alteza me permite, cumprirei também as últimas palavras, que disse a Pero da Covilhã: “de outro jamais serei!”

— Não admiro a tua fidelidade às promessas, que fazes — tornou a rainha — ; mas às vezes... em momentos irrefletidos... e há tantos em galanteios!... Enfim é necessário, que penses no teu futuro...

— Tenho pensado, minha senhora. Eu nunca perdi a esperança de tornar a ver Pero da Covilhã; agora, porém, depois da sua carta, ainda que ele voltasse já não podia ser sua mulher. Serei esposa do Senhor.

— Não pode haver união mais santa — retorquiu com júbilo a rainha — ; mas sentir-te-ás tu bem forte para a contrair?...

— Se sinto!... Creia vossa alteza, que não é filho de um desespero o meu propósito; anima-me, pelo contrário, a esperança, de que, servindo melhor a Deus na clausura, mais útil poderei ser a Pero da Covilhã, orando por ele, e mais facilmente será perdoada a minha fraqueza de o não esquecer... A dor é o mais seguro laço, que prende dois corações...

— Minha boa Tereza!... Cada vez considero mais digno da minha estima o teu coração de ouro!...

Maria Tereza caiu de joelhos aos pés da rainha, e beijou-lhe as mãos, regando-lhas de lágrimas. D. Leonor deixou resvalar por sobre a formosa cabeça da sua predileta, as que lhe borbulharam dos olhos...

Eram duas almas diamantinas, que se confundiam em um crisol, formado do mesmo afeto finíssimo.

Fora a rainha D. Leonor encarregada do governo do reino, por carta patente de 24 de março de 1498, durante a ausência do rei D. Manoel, que passara com sua mulher a Castela, a fim de serem jurados herdeiros desta monarquia; e logo, a 15 de agosto do mesmo ano, a piedosa regente instituiu a Misericórdia de Lisboa. Não satisfeita com erigir esse monumento, que por si só bastaria para imortalizá-la, é infatigável no caminho do bem, alumada pelos esplendores da fé, e profundamente inspirada nos estremecimentos de amor, com que a sublime virtude da caridade comovia a sua alma a trasbordar de candura.

Criou albergarias em Óbidos e Torres-Vedras, fundou o convento da Anunciada em Lisboa, e na mesma cidade o hospital de Sant'Ana, sobrando-lhe ainda tempo para dar proteção às letras e às artes, pois à sua munificência indefessa se deviam monumentos preciosos da nossa tipografia, que tentava então os seus primeiros ensaios em Portugal.

Mas de todas as suas instituições religiosas a mais querida e por isso mais velada pela fundadora, foi o mosteiro da Madre de Deus, que D. Leonor mandou edificar em Xabregas, e que tantas preciosidades artísticas possuía.

Nele professou Maria Tereza, preferindo aos mimos e regalos da corte as asperezas da vida monástica, em ordem tão apertada, como aquela a que se votou.

Antes da profissão, pediu Maria Tereza à rainha, que fizesse chegar às mãos de Pero da Covilhã a seguinte carta, da qual foi, com efeito, portador o P. Francisco Alvarez:

*Pero da Covilhã*

Sois um benemérito, Deus, que é remunerador, há de recompensar os vossos sacrifícios.

Vou amanhã professar. Vou ser clarista no mosteiro da Madre de Deus, fundado em Xabregas pela nossa Santa Rainha a Senhora D. Leonor. Na minha clausura, onde espero servir melhor a Deus, do que se ficara no mundo, lembrar-me-ei sempre de vós nas minhas orações, e o Eterno Pai, a quem nada pode esconder-se, atender-me-á, por ver a intenção pura, com que lhas dirijo.

Ele vos acompanhe sempre!

Adeus.

*Maria Tereza.*

Perto da sua querida pupila residia a rainha no seu palácio em Xabregas, onde entregou a sua alma ao Criador; e no claustro do mosteiro, à porta da casa do capítulo, foram cobertos seus venerandíssimos restos por uma singela lapide, na qual se lia unicamente,

AQUI ESTÁ A RAINHA D. LEONOR.

Que mais era preciso, para não esquecer o nome, de quem foi, toda a sua vida, exemplar inestimável das mais peregrinas virtudes?!

As estátuas, ou os grandes monumentos sepulcrais, se quase sempre testemunham a vaidade de quem os erige, nunca fazem esquecer os erros do glorificado.

O monumento da rainha D. Leonor está no coração dos povos de Portugal, que tantos benefícios tem recebido e continuam a receber das Misericórdias.

As relações do nosso país com a Abissínia estabeleceram-se definitivamente no século XVI, e conservaram-se até o século seguinte.

Afonso de Albuquerque, sendo governador da Índia, teve o grande pensamento de unir-se ao Preste, com o fim de divertir a corrente do Nilo, para a banda do mar Vermelho, junto da península de Meroé, entre aquele rio e o Atarah, abrindo um novo leito, e entulhando aquele pelo qual descia para o Egito. Desse modo esterilizaria os campos egípcios, que eram os principais graneis do sultão otomano.

E Cristovam da Gama, à frente de um punhado de bravos, partiu de Massuah a 9 de junho de 1541, e correu em socorro do Preste, ameaçado pelo sheik de Zeila.

Desse heróico filho de Vasco da Gama diz um historiador nosso: “era o primeiro, que tomava o fato às costas, e com esta fragueirice e vontade acrescentava a dos outros soldados, para que trabalhassem dobrado sem o sentir.”

Foi desbaratado e morto pelos adversários do Preste; mas os valentes portugueses, que escaparam, tiveram pouco depois a glória de vingar a morte do seu ilustre capitão, derrotando completamente o inimigo.

Áureos tempos!...

Maria Tereza revelou a sua vasta ilustração, publicando algumas obras em latim, e sendo por isso aurora brilhantíssima da renascença das letras em Portugal.

Todas as tardes ia sentar-se a uma das janelas do mosteiro, e de lá contemplava o Tejo...

Quando voltavam as naus da Índia, perguntava talvez ao formoso rio, se com elas teria vindo alguma saudade de Pero da Covilhã!...

E depois da morte de D. Leonor, quando retirava da janela, ia ajoelhar sobre a sepultura da rainha, orava ali, durante algum tempo, no maior recolhimento, e deixava a lapide orvalhada de lágrimas!...

## NOTAS

### A

— “... de encobrir com a mantilha um dos seus formosíssimos olhos”. Como referimos no Cap. XI, o *tarbah* das muçulmanas serve-lhes de abafo e também lhes vela o rosto, não deixando algumas ver senão um dos olhos. É de presumir, que as andaluzas herdassem delas este costume.

### B

— “...a ponto de provocar a formação das *Hermandades*”. Estas confrarias políticas, instituição popular da idade media, excluía por essência o influxo da autoridade real e serviam não só para manter a segurança pública, senão que velavam igualmente pela conservação dos foros e liberdade dos povos e comunidades que as formavam. Eram uma força importantíssima, que os reis católicos habilmente aproveitaram depois, fazendo depender do governo do Estado a disciplina e constituição dela. Organizando as capitánias e mais tropas da *Hermandad*, aqueles príncipes lograram ter um corpo permanente de exército, pronto a conter em respeito o poder dos magnates. Foi um ensaio de milícia nacional, paga imediatamente pelos povos, e que muito contribuiu, para que a coroa se emancipasse da influência e dependência da mais incomoda e turbulenta oligarquia.

Muito antes de conflito do Toro já existia a “*santa hermandad*”, e não foi “organizada contra as tropas portuguesas”, que depois dele se limitavam a saquear as terras, a praticar atos de bandidos, como erradamente afirma o Sr. Oliveira Martins em *O Príncipe Perfeito*.

### C

— “*Não é deste modo, que deve compreender-se a missão da história*”. Clemencin, referindo-se aos historiadores e cronistas acerca do silêncio de uns e das diminutas notícias de outros, em assunto de tanta monta, como a sucessão à coroa de Castela por morte de Henrique IV, diz: “o falar tinha inconvenientes, e a relação inteira e verídica do sucedido podia ofender a pessoas autorizadas e poderosas”.

É evidente o corolário desta afirmativa tão imparcial, como sensata.

### D

“... o príncipe D. João casasse com a princesa de Castela, D. Joana”. Zurita, que tão parcial se mostra na descrição do encontro de Toro, e tão afeto a D.

Fernando, o Católico, diz, que D. João II, sendo príncipe, muito desejou a entrada de D. Afonso V em Castela; mas “condenou depois o mau conselho dele, em não haver aceitado os primeiros casamentos daquele reino: que era casar el-rei com a Infante D. Isabel, e ele com a princesa D. Joana”. Zurita, Anales de Aragon, tom. IV, liv. XIX, cap. XVIII.

Em fins de 1463 ou princípios de 1464, avistando-se em Gibraltar os reis D. Henrique e D. Afonso, trataram de casar D. Isabel com este Diogo de Clemencin, Mem. de la Real Acad. de la Hist., tom. VII.

## E

“... a bandeira real, que por instantes tremulara na mão de um castelhano”. O sr. Oliveira Martins em *O Príncipe Perfeito* mostra, não dar crédito ao caso do escudeiro Gonçalo Pires haver, com efeito, recobrado o estandarte real, e afirma simplesmente, que Pedro Vaca o tomou. Ignorava de certo, que existe em Torredeita, povoação pouco distante de Viseu, uma família ilustre, a qual representa legitimamente o seu antepassado Gonçalo Pires, por isso usa do brasão e apelido de Bandeira, concedidos a ele, como recompensa do seu brilhante e heroico feito de Toro.

É conseguintemente falso, que na veiga de Bisagra a multidão apinhada visse passar os reis católicos em procissão, levando como troféu o estandarte real português a varrer as ruas.

## F

“D. Afonso V era muito instruído, e tinha grande predileção pelos que cultivavam as letras”. O sr. Oliveira Martins amesquinha com tão rematada injustiça o pai de D. João II, que dotando-o de um *gênio incoerente e curto no alcance*, concede-lhe a primazia em organizar uma biblioteca no paço, mas... unicamente *por seguir a moda*; e oculta o fato de ter sido o simpático herói de Arzila o primeiro rei, que tratou, de que se escrevesse em língua latina a história portuguesa.

Singular critério!

## G

“...cortesãos dotados de boas prendas”. Talvez o leitor compulsasse já um livro intitulado *Viagem por Espanha e Portugal no século XV*, de Nicolaus von Poplau, cavaleiro da casa de Frederico III, imperador da Alemanha.



Nas poucas páginas consagradas ao nosso país, o autor, que por cá andou nos últimos meses de 1484, capitula de incivis, de ignorantes e de insensatos tanto nobres, como plebeus. Considera os portugueses, em geral, incapazes de bons costumes e sem bondade às mulheres, dá-lhes os olhos negros e furiosos.

Nas tais páginas, porém, encontra-se a explicação do mau humor, com que foram escritas. Relaxo, pois, ao meu desprezo a estólida aldravice.

## H

— “...depois de ter descoberto a costa do Labrador”. Quem primeiro tornou público este fato, foi o ilustrado e benemérito michaelense, sr. Ernesto do Canto, no *Arquivo dos Açores*, vol. XII, pag. 529; e confirmou-o, exibindo um documento no seu opúsculo *Quem deu o nome à Terra do Labrador*.

Mais tarde o mesmo acadêmico publicou outro documento comprovativo, que foi extraído da Chancelaria de el-rei D. Manoel, e fornecido pelo indefesso investigador, o erudito general sr. Jacinto Ignácio de Brito Rebelo.

## I

— “... a quem a pátria não fez ainda a devida justiça”. Em a *Notícia Preliminar*, que precede o *Esmeraldo de situ Orbis*, publicação dirigida pelo douto acadêmico sr. Rafael Basto, para a comemoração do quarto centenário do descobrimento da America, mostra o sr. Basto, com trechos de uma carta de Pero Vaz de Caminha e do Roteiro de Duarte Pacheco, ser acertado, não atribuir a mero acaso o descobrimento da terra de *Vera Cruz*. Como temos, há muito, esta opinião, folgamos de ver, que para ela pende o sr. Rafael Basto, a cujas investigações persistentes e conscienciosas muito deve já a história portuguesa.

## J

— “... da geração e linhagem dos Machados”. É digno de reparo que a família Barcelos adotasse o brasão, que lhe pertencia por linha materna, parecendo assim reputar de menos valia as flores de lis, que seus maiores, por linha paterna, ostentavam legítima e vaidosamente gravadas no seu escudo.

A varonia dos Pinheiros é, como a dos Machados, ilustríssima, não só pela sua antiguidade, mas pela sua régia ascendência. Sobre isto são acordes todos os nossos genealogistas.

Se com os Machados se ligaram os Azevedos, os Cunhas, os Vasconcelos, os Silvas, os Castros, os Val de Reis, os Montebelos de Espanha; com os Pinheiros aparentaram-se numerosas famílias nobres, como os Alvitos, os Galveias, os

Alcoforados, os Lacerdas, os Pereiras de Bretiandos; de modo que se difundiu por quase todas as mais antigas casas do reino o sangue das duas famílias.

A preferência pelo brasão dos Machados explica-se talvez, por serem estes mais opulentos na ilha, do que os Pinheiros, e todos os parentes daqueles procurariam contribuir, para perpetuar o nome, que muito os distinguia aos olhos de seus conterrâneos. E tanto os Barcelos iam nessa esteira, que nem os fez desviar dela a honrosíssima carta, com que o rei D. Manoel premiou tão liberalmente os serviços do navegador Pedro de Barcelos. Não apreciaram até devidamente o valor particular dessa mercê.

D. Manoel não quis estimular apenas os descendentes do agraciado, e aqueles a quem constasse; era natural supor, que no ânimo do rei pesaria a circunstância, de pertencer o filho de Pedro de Barcelos a uma família, que tantos serviços prestara à casa de Bragança, e disto podia ser informado o monarca pela rainha D. Leonor, sua irmã.

De certo não ignorava, e por isso não esquecia a viúva de D. João II, que Pedro Esteves, avô de Pedro de Barcelos, se criara no paço de D. Afonso, primeiro duque de Bragança, e dali fora a Salamanca estudar direito civil e canônico na Universidade, onde o graduaram de doutor *in utroque*. Voltando para Portugal, tornou-se notável pelo seu grande entendimento, suma prudência, bom conselho, profundo conhecimento das letras, e as suas muitas virtudes e qualidades o fizeram conciliar os afetos de todos os príncipes do seu tempo.

Era cavaleiro da casa de el-rei D. Duarte, e nenhum negócio da de Bragança se tratava, sem que ele fosse ouvido, mostrando-se sempre tão imparcial e reto em seus conselhos, que o infante D. Pedro, quando regente, o chamou para seu lado.

Seu pai, Estevam Anes, *o Moço*, fora educado na casa do condestável D. Nuno Álvares Pereira, seu parente, e acompanhou, desde muito novo, em todas as grandes e famosas empresas o glorioso vencedor da batalha dos Atoleiros.

Mas, para maior lustre e glória dos Barcelos, o navegador Pedro Pinheiro de Barcelos, ou Pedro de Barcelos, como oficialmente o denomina a carta de D. Manoel, foi bisavô do Beato João Batista Machado, que, renunciando o morgado e casa de seus pais, entrou na Companhia de Jesus, e foi martirizado no Japão em 22 de maio de 1617.

O representante legítimo desta família Barcelos, da ilha Terceira, é o antigo fidalgo sr. Francisco de Paula de Barcelos Machado Betencourt. Deste e de sua mulher e prima, já falecida, a sr.<sup>a</sup> D. Maria Isabel Borges do Canto, era filha D. Francisca Emilia de Barcelos e Canto Betencourt do Carvalhal Brandão, raro

modelo de virtudes, aliadas a uma inteligência e a uma ilustração sãs, que se lhe serviram de ornamento próprio, também contribuíram, para honrar mais ainda a sua estirpe nobilíssima. — Foi a mãe, sobre todas carinhosa e desvelada, de meus filhos.

Fica assim patente a razão, por que Pedro de Barcelos aparece na corte de D. João II, e justifica-se o tratamento de primo, que Maria Tereza lhe deu, não para desdenhar os seus requebros, mas para congelar-lhe os entusiasmos.

## O LIVRO DIGITAL – ADVERTÊNCIA



O Livro Digital é – certamente - uma das maiores revoluções no âmbito editorial em todos os tempos. Hoje qualquer pessoa pode editar sua própria obra e disponibilizá-la livremente na Internet, sem aquela imperiosa necessidade de editoras.

Graças às novas tecnologias, o livro impresso em papel pode ser escaneado e compartilhado nos mais variados formatos digitais (PDF, TXT, RTF, entre outros). Todavia, trata-se de um processo demorado, principalmente no âmbito da realização pessoal, implicando ainda em falhas após o processo de digitalização, por exemplo, erros e distorções na parte ortográfica da obra, o que pode tornar ininteligíveis palavras e até frases inteiras.

Embora todos os livros do “Projeto Livro Livre” sejam criteriosamente revisados, ainda assim é possível que alguns desses erros passem despercebidos. Desta forma, se o distinto leitor puder contribuir para o esclarecimento de algumas dessas incorreções, por gentileza entrar em contato conosco, no e-mail: [iba@ibamendes.com](mailto:iba@ibamendes.com)

Sugestões também serão muito bem-vindas!

Iba Mendes  
São Paulo, 2014